

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

ANO LXXVII

SUMÁRIO

N. 266

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

- Decreto-lei n. 850, de 11 de novembro de 1938.
- Decreto-lei n. 862, de 17 de novembro de 1938.
- Decreto-lei n. 863, de 17 de novembro de 1938.
- Decreto-lei n. 864, de 17 de novembro de 1938.
- Decreto-lei n. 865, de 17 de novembro de 1938.
- Decreto-lei n. 866, de 17 de novembro de 1938.
- Decreto-lei n. 867, de 17 de novembro de 1938.
- Decreto n. 3.182, de 18 de outubro de 1938.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Decretos de 8 e 11 do corrente.
 Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 16 do corrente.
 Ministério da Fazenda — Decretos de 1 do corrente.
 Ministério da Guerra — Decretos de 12 do corrente.
 Ministério da Viação e Obras Públicas — Decreto de 5 e 12 do corrente.
 Departamento Administrativo do Serviço Público.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Apostilas — Portarias — Expediente da Diretoria de Contabilidade, do Serviço do Pessoal e da Imprensa Nacional.

Ministério da Educação e Saúde — Portarias — Expediente da Diretoria de Contabilidade, dos Serviços do Pessoal e de Obras, das Divisões do Ensino Comercial e de Assistência Hospitalar e do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal.

Ministério das Relações Exteriores — Expediente.

Ministério da Fazenda — Expediente do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, da Comissão de Eficiência, da Diretoria das Rendas Internas, do Conselho Superior de Tarifa, da Câmara de Reajustamento Econômico, do Primeiro Conselho de Contribuintes, da Diretoria do Imposto de Renda e da Alfândega do Rio de Janeiro.

Ministério da Marinha — Expediente do Sr. ministro e do Tribunal Marítimo Administrativo.

Ministério da Guerra — Expediente do Sr. ministro, da Diretoria de Intendência da Guerra e do Serviço de Pessoal Civil.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Portarias — Expediente do Sr. ministro, da Diretoria Geral de Contabilidade, do Serviço do Pessoal, dos Departamentos dos Correios e Telégrafos e de Aeronáutica Civil e da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Ministério da Agricultura — Portarias — Expediente do Sr. ministro, dos Departamentos Nacionais da Produção Vegetal e da Produção Animal, da Diretoria da Contabilidade, do Serviço do Pessoal e da Diretoria da Organização e Defesa da Produção.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Expediente do senhor ministro, do Serviço de Identificação Profissional, dos Departamentos Nacionais da Indústria e Comércio, da Propriedade Industrial e de Seguros Privados e Capitalização, dos Conselhos Nacional do Trabalho e Regional de Engenharia e Arquitetura, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e da Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto do Rio de Janeiro.

Termos de contrato — Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 850 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza o aforamento de uma área de terreno no cais de Santa Rita e Cinco Pontas, da cidade do Recife

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que entre os prédios e trapiches desapropriados para a execução das obras de melhoramentos do Porto do Recife constam os situados à rua Padre Muniz ns. 241 e 261, antigos 63, 65 e 67, e à rua de Santa Rita n. 305, antigo 113, naquela cidade, nos quais funcionavam os estaleiros e depósitos pertencentes à Sociedade Wilson, Sons & C. Ltd., serviços por via marítima e com marinhas aforadas;

Considerando que na desapropriação desses bens, feita mediante termo de acordo de 18 de janeiro de 1919 e escritura pública de 3 de fevereiro do mesmo ano, lavrada entre a Fiscalização do Porto

do Recife e a referida sociedade, com a assistência de um representante da Fazenda Nacional, ficou assegurado a Wilson, Sons & C. Ltd., além de uma indenização de 248:750\$000, o direito de aforar uma área de 9.950m2, relativa a terreno situado no Cais de Santa Rita e Cinco Pontas, para novas instalações e pelo preço fixado no aviso n. 171, de 16 de julho de 1917, do Ministério da Viação e Obras Públicas:

Considerando, entretanto, a conveniência de subordinar o aforamento dessa área a determinadas condições restritivas do domínio útil do enfiteuta, que é uma entidade de direito privado, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a aforar a Wilson, Sons & C. Ltd. a área de 9.950 metros quadrados, no Cais de Santa Rita e Cinco Pontas, da cidade do Recife, com 254 metros de frente sobre o cais, onde atualmente se acham instalados seus armazens, trapiches, estaleiros de reparação naval e demais benfeitorias, sujeitando-se o aforamento às seguintes condições:

1.ª, subordinação às condições gerais que vigoram para a exploração do Porto do Recife;

2.ª, avaliação do domínio útil do terreno pelo valor na data da ocupação, e das benfeitorias ora existentes, pelo custo na época em que foram feitas;

3.ª, renúncia a qualquer reclamação sobre direitos ou indenizações que possam decorrer da escritura pública firmada a 6 de fevereiro de 1919 com a Fiscalização do Porto do Recife, salva a indenização já acordada na importância de 248:750\$000, referente ao domínio útil dos terrenos, prédios e benfeitorias desapropriados em virtude dos Decretos ns. 6.738, de 14 de novembro de 1907 e 9.731, de 21 de agosto de 1912;

4.ª, prévia autorização do Ministério da Viação e Obras Públicas para quaisquer obras novas a executar na área aforada

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

(C 7.593 — Em 17-11-1938 — 714109)

DECRETO-LEI N. 862 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 20:000\$0, para ocorrer às despesas de instalação da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de vinte contos de réis (20:000\$0), para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos) com a instalação da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, criada pelo Decreto-Lei n. 803, de 24 de outubro de 1938.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e entregue, integralmente, ao Desembargador Corregedor, na forma do artigo 1.º, parte final, do Decreto n. 5.059, de 9 de novembro de 1926.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 863 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 50:000\$0, para auxiliar o Automovel Club do Brasil na organização do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe é conferida pelo artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 50:000\$0, para auxiliar, no corrente ano, o Automovel Club do Brasil, na organização do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 861 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza, nas condições que estabelece, a cobrança, em prestações duodecimais, no exercício de 1939, dos impostos predial, territorial e de licença de localização, relativos aos exercícios anteriores a 1938, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Considerando o interesse da Prefeitura do Distrito Federal na arrecadação de impostos, que lhe são devidos, de exercícios anteriores a 1938;

Considerando que essa cobrança pode ser feita, parceladamente, com evidente vantagem, inclusive para os contribuintes em débito; Considerando, além disso, que adotando esse critério, já consagrado na execução da cobrança dos impostos predial, territorial e de licença de localização de estabelecimentos, atende o Governo, por outro lado, aos contribuintes que, no recenseamento imobiliário do Distrito Federal, manifestaram desejo de pagar, em prestações, a dívida daqueles impostos, e

Usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal e nos termos do artigo 31 do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a mandar receber, em prestações duodecimais, no exercício de 1939, os impostos predial, territorial e de licença de localização, relativos aos exercícios de 1937 e anteriores, em débito para com a Fazenda Municipal.

§ 1.º Para gozar do favor concedido neste artigo, é indispensável que o contribuinte requiera previamente, até 31 de dezembro do corrente ano, o pagamento parcelado de seu débito, juntando prova de quitação dos mesmos tributos do exercício de 1938, e inicie esse pagamento a partir de janeiro de 1939.

§ 2.º O contribuinte que, no corrente ano, dentro do prazo que for marcado em editais da Secretaria Geral de Finanças, satisfizer, de uma só vez o seu débito do imposto predial, territorial ou de licença de localização, relativos aos exercícios anteriores a 1938, ficará dispensado do pagamento da multa de mora respectiva.

Art. 2.º Fica suspensa, na data da publicação deste decreto-lei, a execução judicial de quaisquer dívidas provenientes do imposto predial, territorial ou de licença de localização, nela só se prosseguindo, a requerimento do representante judicial da Fazenda Municipal, no caso de não ser iniciado o pagamento parcelado ou feito o pagamento integral dentro do prazo estabelecido no artigo 1.º ou de falta de pagamento de qualquer das prestações subsequentes até final do exercício de 1939.

Art. 3.º Realizado o pagamento do débito total em atraso, na conformidade do artigo 1.º e seus parágrafos, terá o contribuinte quitação regular da Fazenda Municipal, e, em se tratando de dívida ajuizada, providenciará a Procuradoria da Fazenda do Distrito Federal, a requisição da Secretaria Geral de Finanças, o arquivamento do processo e a baixa na respectiva distribuição, dispensadas as custas vencidas e contadas.

Art. 4.º Ficam asseguradas aos serventuários da Prefeitura do Distrito Federal e da Justiça do Distrito Federal as percentagens legais sobre as importâncias arrecadadas na conformidade do artigo 1.º, em se tratando de dívidas ajuizadas.

Parágrafo único. As percentagens assim devidas serão pagas, mensalmente, de acordo com as folhas organizadas na Secretaria Geral de Finanças.

Art. 5.º A dívida atrasada dos exercícios de 1937 e anteriores, será:

- a) unificada, para o efeito da cobrança parcelada, por tributo, incluídos neste os adicionais e multa de mora respectivos;
- b) fracionada em duodécimos, cada duodécimo correspondendo a um doze avos da dívida unificada de cada tributo.

Art. 6.º A cobrança parcelada dos impostos atrasados far-se-á em uma ou mais prestações, até 12, na Seção de Cobradores da Diretoria de Receita.

Art. 7.º As prestações terão um desconto de 5 % si os pagamentos dos conhecimentos correspondentes a cada prestação forem efetuados com antecipação da data indicada para pagamento.

§ 1.º Não terão desconto algum si os pagamentos forem realizados dentro dos prazos respectivos.

§ 2.º Terão um acréscimo de 5 %, si os pagamentos forem feitos após o vencimento de cada prestação.

Art. 8.º No mês de janeiro de 1940 os cobradores devolverão à SDRI e SDIL, devidamente relacionados, os conhecimentos não pagos, cuja cobrança esteve a seu cargo no exercício anterior.

Art. 9.º A Diretoria de Receita emitirá certidões da dívida não paga, e após, inscritas, remetê-las-á à Procuradoria da Fazenda do Distrito Federal, para cobrança executiva.

Art. 10. O abono de pagamento parcial ou total será feito:

- a) na Diretoria de Receita, sobre os livros próprios;
- b) na Procuradoria, sobre os livros anuais de cobrança executiva.

Art. 11. Das guias para cobrança parcelada constará:

1º, no caso do imposto de licença para localização:

- a) a localização do estabelecimento;
- b) nome da firma, individual ou coletiva, empresa ou companhia responsável pelo débito;
- c) indicação da dívida global, incluídos os adicionais e multa de mora;
- d) indicação do duodécimo da dívida unificada correspondente a uma prestação;
- e) 1 — com desconto de 5 %
2 — sem desconto
3 — com acréscimo de 5 %

2º, quando se referir ao imposto predial ou territorial:

- a) a localização e natureza do imóvel;
- b) nome e residência do proprietário;
- c) indicação da dívida global, incluídos os adicionais e multa de mora;
- d) indicação do duodécimo da dívida global unificada, correspondente a uma prestação:
- 1 — com desconto de 5 %
2 — sem desconto
3 — com acréscimo de 5 %.

Art. 12. O pagamento nas condições do parágrafo 2º do artigo 1º desta Lei, dos impostos em débito de qualquer exercício anterior a 1938, far-se-á na conformidade da legislação anterior aos Decretos-Lei ns. 157, de 1937, em se tratando de impostos predial e territorial e 251, de 1938, si relativo ao imposto de licença de localização de comércio, indústria e profissão, dispensada, porém, no caso de dívida ajuizada, das custas devidas e contadas.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 865 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 200:000\$000, para despesas de viagem

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de duzentos contos de réis (200:000\$000), para atender às despesas (Serviços e Encargos) de ida e volta, permanência na Bolívia e despesas eventuais de representação dos dois membros da Comissão Brasileira de Petróleo, que vão àquele país tratar da elaboração definitiva da lei orgânica da respectiva Comissão Mixta.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 866 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a permuta do domínio útil de um terreno da União pelos terrenos atualmente ocupados pelo Centro Hípico Brasileiro e Club Sportivo de Equitação.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Ministério da Fazenda a permutar o domínio útil dos terrenos que atualmente ocupam o Centro Hípico Brasileiro, na Praia Vermelha, e o Club Sportivo de Equitação, na Avenida Bartolomeu de Gusmão, pelo domínio útil de uma área de 23.949m² pertencente à União e situada entre a rua Jardim Botânico e a Avenida Lineu de Paula Machado, no bairro da Gávea, todos nesta Capital.

Art. 2.º As benfeitorias existentes nas duas áreas em cuja posse se encontram as referidas sociedades ser-lhes-ão indenizadas, de acordo com o preço que fixarem tres avaliadores designados, respectivamente, pela Diretoria do Domínio, Ministério da Guerra e pelos atuais ocupantes.

Art. 3.º O preço total das benfeitorias ficará no Banco do Brasil à disposição das sociedades interessadas, destinando-se a

mente ao custeio das obras de instalação que houverem de realizar no terreno cedido, de acordo com o plano que for previamente aprovado pela Diretoria do Domínio.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 867 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o recolhimento da arrecadação federal ao Banco do Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º As rendas do Governo Federal continuarão a ser arrecadadas pelas repartições competentes nos termos da legislação em vigor.

Art. 2.º Ficam revogadas todas as disposições legais e regulamentares que permitam a permanência destas rendas no todo ou em parte nos cofres federais.

Art. 3.º A arrecadação do Governo Federal será recolhida ao Banco do Brasil em conta especial da "Receita da União".

Art. 4.º As Delegacias Fiscais, as Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos, os Serviços de Fundos Regionais, as Estradas de Ferro da União, as Alfândegas, e as repartições da Capital Federal que remetam balanços à Contadoria Central da República, recolherão, diariamente, à matriz do Banco do Brasil ou às suas Agências a arrecadação líquida do dia anterior.

§ 1.º A arrecadação líquida ou saldos de caixa das demais repartições federais será recolhida da seguinte forma:

- a) pelas Coletorias Federais às Delegacias Fiscais respectivas;
- b) pelas Mesas de Rendas, Postos e Registos Fiscais às Delegacias Fiscais ou Alfândegas a que estejam subordinados;
- c) pelas Sucursais, Agências Postais e Telegráficas às Diretorias Regionais respectivas.

§ 2.º As repartições não arrecadadoras, mas que eventualmente recebam rendas ou dinheiros sob qualquer título, farão os recolhimentos às Delegacias Fiscais, ao Tesouro Nacional ou às repartições arrecadadoras mais próximas, no dia útil seguinte ao da arrecadação.

Art. 5.º Os prazos de recolhimento para as repartições mencionadas no § 1.º do artigo anterior, serão fixados pelas Diretorias das Rendas Aduaneiras e das Rendas Internas, mediante proposta das Delegacias Fiscais, em tabelas a que dará registro o Tribunal de Contas.

Art. 6.º A arrecadação do Governo Federal no exterior continuará a ser processada e recolhida na conformidade das leis e regulamentos em vigor.

Art. 7.º O recolhimento, na conta "Receita da União" será feito mediante guia em tres vias, nas quais o Banco do Brasil ou suas Agências passarão o competente recibo, devolvendo a 2.ª e 3.ª vias à repartição que efetuou o recolhimento.

Parágrafo único. As segundas vias serão remetidas às Contadorias Seccionais das repartições que efetuaram os recolhimentos, como documento de despesa do dia em que essas operações forem levadas a efeito. Os Serviços de Fundos Regionais e as Estradas de Ferro da União que ainda não possuem Contadorias Seccionais, remeterão essas segundas vias, respectivamente, à Contadoria Seccional no Ministério da Guerra e às Contadorias Seccionais nas Delegacias Fiscais.

Art. 8.º O Banco do Brasil providenciará afim de que todos os recolhimentos feitos às suas Agências sejam imediatamente transferidos para a matriz do Rio de Janeiro, a crédito da conta "Receita da União".

Art. 9.º Fica aberta no Banco do Brasil a conta especial: "Despesa da União", a cujo débito serão levados todos os pagamentos autorizados pelo Ministério da Fazenda, inclusive os relativos a suprimentos de que necessitarem as repartições federais para o pagamento de despesas orçamentárias, e os saques para restituição de depósitos, quando necessários.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, para o fim indicado na parte final deste artigo, autorizará o Banco do Brasil a fazer, em cada caso, os necessários suprimentos às repartições que os solicitarem.

Art. 10. Em favor das repartições pagadoras da União no Distrito Federal e nos Estados, o Ministério da Fazenda autorizará o Banco do Brasil a conceder créditos mensais que não excederão de 1/12 da totalidade das despesas que tiverem de pagar durante o exercício financeiro, na base das distribuições de créditos orçamentários feitas pela Diretoria da Despesa Pública.

Parágrafo único. Por conta dos créditos abertos no Banco do Brasil, na conformidade deste artigo, sacarão as repartições beneficiadas os suprimentos de que necessitarem; liquidando-os o Banco e suas Agências a débito da conta "Despesa da União".

Art. 11. O Banco do Brasil providenciará afim de que todos os saques feitos às suas Agências na conta "Despesa da União" sejam imediatamente transferidos para a Matriz, a débito da mesma conta.

Art. 12. O Banco do Brasil enviará, diariamente, à Diretoria Geral da Fazenda Nacional, ao Tribunal de Contas e à Contadoria

Central da República, os extratos das contas "Receita da União" e "Despesa da União", nos quais mencionará sempre o nome das repartições com que operar, além de outros elementos próprios de cada histórico, quer nos recolhimentos, quer nos pagamentos.

Art. 13. A escrituração dos "Depósitos" que a União arrecadar far-se-á de acordo com os preceitos estatuidos no Código de Contabilidade e seu Regulamento, correndo a restituição dos mesmos por conta dos recursos proporcionados pela arrecadação geral, a débito dos respectivos títulos ou contas, ficando revogado o art. 23, do Decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933.

Parágrafo único. A conta "Depósitos de Terceiros", existente no Banco do Brasil, será encerrada, transferindo-se o seu saldo para a de "Receita da União".

Art. 14. Os saldos credores da conta "Receita da União" e os devedores da conta "Despesa da União" vencerão os juros que forem convencionados com o Banco do Brasil, contados e acumulados no fim de cada semestre civil, sendo os saldos para a contagem dos juros encontrados pela comparação diária da receita com a despesa da União.

Art. 15. Os juros das contas referidas no artigo anterior e os das que forem abertas por determinação do Ministro da Fazenda, quer diretamente ao Tesouro Nacional, quer sob sua responsabilidade e garantia, não poderão ultrapassar a taxa de 6 % ao ano, capitalizados ou não por semestres civis.

Parágrafo único. Ficam extensivas às contas já abertas, as condições de juros estipuladas neste artigo.

Art. 16. As contas Receita e Despesa da União serão encerradas, por encontro de saldos, no fim de cada exercício financeiro, promovendo o Governo os meios ou as operações de crédito a que estiver autorizado para a liquidação do saldo, si devedor, e transferindo-se para a conta de "Liquidação", si credor.

Art. 17. A execução dos serviços decorrentes deste decreto-lei, por parte do Banco do Brasil, será feita mediante contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o referido Estabelecimento, aprovado por decreto do Governo.

Art. 18. O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1939, ficando prorrogado até 31 de dezembro de 1938 o contrato assinado com o Banco do Brasil em 13 de agosto de 1936.

Art. 19. O Ministro da Fazenda baixará as instruções que se fizerem necessárias à fiel execução do presente decreto-lei.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO N. 3.182 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1938

Concede inspeção permanente ao Colégio Pio X, em João Pessoa, Estado da Paraíba

O Presidente da República:

Resolve, nos termos do art. 55, do Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspeção permanente ao Colégio Pio X, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

(C 7.591 — Em 17-11-1938 — 16\$300).

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Por decretos de 8 de novembro de 1938, foi concedida exoneração a Dionísio José dos Santos Filho do cargo de escrevente juramentado, interino, do serventário do 2.º ofício da 4.ª Vara Cível do Distrito Federal e a Djama da Silva Cruz do cargo de guarda de Presídio, interino, da classe D, do Quadro I deste ministério.

— Por outros da mesma data, foi concedida aposentadoria, nos termos da legislação em vigor, a Manuel de Albuquerque Cordeiro e Miguel Arcanjo Teixeira, no cargo de auxiliar, classe G, da Secretaria do extinto Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas, do Quadro V, do mesmo ministério.

— Na mesma data foi expedido decreto a Edmundo Elói Pessoa, contínuo, padrão E, do Quadro VI, do mesmo ministério, que de acordo com o art. 1.º do decreto-lei n. 267, de 11 de fevereiro último, passou a exercer o cargo de classe E, da carreira de servente do mesmo quadro e ministério.

— Ainda por outro da mesma data, foi nomeado Rolando Machado para exercer, interinamente, as funções de escrevente juramentado do escrivão do 1.º Ofício do Juízo da Séptima Pretoria Cível do Distrito Federal, freguesia de Inhaúma.

— Também por outro da mesma data foi exonerado o doutor Carlos Florêncio de Abreu do cargo de médico-legista, classe K, do Quadro II deste ministério.

— Por decreto de 11 de outubro de 1938, foi concedida aposentadoria, na forma da Lei Constitucional n. 2, de 16 de maio de 1938, a Higino Severino dos Santos, no cargo de escrivão da classe J, deste ministério.

Ministério da Educação e Saúde

Por decreto de 16 do corrente, foi transferido, nos termos do art. 57, do decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, o professor catedrático, padrão L, Nelson Roméro, da cadeira de latim do Externato do Colégio Pedro II para a cadeira de Psicologia, Lógica e História da Filosofia do mesmo Colégio, do quadro I, vaga em virtude da aposentadoria do respectivo titular, Dr. Agliberto Xavier.

Ministério da Fazenda

O Presidente da República resolveu por decretos de 11 de novembro de 1938:

Conceder as seguintes aposentadorias:

A Godofredo Lima, no cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo, no Quadro VII, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 78.094/38;

A Lúcio Vieira Júnior, no cargo de coletor da Coletoria das Rendas Federais em Sarapuí, no Estado de São Paulo, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 84.322/38;

A Miguel Venâncio de Santa Rosa, no cargo da classe D, da carreira de marinheiro, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 83.517/38;

A Adlerno Pampolha de Almeida, no cargo da classe I, da carreira de oficial administrativo, do Quadro VII, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 83.976/38;

A Tomaz Bispo Vieira, no cargo da classe D, da carreira de marinheiro, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 84.452/38;

A Raimundo Ildelfonso dos Santos, no cargo da classe G, da carreira de patrão, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 82.200/38;

A Manuel Pinto de Sousa, no cargo da classe D, da carreira de marinheiro, do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 79.059/38;

A João Carlos da Cruz, no cargo da classe D, da carreira de marinheiro, do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 79.067/38;

A Clementino Marques da Silva, no cargo da classe C, da carreira de marinheiro, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 81.302/38;

A Francisco José Atanásio, no cargo da classe B, da carreira de trabalhador, do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 80.789/38;

A José Siqueira de Santa Clara, no cargo da classe F, da carreira de escriturário, do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, nos termos da legislação em vigor, proc. n. 77.732/38;

Tendo em vista o que consta do processo n. 57.255, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;

Declara que a aposentadoria de que trata o decreto de 11 de agosto último, nos termos do art. 156, letra "d", da Constituição Federal, foi concedida a Antônio Gonçalves, no cargo de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Igarapava, no Estado de São Paulo e não no cargo de coletor, como consta do referido decreto, processo n. 57.255/38;

Tendo em vista o que consta do processo n. 63.148, de 1938, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;

Declara que a aposentadoria de que trata o decreto de 15 de setembro último, foi concedida a Alceu Inácio Campos no cargo da classe D, da carreira de marinheiro, do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 156, letra "f", da Constituição Federal, e não nos termos da legislação em vigor, como consta do referido decreto.

Exonerar:

Otávio Dutra Meireles do cargo da classe D, da carreira de dactilógrafo, do Quadro I — Diretoria do Domínio da União, do Ministério da Fazenda, visto ter sido nomeado fiscal de rendas de 2ª classe da Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o § 1º, do art. 2º, do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, proc. n. 53.844/38;

A José Patrício de Oliva do cargo de despachante aduaneiro, junto à Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo, proc. n. 79.021 de 1938;

Nomear:

De acordo com os artigos 41 e 40, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936:

Paulo Soares Palmeira, para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Alagoas e Deodoro (considerada de 5ª classe).

no Estado de Alagoas, vago em virtude de ter sido tornada sem efeito a nomeação de Augusto Camelo da Costa;

Carlos Ramos para exercer o cargo de escrivão da 2ª Coletoria das Rendas Federais em Campos Novos, (considerada de 5ª classe), no Estado de Santa Catarina, criada pelo decreto n. 9.078, de 15 de setembro de 1938;

Aquiles Tenuta, para exercer o cargo de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em São Luiz de Cáceres (5ª classe), no Estado de Mato Grosso, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular Benedito Rozendo de Camargo;

Pedro Moacir de Assis para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Foz de Iguaçu (considerada de 5ª classe), no Estado do Paraná, vago com a remoção do respectivo titular Adão Iwankin;

Caliméria de Araujo Castro, para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Santa Luzia do Sabui (considerada de 5ª classe), no Estado da Paraíba, vago em virtude de remoção do respectivo titular José João Madruga;

Maria Amélia Bugarin Neta, para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Miraflores (5ª classe), no Estado de Alagoas, vago em virtude de promoção do respectivo titular Cícero Silva;

Trisalda Torres, para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, devendo ter exercício na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba;

Vinício Massa Fontes para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, devendo ter exercício na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo;

Antonieta Sardi para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, devendo ter exercício na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso;

Hilmar de Castro Rego para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, devendo ter exercício na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais;

Maria Gomes Pimentel para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, devendo ter exercício na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais;

Silvio Gonçalves Pena, para exercer o lugar de fiscal de Clubes de Mercadorias mediante sorteios no Distrito Federal;

De acordo com os artigos 41 e 53, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936:

Edgar Luz para exercer, interinamente, o cargo da classe "H", da carreira de "perito", do Quadro V, Casa da Moeda, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei;

Otacílio José de Faria para exercer, interinamente, o cargo da classe C, da carreira de maquinista marítimo, do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, vago em virtude de promoção do respectivo titular, Nestor Ferreira dos Santos, devendo ter exercício na Alfândega do Rio de Janeiro;

De acordo com o art. 42, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936: Astrogildo José Wanderley, para exercer, interinamente, o cargo da classe C, da carreira de "maquinista marítimo", do Quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, vago em virtude de promoção do respectivo titular, João Paulino da Rocha, devendo ter exercício na Alfândega de Maceió, no Estado de Alagoas;

Decretos de 8 de novembro de 1938:

De acordo com o artigo 1º do decreto n. 20.486, de 6 de outubro de 1931:

Dulce de Sena, auxiliar, em disponibilidade, classe G, da extinta Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, Quadro V, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas, à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e ter exercício na Delegacia Fiscal daquele Estado;

Cleide Sousa Medeiros Raposo, dactilógrafo, em disponibilidade, classe E, da extinta Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Quadro V, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para exercer o cargo da classe D, da carreira de escriturário, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, e ter exercício na Delegacia Fiscal no Estado do Amazonas;

Transferir:

De acordo com o artigo 35, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936:

Alarísio de Andrade Moura do cargo da classe F, da carreira de protocolista, do Quadro I, do Ministério da Fazenda, para o cargo da classe "F", da carreira de escriturário, do Quadro III — Recebedorias Federais, do mesmo Ministério, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, modificadas pelo decreto n. 2.206, de 24 de dezembro de 1937, devendo ter exercício na Recebedoria do Distrito Federal;

Décio Martins de Almeida, do cargo da classe F, da carreira de escriturário, do Quadro VII, do Ministério da Fazenda, para o cargo da classe F, da carreira de escriturário, do Quadro III, do mesmo Ministério, vago conforme consta das tabelas anexas à referida lei, devendo ter exercício na Recebedoria do Distrito Federal;

João Jover Goulart Fraga, do cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo, do Quadro III — Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça, para o cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo, do Quadro II — Tribunal de Contas, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938;

Promover:

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Floresta dos Leões (5.^a classe), no Estado de Pernambuco, Reinaldo Alves da Silva, para a Coletoria das Rendas Federais em Catende (4.^a classe), no mesmo Estado, vago em virtude da promoção do respectivo titular, Luiz Gonçalves Portela;

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Itapipoca (5.^a classe), no Estado do Ceará, Milton de Brito Firmesa, para idêntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Soure (4.^a classe), no mesmo Estado, vago em virtude do falecimento do respectivo titular, José Ferreira de Pontes.

Remover:

De acordo com o artigo 32, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936:

O guarda aduaneiro, da classe D, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda, Alfredo Ramos da Silva com exercício na Alfândega de Aracaju, no Estado de Sergipe, para a Alfândega de Recife, no Estado de Pernambuco;

O escriturário da classe F, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, João Martins Pena, com exercício na Delegacia Fiscal no Estado da Paraíba, para idêntico lugar na Delegacia Fiscal no Estado de São Paulo;

O escriturário da classe E, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda, Rubens de Freitas Campelo com exercício na Alfândega de Paranaguá, no Estado do Paraná, para a Alfândega de São Salvador, no Estado da Bahia;

O desenhista, da classe G, do Quadro I, do Ministério da Fazenda, Leopoldo de Carvalho Ribeiro com exercício no Serviço Regional junto à Delegacia Fiscal no Estado do Pará, para idêntico lugar em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul;

O escriturário da classe F, do Quadro VII — Delegacias Fiscais, do Ministério da Fazenda, Wilson Miguel Ibanez, com exercício na Delegacia Fiscal no Estado de Mato Grosso, para a do Estado do Rio Grande do Sul;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Canguaretama (4.^a classe), no Estado do Rio Grande do Norte, Eptácio Galvão, para idêntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Mossoró, (4.^a classe), no mesmo Estado, vago em virtude de aposentadoria do respectivo titular, Alfredo de Castro Araujo;

A pedido, o coletor da Coletoria das Rendas Federais em João Pinheiro, considerada de 5.^a classe), no Estado de Minas Gerais, Demóstenes Roriz Filho para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Caeté, (5.^a classe), no mesmo Estado, vago em virtude de falecimento do respectivo titular, José Rodrigues Franco;

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Xapuri, (5.^a classe), no Território do Acre, Júlio Cesar Maia, para idêntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Itapipoca (5.^a classe), no Estado do Ceará, vago em virtude de promoção do respectivo titular, Milton de Brito Firmesa.

Tornando sem efeito:

O decreto de 1 de setembro de 1938, que transferiu, de acordo com o art. 63, do decreto-lei n. 426, de 12 de maio corrente, o oficial administrativo, da classe H, do Quadro III — Imprensa Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Fernando Mende de Sousa Filho, para o cargo da classe H, da carreira de oficial administrativo, do Quadro II — Tribunal de Contas, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao referido decreto, visto já haver sido feita a transferência a que se refere.

Ministério da Guerra

O Sr. Presidente da República resolveu:

Por decreto de 12 de novembro de 1938:

Declarar:

De acordo com o disposto no art. 4.^o do decreto n. 20.486, de 6 de outubro de 1931, sem efeito, os decretos de 1, 27 de junho e 13 de julho de 1938, nomeando, respectivamente, Francisco Pereira Soares, Ladislau Moura, Ascendino Rodrigues e Sérgio Augusto da Silva, para o cargo de servente, classe B, Quadro I, do Ministério da Guerra, visto não terem tomado posse do mesmo cargo dentro do prazo legal.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Decreto de 12 de novembro de 1938:

O Presidente da República resolve:

Demitir, por abandono de emprego, de acordo com o art. 14, § 2.^o, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, combinado com o n. 6 do art. 130 do regulamento aprovado pelo decreto número 20.859, de 26 de dezembro de 1931, Mari Brundo, do cargo de agente postal de Curral Alto, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul (22.846, de 1938).

Nomear José Arturi, para exercer o cargo de agente postal de Curral Alto, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul (22.846, de 1938).

RETIFICAÇÕES

Decreto do dia 5 de novembro de 1938:

O Presidente da República resolve:

Exonerar, tendo em vista o que consta do processo número 20.961, de 1938, da Secretaria de Estado do Ministério da Viação e Obras Públicas: José Inácio da Silva Siqueira Júnior do cargo de agente postal de "Ambrósio Aires", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Amazonas e Acre.

Decreto do dia 12 de novembro de 1938:

O Presidente da República resolve:

Aposentar, nos termos da legislação em vigor: Reinaldo Gusmão, no cargo da classe K, da carreira de oficial administrativo do Quadro IV do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Idalino Campos da Luz Filho, no cargo da classe H, da carreira de telegrafista, do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

DF[287 — Em 31 de outubro de 1938 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República — Subneteu V. Ex. à apreciação deste Departamento o memorial em que o químico, padrão J, do quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, Epimaco de Araújo Melo, recorre da decisão do antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil, que julgou improcedente o pedido formulado de retificação de classificação nas tabelas anexas à Lei n. 284, de 1936.

2. O recorrente, vendo o seu cargo classificado no padrão J, considerado extinto pelo Reajustamento, pediu, em tempo oportuno, àquele Conselho, a retificação de sua classificação para padrão K, da mesma carreira.

3. O antigo Conselho julgou o pedido improcedente, acrescentando que a diferença de vencimentos estava assegurada ao reclamante pelo art. 3.^o das Disposições Transitórias da citada Lei n. 284, de 1936.

4. Entretanto, de um exame mais cuidadoso da matéria, verifica-se que aquela decisão, para a qual, aliás, concorri como membro do Conselho Federal do Serviço Público Civil, não foi justa e deve ser alterada.

5. Trata-se de cargo isolado, do padrão K, e como, anteriormente ao Reajustamento, o recorrente percebia o vencimento mensal de 1:740\$000, era no padrão K, e não no J, que se deveria ter processado a sua classificação.

6. O critério que presidiu a elaboração das tabelas anexas à referida Lei n. 284, de 1936, foi o da coincidência ou aproximação dos vencimentos percebidos, à época, pelos funcionários.

7. Assim, 1:740\$00 se aproximam mais do padrão K 1:900\$00 que do padrão J (1:500\$00), e naquele padrão, e não neste, deveria, pois, ter sido reajustado o reclamante.

8. É bem verdade que a diferença de 240\$00 entre os vencimentos que percebia e os que passou a perceber lhe ficara assegurada pelo citado art. 3.^o das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 1936, mas não é menos verdade que essa diferença não é computada no cálculo dos proventos para aposentadoria.

9. Nesta conformidade, ao restituir a V. Ex. o processo relativo ao assunto, tenho a honra de opinar pelo provimento do recurso, uma vez que, como ficou demonstrado, o cargo do reclamante deveria ter sido reajustado no padrão K.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos de meu mais profundo respeito. — Luiz Simões Lopes, presidente.

Aprovado. Em 4-11-38. — G. VARGAS.

DE|302 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República — O Sr. ministro da Agricultura solicitou fosse submetida à consideração de V. Ex. a indicação de Linda Travaglini, para exercer, como extranumerário-mensalista, no Serviço Geológico Mineralógico, as funções de auxiliar de escrita de 5ª classe, na vaga verificada com o falecimento de Auro Bordallo.

2. Da relação aprovada, publicada no suplemento do *Diário Oficial*, de 5 de março último, consta o nome do extranumerário que deixou vaga a função em que se dará o aproveitamento da candidata proposta.

3. Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 18, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último.

4. Justificada que foi a necessidade da admissão, e, como desta não resultou aumento de despesa, por tratar-se de lugar vago, tenho a honra de encaminhar a V. Ex. o incluso processo, opinando pelo atendimento da proposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente.

Aprovado. Em 5-11-38. — G. VARGAS.

DE|303 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República — O diretor do Serviço de Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas encaminhou a este Departamento a inclusa exposição de motivos n. 60-P, de 29 de outubro próximo passado, em que o titular da pasta submete à consideração de V. Ex. a indicação do pessoal extranumerário mensalista abaixo relacionado, para exercer, naquela Secretaria de Estado, as funções constantes da tabela suplementar aprovada por despacho de V. Ex., exarado na exposição de motivos n. DE|25, de 20 de agosto do corrente ano, deste Departamento:

Auxiliar de escrita de 3ª classe — 700\$0

Zeny Miranda.
Altamiro Vianna.
Celeste Pires de Sá.
Dyrcce Luna.

Auxiliar de escrita de 2ª classe — 650\$0

Heliuz Muniz Barreto.
Mario Mexias.
Nair Ferreira Lopes.
Sonia Passos.
Nair de Andrade.
Maria Lucia Costa.

Auxiliar de escrita de 1ª classe — 600\$0

Frederico Alfredo da Silveira.
Myrthes de Queiroz.
Sylvio de Mentzingen Corrêa.
Aloysio Portella de Figueiredo.
Carlos Mendes.
Rosa Pinheiro.
Helio Oliva da Fonseca.
Mylce Bicudo.
Maria das Dores Silveira.
Jesuino de Freitas Ramos.
Janil Miguel Elian.
Jorge Alberto Nunes Serrão.

Auxiliar de escrita de 4ª classe — 500\$0

Hilda de Jesus Gomes.
Rosa Frazão Ribeiro.
Almehy França de Almeida.
Maria Isabel da Silva Xavier.
Francisco Martins Dias Filho.
Geraldina de Carvalho Figueiredo.
Alberto da Silva Vianna.
Lucia de Abreu e Lima.
Levergina Guimarães de Campos.
Hercilia da Fonseca Ribeiro.
Sylvia Sabariz.
Maria Luiza de Toledo Pereira Reis.
Helena Marcondes de Souza Bandeira.
Wilson de Souza Aguiar.
José Francisco Boselli.
Avany Geralda França dos Anjos.

Auxiliar de escrita de 5ª classe — 500\$0

Waldinar Serra e Silva.
Yolanda de Andrade Pinheiro.
Rosita Pevsner.
Noemi Guimarães.
Geraldo Guedes Britto.
Anna Lucy Verran Leite.
Arykorne Teixeira Guedes.

Luciano de Figueiredo Mesquita.
Pedro de Castro Camara Leal.
Dora Leal Scheinker.
Luiz de Assis Fonseca.
Edgard Morraria.
Odila Guimarães Monteiro.
Alvaro Rodrigues Costa.
Guarany da Silveira.
Roberto Ribeiro de Souza.
Maria de Lourdes Santos Reys.
Saul Warchavsky.
Heloisa de Oliveira Vasconcellos.

Auxiliar de 1ª classe — 450\$0

Aluizio de Almeida.
Floriano Segala Filho.
Ilka Soares de Andréa Cordeiro.
Maria José Garcia de Menezes.
Aida Rosa da Silva.
Maria Carolina Ferreira.
Elmano James de Azevedo.
Erothilde Sampaio Caldas.
Arabella Telles.
Virginia Gomes Netto.

Auxiliar de 2ª classe — 400\$0

Iracema Maciel Soares.
Yvonne Kastrup.
Nilza Pereira de Castro.
Danilo Leal Carneiro.
Laura Chapot.
Yara Delfim.
Mary Ferreira.
Wilson de Azevedo Silva.
Rubens Geraldo Pamplona Machado.
Lucia Osório.
Helia Batalha.
Léa Miranda Pontes.
Maria Francisca Felicia dos Santos.
Grace Belfont Sbaladers.
Daniel Ranalli.
Walter de Souza.
Aristides Barreira.
Alberto Moutinho.
Maria Thereza de Castro.

2. Para o preenchimento dessas funções, o Serviço de Pessoal daquele ministério fez realizar uma prova de habilitação, cujo resultado foi publicado no *Diário Oficial* de 26 do corrente mês, a folhas 21.543.

3. Demonstrada, portanto, a necessidade da admissão do pessoal acima, e, satisfeitas que foram as exigências do art. 18, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último, tenho a honra de passar o incluso processo às mãos de V. Ex. opinando pelo atendimento da proposta do Sr. ministro da Viação e Obras Públicas.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente.

Aprovado. Em 8-11-38. — G. VARGAS.

DE|304 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O senhor ministro da Fazenda solicitou fosse submetida à consideração de Vossa Excelência a indicação de Lourdes Aparecida Noce, Gaspar Correia Rego, Alvaro Pinto Correia, José Penela, Walter Palheiras Kransche e Jaques Neiva de Oliveira, para exercerem, respectivamente, junto à Alfândega de Santos, Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul, Alfândega do Rio Grande, Alfândega de Livramento, Delegacia Fiscal em Pernambuco e Delegacia Fiscal na Paraíba, as funções de auxiliar técnico de 4ª classe.

2. Existem, na tabela respectiva, as vagas em que serão aproveitados os candidatos propostos: umas, decorrem da dispensa automática de dois extranumerários, que foram nomeados para cargos efetivos em quadros do Ministério da Fazenda, constando ainda por preencher.

3. Satisfeitas que foram as exigências do art. 18, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último, e, como a proposta consulta os interesses do serviço, conforme está esclarecido no processo, além de não determinar aumento de despesa, por isso que as admissões se processarão em funções vagas, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso processo opinando pelo atendimento da proposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente. — Aprovado. Em 4-11-38. — G. VARGAS.

E|305 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O senhor ministro da Agricultura encaminhou a este Departamento a exposição de motivos n. GN-630, de

de outubro próximo findo, na qual, atendendo ao proposto pelo Serviço de Fomento da Produção Vegetal (D. N. P. V.), submete à consideração de Vossa Excelência a indicação dos auxiliares de 3ª classe do mesmo Serviço, Celina dos Santos Costa e Betman Hollewag de Alcântara, para preencherem, nas mesmas condições de extranumerários-mensalistas, as funções de auxiliar de escrita de 4ª classe, nas vagas verificadas com a dispensa, a pedido, de Daniel Luiz Brandão Reis e com o falecimento de Inocêncio Vieira dos Santos.

2. Para os lugares vagos de auxiliar de 3ª classe são indicados Otávio Borda e José Maria Duarte de Oliveira, que constam das tabelas, publicadas à fls. 54, do suplemento ao *Diário Oficial*, de 5 de março último, como trabalhadores, aquele de 1ª classe, com a remuneração mensal de 350\$000, e este, de 3ª, com a de 250\$000, ambos servindo no armazém daquele Serviço, no cais do porto desta Capital.

3. Provada que foi a imprescindibilidade do imediato preenchimento das vagas referidas, e, como se encontrem em ordem, no processo, os documentos exigidos pelo art. 18, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro do corrente ano, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa proposta opinando pelo seu atendimento, de que, aliá, não resultará aumento de despesa, de vez que o aproveitamento pretendido se processará em funções vagas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes* presidente. — Aprovado. Em 4-11-38. — G. VARGAS.

DE/310 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o requerimento em que o protocolista, classe G, do Quadro I — Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, Marciano Augusto Botelho de Magalhães, pede transferência para igual classe da carreira de escriturário do Quadro IV — Caixa de Amortização, ou para a classe F, da carreira de escriturário do Quadro III — Recebedorias Federais — caso a transferência não seja possível para o referido Quadro IV.

2. Os pedidos de transferência de carreira encontram apoio no art. 38, da lei n. 234, de 1936.

3. Assim, não obstante existirem seis excedentes na classe G, da carreira de escriturário do Quadro IV, do Ministério da Fazenda, a transferência solicitada poderá efetivar-se para essa classe, uma vez que, havendo, na classe H, da carreira de oficial administrativo do mesmo quadro, 10 cargos vagos a serem preenchidos por escriturários G, logo após a prestação da prova de classificação, a extinção dos excedentes se dará oportunamente.

4. Para a classe F da carreira de escriturário do Quadro III é que não poderá dar-se a transferência, já que isso importaria em descesso e que, consoante doutrina firmada sobre o assunto, só se permitem transferências para classes iguais.

5. Nesta conformidade, ao encaminhar a Vossa Excelência o processo relativo ao aludido requerimento, tenho a honra de opinar no sentido de que nada ha a opôr à transferência do peticionário para a classe G, da carreira de escriturário do Quadro IV, do Ministério da Fazenda, nas condições referidas no item 3 desta exposição.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes* presidente. — Aprovado. Em 7-11-38. — G. VARGAS

DE/311 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O Sr. ministro da Agricultura encaminhou a este Departamento a exposição de motivos número G. M. 633, de 4 de outubro próximo passado, em que, atendendo ao proposto pela Diretoria de Organização e Defesa da Produção, submete à consideração de Vossa Excelência, a indicação de Dilson Teixeira da Silva, para exercer, como extranumerário-mensalista, naquela diretoria, as funções de auxiliar de 5ª classe, na vaga decorrente da dispensa de Derli Alcântara Ribeiro.

2. Na organização da proposta foram observadas as formalidades indispensáveis à aprovação pretendida.

3. Acham-se em ordem os documentos capitulados no artigo 18, do decreto-lei número 240, de 4 de fevereiro último, estando justificada a imprescindibilidade do preenchimento da vaga e esclarecido que o proposto se incumbirá de serviços de portaria.

4. A admissão, por tratar-se de lugar vago, não acarretará aumento de despesa, já prevista, portanto, para o atual exercício.

5. Nestas condições, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o processo incluso, opinando pelo atendimento da proposta nos termos em que a formulou o Sr. ministro da Agricultura.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes* presidente.

Aprovado. Em 5-11-38. — G. VARGAS.

DE/312 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O inspetor federal de Obras contra as Secas, tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último, e, para normalizar a situação de grande parte de seu pessoal extranumerário, propôs ao Sr. ministro da Viação e Obras

Públicas, fosse destacada da verba de obras do atual orçamento daquele Ministério, a importância de 3.091:398\$000, para suplementar a dotação que atende ao pagamento de extranumerários.

2. Entretanto, o titular da pasta, atendendo a que o expediente indicado pela Inspeção importaria em alteração do orçamento, providência essa que o ministro da Fazenda acha desaconselhável, resolveu rejeitar a sugestão da Inspeção determinando que o assunto fosse solucionado quando da revisão anual das respectivas tabelas, prevista no art. 24 do decreto-lei citado.

3. Fundamentando sua resolução, o Sr. ministro da Viação diz que, se o pagamento do pessoal extranumerário vem sendo feito, em parte, à conta da verba de obras, tal acontece em virtude do despacho proferido por Vossa Excelência na exposição de motivos n. 337, de 15 de fevereiro último, do Ministério da Fazenda, na qual o titular dessa pasta propôs que o pagamento do pessoal extranumerário da Inspeção Federal das Estradas fosse feito, a exemplo do ano findo, parte pela verba 1ª — Subconsignação 43, e parte pela verba 5ª — Subconsignação 14 (Obras contra as Secas), pois as tabelas do pessoal extranumerário foram organizadas e coordenadas ainda em vigência do decreto-lei n. 871, de 1 de junho de 1936.

4. O processo foi encaminhado a Vossa Excelência, que resolveu enviá-lo a este Departamento, o qual, depois de acurado estudo, chegou à conclusão de que são bastante ponderáveis as razões apresentadas pelo Sr. ministro da Viação e Obras Públicas, e opina, assim, no sentido do provimento do solicitado na exposição de motivos, devendo, todavia, ficar estabelecido que ao proceder-se à elaboração do orçamento de 1939, o Ministério adotará as providências necessárias ao fiel cumprimento do decreto-lei n. 240, precitado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes* presidente.

Aprovado. Em 5-11-38. — G. VARGAS.

DE/313 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Em exposição de motivos n. D. E. 78, de 6 de setembro último, tive oportunidade de transmitir a Vossa Excelência o parecer deste Departamento acerca da indicação de Nelson Martins Teixeira, feita pelo Ministério da Agricultura, para exercer, como extranumerário-mensalista, no Serviço de Fruticultura, as funções de auxiliar de escrita de 1ª classe, na vaga decorrente do falecimento de Sizenando Borges.

2. Na referida exposição de motivos ponderou este Departamento que, tendo conhecimento de que o Serviço do Pessoal daquela Secretaria de Estado realizava uma prova de seleção para apurar a capacidade dos candidatos à admissão em funções burocráticas, e, não constando do respectivo processo que aquela candidata se houvesse submetido à prova referida, seria conveniente que o Ministério prestasse esclarecimentos nesse sentido e fizesse ainda remeter a este Departamento a relação das pessoas habilitadas na aludida prova.

3. Atendendo ao pedido de diligência então formulado, Vossa Excelência houve por bem encaminhar o processo, ao Ministério da Agricultura, que o restituiu, agora, a este Departamento, devidamente instruído.

4. Esclarece a informação que não houve prova para selecionar candidatos aos diversos departamentos do mesmo Ministério, mas, excepcionalmente, para os pretendentes a lugares burocráticos naquele Serviço do Pessoal, ora em organização definitiva.

5. Daí, não figurar na relação acima o nome de Helena Martins Teixeira, que foi, por livre proposta do diretor do Serviço de Fruticultura, indicada à substituição de Sizenando Borges, nas funções de auxiliar de escrita de 4ª classe.

6. Atentes as razões expostas pelo Ministério da Agricultura, perfeitamente aceitáveis no caso em apreço, tenho a honra de passar o incluso processo às mãos de Vossa Excelência, opinando pelo atendimento da proposta nos termos em que a formulou o Sr. ministro, em sua exposição de motivos n. G. M. 495, de 23 de agosto deste ano, de vez que foram satisfeitas, no seu processamento, as exigências do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes* presidente.

Aprovado. — Em 5-11-38. — G. VARGAS.

DE/314 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o requerimento em que o escriturário, classe G, do Quadro VII — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas — Francisco Correia Filho, pede transferência para igual classe e carreira de Quadro VIII — Rêde de Viação Cearense — do mesmo Ministério.

2. O pedido encontra apoio no § 2º do artigo 35 da lei número 281, de 1936, pelo que nada ha a opôr à transferência solicitada, desde que a mesma fique condicionada à existência de vaga a ser preenchida por merecimento e que o interessado passe a ocupar o último lugar da classe em que pretende ingressar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes* presidente.

Aprovado. Em 8-11-38. — G. VARGAS.

DF/315 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o requerimento em que o **escriturário, classe E, do Quadro XVI — Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Pará — do Ministério da Viação e Obras Públicas, Laura Neiva de Moraes** pede transferência para igual classe e carreira do **Quadro IV — Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal — do mesmo Ministério.**

2. O pedido encontra apoio no § 2º do artigo 35 da lei número 284, de 1936, pelo que nada ha a opor a transferência solicitada, desde que a mesma fique condicionada à existência de vaga a ser preenchida por merecimento e que o interessado passe a ocupar o último lugar na classe em que pretende ingressar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Luiz Simões Lopes**, presidente.

Aprovado. Em 8-11-38. — **G. VARGAS.**

DF/317 — Em 4 de novembro de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o requerimento em que o **escriturário, classe F, do Quadro VII — Delegacias Fiscais do Ministério da Fazenda — José Guanabarro Freiria Filho**, pede transferência para igual classe e carreira dos **Quadros VIII — Alfândegas — ou III — Recebedorias Federais, do mesmo Ministério.**

2. O pedido encontra apoio no § 2º do artigo 35 da lei número 284, de 1936, pelo que nada ha a opor a transferência solicitada, para qualquer dos dois Quadros, desde que a mesma fique condicionada à existência de vaga a ser preenchida por merecimento e que o interessado passe a ocupar o último lugar da classe em que pretende ingressar, ficando, outrossim, entendido que, depois de transferido, o requerente continue a perceber os vencimentos atuais.

3. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — **Luiz Simões Lopes**, presidente.

Aprovado. Em 5-11-38. — **G. VARGAS.**

Divisão do Funcionário Público

PARECER

Processo n. 902 — DF 475 — O Sr. Ministro da Guerra submete à consideração deste Departamento os requerimentos inclusos que lhe dirigiram **Leonel Pereira da Silva, Vanda Borges da Silva, Ricardina Alexandrina Nogueira de Almeida, José Fonseca, Adelaide Borges da Silva, João Vitor Bomfim, Manuel Rodrigues Moura, Francisca de Oliveira Chaves, Luiza Guimarães, Mário Ferreira da Cunha, Altamirando Vieira de Lemos e Abel Marcelino Carvalho**, funcionários da **Fábrica de Cartuchos de Infantaria** pedindo nomeação para a classe inicial da carreira de **Escriturário do Quadro I, do Ministério da Guerra.**

2. Alegam os requerentes ter sido revalidado, pelo art. 2º do decreto-lei n. 636, de 19 de agosto último, o concurso que prestaram em 1934, naquela Fábrica, para provimento de duas vagas de **Escrevente**, hoje classificado na letra G da carreira de **Escriturário** referida, cujo edital não estipulou prazo de validade.

3. O S. P. C. e a C. E. G. opinaram favoravelmente à pretensão, solicitando a C. E. que o assunto fosse apreciado pelo D. A. S. P.

4. É preciso decidir se o concurso prestado pelos requerentes, sem prejuízo de validade, está ou não compreendido nas disposições do decreto-lei n. 636, de 19 de agosto último, para efeito das nomeações.

5. Esta Divisão, para melhor instrução do processo, solicitou à C. E. G. fosse informado si o concurso referido estava previsto em dispositivo regulamentar.

6. Essa Comissão, ao restituir os processos, limitou-se apenas a encaminhar a informação prestada pelo S. P. C., em que se esclarece:

a) que o art. 10 do regulamento da **Fábrica de Cartuchos de Infantaria**, baixado com o decreto n. 10.783, de 25-2-914, ainda hoje em vigor, exige concurso para os terceiros oficiais, cargo inicial da carreira burocrática do referido estabelecimento naquela época;

b) que, em 1919, pela lei n. 3.674, de 7 de janeiro, foram criados 15 lugares de **escreventes** na **Fábrica de Cartuchos de Infantaria**, com vencimentos menores que os dos terceiros oficiais de sorte que passaram eles, inegavelmente, a constituir a classe inicial;

c) que muito embora a lei que criou os 15 lugares não determinasse o provimento por concurso, a alta Administração da Guerra resolveu mandar proceder a essa prova de seleção, aplicando ao caso, portanto, o art. 10, citado;

d) que foi altamente moralizada essa medida do Senhor Ministro da Guerra o qual tinha competência legal para assim proceder;

e) que, daquela data em diante, todas as vagas que se verificavam no quadro de **escreventes** eram preenchidas por concurso;

f) que, em 1934, existindo 2 vagas de **escreventes**, o Sr. Ministro da Guerra mandou, por despacho de 20, publicado no **Diário Oficial** de 24 de setembro do dito ano, proceder a concurso, tendo sido nomeados os dois candidatos primeiro classificados;

g) que o ato foi legal, perfeito e acabado, mas mesmo que assim não se entenda, mesmo que se interprete que não havia dispositivo regulamentar determinando o concurso em causa, a **Constituição de 1934**, em seu artigo 170, inciso 2º, exige a prestação de concurso de provas ou de títulos na primeira investidura dos postos de carreira e nos demais que a lei determinar;

h) que o referido concurso de **escrevente** não teve o seu edital publicado no **Diário Oficial**, mas apenas no **Boletim da Fábrica de Cartuchos.**

7. Pelos esclarecimentos prestados, conclue-se que o concurso prestado pelos requerentes não pôde estar compreendido nas disposições do decreto-lei n. 636, de 19 de agosto último porque:

1º — Não está previsto em regulamento; e

2º — Não se trata de um concurso, mas de simples provas de seleção realizadas internamente na **Fábrica de Cartuchos**, sem caráter público, de vez que o edital respectivo foi, apenas, publicado no **Boletim** daquela **Fábrica.**

8. O concurso em questão é da mesma natureza de outros que foram realizados em 1934, na **Fábrica de Cartuchos de Infantaria**, e sobre os quais este Departamento já se manifestou em vários processos pela sua exclusão do decreto-lei citado, por falta de apoio legal.

9. Nestas condições, no entender desta D. F., não se trata, no caso de concurso que possa ser enquadrado no decreto-lei 636, deste ano.

10. Não se verificam nêle, julgando pelas informações prestadas pelo próprio Ministério da Guerra, os característicos que definem e conceituam o concurso, prova de seleção pública, com editais de inscrição amplamente divulgados sem restrição de candidatos.

11. A C. E. G., atendendo solicitação da D. S., enviou-lhe, em 3 do corrente, uma relação dos concursos realizados no Ministério da Guerra, antes da lei n. 284, de 1936; nessa relação, no item V incluiu-se o concurso de que se trata, que, assim, será apreciado pela Divisão competente.

12. Nestas condições, encaminhe-se o processo à D. S., afim de que se digne emitir o seu parecer e submetê-lo à decisão do Presidente do D. A. S. P., afim de que se solucionem os processos pendentes dessa preliminar, que estão juntos ao presente, e outros que apareçam. — **Paulo Lyra**, diretor de Divisão.

Encaminhamentos:

Processos:

N. 1.263-38 — **Angelo Lazzaro e outros**, revisores de provas, padrão F, do **Quadro III, do Ministério da Justiça**, pedem retificação de classificação. — A C. E. J.

N. 1.335-38 — **Mário Soares**, ajudante, interino, classe C, do **Quadro XIV, do Ministério da Viação**, pede sua efetividade nesse cargo. — Ao S. P. V.

N. 1.036-38 — **Belmira do Couto e outros**, **escriturários** classe G, **Quadro I, do Ministério da Educação**, pleiteam melhoria de situação. — A C. E. E.

N. 1.999-38 — **Clotilde Furtado Mendes**, ajudante de tesoureiro, classe F, **Quadro VII, do Ministério da Fazenda**, pede transferência de carreira. — A C. E. F.

N. 2.016-38 — **Bartolomeu Pinto Salgado de Carvalho**, **eletricista**, classe F, **Quadro I, do Ministério da Fazenda**, pede transferência de carreira. — A C. E. F.

N. 2.026-38 — **Ernani Bilal Guimarães**, **escriturário**, classe G, **Quadro IV, do Ministério da Viação**, pede transferência de quadro e ministério. — A C. E. V.

N. 2.027-38 — **Edgard de Castro Barbosa**, adjunto de procurador, em disponibilidade, classe J, do **Quadro I, do Ministério da Educação**, pede seu aproveitamento. — Compareça, com urgência, a esta divisão, segunda ou sexta-feira, das 16 às 18 horas.

Ofícios:

D. F.-701 — Aos senhores membros da **Comissão de Eficiência do Ministério da Educação e Saúde** — Sobre classificação, por ordem de antiguidade, dos funcionários que integram as carreiras de patrão dos **Quadros III e IV** desse ministério.

Exposições de motivos:

Ao Senhor Presidente da República:

D. F.-370 — Sobre nomeação do Sr. **Silvio Prado Pastana** para exercer o cargo da classe K, da carreira de **biologista D. N. P. A., do Quadro Único do Ministério da Agricultura.**

D. F.-378 — Sobre requerimento em que o engenheiro **Erico de Lamare São Paulo** pede o pagamento dos vencimentos que deixou de receber enquanto esteve demitido da **Estrada de Ferro Central do Brasil.**

D. F.-379 — Sobre processo em que o pessoal das **Oficinas Gráficas e de Encadernação do Arquivo Nacional**, pede equiparação de vencimentos aos dos colegas de estabelecimentos congêneres.

D. F.-380 — Sobre requerimento em que o guarda fiscal, classe E, do **Quadro IX do Ministério da Fazenda**, **Ademar de Queiroz Lago**, pede transferência de carreira.

D. F.-381 — Sobre requerimento em que o **escriturário, classe E, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, Osvaldo Coutinho Carneiro**, pede transferência de quadro e ministério.

D. F.-382 — Sobre requerimento em que o maquinista marítimo, classe E, do Quadro IX, do Ministério da Fazenda, Salvador Guerra, pede transferência de quadro.

D. F.-383 — Sobre requerimento em que o carteiros, classes B, C, D e E, do Quadro XVIII do Ministério da Viação, pedem melhoria de situação.

D. F.-384 — Sobre requerimento da ex-escrevente, interina, da Justiça Eleitoral, Maria Elisabeth Stramandinoli, pedindo aproveitamento.

D. F.-385 — Sobre petição em que Lourival Lopes e outros, oficiais administrativos, classe H, Quadro XIV, do Ministério da Viação, reclamam contra a inclusão de seus cargos, na classe H da referida carreira e contra a classificação por ordem de antiguidade.

D. F.-389 — Sobre requerimento em que o marinho, classe D do Quadro IX, do Ministério da Fazenda, Eduardo Evangelista do Nascimento, pede transferência de carreira.

D. F.-391 — Sobre pedido de autorização, do Sr. ministro, interino, da Viação, para designar pessoal para servir na Secção de Assistência Social do Serviço do Pessoal daquela pasta.

D. F.-392 — Sobre requerimento em que o ajudante de tesoureiro, padrão G, do Quadro VII, do Ministério da Fazenda, Nanci Ribas de Faria, pede transferência de carreira.

D. F.-393 — Sobre processo em que o senhor ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pleiteia a anulação do decreto n. 2.095, de 22 de setembro último.

D. F.-394 — Sobre pedido de colocação do Sr. Leovardal do Rêgo Barros.

D. F.-395 — Sobre requerimento em que o marinho, classe D, do Quadro IX, do Ministério da Fazenda, Carlos de Oliveira Brígido, pede transferência de carreira.

Correções feitas de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º do decreto 1.414, de 23 de janeiro de 1937, das relações nominais dos ocupantes dos cargos constantes das tabelas anexas à lei número 284, de 28 de outubro de 1936, publicadas nos suplementos aos números 19 a 22, de 23, 25, 26 e 27 de janeiro de 1937, do "Diário Oficial". (Processo 899-38).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO IX (ANTIGO)

Pag. 5 — Na coluna "Nome do Funcionário", cargo de professor, padrão G, onde se lê: "Maria Aurora Scatolin Polari (interino)", leia-se: "Glicério Rodrigues Filho".

Nova classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1º de janeiro de 1937, "ex-vi" do artigo 5º, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, referente a classe "G", da carreira de Contabilista, do quadro I, do M. E. S., retificada em virtude de decisão do D. A. S. P., publicada no "Diário Oficial" de 7-11-38 e aprovada pelo senhor Presidente da República por despacho de 7 de novembro. — (Processo n. 1.097).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO I

Carreira: Contabilista

Classe: G

1. Eduardo Ferreira Flores.
2. Alcides Brown.

(Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no "Diário Oficial" de 17 de novembro de 1938).

Classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1º de janeiro de 1937, "ex-vi" do artigo 5º, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, aprovada pelo senhor Presidente da República por despacho de 3 de novembro. (Processo n. 1.370).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO I

Carreira: Trabalhador

Classes: C

Classe C

33. Waldemar Marciano da Costa.

(Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no "Diário Oficial" de 17 de novembro de 1938).

Classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1º de janeiro de 1937, "ex-vi" do artigo 5º, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, aprovada pelo senhor Presidente da República por despacho de 3 de novembro. (Processo n. 1.371).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO III — 3ª REGIÃO

Carreira: Inspetor de Alunos

Classes: E

Classe E

1. Manoel Coelho Freire.

(Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no "Diário Oficial" de 17 de novembro de 1938).

Classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1º de janeiro de 1937, "ex-vi" do artigo 5º, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, aprovada pelo senhor Presidente da República por despacho de 3 de novembro. (Processo n. 1.449).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO XVIII — D. R. PERNAMBUCO

Carreira: Carteiro

Classes: E, D, C, B

Classe E

9. Laudelino de Senna Santos.

Classe C

3. Jorge Francisco Rodrigues.

4. João Baptista Vieira de Souza.

Carreira: Escriturário

Classes: G, F (vaga) E, D

Classe: G

34. João Laudelino Dornellas Canara Junior.

Carreira: Servente

Classes: D (vaga) C, B, A (vaga)

Classe C

1. Ananias José d'Almeida Catanho.

(Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no "Diário Oficial" de 17 de novembro de 1938).

Classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1º de janeiro de 1937, "ex-vi" do artigo 5º, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, aprovada pelo senhor Presidente da República por despacho de 3 de novembro. (Processo n. 1.485).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO: VII — E. F. NOROESTE DO BRASIL

Carreira: Condutor de Trem

Classes: G, F, E, D

Classe E

6. José Fontes.

(Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no "Diário Oficial" de 17 de novembro de 1938).

Classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1º de janeiro de 1937, "ex-vi" do artigo 5º, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, aprovada pelo senhor Presidente da República por despacho de 5 de novembro. (Processo n. 1.452).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO: II — E. F. G. B.

Carreira: Maquinista de Estrada de Ferro

Classes: J, I, H, G

Classe: G

1. José de Sousa Tavares.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretoria da Contabilidade

Expediente de 1, 3 e 4 de novembro de 1938

ATOS DO SR. MINISTRO

Primeira secção

Avisos:

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 1.525 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da importância de 90\$700, à The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd., proveniente de serviços prestados à Polícia Civil.

N. 1.546 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da importância de 1:344\$000, ao oficial de justiça da Auditoria da Polícia Militar, João Cipriano de Araújo, proveniente de diferença de abono provisório a que fez jus, em 1936.

N. 1.547 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da importância de 6:396\$900, ao oficial de justiça da Auditoria da Polícia Civil, proveniente de diferenças de vencimentos a que tem direito nos anos de 1932 a 1936.

Segunda secção

N. 1.542 — Solicitando providências junto a Delegacia Fiscal, no Estado do Amazonas, a qual foi distribuído o crédito da sub-assignação n. 25-(02), da verba 2ª, do orçamento vigente, no sentido de serem atendidas, a conta do citado crédito, as requisições de pagamento da Presidência do Tribunal de Apelação do Territorio do Acre, com referência ao transporte de juizes.

N. 1.543 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da importância de 9:896\$600, à Companhia Telefonica Brasileira, proveniente de assinaturas de telefones, no período de 1 de janeiro a 30 de junho último, nesta Secretaria de Estado.

N. 1.544 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da importância de 12:136\$100, à Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, proveniente do consumo de luz elétrica e de gaz, no período de janeiro a maio deste ano, nesta Secretaria de Estado.

N. 1.545 — Solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da importância de 4:623\$100, à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, proveniente do consumo de energia elétrica, nos meses de janeiro a maio deste ano, nesta Secretaria de Estado.

ATOS DO SR. DIRETOR

Primeira secção

Offícios

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul:

N. 3 — Restituindo o processo no qual é interessado o jornal "A Fronteira", e solicitando providências, afim de que seja a conta apresentada em duas vias, visadas pelo Exmo. Sr. juiz que autorizou as publicações, devendo ser atestada a prestação do serviço.

— Ao Sr. diretor da Imprensa Nacional:

N. 432 — Transmitindo o processo da Diretoria da Despesa Pública, referentes a serviços prestados pelo funcionário daquela Imprensa, Severino Ferreira da Silva, para que sejam prestadas informações sobre os itens do parecer constante do mesmo processo.

— Ao Sr. diretor da Contabilidade da Polícia Civil:

N. 1.232 — Transmitindo a conta, na importância de 88\$700, da Estrada de Ferro Sorocabana, e solicitando providências afim de ser a mesma processada, devendo ser atestado a prestação do serviço.

Segunda secção

Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.550 — Restituindo o processo relativo à consulta que faz a "Caisse Generale Prêtes Fonciers et Industriels", e transmitindo cópia do parecer emitido pelo consultor jurídico deste ministério, sobre o objeto da consulta em apreço.

— Ao Sr. diretor da Casa da Moeda:

N. 36 — Transmitindo a 1ª via do pedido n. 80, na importância total de 15\$000, referente a cunhagem de uma medalha de distinção, concedida ao 1º sargento João Pinto de Lima.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 770 — Restituindo o processo referente ao pagamento da conta do Lloyd Brasileiro, na importância de 2:861\$300, proveniente de passagens fornecidas, no corrente ano, a requisição do gabinete do Sr. ministro, acompanhado do recibo passado por D. Mercedes Borges, esposa do ex-juiz federal na secção do Estado do Piauí, bacharel Pedro Borges da Silva.

Serviço do Pessoal

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

ATOS DO SR. MINISTRO

Por portaria de 14 de novembro de 1938, foram concedidos 30 dias de licença, para tratamento de saúde, nos termos do artigo 8º, n. 1, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, a partir de 13 de outubro último, a Antonieta Arminda de Oliveira, aprendiz de artes gráficas, classe "A", do quadro III, deste Ministério.

— Por apostila de 9 de novembro de 1938, foi declarado que, por despacho da mesma data, foi concedida ao escrevente juramentado Palmira Jorge Mesqueu, transferência do 2º para o 1º Officio do Juizo da Sexta Pretoria Cível do Distrito Federal, conforme requereu.

— Por outra de 14 de mesmo mês, foi transferido, a pedido, Pedro Paulo de Sousa Passos, escrevente juramentado do 1º Officio do Juizo da Puarta Pretoria Cível para o 2º Officio do Juizo da Sexta Pretoria Cível, freguesia de S. Cristovão, no Distrito Federal.

Requerimentos despachados

Deoclécio de Araújo Silva, auxiliar da portaria do extinto Senado Federal, pedindo contagem de tempo de serviço. — Deferido nos termos do seguinte parecer do consultor jurídico: É caso de deferimento. Não seria justo que recaíssem sobre o suplicante as consequências de um fato para cuja ocorrência não interveio de modo nenhum. Tem todo o cabimento, no caso concreto, a prova efetuada por meio da justificação junta, — justificação esta que merece ser aceita pela idoneidade e ciência das testemunhas que depuzeram. (Proc. n. SA/38-2.956).

Arnaldo Erico dos Santos, prático de farmácia, classe F, do quadro I do mesmo Ministério, pedindo equiparação de vencimentos aos dos práticos do Exército. — Indeferido, de acordo com o seguinte parecer: "Trata este processo de um pedido feito por Arnaldo Erico dos Santos, prático de farmácia, classe F, do quadro I, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no sentido de ser equiparado aos práticos de laboratório do quadro I, do Ministério da Guerra, incluídos na classe G. Pedido idêntico foi já apreciado pelo antigo C. F. S. P. C. que, por unanimidade, o julgou improcedente (Resolução n. 252, junto ao processo anexo). O pedido em estudo tem parecer contrário da C. E. J. e da C. E. G. e nenhuma argumentação nova apresenta que possa modificar aquela resolução, que deverá ser mantida, pelos seus fundamentos. Nestas condições opino que o processo seja submetido à apreciação do Sr. Presidente da República, manifestando-se este Departamento contrário ao deferimento da petição". (Proc. SA/38-4.397)

Imprensa Nacional

PORTARIA N. 66

ASSINATURA DOS ÓRGÃOS OFICIAIS, PARA FUNCIONÁRIOS

Tendo sido proibida a averbação, em folha de pagamento, para assinatura dos órgãos do Governo, "ex-vi" do decreto-lei n. 312, de 3 de março último;

Considerando a conveniência da divulgação dos atos oficiais entre os serventuários da União — civis ou militares —, dos Estados e dos municípios, na sua grande maioria percebendo modestos vencimentos;

Resolvo, no uso das atribuições que me confere o artigo 47 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 24.500, de 29 de junho de 1934:

Fixar em 56\$000, para os serventuários da União — civis ou militares, inclusive os estaduais e municipais — o preço das assinaturas de cada um dos seguintes órgãos: *Diário Oficial* — Secção I, *Diário Oficial* — Secção II — Prefeitura do Distrito Federal" e *Diário da Justiça*, importância essa que poderá ser paga em duas parcelas semestrais, de 28\$000 cada uma.

O início das assinaturas continuará a ser contado de 2 de janeiro e 1 de julho, ficando entendido que os recolhimentos feitos fora dessa época importarão na desistência, por parte dos assinantes, do recebimento de números atrasados, visto que as edições, tiradas de acordo com as assinaturas registradas em cada dia, muitas vezes se esgotam.

Desses favores não gozarão as repartições públicas, para as quais as assinaturas continuam ao preço de 70\$000, pagas adiantamente ou, em se tratando de repartição federal, mediante empenho da despesa.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — Viterbo de Carvalho, diretor.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 14 de novembro de 1938

Honório Henriques Talemberg (P-61.406/38). — Aguarde oportunidade.

Dia 16

José Pereira Guimarães (P-61.404/38). — Certifique-se o que constar.

Oswaldo Gomes dos Santos (M-71.096/38). — Como requer.

Ministério da Educação e Saúde

Departamento de Administração Geral

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 29 de outubro de 1938

Portarias:

Dispensando, a partir de 1 de setembro de 1938, Alice Cavalcanti de Albuquerque, das funções de auxiliar de 5ª classe do Instituto de Puericultura.

Dia 12 de novembro de 1938

Dispensando, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, nos termos do artigo 1º do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, a partir de 1 de janeiro de 1938, os Drs. Raul Franco Di Primio, Valdemar Ávila Castro, Oscar Bernardo Pereira e Otávio Couto Barcelos, das funções de auxiliar de ensino de 2ª classe, extranumerário; os Drs. Oton Soares de Freitas, Perci Antônio Louzada, Mario Bernd, o cirurgião-dentista Sabino Mena Barreto, os farmacêuticos Augusto Viegas da Silva, Rita Medeiros, Jaci Antônio Louzada Tupi e Heráclides Alcebíades da Silva Simões das funções de coadjuvantes de ensino de 1ª classe, extranumerário; os cirurgiões-dentistas Getúlio Roméro e Serapião Mariante das funções de coadjuvantes de ensino de 3ª classe, extranumerários; os Drs. Eliseu Paglioli, René Marino Flores e Dirceu Mazzei das funções de auxiliar de 4ª classe, extranumerários; o Dr. Humberto Wallam das funções de auxiliar de 5ª classe, extranumerário; o Dr. Cristiano Felipe Fischer das funções de coadjuvante de ensino de 1ª classe; e Carlos Dal Piva das funções de servente de 4ª classe, extranumerário.

Dia 16

Designando, Maria Luiza Carneiro de Campos Muller e Napoleão Bastos, para exercerem as funções de inspetor de estabelecimentos de ensino comercial, respectivamente no Distrito Federal e no Estado do Ceará.

Dispensando Cid Cirilo da Silva, a partir de 12 de outubro último, das funções de coadjuvante de ensino de 3ª classe, da Escola de Aprendiziz Artífices de Mato Grosso, visto haver aceitado outra função pública.

Dispensando, a partir de 1 de janeiro de 1938, Stela Muniz de Aboim das funções de amanuense de 5ª classe do Departamento Nacional de Educação (Divisão do Ensino Superior), visto haver optado por outra função pública.

Designando o diretor da Divisão de Assistência Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, Dr. Samuel Libânio para responder pelo expediente da Diretoria Geral do mesmo Departamento, durante a ausência do respectivo titular.

Constituindo uma comissão composta dos Srs. Abgar Renault, Ernani Agrícola, Lincoln de Freitas e Olímpio Guilherme, que se reunirá diariamente no Gabinete do Ministro, às 15 horas, e a que é cometido o encargo de coligir os dados necessários à representação do Ministério na Exposição do Estado Novo, ora em organização.

Requerimentos despachados

Felipe Augusto Júnior. — A vista do parecer, não pôde ser atendido. (38.546-38).

Sindicato dos Enfermeiros Terrestres. — Arquive-se. (37.829, de 1938).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de novembro de 1938

Licença:

A Dionísia de Sousa, servente da classe "B", do quadro I, dois meses nos termos do artigo 8º, n. 1, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, a partir de 1 do corrente.

Serviço de Obras

No Processo n. 210/38-S. P. — "Escola Nacional de Química — Obras nos laboratórios de Química e na Sala da Secretaria". — Especificados e orçados os serviços em 25:000\$000 correndo as despesas por conta de verba 2ª sub-consignação 21 "Ligeiros reparos nos edifícios, consertos e conservação em geral inciso 05, do orçamento vigente. — O Sr. ministro solicitou autorização para executar os serviços de acordo com o § 1º do art. 738 do Código de Contabilidade da União. — O Exmo. Sr. Presidente da República exarou o seguinte despacho: "Autorizado. Em 7-11-38. — G. VARGAS."

Divisão de Ensino Comercial

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 9 de novembro de 1938

S. C. 39.707-38 — Maria da Glória Ribeiro Moss. — Deferido.
S. C. 32.408-38 — Nilde Saraiva do Amaral. — O requerente deverá esclarecer qual o nome do diplomado.
D. E. C. 3.697 — Noêmia Costa Correia de Melo. — Deferido.
S. C. 27.900-38 — Odilon Alcoba Ruiz. — Deferido.
S. C. 37.407-38 — Marieta Pitta. — Deferido.

Quotas:

Colégio Luso Carioca — Distrito Federal — 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis), relativo aos 1º e 2º semestres de 1938, de 9 de novembro de 1938.

Ofícios:

N. 2.712 — Inspetor José Ernesto Riedel.
N. 2.713 — Valdemar Godói, diretor do Ateneu Ipiranga.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Dia 14 de novembro de 1938

DEC 1.136-34 — Olívia Robertson de Figueiredo. — Deferido.
DEC 447-35 — Margarida Barbosa de Lucena. — Deferido.
SC 39.050-38 — Acir Pimentel de Paiva Lessa. — Indeferido.

Recebidos:

DEC 4.385-38 — Olíndio Mariano da Fonseca — Relatório do mês de agosto — Liceu Comercial da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.

DEC 4.323-38 — Carlos Neumann — Segundas provas parciais de agosto — Escola de Comércio Campos Sales — São Paulo.

DEC 4.324-38 — Paulo Ferreira Campanha — Relatório do mês de setembro — Liceu Acadêmico S. Paulo — São Paulo.

DEC 4.329-38 — Domingos Ruffo — Relatório do mês de setembro — Escola Superior de Comércio de Jauá — Estado de São Paulo.

DEC 4.330-38 — Vicente de Paulo Guimarães — Relatório do mês de setembro — Academia Mineira de Comércio — Belo Horizonte — Estado de Minas Gerais.

DEC 4.331-38 — Luiz Correia Pádua — Relatório de setembro — Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto — Estado de São Paulo.

DEC 4.332-38 — Edgar da Silva Melo — Relatório do mês de setembro — Escola Superior de Comércio de Vitória — Estado do Espírito Santo.

DEC 4.333-38 — Edgar da Silva Melo — Relatório do mês de setembro — Colégio N. S. Auxiliadora de Vitória — Estado do Espírito Santo.

DEC 4.334-38 — Antônio Carlos de Bueno Vidigal — Relatório do mês de setembro — Escola Técnica de Comércio — São Paulo.

DEC 4.335-38 — Antônio Carlos de Bueno Vidigal — Relatório do mês de setembro — Liceu Barbosa Lima — São Paulo.

DEC 4.337-38 — Paulo Ferreira Campanha — Relatório do mês de setembro — Colégio Santa Marcelina — São Paulo.

DEC 4.345-38 — Carlos Neumann — Complemento do mês de abril — Ateneu Rui Barbosa — São Paulo.

DEC 4.410-38 — Abel Reis — Complemento do mês de julho — Escola de Comércio José Bonifácio — Uberaba — Estado de Minas Gerais.

DEC 4.411-38 — Abel Reis — Relatório do mês de setembro — Escola de Comércio José Bonifácio — Uberaba — Estado de Minas Gerais.

DEC 4.412-38 — Carlos Neumann — Relatório do mês de setembro — Escola de Comércio Campos Sales — S. Paulo.

DEC 4.413-38 — Homero Batista de Barros — Relatório do mês de setembro — Faculdade de Comércio, anexa à Escola Remington do Paraná — Paraná.

DEC 4.414-38 — Gastão Loureiro Chaves — Relatório do mês de setembro — Instituto de Ensino Comercial do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul.

DEC 4.415-38 — Gastão Loureiro Chaves — Relatório do mês de agosto — Instituto de Ensino Comercial do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul.

DEC 4.416-38 — Gastão Loureiro Chaves — Relatório do mês de setembro — Instituto Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul.

DEC 4.417-38 — Antônio Bittencourt Filho — Relatório do mês de setembro — Colégio Visconde de Taunay — Campo Grande — Estado de Mato Grosso.

DEC 4.424-38 — Oscar do Amaral Spilborghs — Relatório de setembro — Escola de Comércio Tiradentes — São Paulo.

DEC 4.426-38 — Francisco De Beneditis — Relatório do mês de setembro — Escola de Comércio anexa ao Ginásio Teodoro Sampaio — São Paulo.

DEC 4.429-38 — Oscar Emerson do Rego Falcão — Relatório do mês de setembro — Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia — Estado da Bahia.

DEC 2.439-38 — Colégio e Escola de Comércio São Paulo — Relatório do mês de março a junho de 1938 — Araçatuba — Estado de São Paulo.

DEC 4.460-38 — Gustavo Sartore — Relatório do mês de setembro — Ginásio Santa Cruz — Distrito Federal.

DEC 4.461-38 — Gustavo Sartore — Relatório do mês de setembro — Colégio Renascença — Distrito Federal.

DEC 4.462-38 — Alvaro Freire — Relatório do mês de setembro — Escola Maria Raythe — Distrito Federal.

DEC 4.463-38 — Eleonora Massot — Relatório do mês de setembro — Instituto La-Fayette (Departamento Mixto) — Distrito Federal.

DEC 4.470-38 — Alvaro Ernesto de Araujo — Segundas provas parciais dos meses de agosto e setembro — Academia de Ciências Comerciais Cesário de Carvalho — São Paulo.

DEC 4.471-38 — Luiz Mendes Ferreira — Relatório de setembro — Escola de Comércio Rio Branco — Bragança — Estado de São Paulo.

DEC 4.472-38 — Adir de Araujo Mendes — Relatório de setembro — Externato Santa Cecília — São Paulo.

DEC 4.473-38 — Nordau Rothier Duarte — Relatório de setembro — Academia Popular de Comércio — São Paulo.

DEC 4.474-38 — Nordau Rothier Duarte — Relatório de setembro — Academia Paulista de Comércio — São Paulo.

DEC 4.475-38 — Nordau Rothier Duarte — Relatório do mês de setembro — Departamento de Educação Intelectual da Associação Cristã de Moços — São Paulo.

DEC 4.508-38 — Marcos R. de Sales — Relatório de setembro — Escola Técnica Secundária Amaro Cavalcanti — Distrito Federal.

Quota:

Academia Popular de Comércio — São Paulo — 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), relativos ao 1º semestre de 1938, de 11 de novembro de 1938.

Ofícios:

N. 2.739 — Gustaf Adolf Hoch.

N. 2.740 — Wilson Lion de Araujo.

N. 2.741 — Fiscal geral Aristóteles Poch.

N. 2.742 — Inspetor Francisco de Paiva Cortes.

N. 2.743 — Emilio Simonetti.

N. 2.744 — Noêmia Costa Correia de Melo.

N. 2.745 — Inspetor Clovis Castanho Carneiro.

N. 2.746 — Abraão Maluhy.

N. 2.747 — Inspetor Oscar do Amaral Spilbirghs.

N. 2.748 — Inspetor Nicolau Duarte e Silva.

N. 2.749 — Diretor do Colégio N. S. Medianeira.

N. 2.750 — Contador seccional João Salustiano de Campos.

N. 2.751 — Inspetor Dênis Manuel Monteiro.

Diário Oficial de 1938

S. C. 52.407-38 — Artur Bane Junior. — Deferido.

S. C. 21.492-38 — Eduardo Inglês. — Deferido.

S. C. 30.683-38 — Henrique Gudín. — Deferido.

S. C. 33.341-38 — Angelo Pesarini. — Deferido.

S. C. 9.295-38 — José Antônio Navarro Lins. — Deferido.

S. C. 39.996-37 — Benedita de Lourenço. — Deferido

Quotas:

Academia de Comércio de Caruarú — Pernambuco — 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 14 de novembro de 1938.

Instituto Comercial "Sedes Sapientiae" — Avaré — Estado de São Paulo — 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 14 de novembro de 1938.

Liceu São Paulo — Santos — Estado de São Paulo — 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 16 de novembro de 1938.

Instituto Comercial, anexo ao Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora — Bagé — Estado do Rio Grande do Sul — 3:600\$000 (tres contos e seiscentos mil réis), relativo aos 1.º e 2.º semestre de 1938, de 16 de novembro de 1938.

Instituto Roscio — Distrito Federal — 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 16 de novembro de 1938.

Escola de Comércio D. José — Sobral — Estado do Ceará — 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 16 de novembro de 1938.

Ginásio Leopoldo — Nova Iguaçu — Estado do Rio — 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 17 de novembro de 1938.

Departamento Nacional de Saúde

SECCAO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 1 de outubro de 1938

N. 6.243-38 — Antônio Vantuil de Freitas. — Deferido.

N. 7.155-38 — Raul Pereira de Figueiredo. — Indeferido.

N. 7.007-38 — Margarida Leite de Camargo. — Compareça nesta Seção.

N. 5.816-38 — Carlos Emilio Antunes. — Arquive-se.

Dia 3

N. 4.100-38 — José Carlos da Silva Neto. — Deferido.

N. 4.327-38 — Ester Ricetti. — Deferido.

N. 7.163-38 — Jacomo Pelosi. — Deferido.

Dia 4

N. 6.015-38 — Produtos Evans Limitada. — Deferido.

N. 6.016-38 — Produtos Evans Limitada. — Deferido.

N. 7.329-38 — Dr. Abelardo Alves Barros. — Deferido.

N. 6.196-38 — Eduardo Niklaus. — Deferido.

N. 7.366-38 — Osvaldo Gomes de Matos. — Deferido.

N. 5.609-38 — Maria de Barros Cesar. — Compareça nesta Seção.

N. 6.191-38 — Elekeiroz S. A. — Deferido.

N. 6.242-38 — Antônio Vantuil de Freitas. — Deferido.

N. 6.258-38 — Giuseppe Biscaro. — Deferido.

N. 6.398-38 — Carlos Benedito Ferreira Brandão. — Deferido.

N. 6.056-38 — Carlos Benjamin da Silva Araujo. — Deferido.

N. 6.054-38 — Carlos Benjamin da Silva Araujo. — Deferido.

N. 5.982-38 — M. G. Belletti. — Deferido.

N. 6.408-38 — Antônio J. Ferreira & Comp. — Deferido, por equidade.

N. 6.244-38 — Antônio Vantuil de Freitas. — Deferido.

N. 6.245-38 — Antônio Vantuil de Freitas. — Deferido.

N. 7.623-38 — Gedeon Richter S. A. — Deferido.

N. 6.241-38 — Antônio Vantuil de Freitas. — Deferido.

N. 5.374-38 — Paul Bryere. — Deferido.

N. 6.053-38 — Carlos Benjamin da Silva Araujo. — Deferido.

N. 5.753-38 — Dr. Raul Leite & Comp. — Deferido.

N. 6.246-38 — Antônio Vantuil de Freitas. — Deferido.

Dia 5

N. 6.252-38 — Alfredo de Magalhães Queiroz. — Deferido.

N. 4.543-38 — Emanuel Humberto da Silva Freire. — Deferido.

N. 4.290-38 — Osmundo M. Borba. — Deferido.

N. 6.162-38 — Raul Libânio Vilela. — Deferido.

N. 6.163-38 — Raul Libânio Vilela. — Deferido.

N. 7.053-38 — Teogenes Ludolf Gomes. — Compareça nesta Seção.

Dia 6

N. 6.455-38 — Araujo Pena & Comp. — Deferido.

N. 6.427-38 — Aurélio da Silva Rosado. — Deferido.

N. 3.177-38 — Salvador Jefferson Ordini. — Deferido.

N. 8.336-38 — Leonor Ricca. — Deferido.

N. 8.798-38 — Sérvulo Genofre. — Compareça nesta Seção.

Dia 7

N. 5.869-38 — Custódio Dias de Sousa. — Deferido.

N. 5.436-38 — Eugene Barrenne & Comp. — Deferido.

N. 6.834-38 — Eugene Barrenne & Comp. — Arquive-se.

N. 6.683-38 — José Macedo. — Deferido.

N. 7.735-38 — Virgilio Lucas. — Deferido.

Dia 8

N. 6.551-38 — Quirino Sinfrônio de Rezende. — Deferido.

N. 2.742-38 — José Giolito Sobrinho. — Deferido.

N. 3.908-38 — Laboratório de Quiomioterapia Ltda. — Deferido.

Dia 10

N. 6.872-38 — Lourenço Bernardes Gil. — Deposite o selo.

N. 6.871-38 — Lourenço Bernardes Gil. — Deposite o selo.

N. 6.870-38 — Lourenço Bernardes Gil. — Deposite o selo.

N. 6.859-38 — Lourenço Bernardes Gil. — Deposite o selo.

N. 7.152-38 — José Vieira Braga Filho. — Indeferido.

N. 6.868-38 — Lourenço Bernardes Gil. — Deposite o selo.

N. 6.775-38 — Torquato Rabotti. — Requeira por certidão.

Dia 11

N. 6.644-38 — João I. dos Santos. — Deferido.

N. 6.192-38 — Olímpia Freire. — Deferido.

N. 6.193-38 — Olímpia Freire. — Deferido.

N. 7.153-38 — José Vieira Braga Filho. — Indeferido.

N. 7.151-38 — José Vieira Braga Filho. — Indeferido.

N. 7.154-38 — José Vieira Braga Filho. — Indeferido.

N. 7.148-38 — Boanerges Ferreira Guimarães. — Arquive-se.

N. 6.581-38 — Mário Monteiro de Castro. — Deferido.

Dia 12

N. 8.174-38 — Valter Haufe. — Compareça nesta Seção.

N. 8.171-38 — Valter Haufe. — Compareça nesta Seção.

N. 8.173-38 — Valter Haufe. — Compareça nesta Seção.

N. 4.579-38 — Gení de Castro Guimarães. — Deferido.

N. 5.654-38 — Leonor Ricca. — Deferido.

N. 1.894-38 — José Dutra da Silva. — Compareça nesta Seção.

N. 6.600-38 — Anita Tibiriçá. — Deferido.

N. 6.601-38 — Anita Tibiriçá. — Deferido.

N. 4.527-38 — Hermilo Miranda Vaz. — Deferido.

Dia 13

- N. 6.329-38 — Roberto Flogny. — Deferido.
 N. 5.981-38 — João Bernardo Coxito Granade. — Deferido.
 N. 5.908-38 — Oyama de Almeida Rios. — Compareça nesta

Seção.

- N. 4.413-38 — Serafim da Silva Pimentel. — Compareça nesta

Seção.

- N. 6.690-38 — Antônio da Rocha Pinto. — Deferido.
 N. 5.411-38 — Eugene Barrenne & Co. — Deferido.
 N. 6.833-38 — Eugene Barrenne Co. — Deferido.

Dia 14

- N. 6.813-38 — José Pires de Oliveira Dias. — Deferido.
 N. 6.297-38 — Heitor Sampaio Fernandes. — Deferido.
 N. 2.407-38 — Allan Wadstrom. — Deferido.
 N. 7.162-38 — Venceslau de Freitas Viana. — Deferido.
 N. 6.567-38 — Romeu de Moraes. — Deferido.
 N. 7.433-38 — Cesário Lacaz Malheiros. — Arquite-se.
 N. 8.400-38 — Lourenço Bernardes Gil. — Deposite o sêlo.
 N. 4.102-38 — Angelina Bruno. — Deferido.
 N. 6.263-38 — Antenor de Menezes. — Deferido.
 N. 8.864-38 — Romeu de Moraes. — Deferido.
 N. 2.958-38 — Honório Antônio Marques. — Deferido.
 N. 7.187-38 — João Vaz Pinto. — Deferido, por equidade.
 N. 6.825-38 — Honória Gunther. — Deferido.
 N. 6.822-38 — Joaquim Ferreira Varela. — Deferido.
 N. 6.298-38 — Heitor Sampaio Fernandes. — Deferido.
 N. 6.362-38 — Roberto Flogny. — Deferido.
 N. 6.721-38 — Otávio de Aquino Correia Maia. — Deferido.
 N. 6.786-38 — Jorga Caldeira de Azevedo. — Deferido.
 N. 6.824-38 — Honória Gunther. — Deferido.

Dia 15

- N. 6.084-38 — Virgínio Werneck Campêlo. — Deferido.
 N. 6.328-38 — Roberto Flogny. — Deferido.
 N. 6.331-38 — Roberto Flogny. — Deferido.
 N. 6.654-38 — Farmaco Ltda. — Deferido.
 N. 5.679-38 — Carlos Gomes Ferreira. — Compareça nesta

Seção.

- N. 5.861-38 — Alvaro de Menezes. — Compareça nesta Seção.

Inspetoria dos Centros de Saúde

CENTRO DE SAUDE N. 11

EXPEDIENTE DO SR. INSPETOR

Requerimentos despachados

Dia 7 de novembro de 1938

- N. 2.196 — Manuel Rocha. — Pode funcionar.
 N. 2.037 — Georgina Barreto — A vista da improcedência da reclamação, archive-se.
 N. 2.182 — Joaquim Carneiro Brito. — Pode habitar.
 N. 2.118 — Maria Engrácia da Rocha Lima. — Certifique-se.
 N. 2.255 — Luiz Inácio da Silveira. — Pode habitar.
 N. 2.213 — Jovinião Noronha. — A vista da improcedência da reclamação, archive-se este processo.
 N. 2.218 — José Martins Gimense. — Certifique-se.

Dia 8

- N. 2.253 — José Garcia Peixoto. — Concedo o prazo de 90 dias.
 N. 1.724 — Dolabela Portela & Cia. Ltda. — A vista de terem sido cumpridas as exigências, cancele-se e archive-se este auto de infração.
 N. 2.254 — Joaquim Alves. — Pode habitar.
 N. 2.257 — Elídio Monteiro Silveira. — Pode habitar.
 N. 2.256 — Antônio Novais de Oliveira. — Pode habitar.
 N. 2.245 — Ormezinha Gálcias Alves. — Cumpra as exigências apontadas na folha de vacância n. 2.245, para poder ocupar.
 N. 2.249 — Júlio da Rocha. — Pode habitar.
 N. 2.247 — José Dantas Rego Barros. — Cumpra as exigências apontadas na folha de vacância n. 2.247, para poder habitar.
 N. 2.248 — Joaquim José de Azevedo Machado. — Pode habitar.
 N. 2.258 — Brasilino Domingues. — Pode habitar.
 N. 2.272 — Vicente de Oliveira e Silva. — Pode habitar.
 N. 1.787 — Pascoal Alevado. — Pode ocupar obrigado a cumprir a exigência do item 4-g do termo de int. n. 2.910.
 N. 2.240 — Francisco Teixeira Paulo. — Satisfaça as exigências apontadas na folha de vacância n. 2.240, para poder habitar.

Dia 9

- N. 2.209 — Joaquim Barbosa. — Pode ocupar obrigado a cumprir a exigência do termo de intimação n. 3.065.
 N. 2.042 — Amélia Teixeira Machado. — Pode funcionar.
 N. 2.262 — João Maria Pelizzari. — Certifique-se.
 N. 2.180 — João F. da Costa. — Deferido.
 N. 2.251 — Ermelinda Augusta Barreira. — Pode habitar.

- N. 2.220 — Antônio Monteiro Silva. — Cumpra as exigências apontadas na comunicação de vacância n. 2.220 para poder habitar.
 N. 2.228 — Antônio Gomes dos Santos. — Pode habitar.
 N. 2.238 — José dos Santos Batel. — Pode ocupar.

Dia 11

- N. 2.245 — Ormezinha Garcia Alves. — Pode ocupar.
 N. 2.259 — Fernando da Silva Pinto. — Pode habitar.
 N. 2.292 — Amélia Teixeira Machado. — Certifique-se.
 N. 2.266 — Miguel Moraes. — Pode habitar.
 N. 2.263 — Olga de Paiva Oliveira. — Cumpra as exigências assinaladas na comunicação de vacância n. 2.263 para poder habitar.
 N. 2.271 — Abílio Nunes Alves. — Cumpra a exigência assinalada na comunicação de vacância n. 2.271 para poder habitar.
 N. 2.282 — Virgínia Goulart F. Curi. — Certifique-se.
 N. 2.270 — Vicente Antônio de Franca. — Pode habitar.
 N. 2.264 — Julieta Bento. — Cumpra as exigências apontadas na comunicação de vacância n. 2.264, para poder habitar.

Dia 12

- N. 2.299 — Adelino Sebastião Neto. — Pode habitar

Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal

Expediente do dia 1 de outubro de 1938

Offícios:

- Ao Sr. Diretor da Fiscalização do Exercício Profissional:
 N. 882 — Solicitando providências no sentido de ser feita a análise a que se refere o ofício n. 793, de 5 de setembro último.
 — Ao Sr. Diretor do Hospital S. Francisco de Assis:
 N. 884 — Remete, o decreto de 6 de abril de 1936, pelo qual foi nomeada Francelina da Costa Menezes para exercer o cargo de atendente da classe D, do quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, em exercício naquele Hospital.

Dia 3

- Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:
 N. 885 — Remete os pedidos ns. 237.158 a 237.161 do Hospital São Francisco de Assis.
 N. 886 — Transmitindo os pedidos ns. 237.162 a 237.163 do Hospital São Francisco de Assis.
 N. 887 — Remetendo o pedido de material n. 24.147, do Hospital D. Pedro II.
 N. 888 — Remetendo o pedido n. 224.148 do Hospital D. Pedro II.
 — Ao Sr. Diretor do Hospital Estácio de Sá:
 N. 889 — Remetendo a portaria n. 2.578, de 22 de abril de 1937, pela qual foi contratada Juraci Teixeira de Aguiar, para exercer as funções de enfermeira ajudante de 5ª classe.

Dia 4

- Ao Sr. Diretor da Secretaria do Tribunal de Contas:
 N. 890 — Remetendo, a folha de pagamento, suplementar, de Vicentina Loretto e Rosa Ferreira de Carvalho, relativa ao mês de agosto do corrente ano.

Dia 5

- Ao Sr. Diretor do Hospital São Francisco de Assis:
 N. 891 — Remetendo a cópia do decreto de 20 de setembro último pelo qual foi aposentada Maria da Piedade Sousa Barros, no cargo de servente da classe B, do quadro I, do Ministério da Educação e Saúde.

- Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Saúde?

- N. 892 — Remete para o "cumpra-se" a portaria n. 384, pela qual foram concedidos 3 meses de licença a Pulquéria Luiz da Rosa, em exercício no Hospital D. Pedro II.

- Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

- N. 893 — Remete o pedido n. 224.149, do Hospital D. Pedro II.

- Ao Sr. Diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde:

- N. 894 — Comunicando, que foi remetida àquele Serviço, a relação dos funcionários, em exercício nesta repartição.

- Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Saúde:

- N. 895 — Propondo a promoção do Dr. Sydney Pereira de Rezende para o cargo de médico assistente de 4ª classe do Hospital Estácio de Sá.

Dia 6

- Ao Sr. Diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde:

- N. 896 — Remete por cópia afim de que conste nos respectivos apontamentos a carta datada de 25 de agosto último dirigida, ao Dr. Francisco de Castro Araujo, pelo senhor ministro da Educação e Saúde.

- Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Saúde:

- N. 897 — Remete o mapa relativo ao movimento do serviço de tuberculose do Hospital D. Pedro II.

- N. 898 — Comunica ter sido concedida licença de 15 dias, a Aroldo Summer Negrão, auxiliar de escrita de 3ª classe, deste Serviço.

— Ao Sr. Diretor do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal:

N. 899 — Solicitando, que seja cedido a título de empréstimo, um exaustor.

— Ao Sr. Diretor da Secretaria do Tribunal de Contas:

N. 900 — Remetendo a folha de pagamento do pessoal extramurário do Hospital D. Pedro II, relativa ao mês de setembro de 1938.

Dia 8

A Sr. Diretor do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde:
N. 901 — Solicitando providências no sentido de ser tornada sem efeito a proposta de promoção de Arnaldo Coelho, auxiliar técnico de 5ª classe com exercício no Hospital Estácio de Sá.

— Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Saúde:

N. 902 — Solicitando providências no sentido de ser sustada a promoção pedida, do Dr. Sydney Pereira de Rezende, auxiliar técnico de 5ª classe do Hospital Estácio de Sá, até que assuma a direção do referido Hospital o novo diretor Dr. Plínio Gama.

Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal

SECÇÃO DE EXPEDIENTE

EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. DIRETOR

Ofícios:

N. 3.191 — Ao Sr. inspetor de Fiscalização de Exercício Profissional — Pedindo inspeção de saúde para o auxiliar de 4ª classe — Clotilde Heloisa Xavier.

N. 3.193 — Ao Sr. delegado do 13º Distrito Policial — Sobre comparecimento de empregados.

N. 3.195 — Ao Sr. representante da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro — Aceitando responsabilidade sobre avaria causada por empregados desta Repartição.

N. 3.197 — Ao Sr. diretor geral, interino, do Conselho Nacional do Trabalho — Fazendo uma comunicação enviando cópia do ofício n. 1.485.

N. 3.199 — Ao Sr. Ministro — Remete requerimento do almoxarife Carlos Maximiano da Cunha.

N. 3.201 — Ao Sr. Terceiro Procurador da República — Devolvendo o processo de executivo fiscal n. 3.893 F. D.

N. 3.203 — Ao Sr. diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional — Restituindo o processo n. 40.937-938.

N. 3.205 — Ao Sr. diretor de Limpeza Pública e Particular da Prefeitura do Distrito Federal — Consentido em canalização d'água da rua Carqueira Daltro, em frente ao n. 67.

N. 3.207 — Ao Sr. Ministro — Solicita averbação de vencimentos em seus assentamentos do tempo de serviço prestado à Alfândega do Rio de Janeiro e ao Departamento Nacional de Saúde Pública, o prático de Laboratório da classe "D" — Antônio Lino da Cunha.

N. 3.209 — Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Devolvendo o processo n. 13.830-938.

EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. CHEFE DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE

Ofícios:

N. 1.056 — Ao Sr. chefe da Seção Administrativa do Departamento de Administração Geral do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde — Comunicando ter providenciado para que comparecesse a Juízo o guarda — Eduardo da Silva Nogueira.

N. 1.057 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Volta o processo n. 40.613-938.

N. 1.058 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Restituindo o processo n. 28.554-938.

N. 1.059 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Restituindo o processo n. 33.932-938.

N. 1.060 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Restituindo o processo n. 34.503-938.

N. 1.061 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Devolvendo o processo n. 40.447-938.

N. 1.062 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Devolvendo o processo n. 40.448-938.

N. 1.063 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Restituindo o processo n. 40.449-938.

N. 1.064 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Devolvendo o processo n. 30.490-938.

N. 1.065 — Ao Sr. assistente do diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Restituindo o processo n. 40.450-938.

N. 1.066 — Ao Sr. diretor da Imprensa Nacional — Pedindo publicação de edital.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. ENGENHEIRO CHEFE DA 3ª DIVISÃO

N. 10.358-38 — Graça Couto & Comp. — Deferido.

N. 10.756-38 — Irene Rodrigues. — Deferido.

N. 10.831-38 — Alfredo Ferreira. — Deferido.

N. 10.991-38 — Manuel Nogueira. — Deferido.

N. 11.960-38 — Marina Meireles Carneiro. — Aguarde-se o comparecimento da interessada.

N. 11.990-38 — Maria Antônio Rivera. — Deferido.

N. 12.514-38 — Hortêncio Pereira Gonçalves. — Deferido.

N. 12.518-38 — Antônio Teixeira da Rocha. — Deferido.

N. 12.772-38 — Marie Chatron Vilar. — Deferido.

N. 12.792-38 — Joaquim de Oliveira e Silva. — Compareça à Seção de Expediente.

N. 12.835-38 — Domingos Bruno. — Compareça ao 3º Distrito.

N. 12.965-38 — Carmen Gomes da Silva. — Junte certificado de numeração.

N. 13.002-38 — Abílio Carneiro Pinto. — Compareça à 3ª Divisão.

N. 13.432-38 — Nílido Percilio. — Deferido.

N. 13.535-38 — Américo Clark Leite. — Deferido.

N. 13.572-38 — Bernardino Morge. — Deferido.

N. 13.620-38 — Nunes Vilhena & Comp. — Deferido.

N. 13.646-38 — Companhia Brasileira de Terrenos. — Deferido.

N. 13.756-38 — Fernando Cardoso. — Deferido.

N. 13.834-38 — Adalberto Rodrigues de Albuquerque. — Deferido.

N. 13.871-38 — Margarida Coelho. — Deferido.

N. 13.905-38 — José Tavares. — Deferido.

N. 13.906-38 — Antônio Nobre. — Deferido.

N. 13.923-38 — Isaura de Carvalho Almeida. — Compareça ao 2º Distrito.

N. 14.028-38 — Valdemar Medrado Dias. — Compareça ao 5º Distrito.

N. 14.223-38 — Banco Boa Vista. — Deferido.

N. 14.224-38 — Georges Mercel Ferdinando Ruiffaud. — Deferido.

Ministério das Relações Exteriores

Departamento de Administração Geral

Por ordem de Serviço de janeiro do corrente ano, foram designados para prestarem serviço antes e depois da hora do expediente, mediante a gratificação mensal de 105\$000, os seguintes empregados da Portaria da Secretaria de Estado das Relações Exteriores:

Serv. 4ª classe, Nelson José Moreira.

Servente, Aristides de Oliveira Palmeira

Motorista, Mário Rodrigues.

Motorista, Rodolfo Porthum.

Serv. 4ª classe, Jonas Valverde.

Serv. 4ª classe, Francisco Tomaz Borges Filho.

Serv. 4ª classe, José Luiz de Moura.

Serv. 4ª classe, Avelino Francisco dos Santos.

Serv. 4ª classe, Daniel Martins de Brito

Serv. 4ª classe, Osvaldo de Oliveira.

Serv. 4ª classe, Cícero José da Silva.

Serv. 4ª classe, Inácio Costa.

Com a gratificação de 60\$000 os seguintes empregados:

Serv. 4ª classe, Valdemar Pinto de Oliveira.

Serv. 4ª classe, Severino Caetano de Almeida.

Serv. 3ª classe, Estêvão Ferreira de Miranda.

Serv. 3ª classe, Benedito Pereira.

Com a gratificação mensal de 200\$000, o contínuo, Antônio Vasques Manso.

Em virtude de dispositivo do Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, estão autorizados a fazer plantão os empregados da respectiva Portaria, na medida das necessidades do serviço, mediante a gratificação de 15\$000 diários.

Requerimento despachado

Dia 17 de novembro de 1938

Henrique Pinheiro de Vasconcelos. — Sim.

Ministério da Fazenda

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO GABINETE

Dia 18 de novembro de 1938

Ofícios:

Ao Sr. Diretor das Rendas Internas:

N. 112 — Comunicando, para os fins convenientes, que a Secretaria da Presidência da República trouxe ao conhecimento deste Ministério haver S. Ex. o Sr. Presidente da República resolvido aceitar a homenagem prestada pelo exportador de diamantes Sr. G. Polak, dando o seu nome à grande gema ultimamente encontrada em nossos campos diamantíferos.

— Ao Sr. Presidente da 2ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa:

N. 365 — Comunicando, de ordem do Sr. Ministro, que S. Exa. o Sr. Presidente da República, a cuja deliberação foi submetido o pedido de exoneração do lugar de membro do Conselho Superior de Ta-

rifa, apresentado pelo oficial administrativo da classe "K", Quadro VIII, Alfândegas, bacharel Hildebrando Newton de Barcelos, por haver sido aposentado por decreto de 20 de outubro último, resolveu deixar de aceitar o citado pedido, devendo o aludido funcionário continuar no exercício daquelas funções até findar-se o prazo respectivo.

— Ao Sr. Presidente do Primeiro Conselho de Contribuintes:

N. 366 — Comunicando que o Sr. Ministro proferiu o seguinte despacho no processo em que é interessada Almerinda Martins Catafino da Silva, residente na Baía, e relativo ao recurso interposto pelo senhor representante da Fazenda, de decisão constante do acórdão n. 6.361, publicado no *Diário Oficial* de 2 de agosto último: "Dou provimento ao recurso do Sr. Representante da Fazenda para o fim de, anulando o acórdão recorrido, restabelecer a decisão da instância inferior, que está conforme aos anteriores julgados deste Ministério".

É o seguinte o recurso do Sr. Representante da Fazenda:

"Exmo. Sr. Ministro da Fazenda:

I — No acórdão n. 6.361, de 22 de abril deste ano, entendeu o egregio 1º Conselho de Contribuintes, reformando, aliás, decisão ainda mais benigna da instância inferior, admitir no n. 4 da renda global, a dedução de donativos a igrejas e conventos.

II — Ora, o art. 40, f, do regulamento, apenas concede a dedução das contribuições e doações — "as instituições e as obras filantrópicas": aí só se podem compreender as dadas às obras de caridade, de assistência aos enfermos, à infância, à velhice, aos desempregados, e semelhantes, — funções essas que entram na esfera das que competem ao Estado e cujo exercício pelos particulares ele por isso estimula e galardoa com a isenção.

A lei não prevê, pois, os donativos para fins religiosos.

III — As deduções, em matéria de imposto de renda, têm caracter idêntico ao das isenções fiscais.

É princípio aceito que essas devem ter interpretação estrita, — sendo conhecidíssima a lição de Carlos Maximiliano (Hermeneutica).

Quanto às leis fiscais em geral, diz (1ª ed., pag. 337:) "Tratam-se as normais de tal espécie como se foram rigorosamente taxativas; — deve, por isso, abster-se o aplicador de lhes restringir ou dilatar o sentido". "Não suportam o recurso à analogia, nem à interpretação extensiva, — as suas disposições aplicam-se no sentido rigoroso, estrito".

Mais adiante, à pag. 339:

"O rigor é maior em se tratando de disposição excepcional, de isenções ou abrandamentos de onus em proveito de indivíduos ou corporações. Não se presume o intuito de abrir mão de direitos inerentes à autoridade suprema. A outorga deve ser feita em termos claros, irretorquíveis; ficar provada até à evidência além das hipóteses figuradas no texto; jámais será indeferida de fatos que não indiquem irresistivelmente a intenção a existência da concessão ou de um contrato que a envolva. No caso, não tem cabimento o brocardo célebre; na dúvida, se decide contra as isenções totais ou parciais, e a favor do fisco; ou, melhor, presume-se não haver o Estado aberto mão da sua autoridade para exigir tributos".

IV — Especialmente quanto às deduções no imposto de renda, não é diferente a lição da doutrina estrangeira. "As deduções se restringem às especificadas no regulamento", proclama um autor clássico no tocante a esse imposto (Montgomery, "Income Tax Procedure", 1927, pag. 713). É certo que nos Estados Unidos se admite a dedução de contribuições e doações feitas para fins religiosos: mas isso porque a lei expressamente as prevê, ao lado das para fins filantrópicas.

V — Lembrarei aqui o que recentemente escrevi em outro recurso, no tocante ao caracter rigorosamente estrito da especificação que a lei faz, das deduções admissíveis na renda global.

Quanto às deduções *cedulares*, ainda tem sido pretendida uma certa tolerância, invocando-se a intenção da lei, que seria cobrar as taxas proporcionais da renda cédular, líquida das das "deduções indispensáveis à percepção de rendimentos em cada categoria"; que, especificando minuciosamente as deduções cedulares permissíveis, a lei visou autorizá-las todas, desde que atendam àquela condição, sendo que qualquer omissão porventura verificada não deve importar em negar-se a dedução, quando necessária à obtenção da renda; que, assim, na cédula C, dever-se-ia admitir a dedução de imposto estadual, sobre vencimentos ou de ordenados pagos a empregados de escritório; e na cédula E, dever-se-ia, quanto a um edifício de apartamento ou escritórios, computar a dedução de ordenado do administrador, do cabineiro, da energia elétrica dispensada com elevador, da luz de saguões e corredores, etc. — porque, se o regulamento não especificou essas deduções, foi por mera omissão, oriunda de serem ainda muito poucas as casas de tal natureza, quando se fez tal regulamento.

Apezar desse fundamento teórico, de que o imposto proporcional só deve gravar a renda cédular líquida de todas as deduções necessárias à sua obtenção, — V. Exa., já tem decidido que não pode ser concedida nenhuma dedução que não esteja especificada na lei, — sendo que aliás o art. 33, § 2º, do regulamento, quanto aos rendimentos da cédula C, é expresso nesse sentido.

Se assim sucede quanto às deduções cedulares, — quanto às na renda global a questão não pode, sequer, padecer dúvidas.

Realmente, não há aí nenhum princípio teórico que possa nortear a interpretação; trata-se de concessões puramente arbitrárias da lei: esmielá-las, não é interpretar esta, é substituí-la.

Examinem-se as deduções alinhadas no art. 40 do regulamento e não se chegará a outra conclusão:

Permite-se a dedução dos impostos *proporcionais* calculados nas cédulas. Não adianta alegar que seria muito mais lógico deduzir o imposto total, proporcional e complementar, pago no ano anterior: por mais lógico que pudesse ser, a lei não permite a dedução do imposto complementar.

Como encargos de família, podem ser deduzidos apenas esposa e filhos; nada valeria ao contribuinte provar que efetivamente sustenta pais e irmãs, netos ou sobrinhos.

Permite-se a dedução de juros de dívidas pessoais e não a de pagamentos feitos, por exemplo, a médicos, ou de despesas de farmácia: eis aí, bem nítido, o caracter arbitrário das deduções da renda global.

É autorizada a dedução de contribuições e doações e instituições e obras filantrópicas: não assim das esmolas dadas a mendigos ou dos auxílios a parentes ou outros necessitados.

Identicamente, também, não podem ser deduzidas as doações a que se refere o acórdão, para fins religiosos.

VI — Por todos esses motivos, venho pleitear a reforma do acórdão n. 6.361, — afim de que sejam negadas também as deduções para igrejas e conventos.

Reitero a V. Exa., Sr. Ministro, os meus protestos de profundo respeito e sincera admiração. — Tito Rezende, Representante da Fazenda Pública".

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DESPACHOS

Processo n. 75.781/38 — Benedito Simões, habilitado em concurso para cargo de primeira entrância, pleiteando nomeação, ou admissão como extranumerário, no lugar de remador de Alfândega. — De acordo com a circular n. 12, de 28 de junho de 1937, deste Ministério, as nomeações efetivas devem obedecer à ordem rigorosa de classificação. Quanto à função de extranumerário, não existe vaga. Nestas condições, é meu parecer que o suplicante deve aguardar oportunidade. 5-11-38. — A. de Souza Costa. Sim. — GETULIO VARGAS.

Processo n. 67.123/38 — Alvaro d'Assis Osório Mendes, escrivão da classe E, do Quadro VIII, deste Ministério, pleiteando sua remoção da Alfândega de Belém para a do Rio de Janeiro. — Ouvida a respeito, a Comissão de Eficiência manifestou-se contrária ao atendimento da solicitação, visto não se caracterizar no caso a conveniência do serviço, nem existir vaga na Alfândega desta Capital. Meu parecer é que deve ser indeferido o requerimento do interessado. 5-11-38. — A. de Souza Costa. Indeferido. — GETULIO VARGAS.

Processo n. 66.459/38 — Guilhardo Moreira da Rocha, escrivão da classe E, do Quadro III (Alfândegas), pleiteando remoção da Alfândega de Fortaleza para a do Rio de Janeiro. — Ouvida a Comissão de Eficiência opinou contrariamente ao pedido, visto não estar caracterizada a conveniência do serviço, além de não existir vaga na Alfândega do Rio. Nestas condições, sou de parecer que deve ser indeferida a solicitação. 5-11-38. — A. de Souza Costa. Indeferido. — GETULIO VARGAS.

Processo n. 61.934/38 — Clélia da Costa Miranda, candidata habilitada em concurso de primeira entrância para emprego de Fazenda, pleiteando nomeação, ou admissão como extranumerária. — De acordo com a circular n. 12 de 28 de junho de 1937, as nomeações efetivas devem obedecer à ordem rigorosa de classificação. Quanto à admissão como extranumerária, não existe vaga presentemente. 5-11-38. — A. de Souza Costa. Sim. — GETULIO VARGAS.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESIGNAÇÃO

Dia 17 de novembro de 1938

O diretor geral da Fazenda Nacional, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 6º do decreto n. 24.144, de 18 de abril de 1934, resolveu designar o escrivão da classe G, do Quadro VII (Delegacias Fiscais), César Ribeiro Franco Neto, para servir, em comissão, no Quadro Móvel do Tesouro Nacional. — Romero Estelita.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

DESPACHOS

Processo n. 83.571/38 — Zildo Pessoa Barreto, nomeado para o cargo de agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado de Mato Grosso, pedindo prorrogação de prazo para tomar posse. — Concedo a terceira prorrogação de prazo, para o requerente tomar posse do cargo para o qual foi nomeado, nos termos do art. 8º do decreto n. 19.582, de 12 de janeiro de 1931.

Processo n. 80.441/38 — Aposentadoria de Basílio Antônio de Barros, artifice, classe G, do Quadro V. — O interessado deve apresentar certidão relativa ao período de 1896 a 1904.

Processo n. 88.371/38 — Floriano Leopoldino de Azevedo, oficial administrativo, classe II, do Quadro VII, com exercício no Quadro Móvel do Tesouro Nacional, pedindo férias. — Concedo as férias regulamentares.

OFÍCIOS

Dia 14 de novembro de 1938

Ao Sr. delegado fiscal em Alagoas:

N. 102 — Solicitando seja informado se a percentagem de 1½ %, destinada ao custeio da Caixa Econômica anexa, permite a elevação de vencimentos pleiteada pelo servente Manuel Augusto de Azevedo.

— Ao Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 141 — Remetendo o decreto que nomeia José Vicente Tor-
torelli para o lugar de agente fiscal do imposto de consumo no in-
terior do mesmo Estado, e autorizando a dar ao referido nomeado a
posse do respectivo cargo, com observância do item 9 da circular
deste Serviço n. 3, de 21 de fevereiro último, e o disposto no art. 4º
do decreto n. 23.336, de 8 de novembro de 1933.

— Ao Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 164 — Remetendo o processo relativo à aposentadoria do es-
crivão da Coletoria das Rendas Federais em Caculé, Manuel da Silva
Ramos Neco, e solicitando providências no sentido de ser o aposen-
tado convidado a fazer a prova de que trata o art. 2º da lei n. 583,
de 9 de novembro de 1937.

N. 165 — Restituindo o processo relativo ao requerimento em
que o escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Salinas da Mar-
garida, Antônio de Sales Bittencourt, pede lhe sejam concedidos seis
meses de licença, para tratar de seus interesses particulares, e solici-
tando providências no sentido de ser o aludido processo devidamente
instruído, de acordo com a circular n. 1, de 10 de janeiro de 1929,
da antiga Diretoria Geral do Tesouro Nacional.

— Ao Sr. delegado fiscal no Espírito Santo:

N. 98 — Remetendo o processo relativo ao requerimento em que
a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas pede pagamento da
importância de 18\$400, proveniente de transporte requisitado pela
mesma Delegacia.

— Ao Sr. delegado fiscal no Maranhão:

Ns. 144 e 145 — Remetendo os decretos que nomeiam Adrião de
Campos Valadares e José Luiz Ribeiro para o lugar de agente fiscal
do imposto de consumo no interior do mesmo Estado, e autorizando a
dar ao primeiro a posse do respectivo cargo, com observância do item
9 da circular deste Serviço n. 3, de 21 de fevereiro último, e o dis-
posto no art. 4º do decreto n. 23.336, de 8 de novembro de 1933.

— Ao Sr. delegado fiscal na Paraíba:

N. 79 — Solicitando seja informado se a percentagem de 1½ %, destinada ao custeio da Caixa Econômica anexa, permite a elevação de vencimentos pleiteada pelo servente Pedro Ramos Feitosa.

— Ao Sr. delegado fiscal no Piauí:

Ns. 78 e 79 — Remetendo os decretos que nomeiam Ataulfo Bona
e Antônio Soriano de Sousa para o lugar de agente fiscal do imposto
de consumo no interior do mesmo Estado, e autorizando a dar aos
referidos nomeados a posse do respectivo cargo, com observância do
item 9 da circular deste Serviço n. 3, de 21 de fevereiro último, e o
disposto no art. 4º do decreto n. 23.336, de 8 de novembro de 1933.

— Ao Sr. delegado fiscal em São Paulo:

N. 424 — Remetendo a portaria do Sr. diretor geral que concede
licença-prêmio ao servente da classe C, do Quadro VII, Antônio Gon-
çalves Ferreira, com exercício na mesma repartição.

— Ao Sr. delegado fiscal em Sergipe:

N. 89 — Remetendo a portaria do Sr. diretor geral que concede
licença-prêmio ao escrivão de 4ª classe, da Coletoria Federal em Ria-
chuelo, Manuel Joaquim Pacheco.

— Ao Sr. inspetor da Alfandega de Paranaguá:

N. 154 — Remetendo a portaria do Sr. diretor geral que concede
licença ao trabalhador da classe C, do Quadro VIII, Anacir Marques
Ferreira de Abreu, com exercício na mesma Alfandega.

— Ao Sr. inspetor da Alfandega de Rio Grande:

N. 351 — Solicitando a remessa do título de nomeação do escri-
turário da classe C, do Quadro VIII, Alda Schilling Simoni, afim de
ser apostilado.

Dia 17

Ao Sr. presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público:

N. 627 — Apresentando o guarda-livros, da classe G, do Quadro I,
do Tesouro Nacional, Leopoldo Neri de Andrade, que foi posto à dis-
posição do mesmo Departamento, nos termos do art. 13, do decreto-
lei n. 579, de 30 de julho último, sem prejuízo dos respectivos ven-
cimentos.

— Ao Sr. diretor das Rendas Internas:

N. 564 — Remetendo boletins de merecimento, afim de serem
premiados pela mesma repartição, em cumprimento ao disposto
no art. 40 do decreto n. 2.290, de 28 de janeiro último, publicado,

com retificação, no *Diário Oficial* de 26 de fevereiro seguinte, e ar-
tigo 2º do decreto n. 2.603, de 29 de abril deste ano.

(Sobre o mesmo assunto foram expedidos ofícios aos Srs. dire-
tor da Despesa Pública, diretor-secretário do Tribunal de Contas,
inspetor da Alfandega do Rio de Janeiro, delegado fiscal no Ceará,
delegado fiscal no Espírito Santo, delegado fiscal no Rio Grande do
Norte, delegado fiscal em Sergipe, inspetor da Alfandega de Aracaju,
inspetor da Alfandega de Fortaleza, inspetor da Alfandega de Natal,
inspetor da Alfandega de São Salvador e inspetor da Alfandega de
Vitória.)

— Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

N. 230 — Comunicando que o Sr. diretor geral, em obediência ao
respeitável despacho do Exmo. Sr. Presidente da República, resolveu
que o oficial administrativo do Quadro III (Recebedoria Federal em
São Paulo), Eduardo Seixas Duarte, que servia junto à mesma Rece-
bedoria, volte a ter exercício na sua repartição.

— Ao Sr. diretor da Casa da Moeda:

N. 161 — Comunicando que o Sr. diretor geral resolveu tornar
sem efeito o ato que designou o escriturário da classe F, do Quadro V,
Antonieta Mamede, para servir no Quadro Móvel do Tesouro Nacional.

— Ao Sr. contador geral da República:

Ns. 152 e 153 — Comunicando que o Sr. diretor geral, a cuja con-
sideração foi submetido o ato da mesma Contadoria que designou o
contador, classe K, do Quadro I, Moacir Alves da Silveira, com exer-
cício na Seccional junto à Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Ja-
neiro, para chefear a Seccional na Polícia Civil do Distrito Federal, e,
bem assim, o ato que designou o contador, classe K, do referido qua-
dro, Raimundo de Azevedo e Sousa, que chefia a Seccional junto à
Delegacia Fiscal no Paraná, para exercer idênticas funções na do
Estado do Rio de Janeiro, — resolveu aprovar esses atos, de vez que
eles importam em movimentação de pessoal, atribuição esta da com-
petência privativa da Diretoria Geral.

— Ao Sr. diretor da Secção de Fiscalização do Exercício Profus-
sional:

N. 288 — Solicitando seja submetido a inspeção de saúde, para
efeito de posse o Dr. José Afonso Mendonça Azevedo, nomeado para
exercer, e comissão, o cargo de procurador da Diretoria do Domínio
da União, padrão M, do Quadro I, deste Ministério.

Diretoria das Rendas Internas

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de novembro de 1938

— Ao Sr. delegado fiscal em Bahia:

N. 145 — Comunicando que, tendo presente o processo ficha-
do sob o n. 82.250 de 1938, em que o coletor federal em Serrinha,
consulta qual o fornecimento de fórmulas que deve fazer a contri-
buente que lhe apresentou a relação do "stock" a 30 de junho pre-
terito e, posteriormente, as guias respectivas para aquisição de fór-
mulas, quando já vendera parte da mercadoria, bem como se as
mercadorias seladas anteriormente ao decreto-lei n. 301, de 24 de
fevereiro deste ano, devem, agora, pagar o imposto de acordo com o
prescrito no citado decreto, proferi em 3 do corrente o seguinte des-
pacho:

"De acordo com o parecer, aprovo o despacho de fls."

O parecer em questão foi emitido pelo Sr. inspetor superin-
tendente, bacharel Antônio Peixoto de Azevedo, nos seguintes ter-
mos:

"O assunto constante do processo encontra solução no item e
da circular n. 35, de 27 de julho último, deste ministério e no ar-
tigo 244 do decreto-lei n. 793, de 24 de setembro passado.

Assim, parece-me que o ato da Delegacia Fiscal pode ser apro-
vado, quanto à primeira parte, esclarecendo-se quanto à segunda
parte que a matéria está dependendo de ato da administração,
para cumprimento do disposto no artigo 244 acima aludido". (Pro-
cesso 82.250-38).

— Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

N. 465 — Comunicando que o Sr. ministro da Fazenda, a quem
foi presente o processo fichado sob o n. 74.750, de 1938, em que
Gentil Campos consulta como deve ser feita a marcação do preço
respectivo em calçados de sola de borracha: "pneu", "crepe" e corda,
exarou, em 27 de outubro último, o seguinte despacho:

"Aprovo o despacho do Sr. diretor da Recebedoria do Distrito
Federal.

Baixe-se circular, declarando que nos calçados com o solado de
crepe-sola, lâmina de borracha superposta, corda ou palha, a mar-
cação do preço de venda no varejo, a que os fabricantes estão obri-
gados, em virtude da nota 1ª ao § 6º do art. 4º do decreto-lei n. 739,
de 24 de setembro último, poderá ser feita por meio de etiquetas de
borracha ou couro, estampadas ou impressas, de modo indelevel, e
aderidas com segurança à mercadoria."

— Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

N. 466 — Devolvendo o processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 35.815, de 1938, em que é interessado Alfredo Sebrão Busch.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de novembro de 1938

Precatórios despachados:

N. 44.030/938 — Juízo da 7ª Vara Criminal, entrega de 500\$000 (quinhentos mil réis), a favor de Ernani Correia. — Cumpra-se.

Requerimentos.

N. 43.707/938 — Primo Nunes de Andrade. — De acordo com a informação e o parecer, imponho ao requerente a pena de revalidação correspondente ao selo devido. Imponho, outrossim, a multa de 50\$, de conformidade com o art. 70 do regulamento em vigor.

N. 43.712/938 — Klenack Stern. — Imponho, de acordo com o parecer, a pena de revalidação, correspondente ao selo devido. Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, para a inscrição da dívida.

N. 43.710/938 — Dauckaut & Comp., Ltda. — Idem.

N. 44.036/938 — F. Pinto Gomes. — Idem.

N. 43.713/938 — R. Simões & Irmão. — Idem.

N. 4.037/938 — Rosalina Vernan Lings. — Idem.

N. 43.714/938 — R. Simões & Irmão. — Idem.

N. 44.038/938 — Luiz Sentinão. — Idem.

N. 43.703/938 — D. Aquino & Comp. — Idem.

N. 44.039/938 — J. F. Alves. — Idem.

N. 43.704/938 — Boaventura Oieihck. — Idem.

N. 44.040/938 — Auto Union Brasil Ltd. — Idem.

N. 43.708/938 — Farmácia Redentora. — Idem.

N. 44.041/938 — Armando Bernachi. — Idem.

N. 43.709/938 — S. Condorelli. — Idem.

N. 44.042/938 — João Alberto Fernandes. — Idem.

N. 43.711/938 — Brazilian Warrant Agency and Finance Comp., Ltd. — Idem.

N. 44.043/938 — V. Barcelos. — Idem.

N. 43.702/938 — Fábrica de Papel N. S. Aparecida S. A. — Idem.

N. 44.044/938 — José de Castro Ferraz. — Idem.

N. 43.705/938 — Antônio Cabral. — De acordo com a informação e o parecer, imponho ao requerente a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 44.254/938 — D. Antônio Ozório Madail. — Idem.

N. 43.939/938 — Cândido de Carvalho. — Idem.

N. 43.706/938 — Elísio Ferreira Afonso. — Idem.

N. 42.720/938 — Altamiro Garcia. — Proceda-se a cobrança, de acordo com a informação e o parecer. Intime-se para, efetuar o pagamento, no prazo de oito dias, sob as penas da lei.

N. 42.015/938 — Davi Harari & Filhos. — Idem.

N. 42.207/938 — Joaquim dos Santos Segundo. — Idem.

N. 44.257/938 — Luiz F. Braga & Filhos. — Imponho, de acordo com o parecer, a pena de revalidação correspondente ao selo devido. Publicado o processo e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, para a inscrição da dívida.

N. 44.256/938 — Hotel Palace. — Idem.

N. 44.253/938 — Antônio Fernandes Ribeiro. — Idem.

N. 44.258/938 — Cini Roberto. — Idem.

N. 44.255/938 — S. A. Casa Dale. — Idem.

N. 40.370/938 — Martins Adolfo Kock. — Restitua-se a quantia de dez contos de réis (10:000\$000).

Auto n. 1.521/38, contra Walter Ellinger — Contra a firma supracitada foi lavrado o auto de fls., com fundamento nos artigos 24, § 3º, e 26, § 2º, do decreto n. 22.061, de 1932, por ter deixado de escriturar em seu registro de vendas à vista a quantia de 487:963\$300, de várias vendas mercantis, que efetuou no período de 4 de abril de 1935 a 14 de maio de 1936.

A sua defesa nada prova de molde a modificar a sua responsabilidade, devidamente apurada.

Isto posto, tudo visto e bem examinado:

Julgo procedente o auto de infração referido e imponho a Walter Ellinger a multa de 4:392\$000, devendo, também, recolher o imposto devido de 1:464\$000, nos termos dos arts. 33, 38 e 39 do decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da quantia devida, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do decreto n. 607, de 10 de agosto deste ano.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 18 de novembro de 1938

N. 44.100 — Maximiniano Marques Leitão. — Certifique-se o que constar.

N. 44.139 — Sociedade Anônima Magalhães. — Idem.

N. 40.253 — Gualberto de Azevedo. — Idem.

Requerimentos:

N. 39.842 — Companhia Fornecedora de Materiais. — Dê-se a baixa, imponho a multa de 50\$000, mínimo da lei, à Companhia requerente.

Câmara de Reajustamento Econômico

Expediente do dia 18 de novembro de 1938

No requerimento de Eurico Bittencourt Carvalho referente ao processo de n. 22.486, foi proferido o seguinte despacho: "Indeferrido por haver sido interposto fora do prazo da lei, que terminou no dia 12 do corrente."

O senhor presidente despachou favoravelmente a petição em que os interessados no processo de n. 5.313, pediam a juntada de documentos.

Mandou-se dar as certidões pedidas de referência aos processos de ns. 28.560, 29.283, 30.024 e 2.615.

SESSÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1938

No processo n. 3.910, série C (Agudos — S. Paulo), "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 41, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Antônio José Leite e outros e a consequente indenização de 56:500\$000, em apólices, aos credores Lara Campos & Comp., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de 190\$550, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 6.191, série C (Jau — São Paulo), "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 51, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Nassif Abib, e a consequente indenização de 8:000\$000, em apólices, a credora Empresa Força e Luz do Jau S. A., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de 301\$450, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel, relator."

No processo n. 17.852, série C (Jaboticabal — São Paulo), "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 37, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Ana Francisca Nunes e a consequente indenização de 9:500\$000, em apólices, a credora Companhia de Força e Luz de Jaboticabal S. A., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de réis 336\$850, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 20.480, série C (Piratinizinga — São Paulo), "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 30, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Luiz Guimarães Brandão e outros, e a consequente indenização de 3:000\$000, em apólices, aos credores Junqueira Carvalho & Irmãos, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de réis 285\$900, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 26.294, série C (Presidente Alves — São Paulo), "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 18, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Manuel Dias de Freitas e a consequente indenização de 8:500\$000, em apólices, aos credores Irmãos Natel, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de 401\$450, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel, relator."

No processo n. 14.905, série C (Campos Gerais — Minas Gerais), "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 19, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Amadeu Peloso e a consequente indenização de 38:000\$000, em apólices, à credora Casa Bancária Irmãos Menicucci, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de 250\$000, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel, relator."

No processo n. 21.150, série C (Jaguaripe — Baía): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 56, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Antônio Menezes Faria e a consequente indenização de dezesseis contos e quinhentos mil réis (17500\$000), em apólices, ao credor Alfredo Alves da Cruz, continuando a cargo do devedor a fração não reajustável de duzentos e vinte e sete mil e cem réis (227\$100) de conformidade com o Dec. 24.233 de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, Presidente. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel, relator."

No processo n. 26.774, série C (Araraquara — S. Paulo) em que é declarante Henrique Agudo Calvo — Espólio: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 55 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — Sergio de Oliveira, Presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel.

No processo n. 17.404, série C (Gouvêa — Minas Gerais) em que é declarante Banco de Crédito Real de Minas Gerais: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 65 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — Sergio de Oliveira, Presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel.

No processo n. 17.160, série C (Ilhéus — Baía) em que são declarantes Hugo Kaufmann & Cia.: "decidiu adotar a conclusão do

relatório de fls. 18 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, Presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 16.484, série C (Guarapari — Espírito Santo) em que são declarantes João Jorge & Cia. — em liquidação: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 21 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 27.597, série B (Agua Preta — Pernambuco) em que são declarantes Olavo de Andrade & Cia.: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 45 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, Presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 24.228, série C (Encruzilhada — Rio G. do Sul) em que são declarantes Ruben Azambuja & Cia.: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 7 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, Presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 4.092-C — Itápolis — S. Paulo: "resolveu adotar a conclusão do relatório de fls. 53 em virtude da qual, "ex-vi" do decreto 24.233 de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor Banco do Estado de S. Paulo a dar quitação plena a Luiz Nogueira Porto e sua mulher do seu débito verificado (132:133\$400), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam sessenta e seis contos de réis (66:000\$000)". — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Ernesto Rangel*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No processo n. 28.949-C — Pirajú — S. Paulo: "resolveu adotar a conclusão do relatório de fls. 27 em virtude da qual "ex-vi" do decreto 24.233 de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor Banco Popular de Guaratinguetá a dar quitação plena a Claro Cezar do seu débito verificado (10:000\$000), recebendo em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam cinco contos de réis (5:000\$000)". — *Sergio de Oliveira*, Presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 26.433-C — Campos — Rio de Janeiro: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 32 em virtude da qual, "ex-vi" do decreto 24.233 de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor Soares & Cia. a dar quitação plena a Antônio Velasco de Souza do seu débito verificado (116:000\$000), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam cinquenta e oito contos de réis (58:000\$000)". — *Sergio de Oliveira*, Presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

Pedidos de reconsideração:

No pedido de reconsideração n. 4.042 — Proc. 23.875-C — Monte Aprazível — Estado de São Paulo: "resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 61 e seguintes e, assim conceder a indenização de noventa contos e quinhentos mil réis (90:500\$000) em apólices a credora Companhia Calçado Clark, na qualidade de procuradora especial de Calil Buchalla, correspondente a 50 % do débito verificado 181:258\$500 — de José Nogueira de Noronha e sua mulher, dando aos mesmos plena quitação da dívida. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 4.041 — Proc. 21.810-C — Rio Preto — São Paulo: "resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração a fls. 75 e seguintes para que a credora ao receber a indenização que lhe foi concedida a fls. 73 dê quitação plena do débito reajustável — 126:840\$000 — aos devedores José Nogueira de Noronha e sua mulher. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.649 — Proc. 29.254-B — S. Jerônimo — Rio Grande do Sul: "resolveu, de acordo com os votos dos dois juizes revisores, dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 40 e seguintes e, assim sendo, considerar reajustável a mais do que na decisão anterior a importância de 7:400\$000, concedendo, afinal, ao credor Banco da Província do Rio Grande do Sul, a indenização, em apólices, de tres contos e quinhentos mil réis (3:500\$000), continuando a cargo dos devedores Geminiano de Araujo Ramos e sua mulher, além dos 50 % restantes da dívida, a fração irrealizável de duzentos mil réis (200\$). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.835 — Proc. 29.138-B — Santa Vitória do Palmar — Rio Grande do Sul: "resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 44 e seguintes e, assim sendo, modificar a decisão de fls. 43, no sentido de ser concedida ao credor — Raul Rodrigues Romariz, a indenização de 9:000\$000 (nove contos de réis) que lhe havia sido denegada pela decisão anterior, continuando a cargo dos devedores — Tomaz Acunha e sua mulher, além dos 50 % restantes da dívida, a fração irrealizável de duzentos e um mil setecentos e cinquenta réis (201\$750). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.871 — Proc. 29.664-B — Ribeirão Preto — São Paulo: "resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 23 e seguintes e, assim sendo, conceder a indenização de 28:000\$000 em apólices aos credores Barreto Holl & Companhia, correspondente a 50 % do débito verificado (56:274\$800) de Antônio de Barros Uchôa, dando ao mesmo plena quitação da dívida. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.964 — Proc. 26.019-C — Igrejinha — Minas Gerais: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 12 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.965 — Proc. 26.020-C — Guaxupé — Minas Gerais: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 16 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 4.083 — Proc. 25.913-C — Pirajú — Estado de São Paulo: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 57 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 4.086 — Proc. 17.277-C — Paraisópolis — Minas Gerais: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 21 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 4.088 — Proc. 23.085-C — Garça — São Paulo: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 27 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

Segundo Conselho de Contribuintes

Pauta para a sessão ordinária a realizar-se no dia 22 de novembro de 1938, às 14 horas:

RECURSOS

N. 346-R — J. Rocha & Comp. — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do acórdão 5.240 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, o Sr. Gustavo Bentemüller.

N. 372-R — Carlos Campos — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do acórdão 5.999 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, o Sr. Vicente Galliez.

N. 377-R — Simonini, Toschi & Guidi — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do acórdão 3.237 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, o Sr. Vicente Galliez.

N. 6.359 — Alcides Dias de Moura — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator, o Sr. Genaro Vidal.

N. 6.863 — Jehann & Comp. Ltda. — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, o Sr. Gustavo Bentemüller.

N. 6.915 — Sociedade Agrícola Irmãos Azevedo — Decretos 23.664, de 1933 e 17.464, de 1926 — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator, o Sr. Brandão Cavalcanti.

N. 6.989 — Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana — Imposto de consumo (Consulta) — Delegacia Fiscal de Pernambuco (ex-officio) — Relator, o Sr. Gustavo Bentemüller.

N. 6.997 — José Francisco Xavier — Decretos 17.464, de 1926 e 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em Pernambuco (ex-officio), — Relator, o Sr. Janserico de Assis.

N. 7.003 — J. O. Menscal Neto — Imposto de consumo (Consulta) — Recebedoria do Distrito Federal (ex-officio) — Relator, o Sr. Janserico de Assis.

N. 7.004 — Dr. Blem & Com. Ltda. (Consulta) — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal (ex-officio) — Relator, o Sr. Brandão Cavalcanti.

N. 7.010 — Hugo Kaufmann & Comp. — Decreto 17.464, de 1926 — Delegacia Fiscal na Baía (ex-officio) — Relator, o Sr. Brandão Cavalcanti.

N. 7.014 — Acácio Ferreira do Amaral — Decrs. 17.464, de 1926 e 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em Minas Gerais (ex-officio) — Relator, o Sr. Genaro Vidal.

N. 7.015 — João Ponte — Dec. 17.464, de 1926 — Delegacia Fiscal em Minas Gerais (ex-officio) — Relator, o Sr. Brandão Cavalcanti.

N. 7.033 — Gomes & Comp. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Janserico de Assis.

N. 7.064 — Muszynski, Ferreira & Comp. — Imposto de Consumo — Recebedoria do Distrito Federal (ex-officio) — Relator, o Sr. Janserico de Assis.

N. 7.069 — Frederico Cavalcante de Melo — Indústrias e Profissões — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, o Sr. Genaro Vidal.

N. 7.071 — Emilio Mussolini — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator, o Sr. Genaro Vidal.

N. 7.074 — Antônio Evaristo Alvarenga, Joaquim Montaus Júnior e Delegacia Fiscal em São Paulo "ex-officio" e Voluntários — Operações a termo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator, o Sr. Vicente Galliez.

N. 7.077 — José Nunes Marins — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator, o Sr. Vicente Galliez.

N. 7.084 — Haikal Massad & Filhos — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina — Relator, o Sr. Gustavo Bentemüller.

Secretaria do Segundo Conselho de Contribuintes, 18 de novembro de 1938. — Frederico Diniz Martins secretário

Comissão de Eficiência

Expediente do dia 17 de novembro de 1938

Membros presentes:

Resalvo Gomes da Ressurreição, presidente, Valdemiro Amadeu Soares Filho e Flávio Carvalho de Moraes Bastos.

Processos despachados:

N. 682-38 — Pedido de transferência do escriturário, classe E, do Ministério da Viação, Elza Robillard de Marigny. Despacho: Peça a audiência do S. P. F.

N. 685-38 — Pedido de transferência do marinheiro, classe D, do Quadro IX, Milton Bittencourt. Despacho: Solicito preliminarmente a audiência do S. P. F.

Processos relatados:

N. 48-38 — Pedido de antiguidade do escriturário, classe F, do Quadro VII, Argemiro Nascimento — Relator, Rosalvo Gomes. — A Comissão restitui o processo ao D. A. S. P., opinando pelo arquivamento.

N. 669-38 — Representação do delegado fiscal do Pará, sobre situação da fiscalização do imposto de consumo — Relator, Flávio Bastos. — A Comissão encaminhou o processo ao Gabinete do senhor ministro, com esclarecimentos.

N. 670-38 — Pedido de transferência do ajudante de tesoureiro, padrão J, do Quadro III, Amintas Barbosa Pereira — Relator, Amadeu Soares. — A Comissão encaminhou o processo ao D. A. S. P., opinando pelo atendimento do pedido, desde que ocorra vaga na carreira e classe pretendidas.

N. 671-38 — Pedido de transferência do ajudante de tesoureiro, padrão J, do Quadro III, Ibrantino Sotto Mayor Ramos — Relator, Rosalvo Gomes. — A Comissão encaminhou o processo ao D. A. S. P., opinando pelo atendimento do pedido, desde que ocorra vaga na carreira e classe pretendidas.

N. 680-38 — Pedido de transferência do escriturário, classe F, do Quadro VII, José Augusto Vieira Neto — Relator, Flávio Bastos. — A Comissão encaminhou o processo ao D. A. S. P., opinando pelo atendimento do pedido, desde que ocorra vaga na classe pretendida, a ser preenchida pelo critério do merecimento.

N. 683-38 — Pedido de permuta dos escriturários, classe F, do Quadro VII, João Gonçalves e Abel Feitosa Torres Ventura — Relator, Rosalvo Gomes. — A Comissão opinou pelo atendimento do pedido, submetendo o processo à consideração do senhor ministro da Fazenda.

N. 684-38 — Pedido de transferência do ajudante de tesoureiro, padrão J, do Quadro III, Jaci Sotto Mayor Lagos — Relator, Amadeu Soares. — A Comissão encaminhou o processo ao D. A. S. P., opinando pelo atendimento do pedido.

Ministério da Marinha

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 16 de novembro de 1938

N. 1.669 — Passa às mãos de S. Ex. o processo referente ao requerimento de 9 de novembro de 1938, em que Esperança Ferreira Ribeiro, viúva do taifeiro de 3ª classe Luiz Gonzaga Ribeiro, pede lhe sejam concedidos os favores do art. 54 das instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria, aprovadas pelo decreto n. 2.274, de 20 de julho de 1938.

Dia 18

N. 1.684 — Restitui a S. Ex., devidamente científicas, as (10) dez primeiras vias dos mandados de prisão expedidos contra réus condenados no processo n. 598 de que tratou o ofício n. 1.341, de 1938.

Tribunal Marítimo Administrativo

462ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1938

Presentes, à hora regimental, os senhores juizes vice-almirante Dario Pais Leme de Castro, presidente, Dr. Carlos de Miranda, capitão de Mar e Guerra Raul Romão Antunes Braga e capitão de Longo Curso Francisco José da Rocha.

Procurador junto ao T. M. A.: Dr. Carlos Américo Brasil.

Secretário, Gilberto de Alencar Saboya.

Ata: declarada aberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior, e despachado pelo senhor presidente o expediente em mesa.

Publicação: foi publicado em sessão o acórdão no processo número 263, julgado em 3 do corrente.

Julgamento: foi julgado o processo n. 267, conforme papeleta anexa por cópia.

Processo n. 321 — Referente ao incêndio do barco "Fernandes 7º", em 23-7-1938, no porto da Baía.

Levantada a sessão às 15 horas e 30 minutos. — Gilberto de Alencar Saboya, secretário.

JULGAMENTO

Dia 18 de novembro de 1938

Processo n. 267 — Relator, juiz Carlos de Miranda — Referência ao encalhe do iate "Joazeiro" à entrada da barra de Ilhéus, Baía, em 28-11-1937.

Com representação do procurador junto ao T. M. A., contra Manuel Monteiro Filho, prático da barra de Ilhéus.

Lidos, relatados e discutidos os autos, tendo feito uso da palavra o Dr. procurador em exercício, decidiu o Tribunal, por maioria de votos:

a) quanto à natureza e extensão do acidente: encalhe com abertura d'água nas obras vivas à proa e à popa, sem avarias no carregamento;

b) quanto à causa determinante: imperícia do prático manobrando tardiamente quando mandou virar de bordo a embarcação, isto em circunstâncias especiais;

c) considerar o representado como incurso na letra "f" do artigo 61 do regulamento do T. M. A., impondo-lhe, por isso, a multa de 250\$000. Ao senhor relator. — Dario Pais Leme de Castro, presidente.

PAUTA DE JULGAMENTO

Acha-se em pauta de julgamento na sessão de 23 do corrente mês e ano, o processo seguinte:

N. 319 — Referência ao encalhe do vapor nacional "Afonso Pena", ocorrido em 12 de abril do corrente ano, no rio Amazonas, no lugar Marajó-Assú, Estado de Amazonas.

Secretaria do T. M. A., em 18 de novembro de 1938. — Gilberto de Alencar Saboya, secretário.

Ministério da Guerra

DESPACHOS DO SR. MINISTRO DA GUERRA

Dia 12 de novembro de 1938

Foi designado para exercer as funções de adjunto do Estado-Maior do Exército o major Jandyr Galvão.

Dia 16

Foram designados para exercerem as funções de:

Secretário da Biblioteca Militar, o capitão Salm Miranda;

Adjunto da Diretoria de Engenharia, o capitão Carlos dos Santos Gomes (ajudante do Depósito Central do Material de Engenharia);

Instrutor de fotografia aérea do Curso de Oficial Aviador, o capitão João Ribeiro da Silva e instrutor de navegação aérea, o 1º tenente Osvaldo Carneiro de Lima, ambos da Escola de Aeronáutica Militar, a contar, respectivamente, de 14 de junho e 12 de maio do corrente ano;

Auxiliares de instrução de pilotagem da Escola de Aeronáutica Militar, os 1ºs tenentes Ricardo Nicoli, Henrique de Alencastro Guimarães, Mário Perdigão Coelho, Manuel Borges Neves Filho e João Luiz Vieira Maldonado, a contar, respectivamente, de 11 de abril e 20 de junho dos dois primeiros e de 29 de junho dos três últimos, tudo do corrente ano.

Chefe da 6ª (sexta) Divisão do Departamento Militar da Escola de Aeronáutica Militar e instrutor de educação física do mesmo estabelecimento, o capitão Olavo Amaro da Silveira.

(*) Dia 24 de outubro de 1938

Foi designado para exercer as funções de chefe do Serviço de Engenharia da Fábrica do Material contra Gases, o capitão Otávio da Costa Monteiro, que serve atualmente no 4º Batalhão de Sapadores.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. MINISTRO DA GUERRA

Antônio Ribas Teixeira, pedindo sejam dois 1ºs tenentes de Administração, compelidos a saldarem dívidas contraídas com o requerente. — Indeferido, visto tratar-se de oficiais reformados.

Agos Roehling Buderus do Brasil Limitada (dois processos), pedindo autorização para exportar para a Alemanha barras de aço em vergalhão, por terem as ditas barras que sofreram um novo tratamento térmico nas usinas da Alemanha, sendo depois exportadas para o Brasil. — Concedido.

Benedito Faustino da Rocha, ex-2º cabo, pedindo solução de um requerimento em que solicitava asilamento. — As alegações do requerente não procedem. Quanto ao asilamento, indeferido, por falta de amparo legal.

Cícero Alves da Paixão, 2º cabo asilado, pedindo permissão para residir em Manaus, correndo as despesas de transporte por conta própria. — Deferido, à vista das informações, devendo correr as despesas de transporte por conta própria.

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorreção.

Francisco Pinto dos Campos, 3º sargento; Optato de Castro, músico de 3ª classe, e Rêde Mineira de Viação, pedindo pagamento das quantias, respectivamente, de 369\$100, 1:151\$000 e 561\$700. — Reconheço a dívida.

Eduardo de Barros Martins, 2º tenente da 2ª classe da reserva de 1ª linha, pedindo expedição de carta patente. — Deferido. A secretaria para os devidos fins.

Ernesto de Carvalho, reservista, pedindo retificação de idade na caderneta militar. — Deferido.

Francisco Peres Cano, Francisco Rodrigues Ferreira e Guerino Sartolello, sorteados, pedindo transferência de incorporação da 9ª para a 2ª Região Militar. — Deferido.

Francisco Gonzaga Fernandes, 1º cabo do 2º Regimento de Artilharia Montada, pedindo alta e confirmação no posto de 1º sargento. — Indeferido, por falta de amparo legal.

G. Waldeck Pinto, pedindo seja um 3º sargento do Exército compelido a saldar uma dívida contraída com o requerente. — Providenciado. Arquite-se.

Gentil Garcia dos Reis, 1º cabo reformado, adido ao 12º Regimento de Cavalaria Independente, para efeito de vencimentos, pedindo transferência para um dos corpos da 1ª Região Militar. — Deferido, devendo se apresentar ao A. I. P.

Helvídio Loss, pedindo isenção do serviço militar, alegando crença religiosa. — Concedo a isenção na conformidade do art. 119, letra b, da Constituição. Encaminhe-se ao Ministério da Justiça para os fins convenientes.

João Xavier Mendes, soldado asilado, pedindo para residir fora do Asilo de Inválidos da Pátria. — Indeferido, à vista das informações.

Joaquim Roque de Carvalho, cabo marinheiro, asilado, pedindo continuar aquartelado. — Deferido.

José Grieco, pedindo isenção do serviço militar, por motivo de crença religiosa. — Como pede, sujeitando-se o interessado à perda dos direitos políticos.

José Maria da Costa, 2º sargento asilado, pedindo transferência para o 1/8º Regimento de Artilharia Montada, devendo as despesas de transporte, correrem por conta própria. — Indeferido. Deve reconhecer-se à sede do Asilo.

Luiz Lopes Saraiva, pedindo licenciamento para seu sobrinho, o soldado João Magalhães Saraiva, do Contingente da Escola do Estado Maior do Exército. — Deferido.

Manuel Francisco de Oliveira, 2º sargento enfermeiro, da 2ª Divisão de Infantaria, pedindo contagem de tempo de serviço. — Como pede.

Miguel Pereira da Silva (1º), soldado do 1º Regimento de Infantaria, pedindo asilamento. — Deferido, em face da atual legislação.

Manuel de Oliveira Ferro, 2º sargento reformado, pedindo para ficar adido à 8ª Bateria Independente Artilharia de Costa, para efeito de vencimentos. — Indeferido, à vista das informações.

Ricardo José Pinto, ex-2º sargento, pedindo reforma. — Indeferido.

Rafael Tobias de Menezes Brito, capitão de Administração, reformado, pedindo anulação da reforma. — Arquite-se

RETIFICAÇÃO

Iremar de Figueiredo Ferreira Pinto, capitão, pedindo matrícula, em 1939, no 3º ano do Curso de Engenheiros Químicos, da Escola Técnica do Exército. — Deferido, em face das informações, e não como publicou o *Diário Oficial* de 1 de outubro de 1938, à página 29.835, 2ª coluna.

Serviço do Pessoal Civil

ATOS DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Dia 16 de novembro de 1938

Foram concedidos mais 8 (oito) dias de permanência, na Capital Federal, ao alfaiate da classe D, Alfredo Cavalcanti, do Estabelecimento de Material de Intendência da 2ª Região Militar.

Diretoria de Intendência da Guerra

ATO DO SR. DIRETOR

Requerimento despachado

Por esta Diretoria, em 14 do corrente:

Teogenes Durval Pereira Lima, 2º tenente de administração, servindo no S. F. da 8ª R. M., pedindo conversão em férias os dias em que esteve baixado, no corrente ano, ao Hospital Militar de Belém, para efeito de percepção de 13 dias de gratificação descontados dos seus vencimentos. — Deferido, de acordo com o disposto nos arts. 4º e 5º das Instruções baixadas com a portaria n. 38, de 11-2-37, devendo a conversão ser feita na forma do que prescreve o § 1º, daquele artigo.

Ministério da Viação e Obras Públicas

ATOS DO SR. MINISTRO

PORTARIA N. 547

O ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que requereu o Lloyd Brasileiro e de acordo com o parecer da Comissão Técnica de Rádio, constante do processo número 24.706-38, do Protocolo da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, resolve:

1º — Conceder permissão à referida empresa para instalar em sua agência, em Belém, Estado do Pará, uma estação rádio-telegráfica de ondas curtas, de 250 wats;

2º — Aprovar plantas, especificações técnicas e orçamento da aludida estação, os quais com esta baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — *João de Mendonça Lima.*

Expediente de 14 de novembro de 1938

Avisos:

N. 4.023 — Ao interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul — Prestando informações acerca do assunto tratado no ofício dessa Interventoria, n. 65/1.569, de 11 de maio de 1938. (23.855, de 1938).

N. 4.024 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Aprovando a retificação das tomadas de contas do porto de Cabelo, relativas aos anos de 1936 e 1937. (23.034-38).

N. 4.025 — Ao Ministério da Educação e Saúde — Submetendo à apreciação desse Ministério, o ofício em que a E. F. C. B. trata da isenção de taxa no telegrafo daquela ferrovia, solicitada pela Diretoria Regional do Serviço de Febra Amarela, no Estado de São Paulo. (24.599-38).

N. 4.026 — À Inspeção das Estradas — Aprovando o projeto e orçamento, na importância de 4:523\$520, para o reforço, montagem e pintura de uma superestrutura metálica na linha de Cacequi a Rio Grande, na Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. Remete, rubricados, os documentos aprovados. (25.037-38).

N. 4.027 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando providências afim de que, por conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 666, de 5 de setembro último, artigo 1º, letra c, seja distribuída à Tesouraria da Rêde de Viação Cearense, a importância de 673\$333, para atender ao pagamento das gratificações de função previstas no artigo 15 do decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, no período de 20 de setembro de 1938 a 31 de dezembro de 1938. (25.014-38).

N. 4.028 — Ao mesmo — Idem, idem, à Tesouraria da Estrada de Ferro Petrolina a Terezina.

N. 4.029 — Ao mesmo — Comunicando que foi delegada competência ao presidente da Comissão Central de Compras, para empenhar despesas e expedir ordens de pagamento até a importância de setenta e cinco contos de réis, por conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 666, de 5 de setembro de 1938, artigo 1º, letra b, para atender às despesas previstas no item citado.

N. 4.030 — Ao Tribunal de Contas — Idem, idem. (25.014, de 1938).

N. 4.031 — À C. C. de Compras — Idem, idem. (25.014-38).

N. 4.032 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando providências afim de que, por conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 666, de 5 de setembro de 1938, artigo 1º, letra c, seja distribuída às Tesourarias das Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos, a importância total de 22:019\$857, para atender ao pagamento das gratificações de função previstas no artigo 15 do decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, no período de 20 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano.

N. 4.033 — Ao mesmo — Idem, idem, na Inspeção do Tesouro da E. F. C. do Brasil, a importância de 2:493\$200. (25.014-38).

N. 4.034 — Ao mesmo — Idem, idem, na Tesouraria da E. F. Noroeste do Brasil, a importância de 673\$333. (25.014-38).

N. 4.035 — Ao mesmo — Idem, idem, na Tesouraria da E. F. São Luiz a Terezina, a importância de 673\$333. (25.014-38).

N. 4.036 — Ao mesmo — Idem, idem, na Tesouraria da E. F. de Goiás, a importância de 673\$333. (25.014-38).

N. 4.037 — Ao mesmo — Idem, idem, à Tesouraria da E. F. Central do Rio Grande do Norte, a importância de 673\$333. (25.014, de 1938).

N. 4.038 — Ao mesmo — Idem, idem, à Tesouraria da E. F. Central do Piauí, a importância de 673\$333. (25.014-38).

N. 4.039 — Ao mesmo — Idem, idem, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia, a importância de 673\$333, a funcionários da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. (25.014, de 1938).

N. 4.040 — Ao mesmo — Idem, idem, ao Tesouro Nacional, a importância total de 4:713\$334, a funcionários das seguintes repartições:

Inspeção Federal das Estradas, 673\$333;
Departamento Nacional de Portos e Navegação, 673\$333.

Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, 673\$333;
 Inspetoria Geral de Iluminação, 673\$333;
 Departamento de Aeronáutica Civil, 673\$333;
 Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 673\$333;
 Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 673\$333.

(25.014-38)

N. 4.041 — Ao mesmo — Solicitando seja paga, pela Delegacia Fiscal no Estado da Bahia, a importância de 346\$400, ao 1º oficial, aposentado, do D. C. T., Adolfo Irineu dos Santos. (24.746, de 1938).

N. 4.042 — Ao mesmo — Idem, pela Delegacia do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas, e Acre, ao maquinista da D. R. C. T. naquele Estado, Francisco Vasconcelos a importância de 648\$, proveniente de diárias a que fez jus em 1934. (18.663-38).

N. 4.043 — Ao mesmo — Idem, no Tesouro Nacional, a Justina Ribalho de Oliveira Sucupira, telegrafista do 3º classe, aposentado, do D. C. T., a importância de 222\$500. (19.984-38).

N. 4.044 — Ao mesmo — Idem, no Tesouro Nacional, à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, a importância de 34\$400, proveniente de transportes realizados em proveito da Inspetoria Federal das Estradas. (20.656-38).

N. 4.045 — Ao mesmo — Idem, no Tesouro Nacional, ao trabalhador extraordinário da E. F. Central do Brasil, José Viana Lopes, a importância de 294\$400, proveniente de diárias em 1937. (22.174, de 1938).

N. 4.046 — Ao mesmo — Idem, no Tesouro Nacional, ao oficial administrativo da classe J, do D. C. T., Inacio Uzeda, a importância de 400\$000, proveniente de gratificação adicional em 1935. (24.021, de 1938).

N. 4.047 — Ao mesmo — Idem, pela Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco, ao carteiro de 1º classe, aposentado, do D. C. T., Carlos Teodoro Pessoa Monteiro, a importância de 139\$300. (24.649, de 1938).

N. 4.048 — Ao mesmo — Idem, pela Delegacia Fiscal no Estado de Minas Gerais, a A. Almeida & Irmãos, a importância de 85\$400, proveniente de indenização. (14.582-38).

N. 4.049 — Ao mesmo — Idem, pela Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco, à D. Amélia Braga Chaves e a Arlindo Braga Chaves, viúva e filho, respectivamente, do telegrafista de 2º classe, aposentado, do D. C. T., Olímpio Sinfrônio Ferreira Chaves, a importância de 2:470\$900, proveniente de gratificação adicional em 1934 e 1932. (21.757-38).

N. 4.050 — Ao mesmo — Remetendo a exposição de motivos em que este Ministério solicita a concessão de um crédito suplementar de 2.411:044\$000, para a Estrada de Ferro Mariéa. (21.539, de 1938).

N. 4.051 — Ao Ministério da Educação e Saúde — Comunicando que o D. C. T. tomou providências para a concessão de franquia postal-telegráfica para Abel Pinho, inspetor do Ensino Secundário. (25.246-38).

N. 4.052 — Ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Idem, por Sebastião Lima, encarregado do Posto de Arrecadação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, em São Sebastião, Estado de São Paulo. (25.245-38).

Departamento Nacional de Portos e Navegação

SECÇÃO DO PESSOAL (S. R. P.-7)

RETIFICAÇÃO

Na relação dos mensalistas da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, publicada de acordo com a circular n. 738, da Presidência da República, no *Diário Oficial* de 17 do corrente, à pág. 22.927, onde se lê:

"Francisco Lela Peixoto",

leia-se:

Francisco Leal Peixoto.

Ministério da Agricultura

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portarias de 18 do corrente:

Foram concedidos seis meses de licença, para tratamento de saúde, a partir de 1 de novembro do corrente ano, na forma do artigo 1º, combinado com o parágrafo 3º do artigo 4º, do decreto n. 32, de 15-4-1935, ao zootecnista classe K, do Quadro Único deste Ministério, com exercício na Inspetoria Regional do S. F. P. A. em Tigipi, no Estado de Pernambuco, Sr. Epitácio Pessoa Sobrinho.

Foi designado o agrônomo fomento agrícola, Irineu Felix Pedrosa, para, na qualidade de presidente, integrar a Comissão de Inquérito instituída pela portaria ministerial n. 495, de 27 de setembro último em substituição ao agrônomo fruticultor, Roberto Moutinho dos Reis.

Tendo em vista o disposto nos itens 5º e 6º do acordo celebrado entre este Ministério e o Governo do Estado de Minas Gerais, em 11 de janeiro de 1937, foi designado o classificador de algodão, classe G, do Quadro Único deste Ministério, José Maria Barbosa, para chefiar

os serviços a que se refere o mesmo acordo, ficando sem efeito a portaria n. 650, de 11 do corrente, pela qual o funcionário em apreço foi posto à disposição do Governo daquele Estado.

Por despacho de 7-11-38, exarado no S. P. 3.702-38, foi dispensado, por abandono de emprego e a partir de 14 de julho último, o extranumerário mensalista Sebastião Rita de Oliveira, trabalhador de 4ª classe da Inspetoria Regional do Serviço de Fomento da Produção Animal em Pinheiro.

O ministro de Estado por despacho de 7-11-38, exarado no S. P. 7.604-38, dispensou a pedido e a partir de 30 de setembro último, Carlos Raimundo, trabalhador de 5ª classe do quadro de extranumerários mensalistas do Horto Florestal de Lorena do S. I. R. G.

Requerimentos despachados

Jeferson Andrade dos Santos, pedindo aproveitamento. — Aguarde oportunidade (SP. 7.824-38).

Paulo Angelo. — Idem. — Aguarde oportunidade (SP. 7.961-38).

Militino Teodoro Nogueira, pedindo ser nomeado para o cargo

Artur Kunz, pedindo nomeação. — Aguardar oportunidade. (SP. 6.809-38).

Murilo de Sousa Castro, solicitando sua nomeação para a carreira de Veterinário. — Indeferido. (SP. 81-38).

Getúlio Miranda de Almeida, solicitando sua nomeação para a carreira de Veterinário. — Indeferido. (SP. 81-38).

Artur Kunz, pedindo nomeação. — Aguardar oportunidade. (SP. 5.244-38).

João Alves Júnior, pedindo anotação em ficha de sua designação para servir como representante do Ministério da Agricultura, na Delegacia do Trabalho Marítimo, em São Francisco do Sul. — Desnecessário o assentamento em ficha, por já ter sido nela feita a referência — 29-10-38 (SP. 4.702-38).

Eurico Cabral, pedindo pagamento de gratificação por serviços extraordinários. — Indeferido, por falta de apoio legal. (S.P. 1.662-38).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 16 de novembro de 1938

Offícios:

Ao D.N.P.M.:

N. 2.741 — Comunica que o Sr. Ministro, devidamente autorizado pelo Presidente da República, em despacho exarado na exposição de motivos número 302, de 4 de novembro do corrente ano, admitiu Linda Travaglini para desempenhar as funções de auxiliar de escrita de quinta classe do S.G.M. desse Departamento. (S.P. número 5.524 de 1938).

— Ao Delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 2.742 — Comunica que o Ministro, devidamente autorizado pelo Presidente da República, em despacho exarado na exposição de motivos número 302, de 4 de novembro do corrente, admitiu Linda Travaglini para desempenhar as funções de auxiliar de escrita de 3ª classe do S.G.M., do D.N.P.M., a partir de 5 de novembro do corrente ano (portaria número 350). (S.P. 5.524-38).

— A D.C.:

N. 2.743 — Aditamento ao ofício n. 2.622, de 8 do mês vigente, comunica que por portaria n. 659, de 16-11-1938, Georges Edouard Lotar Druet, veterinário, classe G, foi designado para ter exercício na Inspetoria Regional do S.F.P.A., em Ponta Grossa, ficando sem efeito a designação contida na portaria n. 629, de 5 do mesmo mês. (S.P. 7.339-38).

— Ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná — Curitiba:

N. 2.744 — Transmite o decreto de 26 de outubro último, pelo qual foi nomeado Georges Edouard Lotar Druet para exercer, interinamente, o cargo da classe G da carreira de veterinário, do Quadro Único deste Ministério.

O referido funcionário foi designado para servir na Inspetoria Regional do S.F.P.A. em Ponta Grossa, motivo por que roga dar-lhe posse do cargo em que foi provido, comunicado, a esta Diretoria a data em que for atendida a presente solicitação. (S.P. 7.339, de 1938).

— A E. A. de Barbacena:

N. 2.745 — Referência ao ofício n. 846, de 14-9-1938, comunica que o Ministro, por despacho de 7 do corrente, proferido no S.P. 5.809-38, dispensou, a partir de 18-8-1938, o extranumerário mensalista Máximo Amorim, trabalhador dessa escola. (S.P. 5.809, de 1938).

— Ao D.N.P.V.:

N. 2.746 — Respondendo ao ofício n. 3.637, de 12 de outubro último, comunica que o pessoal dos "acórdos" não deve figurar nas relações a que se refere o telegrama transmitido por cópia, pela circular n. 1.348, de 3-8-1938. (S.P. 4.144-38).

— A D.O.D.P.:

N. 2.747 — Referência ao ofício n. 957, de 23-8-1938, dessa Diretoria, informa que, por portaria ministerial n. 499, de 1 de ou-

tubro transaite, foi designado o contínuo, Irácio Marques Furlado, para ter exercício nessa Diretoria.

Comunica, que foram incluídos na relação a que se refere o decreto-lei n. 145, de 29-12-1937, os seguintes, classe E, que têm exercício nessa Diretoria, Antônio Martins da Silva, Francisco de Paula Xavier e Luiz Soares de Sousa. (S.P. 2.304-38).

— Ao D.N.P.A.:

N. 2.718 — Solicita remessa a este S.P., da frequência do pessoal titulado a que se refere a relação anexa, indispensável afim de ser computado o tempo de serviço de vários funcionários do quadro único deste Ministério.

Departamento Nacional da Produção Animal

Falta tempo de serviço referente a:

Clodoaldo Pereira Devoto — Março de 1934 e de julho a dezembro de 1937.

João de Sousa — Abril de 1934.

Manuel Ferreira Vargas — Janeiro a julho de 1937.

Paulo Pontes — Junho a dezembro de 1935.

João Leopoldo Moreira da Rocha — Dezembro de 1937.

Agripino Louzada — Junho de 1933.

Antônio Pirajá Martins da Silva — Junho de 1933.

Tomaz Aquino — Junho de 1938.

Rubens Magalhães Pcego — Janeiro a junho de 1938.

Lauro Coelho de Oliveira — Janeiro a junho e novembro de 1937.

Luiz de Sá Miranda e Silva — Janeiro a junho e novembro de 1937.

Silvério Corrêa Cardoso — Junho de 1937.

José Assis Ribeiro — Setembro de 1936.

Antônio Carlos da Fonseca — Março de 1938.

Augusto de Oliveira Lopes — Novembro e dezembro de 1933 — todo 1934.

David Aquino — Junho de 1938.

Eduardo Ribeiro de Queiroz — Julho a setembro de 1933; abril 1934 e setembro de 1936.

Elói Hardmann Cavalcanti — Maio de 1934.

Francisco Fragozo Filho — Janeiro de 1933.

Gesualdo Grosso — Dezembro de 1934.

José Arimatéa Pereira Soares — Dezembro de 1933 e dezembro de 1934.

José Pairoso — Junho de 1938.

José Ferreira Brant — Dezembro de 1937 a junho de 1938.

José Januário Carneiro Filho — Novembro de 1937 a abril de 1938.

Murilo Ferreira Sampaio — Junho de 1938.

Oswaldo Neves Espindola — Janeiro a setembro de 1933

Folhas:

I.R. — S.I.P.O.A. — Belo Horizonte — Novembro de 1937.

I.R. — S.I.P.O.A. — Porto Alegre — Outubro de 1936.

— A E. E.:

N. 2.749 — Solicita a remessa da frequência do pessoal titulado com exercício nessa estação, relativo aos meses de janeiro a setembro do corrente ano.

— A Comissão de Classificação do Algodão em Sergipe:

N. 2.750 — Solicita a remessa do resumo do ponto do pessoal permanente com exercício nessa Comissão, referente aos meses de janeiro a março, agosto e outubro do corrente ano, bem como a frequência do classificador de algodão Alberto de Miranda Henriques, relativo aos meses de julho e setembro do ano em curso.

— Ao Sr. diretor do Serviço Técnico do Café — São Paulo:

N. 2.751 — Solicita a remessa a este S. P. do resumo da frequência do oficial administrativo José Ben-Hur de Escobar Ferraz, relativo ao mês de setembro de 1937.

— Ao Sr. sub-inspetor agrícola da 9.ª Região — Santa Catarina:

N. 2.572 — Solicita a remessa do ponto do pessoal permanente com exercício nessa Inspetoria, relativo ao mês de junho do corrente ano.

— Ao Sr. sub-inspetor agrícola da 2.ª Região — Maranhão:

N. 2.753 — Solicita a remessa do resumo do ponto do pessoal permanente com exercício nessa Inspetoria, relativo ao mês de junho do corrente ano.

— Ao Sr. inspetor regional do S. F. P. A. — Barretos:

N. 2.754 — Solicita a remessa a este S. P. do resumo do ponto do pessoal permanente com exercício nessa Inspetoria, referente aos meses de janeiro a outubro do corrente ano.

— A Comissão de Classificação Oficial do Algodão — Sergipe:

N. 2.755 — Afim de ser anotada a frequência do pessoal titulado, solicita a remessa do resumo do ponto dos funcionários dessa Comissão, relativo aos meses de janeiro a março do corrente ano.

Seja também enviada a frequência do classificador de algodão Alberto de Miranda Henriques, referente aos meses de julho a setembro próximo findo. (S. P. 4.933/38).

— Ao D. N. P. A.:

N. 2.756 — Solicita a remessa a este S. P. do resumo do ponto do pessoal titulado com exercício no I. B. A., relativo aos meses de agosto do corrente ano.

Seja também remetida a frequência dos funcionários Alcides Osório de Mendonça, Marina Correia Lopes e José Vitorino de Sousa, referente ao mês de julho último. (S. P. 4.106/38.)

— A E. P. T. — Seridó, Rio Grande do Norte:

N. 2.757 — Solicita a remessa a este S. P. do resumo do ponto dos funcionários com exercício nessa Estação, Carlos Lobão Muniz de Sousa, relativo ao mês de agosto último, e João Batista Dortes, referente aos meses de fevereiro a agosto do corrente ano. (S. P. 3.501, de 1938.)

— Ao S. A.:

N. 2.758 — Solicita a remessa da frequência do pessoal titulado com exercício nesse Serviço, referente aos meses de junho a outubro de 1938.

— Ao S. F. P. M.:

N. 2.759 — Solicita a remessa a este S. P. do resumo da frequência do pessoal permanente com exercício nesse Serviço, referente aos meses de julho de 1937, junho e outubro de 1938.

— Ao S. F. P. V.:

N. 2.760 — Comunica, que a relação do pessoal diarista da I.A. desse Serviço na Baía, foi publicada no "D. O." de 18 de outubro último. (S.P. 6.358-38).

— A Comissão de Eficiência:

N. 2.761 — Referência ao pedido constante do ofício n. 178, de 13 de setembro último, informa:

1.º) que, em virtude da criação recente deste Serviço, nenhum concurso foi realizado, para os cargos de que se compõe a sua lotação tendo sido os funcionários, atualmente aqui em exercício, admitidos ao serviço deste Ministério, mediante concursos oportunamente levados a efeito, cujos programas foram elaborados pela antiga Secretaria de Estado;

2.º) que os concursos, a serem realizados futuramente, deverão aguardar as necessárias instruções expedidas do D.A.S.P., por intermédio da sua Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento;

3.º) que os assuntos quotidianamente tratados neste Serviço se relacionam com as múltiplas atribuições conferidas às Seções cuja discriminação se encontra nos artigos 5º, 6º, 7º, e 8º, e suas alíneas, do decreto n. 2.295, de 29 de janeiro do corrente ano, no desempenho das quais são frequentemente computados os textos de lei mencionados em anexo (S.P. 5.694-38).

— Ao S. G. P.:

N. 2.762 — Comunica que o ministro, por portaria n. 378 de 28 de setembro último, devidamente autorizado pelo Presidente da República em despacho exarado na exposição de motivos número 378 de 28 de setembro do D.A.S.P. admitiu Alfredo Leão de Lima para desempenhar as funções de guarda de 4.ª classe desse serviço. (S. P. 6.473-38).

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 2.763 — Comunica, que o Sr. ministro, por portaria n. 378 de 28 de outubro último, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República em despacho exarado na exposição de motivos número 378 de 28 de setembro do D.A.S.P. admitiu Alfredo Leão de Lima para desempenhar as funções de guarda de 4.ª classe do S.C.P. (S.P. 6.473-38).

— A Divisão do Funcionário Público:

N. 2.764 — Em cumprimento à Circular DF-24, de 20-10-38, remete a relação dos funcionários do Quadro único deste Ministério, falecidos no período de 1 de janeiro de 1937 até a presente data. (S. P. 7.173-38).

— A Fiscalização do Exercício Profissional:

N. 2.765 — Tendo o oficial administrativo, com exercício na D.C. José Correia Lúrio, requerido dez meses de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde na forma do art. 2º da lei n. 79, de 8 de julho de 1935, rogo providenciéis no sentido de ser expedida por essa Diretoria, para oportunos efeitos, a respectiva guia de inspeção de saúde. (S.P. 7.878-38).

— Ao S. T. G.:

N. 2.766 — Em solução à consulta constante do ofício encaminhado com o dessa Diretoria de n. 4.377-38, de 4 do corrente mês, declara que, nos termos do disposto no artigo 396 do R.G.G.P., aos funcionários que se ausentarem de sua sede, para o fim de depor, perante comissão de inquérito, lhes assiste direito a diárias. (S.P. 7.816-38).

— Ao S. P. do T.:

N. 2.767 — Resposta ao ofício n. 2.SP.325, de 19-9-38, informa que o agrônomo cafeicultor, Júlio Cesar Cavalo, com exercício nesse Ministério, nenhuma ajuda de custo recebeu nos dois últimos anos, tendo-lhe sido, todavia, concedida uma, por despacho de 22-12-37, correspondente a dois meses de vencimentos, na importância de 4.600\$000, cujo pagamento, entretanto, não foi efetuado, por já se achar, a esse tempo, exgotado o crédito a cuja conta deveria correr. Requerida a liquidação da dívida, por exercícios findos, acha-se até a presente data, ainda sem solução. (S. P. 5.932-38).

— Ao S. F. P. A.:

N. 2.768 — Transmite devidamente anotadas em ficha, a certidão de matrícula, o ofício n. 375-E, da Diretoria Geral e o diploma de agrônomo regional, doc. n. os pertencentes ao agrônomo Jorge

Crouzeilles de Abreu, os quais acompanharam o P. A. n. 3.513-38.

O atestado de aprovação no concurso realizado na Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo, a que se refere o aludido funcionário, não foi encaminhado a este Serviço. (S. P. 3.383-38).

— Ao S. T. C.:

N. 2.769 — Atendendo à solicitação constante de vosso ofício n. 4.142-38, comunica que esta Diretoria resolveu considerar válida a posse tomada pelo servente, classe D, do quadro único deste Ministério, Pery Vasconcelos Neto, perante o encarregado da Seção desse Serviço no Estado do Espírito Santo, desde que tenham sido observadas, no ato respectivo, as formalidades e as exigências legais.

Neste sentido foi feita, nesta data, a necessária comunicação à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Espírito Santo. (S. P. 5.750-38).

— Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Espírito Santo:

N. 2.770 — Aditamento ao ofício n. 2.000, de 30-9-38, comunica que o chefe da seção do S.T.C. nesse Estado, segundo praxe que, em tempo, vigorava neste ministério, deu posse a Pery Vasconcelos Neto, do cargo da classe "D", da carreira de servente, do quadro único deste ministério, em 1 de outubro do corrente ano.

Esta Diretoria, tendo em vista que o aludido funcionário foi designado para ter exercício na repartição em que tomou posse e que a invalidação do ato prejudicaria, exclusivamente, a Pery Vasconcelos Neto, em virtude da provável suspensão de seus vencimentos de disponibilidade, a partir da data de seu aproveitamento, resolveu considerar válida a posse, com ressalva de sua responsabilidade sobre o exato cumprimento das formalidades legais, de que se deve ter revestido. (S. P. 5.750/38).

— Ao D.N.P.A.:

Circular:

N. 2.771 — Levo ao vosso conhecimento, para os devidos efeitos, que a posse dos funcionários nomeados para exercer cargos do quadro único deste ministério, promovidos nas respectivas carreiras ou transferidos, de acordo com o art. 35, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, deverá efetuar-se, exclusivamente, nesta Diretoria ou perante autoridades às quais tenha ela concedido expressa delegação.

Rogo vossas providências no sentido de ser transmitida a presente comunicação a todas as repartições subordinadas ao Departamento a vosso cargo. (S. P. 5.750/38).

Idênticas ao D.N.P.M. e D.N.P.V. D. C. D. E. P. e D.O.D.P.

D. N. P. V.

S. F. P. V.

CAMPO DE ITAOCARA

Relação nominal dos extranumerários "diaristas" admitidos para o Campo de sementes de Itaocara, no período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1933, de acordo com o Decreto-lei 240, de 4-2-33, cuja despesa corerá a conta da verba 1.ª Pessoal - Decreto-lei n. 107 de 27/12-33, consignação 1.ª - Sub-consignação n. 2 - Pessoal extranumerário - Dotação na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro - Verba 39:40:000.

N. de ordem	Nomes	Função	Remuneração		Despesa total 3 meses
			Diária	N. de dias	
1	Bertoldo José Silva.....	Trabalhador.....	8\$000	25	600\$000
2	Noel dos Santos.....	Idem.....	8\$000	25	600\$000
3	Trajano Fernandes Luiz.....	Idem.....	8\$000	25	600\$000
4	Francisco Ferreira de Moraes.....	Idem.....	8\$000	25	600\$000
5	José da Silva Alves.....	Idem.....	8\$000	25	600\$000
6	José Lopes da Silva.....	Idem.....	8\$000	25	600\$000
7	Sebastião Gomes da Cunha.....	Idem.....	8\$000	25	600\$000

Campo de Sementes de Itaocara, 30 de dezembro de 1933. — Daniel Moura, Administrador do Campo.

Quadro nominal de «Extranumerários diaristas» necessários aos serviços da Estação Experimental Central do Café de Botucatu, do Serviço Técnico do Café, do D. N. P. V., — Estado de São Paulo, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1933, cuja despesa correrá a conta da verba 1.ª - Pessoal - Decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937, consignação 1.ª - Sub-consignação n. 2 - Pessoal extranumerário - Dotação na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo.

N.	Nome	Denominação	Remuneração		Período	Despesa total
			Diárias	N. de diárias		
1	Joaquim Dilefano.....	Ajudante de clercista.....	7\$200	25	22-10-1938 a 31-12-1938	417\$600
2	Antonio Santiliani.....	Carpinheiro.....	10\$300	25	27-10-1938 a 31-1-1938	583\$200

Botucatu, 3 de novembro de 1938. — Ivo de Gu, Diretor da Estação Experimental Central do Café de Botucatu.

EXERCÍCIO DE 1933

Decreto-Lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937 — Anexo n. 11 — Verba 3 — Serviços e encargos — Consignação I — Diversos — Sub-consignação 23 — Para as despesas etc. Pessoal extranumerário.

Quadro numérico do pessoal extranumerário-diárista, para o Serviço do Fomento do Trigo em Goiás, no exercício de 1933, de 1 de junho a 31 de dezembro

Quant.	Cargo e função	Diária	Dias de serviço	Total mensal individual	Total mensal global	Total para 7 meses
1	Trabalhador-arador.....	10\$000	25	250\$000	250\$000	1:550\$000
1	Trabalhador tratador e guia de animais.....	10\$000	25	250\$000	250\$000	1:550\$000
1	Trabalhador operario agricola.....	100000	25	250\$000	250\$000	1:550\$000
	Total.....				750\$00	4:650\$000

Relação nominal do pessoal extranumerário-diárista, para o Serviço do Fomento do Trigo no Estado de Goiás, no exercício de 1938, de 1 de junho a 31 de dezembro

Nomes	Cargo e função	Diárias	Total mensal	Total para 7 meses
Carlos Machado.....	Trabalhador arador.....	10\$000	250\$000	1:550\$000
Henrique Lange.....	Trabalhador tratador e guia de animais.....	10\$000	250\$000	1:550\$000
Agostomundo Fernandes da Rocha.....	Operario agricola.....	10\$000	250\$000	1:550\$000
Totais.....		30\$000	750\$000	4:650\$000

Quadro A — anexo a proposta de admissão de extranumerários-diáristas para o Serviço de Fomento do Trigo no Estado de Goiás, no exercício de 1938, de 1 de janeiro a 30 de maio de 1938

Nome	Cargo e função	Diária	Dias de serviço	Total mensal	Total para 5 meses
Agostomundo da Rocha	Operario agricola.....	8\$000	25	200\$000	1:000\$000

Admitido a título precário, conforme decreto n. 872, de 1 junho de 1936, conforme proposta feita por telegrama n. 4, de 3 de janeiro de 1938 e confirmado por ofício n. 11, de 4 de janeiro de 1938.

Anapólia, 30 de maio de 1938. — Heitor Cordeiro, encarregado do Serviço do Trigo em Goiás.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

FOMENTO DA CULTURA DO TRIGO

Relação do pessoal «Tarefeiro» necessário aos trabalhos da Estação Experimental de Trigo no Estado de Santa Catarina no período de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1933, organizado de acordo com o disposto no Capítulo V do Decreto-Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1933 — Despesa conta do Decreto-Lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937. Anexo n. 11 — Verba 1ª — Serviços e encargos — 1 — Diversos; Sub-Conservação n. 26, para as despesas, etc. Destaque autorizado para pessoal «Extranumerário», quota de 125:200\$000 distribuída à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná.

N. de ordem	Nome do tarefeiro	Indicação do trabalho	Fixação do prazo	Mínimo de produção	Condições de serviço	Acabamento	Condições de pagamento
1	Hercílio de Lima.....	Derrubada e destocamento de mata virgem	45 dias.	1 hectare...	Manual com instrumentos adequados	Perfeito ...	240\$000 por hectare.
2	Tristão de Lima.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
3	Rosalino Lins de Cordova.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
4	Francisco Gomes.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
5	Arcelino Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
6	Amancio Chandino de Oliveira...	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
7	Teimo de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
8	João Vitorio.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
9	Virgílio Cabral de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
10	João Cabral de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
11	Macario Cabral de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
12	Rosalino Vidal.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
13	Adão Ricardo.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
14	Manoel Monteiro.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
15	Inácio Manoel Rodrigues.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
16	Antonio de Lima.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
17	Antonio Ribeiro.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
18	Amazonas da Silva.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
19	Vino Ribas.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
20	Mancilio de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
21	Pedro Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
22	João Felisbino.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
23	Sebastião Luiz Gonzaga.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
24	Epaminondas de Lima.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
25	João Clemente de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
26	João Pedro.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
27	Manoel Crispim.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
28	José Luiz.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
29	Mamedio Martins.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
30	Thodorico de Lima.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
31	João Simplicio de Figueiredo.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
32	Agilino Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
33	Sergio de Oliveira.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
34	Mauricio Carvalho.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
35	Manoel Alves.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
36	Samuel Klem.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.
37	Benio França.....	Idem.....	Idem...	Idem.....	Idem	Idem.....	Idem.

Estação Experimental de Trigo em Rio Caçador, Estado de Santa Catarina. Visto. — Amaury Poggi de Figueiredo, chefe do Fomento da Cultura do Trigo no Estado de Santa Catarina.

SERVIÇO TÉCNICO DO CAFÉ — DIRETORIA — ESTAÇÃO EXPERIMENTAL CENTRAL DO CAFÉ

Quatro nominal dos «Extranumerários diaristas», necessários aos serviços da Estação Experimental Central de Café, do Serviço Técnico do Café, do D. N. P. V., em Itaipava, Estado de São Paulo, de acordo com o decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1933, cuja despesa correrá a conta da Verba 1ª — Pessoal — Decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937 — Conservação II — Sub-conservação 2 — Pessoal extranumerário — Dotação da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo — Verba 303:300\$000 (trezentos e três contos e trezentos mil réis).

N. de ordem	Nomes	Função	Remuneração		Período	Despesa total
			Diárias	Número de diárias		
1	Elpidio Firminiano.....	Trabalhador	6\$000	25	De 14- 9-33 a 31-12-33	525\$000
2	Augusto Coelho Sobrinho	Arador.....	6\$500	25	De 19- 9-33 a 31-12-33	550\$000

Conte e. — Carlos Castello Branco, oficial administrativo, classe I. Aprove. — Joaquim Barros Alcantara, Agr. Caf. Classe L, respondendo pelo expediente do S. T. C.

Tarefairo — Nome	Preço	Unidade	Condições de locação				Acabamento	Pagamento	Verba
			Indicação de trabalho	Fixação do prazo	Mínimo de produção	Condições de execução			
1 — Antonio Rosel.....	\$300	Pés de café.....	Esparrramção de café no cafezal.	33 dias.	120 pés.....	Esparrramção a cavada...	30-11-938.	De acordo com os adiantamentos feitos pelo Governo Federal.....	Verba I — Pessoal — Consignação II — Pessoal extranumerário. Lei n. 107, de 27-12-937.

Diretoria da Contabilidade

Segunda Secção

Cópia: — D. C. 14.520/38 — DM/AAA — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938 — G. M. 809 — Exmo. Sr. Presidente da República: — Este Ministério recebe, constantemente, dos senhores Interventores nos Estados, Prefeitos municipais, Sociedades e Sindicatos Agrícolas, pedidos de cessão de máquinas agrícolas para premiar nos Concursos, Exposições e Feiras os agricultores melhor classificados. Nada mais justo que o atendimento de tais solicitações como incentivo ao esforço das classes produtoras inormente das constituídas de pequenos e modestos lavradores. Vê-se, porém, este Ministério impossibilitado de responder satisfatoriamente a tais pedidos por não dispor de verba própria para o fim indicado. Existe, entretanto, no Almoarifado do Serviço de Fomento da Produção Vegetal um saldo de máquina, em perfeito estado, das que foram adquiridas em dezembro de 1936, por conta do respectivo orçamento e destinadas à cessão, pelo custo, aos lavradores inscritos neste Ministério. E como para essas máquinas, que figuram na relação apensa, não tenham aparecido compradores, ultimamente, tenho a honra de, para suprir a omissão da verba antes referida solicitar a V. Ex. a autorização necessária, afim de que possa este Ministério dispor das mesmas para as oferecer, como prêmios, nos certames agrícolas que se realizarem no país. A medida em apreço, caso autorizada por V. Ex., será imediatamente adotada para a grande Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados a realizar-se de 10 a 15 de novembro vigente, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cuja comissão insiste pela concessão de auxílios especiais deste Ministério. — Carlos de Souza Duarte, encarregado de expediente da Agricultura na ausência do Ministro.

"Autorizado. Em 8-11-938. — G. VARGAS."

Relação das máquinas a que se refere a exposição supra

	Valor da unidade
5 Arados aiveca simples Garça n. 2, com facão	288\$100
3 Arados de aiveca simples Garça n. 2, sem facão	275\$500
29 Arados Syracuse 36 — J. Deere	221\$700
11 Arados Syracuse 60 — J. Deere	379\$500
32 Arados de montanha n. 0 — Syracuse — J. Deere....	124\$500
5 Arados sub-solo J. Deere Taylor	327\$900
2 Sulcadores Chatanooga, 20	300\$000
12 Sulcadores J. Deere n. 105	246\$000
1 Sulcador J. Deere n. 210	389\$100
3 Grades de 60 dentes Case	398\$000
1 Semeadeira de uma linha J. Deere n. 349	496\$500
2 Semeadeiras de uma linha, Case	348\$000
1 Semeadeira de duas linhas J. Deere n. 336	1:328\$000
2 Semeadeiras de duas linhas, Case	1:218\$000
6 Cultivadores Planet Junior n. 9	194\$500
10 Pás de cavalo de sete pés	183\$000

Confere. — Manoel Damazio, escriturário. — Visto, A. Caminha, diretor, em 20 de outubro de 1938.

Armas da República — Ministério da Agricultura — D. C. 14.696/38 — Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938 — G. M. 808. Exmo. Sr. Presidente da República: De acordo com o disposto no art. 15, letra "b", da lei 183, de 13 de janeiro de 1936, tenho a honra de solicitar a V. Ex. a autorização necessária para a construção de um banheiro carrapaticida com brega de contenção nos terrenos da Estação Experimental de Deodoro.

A despesa com a construção referida está orçada, conforme projeto e especificações anexos, em 8:393\$000 e correrá, uma vez autorizada por V. Ex., à conta da suplementação de 570:000\$000 concedida à verba 5 — Obras, sub-consignação 1 — Obras novas, etc., (para o Departamento Nacional da Produção Animal), pelo decreto-lei número 812, de 26 de outubro do corrente ano. — Carlos de Souza Duarte, encarregado de expediente da Agricultura na ausência do ministro.

"Autorizado. Em 8-11-938. — G. VARGAS".

Quarta Secção

G. M. 698 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Tendo este Ministério adquirido, ultimamente, mais 1.000 extintores de saúvas "Agrosan", bem como regular quantidade de arsênico branco para ser usados nos referidos extintores, tenho a honra de solicitar a necessária autorização de Vossa Excelência para vender o dito material — extintores a arsênico — pela metade do preço da aquisição, aos lavradores registrados neste Ministério.

Justifica esta minha solicitação a necessidade imediata de serem facultados aos lavradores os recursos de que carecem para o combate à saúva, cuja ação destruidora é, sem dúvida, um dos maiores óbices ao progresso agrícola do país.

Considero essa medida das mais acertadas, mormente agora em que se intensifica a cultura do milho e do trigo, de cujos grãos as saúvas são ávidas, chegando a roubar dos celeiros o produto de meses de trabalho.

...e os motivos, Senhor Presidente, com que justifico a minha solicitação.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. do meu profundo respeito. — *Fernando Costa.*

Despacho do Sr. Presidente: "Autorizado em 25-10-1938. — G. VARGAS."

G. M. 805 — Excelentíssimo senhor Presidente da República. Os serviços de transportes do Serviço Técnico do Café, no Estado de São Paulo, são feitos, atualmente, por dois automóveis de passageiros: um "Sedan" marca "Chevrolet", tipo 1936 e um "Ford" tipo 1934. Esses veículos, em virtude do uso constante e do mau estado de conservação das estradas do interior do Estado, que percorrem em serviços de assistência técnica aos fazendeiros, nos lugares não servidos por estradas de ferro e, também, em serviços da Estação Experimental, acham-se estragados, tornando-se dispendiosa sua utilização, em virtude do elevado custo do combustível decorrente de desgaste de suas peças e os contínuos reparos que exigem. As experiências demonstram que a marca que mais convém é a "Ford", tendo a Diretoria do Serviço Técnico do Café entrado em entendimento com várias firmas para o fim de adquirir automóveis novos, mediante entrega dos dois automóveis acima mencionados e o pagamento do restante em dinheiro.

Em razão do exposto, tenho a honra de pedir a autorização de V. Ex. para, de acordo com o decreto n. 20.524, de 16 de outubro de 1934, adquirir dois automóveis "Sedan" 4 portas, 85-HP, a 22:500\$000 (vinte e dois contos e quinhentos mil réis) cada um, mediante a entrega de 2 automóveis usados, no valor de 19:200\$000 (dezenove contos e duzentos mil réis) e o pagamento da importância de 25:800\$000 (vinte e cinco contos e oitocentos mil réis), dispensadas as formalidades do art. 737, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

A despesa, na importância de 25:800\$000, correrá por conta da Verba 2 — Material I — Material permanente 3. Tratores, etc. 02). — Departamento Nacional da Produção Vegetal, quota distribuída à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado de São Paulo, para o Serviço Técnico do Café.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938. — *Carlos de Sousa Duarte*, encarregado do Expediente, na ausência do ministro.

Despacho do Sr. Presidente: "Autorizado, em 8-11-1938". — G. VARGAS.

Departamento Nacional da Produção Animal

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. MINISTRO

Luiz de San Fili Bottini, pede auxílio para aluguel de casa. — Indeferido.

Serviço de Fomento da Produção Animal propõe nomeação interina do Sr. Tércio Dutra de Almeida, para o cargo de veterinário, classe G. — Aguarde oportunidade.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 16 de novembro de 1938

Ofícios:

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério: N. 3.143 — Solicitando providências para o pagamento da importância de 478\$600, ao trabalhador de 3ª classe do Instituto de Biologia Animal José Simeão, relativa a remuneração a que fez jus nos meses de agosto, setembro e outubro últimos.

N. 3.146 — Pedindo providências para que seja paga à Rede Mineira de Viação a quantia de 51\$400 por transportes efetuados no corrente exercício em proveito deste Departamento.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal deste Ministério:

N. 3.145 — Comunicando que, por portaria n. 108, de 12 do corrente, da D. G. deste Departamento, foram concedidos 30 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao veterinário, classe I, interino, da I. R. do S. D. S. A. em Recife, Mário Augusto de Oliveira

Serviço de Caça e Pesca

PORTARIA N. 6

O Ministro de Estado, de conformidade com o que estabelece o artigo 58 do Código de Pesca baixado pelo decreto-lei n. 794, de 19 de outubro último, e

Considerando que a desova dos peixes e consequente desenvolvimento dos alevinos se verificam durante a estação das chuvas;

Considerando, ainda, que a pesca, durante essa estação, no rio e lago Arari, na Ilha de Marajó, Estado do Pará, vem trazendo graves prejuízos à fauna ictiológica local;

Considerando, finalmente, que a estação chuvosa nessa região está compreendida entre os meses de janeiro e maio,

Resolve:

Artigo 1 — Fica proibida a pesca no rio e lago Arari, no período de 15 de dezembro a 15 de julho.

Artigo 2 — Revogam-se as disposições em contrário.

Em 16 de novembro de 1938. — *Carlos de Sousa Duarte*, encarregado de expediente da Agricultura na ausência do ministro.

Serviço de Fruticultura

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 5 de novembro de 1938

Ofícios:

Ao Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.782 — De conformidade com o pedido formulado pelo chefe da 4ª. Seção Técnica deste Serviço, solicito-vos as necessárias providências afim de que seja retificado o Decreto-lei n. 826 de 28 de outubro último, letra d, acrescentando-se na redação:

"... um no Espírito Santo, um na Bahia..." conforme a mesma letra do artigo 21, da Lei n. 549 de 2-10-1937, cujo número de postas foi mantido.

N. 3.783 — Remeto-vos um requerimento do agrônomo Alencar Lício, sub-administrador Técnico de 5ª. classe, extranumerário, da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caldas (Minas Gerais), dirigido ao Sr. ministro.

— Ao Sr. Laercio Hardt — Jacarei, — Estado de São Paulo:

N. 3.784 — Em resposta à vossa carta de 14 de setembro do ano corrente, comunico-vos que o vosso pedido de bacelos de marromelo e uva somente poderá ser atendido no próximo inverno de 1939.

Dia 7

Ao Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.792 — Solicito-vos as necessárias providências afim de que seja designado o oficial administrativo classe "I", Leopoldo de Maria, para, a partir de 8 do fluente, verificar e orientar a escrituração da Estação Experimental de Viticultura e Enologia, sediada em Caldas (Minas Gerais), pertencente a este Serviço, bem como proceder à organização do inventário.

— Ao Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.796 — Remeto-vos a 1ª. via do Boletim da renda arrecadada pela Estação Experimental de Fruticultura, em Alagoinhas, da Diretoria de Fruticultura do Estado da Bahia, durante o mês de agosto do corrente ano, na importância de 6:020\$000, proveniente da venda de enxertos de laranjeiras.

De acordo com a cláusula XVIII do contrato firmado entre a União e o Estado da Bahia, foi recolhido à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no referido Estado, a quota contratual que cabe à União, o que comprova a cópia autêntica do certificado de recolhimento fornecido pela mencionada Delegacia Fiscal.

— Ao Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.797 — Idem (2ª. via).

— Ao Sr. chefe da Sub-Contadoria Seccional junto a este Ministério:

N. 3.798 — Passo às vossas mãos a cópia autêntica do certificado de recolhimento, na importância de 3:010\$000, certificado esse fornecido pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia, em virtude do recolhimento de 50% da renda arrecadada pela Estação Experimental de Fruticultura, em Alagoinhas, da Diretoria de Fruticultura do Estado da Bahia, — cláusula XVIII do contrato firmado entre a União e o referido Estado —, durante o mês de agosto do corrente ano. A renda supracitada é proveniente da venda de enxertos de laranjeiras.

— Ao Sr. presidente da União Citrícola Fornecedora: Rua Barão de Itapetininga n. 120. São Paulo:

N. 3.799 — Sendo chegado a este Serviço de Fruticultura um quadro estatístico da exportação de frutas cítricas pelos portos de Santos e de São Sebastião, do período de 1 de janeiro a 31 de agosto do corrente ano, e constando do aludido quadro os nomes das firmas Plastina & Cia., João Pizzani e Conadini & Irmão —, como exportadores, venho solicitar-vos esclarecimentos a respeito, visto como essas firmas não se acham inscritas no Registro Federal de Exportadores de Frutas.

— Ao Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3800 — Passo às vossas mãos, afim de ser encaminhado ao Exmo. Sr. ministro, o requerimento em que o agrônomo D. N. P. V. classe "I" Serafim Amur Ferreira do Amaral pede uma ajuda de custo por ter sido designado para servir na Estação Experimental de Viticultura e Enologia, deste Serviço, em Caldas — Estado de Minas.

— Ao Sr. chefe da 4ª. Seção Técnica:

N. 3.801 — Comunico-vos que, por Portaria n. 13 de 26 de outubro p. passado, concedi 60 dias de licença, para tratamento de saúde, a Euripedes da Silveira Raupp, auxiliar técnico extranumerário da Estação Experimental de Pelotas, subordinada a essa Seção, a partir de 23 de julho do ano corrente.

— Sr. chefe da Fiscalização de Frutas no porto desta Capital:

N. 3.806 — Comunico-vos que a firma André Roche, de acordo com o decreto n. 22.737, de 22-5-33, foi inscrita no Registro Federal de Exportadores de Frutas, sob o n. 156, como exportadora de abacaxis.

Outrossim, remeto, um exemplar de rótulo da marca "Juriti", de propriedade da firma acima mencionada e com o qual a mesma está autorizada a distinguir sua exportação de abacaxis.

— Sr. chefe da Fiscalização Bancária:

N. 3.807 — Comunico-vos que, de acordo com o decreto número 22.737, de 22-V-1933, foi inscrita no Registro Federal de Exportadores de Frutas, sob n. 156, como exportadora de abacaxis, a firma André Roche, de Itambé, no Estado do Rio de Janeiro.

— Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 3.808 — Idêntico ao n. 3.807.

Dia 8

Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.811 — Para efeito de pagamento, passo às vossas mãos, a conta da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, de n. 9.187, na importância de 165\$900, relativa ao fornecimento de luz elétrica à Estação Experimental de Pomologia em Deodoro.

N. 3.812 — Idem as contas da Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, de ns. 9.031 e 9.030, nas importâncias de 126\$300 e 59\$300, respectivamente, relativas ao fornecimento de luz elétrica à Estação Experimental de Pomologia em Deodoro, no total de réis 185\$600.

— Sr. presidente do Sindicato dos Exportadores de Frutas:

N. 3.811 — Para conhecimento dos interessados, passo às vossas mãos a cópia da carta do Sr. Juan Mafnes, de Oslo, que deseja entrar em relações comerciais com os exportadores de frutas nacionais.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.821 — Para efeito de pagamento, passo às vossas mãos, as contas da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, de ns. 1.571 e 1.736, nas importâncias de 219\$200 e 54\$800, respectivamente, relativas a transportes feitos em proveito deste Serviço.

Dia 9

Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.835 — Remeto-vos a 1ª via do Boletim da renda arrecadada, em espécie, arts. 4º e 5º do dec. n. 22.737, de 22-5-33, pela Fiscalização de Frutas deste S. F., em Paranaguá, Estado do Paraná, na importância de 744\$000, bem como cópias-autênticas dos certificados de recolhimento fornecidos pela Anfândega daquela cidade. A renda supracitada foi arrecadada durante o mês de outubro do corrente ano.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.836 — Idêntico ao n. 3.835 (2ª via).

— Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.838 — Idem, art. 4º do decreto n. 22.737, por esta Diretoria, na importância de 204\$000, bem como cópias-autênticas dos certificados de recolhimentos fornecidos pelo Tesouro Nacional, que perfazem aquela importância.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.839 — Idêntico ao 3.838 (2ª via).

— Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.841 — Remeto-vos a 1ª via do Boletim da renda arrecadada, em selos federais, por esta Diretoria, durante o mês de outubro do corrente ano, na importância de 60\$000.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.842 — Idêntico ao 3.841 (2ª via).

Dia 11

Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.843 — Passo às vossas mãos, a 1ª via do Boletim da renda, (decreto n. 22.737, de 22 de maio de 1933), da Inspetoria do S.D.S.V., em São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, em favor deste Serviço relativo ao mês de outubro próximo findo, com a declaração: "Não houve".

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.844 — Idêntico ao 3.843 (2ª via).

— Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.845 — Remeto-vos 1ª via do Boletim da renda arrecadada pela Estação Experimental de Pomologia, em Deodoro, durante o mês de outubro próximo findo, na importância de 2:936\$600, proveniente da venda de árvores frutíferas, bem como, cópia-autêntica do certificado de recolhimento fornecido pelo Tesouro Nacional, da supracitada importância.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.846 — Idêntico ao 3.845 (2ª via).

— Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.848 — Remeto-vos as primeiras vias dos Boletins da renda arrecadada pela Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado, deste Serviço, em Perdizes, Estado de Santa Catarina, relativos aos meses de setembro e outubro últimos, com a declaração: "Não houve".

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.849 — Idêntico ao 3.848 (2ª via).

N. 3.851 — Para efeito de pagamento, remeto-vos as contas da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, de ns. 1.463, 1.598 e 1.716, de 1:328\$700, 55\$800 e 12\$600 respectivamente, relativas a transportes feitos em proveito deste Serviço, no total de réis 1:396\$300.

N. 3.852 — Idem, de ns. 1.585 e 1.752, de 53\$200 e 59\$200 respectivamente, no total de 112\$400.

Dia 12

Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.853 — Remeto-vos, o balancete os documentos comprovantes da aplicação dada ao adiantamento de 500\$ recebido na Pagadoria deste Ministério pelo Agrônomo Biologista classe "J", Alino de Azevedo Sodré.

— Sr. diretor da Contabilidade:

N. 3.854 — Remeto-vos as primeiras vias dos Boletins da renda arrecadada, em selos federais, taxa de inspeção de citruss e de expedição de certificado de inspeção para exportação, durante os meses de setembro e outubro do corrente ano, pela Fiscalização

de Frutas deste Serviço, em Santos, sendo os Boletins do porto de São Sebastião nas importâncias de 2:906\$400 e 340\$400 e os do porto de Santos, de 1:022\$300 e 807\$000, respectivamente.

Como comprovantes da arrecadação supracitada, envio-vos os documentos anexos.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.855 — Idêntico ao 3.854 (segundas vias).

Diretoria de Organização e Defesa da Produção

PORTARIA N. 46, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

O diretor resolve, atendendo ao acúmulo de serviço na Delegação desta Diretoria no Estado do Rio de Janeiro, e usando das atribuições que lhe conferem as alíneas "a" e "b" do art. 160 do R. S. E. N. A., designar o dactilógrafo, classe G, Felisbela Cardoso Porto para, até ulterior deliberação, servir na sobredita Delegação, com sede em Niterói.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — Artur Torres Filho.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Serviço de Comunicações

Primeira Seção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 3 de outubro de 1938

Ofícios

Ao Sr. presidente do Departamento Nacional do Café:

N. 209 — Em solução ao assunto do ofício no qual, relativamente à adoção, pelo Sindicato Profissional dos Carregadores e Enxarcadores de Café do Rio de Janeiro, do sistema de "rodízio" para a distribuição dos serviços afetos à mesma corporação, solicita providências que acautelem e harmonizem os interesses em jogo, comunica que as sugestões ali apresentadas constituem matéria já prevista no regulamento dos referidos serviços, aprovado pelo Departamento Nacional do Trabalho, bem como no acordo firmado com os empregadores que utilizam tais serviços, cuja execução está se verificando com manifesta satisfação tanto de empregados como de empregadores.

Dia 4

Ao Sr. presidente da Comissão de Legislação Social:

N. 213 — Transmite o ofício em que o Sindicato dos Armadores Nacionais pleiteia seja extensiva a vários outros servidores que tem função de direção nos serviços de bordo a exceção estabelecida para os comandantes, chefes de máquina e comissários no art. 2º, alínea a, do anteprojeto de lei relativo ao horário de trabalho na Marinha Mercante Nacional, sugere, relativamente ao art. 3º do mesmo anteprojeto, que o descanso correspondente às horas de trabalho extraordinário de foguistas, carvoeiros e outros que já gozam do regime de oito horas com direito a extraordinário pelo excelente seja compensado durante a viagem ou no final desta, em se tratando de navegação de barra fora ou fluvial e durante o mês ou no fim deste, no caso de embarcações de tráfego do porto.

Dia 5

Ao Sr. inspetor regional em Belo Horizonte:

N. 218 — Transmite a portaria ministerial pela qual foi nomeado Joaquim José de Faria para exercer, como representante dos empregados, as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 18ª Região, na vaga resultante da exoneração legal que veda sindicalizar-se aos extranumerários — contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros — dos serviços públicos federais.

— Ao Sr. diretor do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo:

N. 219 — Em referência ao telegrama solicitando informações sobre o fechamento do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste e instruções relativamente aos Sindicatos dos Ferroviários da Sorocabana, da Araraquara e do Tramway Cantareira, comunica que o Governo está fazendo observar a disposição legal que veda sindicalizar-se aos extranumerários — contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros — dos serviços públicos federais.

Dia 7

Ao Sr. diretor do Domínio da União:

N. 222 — Comunica que este Ministério, havendo instalado todos os seus Departamentos e dependências no novo edifício expressamente construído para sua sede, não mais necessita do prédio situado nesta Capital, à rua do Senado n. 233, que esse Domínio teve a gentileza de pôr à disposição do Departamento Nacional do Trabalho, para sede do Serviço de Identificação Profissional. Como existissem ali alguns objetos pertencentes a este Ministério, foi o sergente Lindolfo Augusto de Almeida designado, pelo diretor geral do referido Departamento, Dr. Afonso de Toledo Bandeira de Melo, para servir como zelador do aludido prédio, havendo sido consentida a permanência, no mesmo, do funcionário José Soares por conveniência do serviço, visto que ali fora localizado um posto de recebimento das declarações de dois terços, instituídas pelo decreto n. 20.291.

de 12 de agosto de 1931. Ainda em nome de S. Ex., agradece o seu gesto pondo a disposição do Departamento Nacional do Trabalho o mencionado edifício.

— Ao Sr. diretor-presidente da Companhia Estrada de Ferro Mossoró:

N. 224 — Pede manifestar-se relativamente à possibilidade da readmissão de Francisco Chaves dos Anjos nos serviços dessa empresa.

— Ao Sr. presidente da União Geral dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal:

N. 228 — Em solução ao ofício em que transmite a representação que lhe dirigiu o Centro dos Empregados do Cais do Porto, no sentido de se conceder aos portuários, a exemplo do que ocorre com relação aos jornalistas e seus auxiliares e aos empregados no Lloyd Brasileiro e nas estradas de ferro da União, mas sem o caráter geral que a esses beneficia, o direito ao abatimento de 75 % nas passagens adquiridas para as viagens de férias daqueles trabalhadores e da esposa e filhos que os acompanhem, transmite o aviso em que o Ministério da Viação e Obras Públicas expõe os motivos por que não é possível na Estrada de Ferro Central do Brasil a adoção daquela medida.

— Ao Sr. inspetor regional em São Paulo:

N. 229 — Transmite a portaria ministerial pela qual foi nomeado o Dr. Adolfo Gress Borba para exercer as funções de membro da Comissão de Salário Mínimo da 14ª Região, na vaga resultante da anulação daquela pela qual fora nomeado Bráulio Santos.

— Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional do Povoamento:

N. 230 — Afim de submeter o respectivo assunto ao exame da Comissão de que faz parte, encarregada de estudar os pedidos feitos por estrangeiros que hajam entrado no país e nele pretendam fixar-se, transmite o processo iniciado pela petição em que o cidadão norte-americano Robert James Botkin requer seja consignada em seu passaporte a declaração a que alude o art. 4º do decreto-lei número 341.

Segunda Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 31 de outubro de 1938

Antônio Pixe, pedindo avocação do processo julgado pela 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, no qual são interessados o requerente e Iracema Lopes (MTIC. 1.698-938). — Indeferido o pedido de avocação à vista do parecer do consultor jurídico. (O parecer a que se refere este despacho é o seguinte: "Tendo comparecido o reclamante e a reclamada, conforme se vê da ata, não vejo como anular a decisão por falta de formalidade legal. Se ambos compareceram é porque foram notificados, ou, pelo menos, sanaram, com a sua presença, a falta da notificação. Quanto ao mérito deve ser mantida a decisão.

Dia 5 de novembro de 1938

Salamini & Cia., recorrendo da multa de 1:000\$000, que lhe foi imposta pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho por infração do art. 32, do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931. (MTIC. 16.252-938). — Considerando que os recorrentes apresentaram espontaneamente, embora fora do prazo, a relação dos 2/3; considerando que, a não ser essa apresentação seródia da relação, nenhuma outra infração legal se verifica, no tocante aos dispositivos reguladores da nacionalização do trabalho; considerando que já ha precedentes, por proposta do próprio D. N. T. que impôs a multa de fls. 18, no sentido de se aceitar a relação quando não houver sido infringida a proporção legal, relativa aos empregados nacionais e estrangeiros; dou, por equidade, provimento ao recurso, para cancelar a multa imposta ao recorrente, em vista da boa-fé demonstrada em apresentar espontaneamente a relação e ao fato de cumprir os dispositivos legais relativos à nacionalização do trabalho.

Departamento Nacional do Trabalho

Primeira Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 29 de outubro de 1938

N. 3.935-38 — Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Pará — Solicitando reconhecimento. — "Deferido."

O Sr. ministro assinou as seguintes cartas:

Dia 31

N. 10.586-38 — Sindicato dos Corretores Oficiais — Espírito Santo.

N. 3.820-38 — Sindicato dos Operários e Trabalhadores em Serviços Públicos Urbanos Água, Luz, Força, Esgoto e Telefone — São Luiz do Maranhão.

N. 10.771-38 — Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de São Luiz do Maranhão.

N. 49.520-37 — Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville — Santa Catarina.

O Sr. ministro assinou as seguintes cartas de reconhecimento
Dia 31

N. 14.148-38 — Sindicato dos Corretores de Fundos Públicos de Santos — São Paulo.

N. 11.562-38 — Sindicato dos Operários Panificadores e Confeiteiros — Campinas — São Paulo.

Dia 5 de novembro de 1938

N. 7.052-38 — Sindicato dos Empregados de Carros Restaurantes e Botequins da Companhia Paulista de Estradas de Ferro — Campinas — São Paulo.

N. 14.140-38 — Centro dos Exportadores de Café de Santos Sindicalizados — Santos — São Paulo.

N. 12.580-38 — Sindicato dos Trabalhadores e Ensacadores em Trapiches e Armazens de Café e Cereais — Santos — São Paulo.

N. 16.459-38 — Sindicato dos Empregados em Armazens de Café e Enbarcadores — Santos — São Paulo.

N. 26.724-35 — Sindicato dos Comerciantes Cerealistas — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

N. 48.602-37 — Sindicato Juazeirense de Contabilistas — Juazeiro do Norte — São Paulo.

N. 50.413-37 — Filogônio Tavares — Reclamando contra o funcionamento do Sindicato de Ofícios Vários de Alcobaca — Bafra. — "Arquive-se, ciente o reclamante de fls. 2 de que não existe o Sindicato a que se refere."

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

N. 11.168-36 — Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café — Administração 1936/1938. — Em face da informação e parecer supra, aprovo a eleição do Sr. Alexandre José de Souza para o cargo de 2º secretário da Comissão Executiva da "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café (Sindicato Profissional)", com sede no Distrito Federal, cujo mandato terminará em 15 de abril de 1939 e de termo o arquivamento do presente processo."

Segunda Seção

DESPACHOS DO SR. DIRETOR

Processos despachados

N. 26.697-36 — Termo de verificação 1.909, de 14-10-36, lavrado contra a firma Augusto P. Seabra. — Estando o auto de fls. revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do art. 31 do Regulamento a que se refere o decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, à firma Augusto P. Seabra, a multa de 100\$000 (cem mil réis), por infração do art. 32, alíneas A e B, do referido regulamento.

N. 3.877-38 — Ferreira, Baltazar & Cia., solicitando extração de guia, para pagamento da multa imposta no DNT. 18.740-36. — Nada mais havendo a providenciar, arquive-se.

N. 23.703-35 — Termo de verificação 5.258, de 7-6-1935, lavrado contra a firma Joaquim Ferreira de Melo. — De acordo com o parecer da Procuradoria, imponho à firma Joaquim Ferreira de Melo, estabelecida à rua Mariz de Barros n. 336, a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no art. 31, do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por inobservância do preceituado nos arts. 1º e 32, alíneas A e B do mesmo decreto. (O parecer a que alude o despacho supra é o seguinte:

"A defesa de fls. 4 da indigitada firma infratora Joaquim Ferreira de Melo é inteiramente improcedente. Assim é que alega que de 3 pessoas dadas no termo de infração de fls. 2, como seus empregados, a uma, de nome Manuel Barbosa, a fim o serviço de limpeza de seus carros, ao passo que as duas restantes, (Joaquim Humel Guimarães e Lino Correia), trabalham por conta própria, e a quem a recorrente sub-aluga a oficina que se acha ligada ao seu estabelecimento, ao lado. Da nova verificação procedida pelo auxiliar-fiscal Aristides Geometra da Mota, no estabelecimento da recorrente, constatou-se que,

"no tocante aos outros — Joaquim Humel Guimarães e Lino Correia — a quem a firma diz sub-alugar a oficina que se acha ligada ao seu estabelecimento, ao lado, não foram apresentados os recibos referentes às licenças, as quais, segundo sua declaração verbal a mim, (ao fiscal) são pagas em seu nome juntas com as de seu negócio de consignações".

Portanto é a própria firma quem confessou que os recibos de licenças do seu estabelecimento e as da "denominada oficina" ao lado, são pagas juntamente, em seu nome. Acha-se, portanto, de pé o termo de verificação lavrado pelo fiscal, por isso que este tem fé pública, constituindo as declarações contidas no aludido termo uma presunção "Juris Tantum" presunção que cabe à parte infratora destruir mediante prova robusta. Ora, como vimos, a firma recorrente não provou que Joaquim Humel Guimarães e Lino Correia, não eram seus empregados e assim sendo, o que tem de prevalecer, é que eles são seus empregados, devendo — portanto — a firma em apreço ter o quadro horário dos mesmos conforme o determina a lei.

Nessas condições opinamos pela manutenção do termo de verificação de fls. 2, cabendo ser aplicada à firma a multa de que trata o art. 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932. S. M. J.").

N. 22.800-35 — Termo de verificação lavrado contra a firma Cancela & Irmão, em 11-4-34, por infração dos arts. 1º, 31 e 32 alí-

Dea. P. do decreto n. 22.033, de 29-10-32. — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

N. 12.596-38 — Manuel Fochi recorrendo da multa que lhe foi imposta pela 14ª Inspeção Regional. — De acordo com o parecer da Procuradoria, reformo o ato de fls. 21, do Sr. inspetor regional, impondo à firma Manuel Fochi a multa de 100\$000 (cem mil réis). (O parecer a que se refere esse despacho, é o seguinte:

"O fiscal Celso de Almeida Castilho, do Departamento Estadual do Trabalho, verificou, em visita de fiscalização, que a firma Manuel Fochi infringia várias disposições do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932. Cabia-lhe, segundo penso, lavrar sómente um auto de infração, com a exposição dos fatos incriminados e a indicação dos dispositivos legais cujas exigências não eram cumpridas. Se assim não fora, ter-se-ia de aplicar, como se aplicou no caso presente, pelas infrações de dispositivos de um só decreto, verificadas no mesmo dia e local, várias multas referentes a cada uma das infrações, o que constitui, a meu ver, uma medida de rigor excessivo, pois que aumenta exageradamente a intensidade da pena pela acumulação, em detrimento do infrator, e sem vantagem para o Estado que não considera a multa como uma fonte de renda.

Isto posto, e tendo ainda em vista que se trata de infrator que explora modesto negócio tendo sómente um empregado, sou pela imposição de uma só multa e, consequentemente, pela reforma do despacho de fls. 21 que o condenou ao pagamento de 300\$000 pelas infrações registradas nos três termos, isto é, 100\$000 por cada um."

N. 5.560-38 — Juízo de Direito Privativo de Acidentes no Trabalho comunicando que a firma Alvaro de Castro Carvalho deixou de cumprir o disposto no art. 44, do decreto n. 24.637, de 1934, no acidente sofrido pelo seu empregado Norival Gomes dos Santos — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Terceira Seção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Processos despachados

Dia 25 de outubro de 1938

N. 187-S-1931 — Sebastiana Luiza da Silva reclamando férias contra Moinho Inglês. — Archive-se.

Dia 27

N. 455-M-1932 — Aurélio de Sousa idem contra Companhia de Hoteis do Brasil. — Archive-se.

Dia 28

N. 44-H-1932 — Harry Jannesck idem contra Eugênio Simuter & Comp. — Archive-se.

N. 985-1927 — Abílio de Almeida Varziellas idem contra Companhia Sousa Cruz. — Archive-se.

N. 12.674-1934 — João Raimundo dos Santos idem contra Companhia Progresso Industrial do Brasil. — Archive-se.

N. 8.344-1936 — Iracema Ribeiro Serafim idem contra José Pinto Ribeiro. — Archive-se.

Dia 4 de novembro de 1938

N. 12.128-1936 — Manuel Vasco de Moraes, idem contra Singer Sewing Machine Company. — Archive-se.

N. 14.069-1937 — Adolfo Miranda Malheiros, idem contra J. C. Amorim & Monteiro. — Archive-se.

N. 24.662-1936 — José Rodrigues, idem contra Tavares de Sousa & Irmão. — Archive-se.

N. 241-1928 — Domingos Florêncio Rodrigues, idem contra Grilo, Paz & Comp. (Fábrica Primor). — Archive-se.

Ofícios expedidos

Dia 17 de novembro de 1938

N. 484 — Ao Sr. inspetor da 11ª Inspeção Regional — Bata — Remetendo processo DNT. 16.256-38, em que o Sindicato Profissional dos Carregadores de Nazaré reclama em favor de diversos associados e contra a Estrada de Ferro de Nazaré. (Processo DNT. 16.256-38).

N. 486 — Ao Sr. inspetor da 15ª Inspeção Regional — Estado do Paraná — Transmitindo, por cópia, os pareceres e despachos proferidos no processo DNT. 4.644-38 (I. R. 1.070-38) afim de ser dado ao interessado conhecimento dos mesmos. (Processo DNT. 4.644-38).

N. 487 — Ao Sr. F. A. Gomes — Reiterando os termos do ofício n. 1.028, de 27 de agosto de 1937. (Processo DNT. 17.746-36).

N. 488 — Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco — Reiterando o ofício n. 63, desta Diretoria, de 7 de março de 1936, solicita de ordem do Sr. diretor, as necessárias providências no sentido de ser devolvido a este Departamento a petição que acompanhou o ofício n. 31, de 23 de janeiro de 1932, desta repartição. (Processo DNT. 1-A-932).

N. 489 — Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Afim de atender a solicitação constante do ofício n. 1.280 de 15 de setembro último, que acompanhou o processo n. 30.529-38, reitera o ofício n. 250, de 24 de maio deste ano. (Processo DNT. 1.714-36).

N. 490 — Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Remetendo o requerimento em que Silvio Fernandes Valadares pede entrega da importância de 585\$000 depositada em seu favor pela firma Bernardo Soibelman, suc. de Rubi Pistigaki. (Processo DNT. número 5.560-37).

N. 491 — Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Não tendo o interessado Sr. Joaquim Tavares da Silva comparecido para selar devidamente os documentos de folhas 6 e 8, de ordem do Sr. diretor, remete processo DNT. 10.574-36, em que são interessados o referido Sr. Joaquim Tavares da Silva e a firma Albino & Alves. (Processo DNT. 10.574-36).

Notificação de multa:

N. 230 — Srs. Lauria & Comp. — Notificando essa firma a recolher à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, a quantia de 100\$000, relativa a multa imposta no processo DNT. 6.075-37. (Processo DNT. 6.075-37).

N. 231 — Srs. Bernardino Fernandes & Comp. — Notificando essa firma a recolher à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, a quantia de 100\$000, relativa a multa imposta no DNT. 7.527-36. (Processo DNT. 7.527-36).

Intimação:

N. 41 — Sr. Ernesto Rodrigues — Comunicando que o Sr. diretor determinou fosse essa firma intimada a pagar ao reclamante Orange Macedo Leite, uma indenização correspondente a 15 dias de férias, dentro do prazo de oito dias, sob pena de ser imposta a multa prevista em lei. (DNT. 19.816-35).

INSPETORIA

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 25 de outubro de 1938

José Bomfim Conceição, apresentando relação de empregados fóra do prazo. (DNT. 50.448/37). — Deferido, à vista das informações. (Alude o despacho ao seguinte: "Demonstrando a requerente com a apresentação feita, espontaneamente, a completa ausência de má fé ao enviar a esta Repartição a relação dos seus empregados e tendo em vista a informação prestada pela fiscalização (fls. 5 v.), faço o processo subir à consideração do Sr. ministro, opinando que, por equidade, seja deferido o pedido de fls. 2").

Dia 31

S. Fernandes & Irmão, apresentando relação de empregados fora do prazo. (DNT. 47.880/37). — Deferido, à vista das informações. (Alude o despacho ao seguinte: "Demonstrando a requerente com a apresentação feita espontaneamente, a completa ausência de má fé no retardamento verificado e esclarecendo a fiscalização o que se contém na relação com referência à infração do art. 5º do Regulamento aprovado pelo decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, a qual não existe, faço subir o processo à consideração do Sr. ministro opinando pelo deferimento da petição de fls. 2").

I. Correia Ribeiro, apresentando recurso ao despacho proferido no processo DNT. 809/33, termo de verificação lavrado por infração dos arts. 1º e 12, letras a e b do decreto n. 21.186, de 1932. (DNT. 20.062/35). — Negó provimento ao recurso, à vista da informação. (Alude o despacho ao seguinte: "Não apresentando a firma infratora razões que justifiquem a relevação da multa imposta, faço subir o processo à consideração do Sr. ministro, propondo seja negado provimento ao recurso de fls. 8").

Dia 11 de novembro de 1938

Solicitação formulada pelo Sindicato União dos Operários Estiladores do Rio de Janeiro. (DNT. 16.895/38). — Tendo em vista as conclusões a que chegou a Comissão nomeada para apurar a matéria ventilada no despacho de fls. 86, ordeno o arquivamento do processo, cientes os dirigentes do Sindicato em questão.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Marques De Sá & Cia. Ltda., pedindo duas certidões. (DNT. 15.448/38). — Certifique-se, arquivando-se, a seguir, o processo.

H. A. Moreira & Cia., pedindo certidão. (DNT. 15.546/38). — Certifique-se, arquivando-se, a seguir, o processo.

Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda., pedindo 5 certidões. (DNT. número 13.563/38). — Tendo em vista as informações, certifique-se, arquivando-se, a seguir, o processo.

Convencções arquivadas:

F. Oliveira & Cia. Ltda. (DNT. 12.286/38); F. Oliveira & Cia. Ltda. (DNT. 12.290/38); Rodrigues Cortes & Cia. (DNT. número 13.986/38); Tavares & Irmãos. (DNT. 9.690/37); H. Silva & Cia. (DNT. 30.584/37); Dias Prieto & Cia. Ltda. (DNT. 1.379/38); João Monteiro Duarte. (DNT. 4.088/38); E. Ducomum & Simões. (DNT. 2.179/38); M. da Costa & Silva. (DNT. 4.188/38).

Dia 7 de novembro de 1938

Zehuri & Cia., apresentando defesa ao termo de verificação lavrado por inobservância do art. 32, letra b do decreto n. 22.033, de 1932. (DNT. 53.575/36). — De acordo com o parecer, imponho à firma autuada a multa de 500\$000, prevista no art. 31, do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por inobservância do disposto no art. 32, alínea b, do mesmo decreto.

Pedidos de certidão, arquivados:

Fábio Bastos & Cia. (DNT. 33.838/37); International Harvester Export Co. (DNT. 43.849/37); Vilas-Bôas & Cia. (DNT. 43.713, de

1937); B. Winstone, S. A. (DNT. 7.289/38); Franz Kaindl. (DNT. 487/38); Siqueira & Cia. (DNT. 6.181/38); Pereira & Norte. (DNT. 12.688/38).

Dia 8

Laboratório Biológico Ltda. (DNT. 17.109/38); Alberto Puchu. (DNT. 16.307/38); Skoda Brasileira, S. A. (DNT. 16.976/38); Indústrias Labor Ltda. (DNT. 16.769/38); Paulo Proença & Cia. Ltda. (DNT. 16.156/38). — Requeira em termos.

Cia. Aeropostal Brasileira. (DNT. 9.596/38); Banco de Crédito Geral. (DNT. 15.037/38); 13ª Inspetoria Regional. (DNT. 15.435, de 1938); Apóstolo Grégour. (DNT. 15.397/38); Francisco Sousa e Silva. (DNT. 47.327/37). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

EXPEDIENTE DO SR. INSPETOR-CHEFE

Dia 3 de novembro de 1938

A. de Freitas Ribeiro, pedindo certidão. (DNT. 13.757, de 1938). — Retifique a relação de empregados.

Dia 8

Foram homologadas as seguintes convenções para prorrogação das horas de trabalho:

DNT. 10.459/38 — Fernandes & Rezende e seu empregado Albino Gomes de Rezende, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT. 11.609/37 — Antônio Alves e seus empregados José Nunes Gonçalves, Antônio Francisco e Edison Martins, de acordo com o art. 2º § único do decreto n. 24.696, de 1934.

DNT. 15.301/38 — Diamantino Braz da Silva e seu empregado Manuel Braz da Silva, de acordo com o art. 10, do decreto número 22.033, de 1932.

Foram indeferidas as seguintes convenções de trabalho:

DNT. 5.457/38 — Manuel Gonçalves Torres e seus empregados Jesus Estalate Pitarque e Mário Vieira Borges, de acordo com o art. 2º do decreto n. 24.696, de 1934. — Os dados contidos na convenção anexa não conferem com as carteiras profissionais e com o Livro de Registro n. 5.949, de 1937.

DNT. 13.818/38 — Manuel Gonçalves Torres e seus empregados Gilberto Ferreira Gatto e Mário Vieira Borges, de acordo com o art. 2º do decreto n. 24.696, de 1934. — A requerente cita na convenção anexa dispositivos de lei que não se aplicam ao caso, cabendo o arquivamento do presente.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 5 de novembro de 1938

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários do Rio de Janeiro, comunicando que Júlio dos Santos é titular das carteiras profissionais n. 55.599 da 21ª série, e 47.472 da 27ª série (DNT 12.607-38 — SIP 13.393-38). — Providencie-se, como proposto, arquivando-se em seguida. Alude o despacho ao seguinte: I — Em face do termo de declaração de fls. 8 e do documento de fls. 9, estou de acordo com as conclusões do parecer da comissão de inquérito, que submeto à consideração do Sr. diretor. II — A Comissão de Inquérito nomeada pelo Sr. intendente, afim de apurar os motivos de ter o Sr. Júlio dos Santos requerido e obtido duas carteiras profissionais — 55.599 da 21ª série e 47.472 da 27ª série, tendo em vista as declarações prestadas à fls. 8 e do documento de fls. 9, e: Considerando que não ficou provado ter agido Júlio dos Santos de má fé ou procedido dolosamente contra terceiros; Considerando que das suas declarações, se verifica ser o motivo do pedido da segunda carteira, o fato de ter verificado não ser exata a data declarada anteriormente e relativa ao seu nascimento e filiação; Considerando ser o interessado de instrução redimentar, além de exercer uma profissão que o inhabilita para certos e detalhados conhecimentos que o pudessem orientar no sentido de proceder de modo diverso; Somos de parecer que seja cancelada a carteira emitida com os dados fornecidos erradamente, e oficiado ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, certificando-o do número da carteira que for conservada válida.

Dia 8

Carteira de Crédito Garantido, S/A, remetendo coupons de carteiras (DNT 16.275-38 — SIP 21.427-38). — Arquivo-se, como proposto. Alude o despacho ao seguinte: A consideração do Sr. diretor, com proposta de arquivamento.

Augusto Custódia, solicitando retificação em sua carteira profissional (DNT 15.670-38 — SIP 18.215-38). — Nada havendo a providenciar, archive-se.

Eurídice da Silva, solicitando retificação em sua carteira profissional (DNT 15.364-38 — SIP 17.541-38). — Nada havendo a providenciar, archive-se.

Zila Margarida da Costa Senra, solicitando a entrega da carteira profissional para seu marido (DNT 8.656-38 — SIP 10.573-38). — De acordo com o parecer, indefiro o pedido. Alude o despacho ao seguinte: Em face das informações deste Serviço e dos documentos de fls. 13 a 19, o pedido não pode ter deferimento, à consideração superior.

Manuel Ribeiro Fraga, solicitando retificação de nome em sua carteira profissional (DNT 14.109-38 — SIP 15.967-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 9 de novembro de 1938

G. Moniz de Aragão, sub-administrador da 4ª classe, solicitando arquivamento do termo de infração n. 28 (SIP 5.416-37). — Arquivo-se.

Dia 11

Manuel Carlos Ribeiro Guedes, solicitando retificação de nome em sua carteira profissional (DNT 6.777-36). — Arquivo-se.

18ª Inspetoria Regional, remetendo carteira profissional (SIP 17.433-38). — Arquivo-se.

Manuel Luiz da Costa Pena, reclamando contra a firma M. Valente & Comp. (SIP 19.981-38) — Termo 1.087. — Arquivo-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Em face do termo de desistência firmado pelo reclamante, e tendo-lhe sido entregue a carteira profissional, conforme recibo acima, apino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Antônio Francisco Filho, reclamando contra a firma Julião Martins Pavuna (SIP 18.447-38). Termo 1.011. — Arquivo-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Em face do termo de desistência assinado pelo reclamante e tendo-lhe sido entregue a carteira profissional, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Godofredo Peganha da Luz, solicitando 2ª via de carteira profissional (SIP 4.226-36). — Arquivo-se.

João Lisboa dos Santos, solicitando reconstituição de carteira (SIP 11.436-35). — Arquivo-se.

Anna de Oliveira, solicitando reconstituição de carteira (SIP 15.364-36). — Arquivo-se.

Mercedes Franco, solicitando reconstituição de carteira (SIP 17.479-37). — Arquivo-se.

João Cristóvão dos Santos, solicitando 2ª via de carteira (SIP 19.067-37). — Arquivo-se.

Aparício Teixeira, solicitando reconstituição de carteira (SIP 17.511-37). — Arquivo-se.

Zelita Bastos, solicitando reconstituição de carteira (SIP 17.621 de 1937). — Arquivo-se.

Virgílio de Oliveira, solicitando reconstituição de carteira (SIP 8.635-36). — Arquivo-se.

Augusto Malos Costa, solicitando reconstituição de carteira (SIP 9.414-38). — Arquivo-se.

Olimpio Ramos, solicitando reconstituição de carteira (SIP 10.160-36). — Arquivo-se.

Richard George Reidy, solicitando emissão de carteira profissional (SIP-15.633-38). — Arquivo-se.

Licínio Pereira Carvalho, solicitando segunda via de carteira (SIP-16.282-38). — Arquivo-se.

Justino dos Santos, solicitando outra carteira profissional (SIP-19.315-38). — Arquivo-se.

Milton Alves Pacheco, solicitando outra carteira profissional (SIP-19.684-38). — Arquivo-se.

Adriano Gomes Monteiro, solicitando outra carteira profissional (SIP-17.365-38). — Arquivo-se.

Leonoldina Alves, solicitando entrega de carteira (SIP-17.935-38). — Arquivo-se.

Lourenço da Silva, solicitando que lhe seja emitida uma segunda via de carteira (SIP-18.585-38). — Arquivo-se.

Antônio Ferreira, solicitando retificação de carteira (SIP-21.687-38). — Arquivo-se.

Gerena de Paula, solicitando outra carteira profissional (SIP-17.686-38). — Arquivo-se.

Paulino Rodrigues, solicitando outra carteira profissional (SIP-11.602-38). — Arquivo-se.

Virgília Rolando de Castro, solicitando outra carteira profissional (SIP-16.141-38). — Arquivo-se.

Manuel Gonçalves da Silva Júnior, reclamando contra a firma Treyhoffer & Almeida (SIP-16.075-38). — Arquivo-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido devidamente anexada a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue conforme recibo, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Francisco Ramos, solicitando outra carteira profissional (SIP-17.024-38). — Arquivo-se.

Joaquim Fernandes da Rocha, solicitando segunda via de carteira (SIP-1.575-36). — Arquivo-se.

José Jacinto Lacerda, solicitando reconstituição da carteira (SIP-493-36). — Arquivo-se.

Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, remetendo coupons de carteiras (SIP-23.133-38). — Arquivo-se.

Alcides de Oliveira Machado, reclamando contra a firma Teixeira Fonseca & Comp. (SIP-22.313-38) — Termo n. 1.192. — Arquivo-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido atendida a reclamação de fls. 2 e entregue a carteira ao reclamante, conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Alci da Cruz, reclamando contra a firma Luiz Fossati, reafirmar a data de admissão em sua carteira profissional (SIP-22315-38 — Termo n. 1.195. — Arquivo-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido atendida a reclamação de fls. 2 e entregue a carteira ao reclamante, conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Chefe interino da 5ª Divisão, solicitando transferência de funcionários (SIP-23.357-38). — Tendo sido baixada a O.S. n. 238, de 9-11-1938, archive-se o presente.

Jacé de Sousa Vasconcelos, reclamando contra a firma Alexandre Alves da Silva (SIP-22272-38). — Termo n. 1.188. — Archive-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Em face do termo de desistência firmado pelo reclamante e tendo-lhe sido entregue a carteira profissional conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Lourenço Correia da Silva, solicitando outra carteira profissional (SIP-18.620-38). — Archive-se.

Aderbal Nogueira, solicitando outra carteira profissional (SIP-18.530-38). — Archive-se.

A. Abrunhosa, solicitando transferência de firma e substituição de seus livros de registros (SIP-18.543-38). — Archive-se.

Antônio Maria Simões Júnior, solicitando entrega de carteira (SIP-19.834-38). — Archive-se.

Iracema Pinto Paca, solicitando retificação em sua carteira profissional (SIP-19.776-38). — Archive-se.

Marcelino Gomes da Silva, reclamando contra a firma Silva Faria & Comp. (SIP-22.311-38). — Termo n. 1.120. — Archive-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido devidamente anotada a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Arthal Peterson Júnior, solicitando segunda via de recibo (SIP-22.311-38). — Archive-se.

José Zafas, reclamando contra a firma Lourenço Marques (SIP-22.666-38). — Termo n. 1.203. — Archive-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido devidamente devolvida a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Raimundo Lourenço Lima, reclamando contra a firma Richard W. Fauchol (SIP-19.718-38). — Termo n. 1.701. — Archive-se.

João Donário, solicitando segunda via de recibo (SIP-3.966-38). — Archive-se.

José Pereira de Sousa, solicitando segunda via de carteira (SIP-1.892-38). — Archive-se.

Dileno Silva, solicitando outra carteira profissional (SIP-16.537-1938). — Archive-se.

Desiré Dick, apresentando sugestão (SIP-24.308-38). — Em face das informações, aguarde-se melhor oportunidade.

Dia 12

João Pereira da Silva, reclamando contra a firma Graça Couto & Comp. anotação em sua carteira profissional (SIP-22.312-38). — Archive-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido devidamente anotada a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Alfredo Cordeiro, reclamando contra a firma Luiz Fossati (SIP-22.321-38). — Termo n. 1.200. — Archive-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido retificada a data de admissão na carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue conforme recibo acima, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Honório do Nascimento, reclamando contra a firma Amaro Dias de Freitas (SIP-22.271-38). — Termo n. 1.187. — Archive-se, em face do parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido devidamente anotada a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue conforme recibo, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior.

Dia 14

Sindicato dos Empregados em Padarias, Confeitarias e Similares, solicitando vista do processo SIP-6.653/38. (DNT-14.026-38-SIP-Julgamento, atentando-se ao pedido constante do ofício n. 76, de 12-16-1938). — Emita-se com urgência à 3.ª Junta de Conciliação e do corrente.

Maternidade Arnaldo de Moraes S/A, solicitando registro de livros. (SIP-24.066/38). — Deferido, em face da proposta. Alude o despacho ao seguinte: Proponho que se faça o registro.

Flávio de Carvalho Lemgruber, diretor do Serviço do Material, fazendo uma comunicação. (SIP-24.356/38). — Ciente. Archive-se.

Alvaro Roberto de Cordeiro, solicitando outra carteira profissional. (SIP-16.865/38). — Proceda-se na forma do proposto pela 1.ª Divisão. Alude o despacho ao seguinte: Alvaro Roberto, identificado neste Serviço sob o n. 61.038 da 27.ª série, solicitou e setembro deste ano uma 2.ª via de sua carteira profissional, assinando no requerimento "Alvaro Roberto de Cordeiro" (fls. 2). Em virtude da divergência de nomes, aguardou esta Divisão o seu comparecimento para os necessários esclarecimentos. Em outubro p. passado, requereu novamente o interessado 2.ª via de sua carteira profissional, assinando então Alvaro Roberto (fls. 3). Compareceu hoje nesta Divisão o signatário de fls. 2 e 3, o qual, interrogado pelo Sr. chefe desta Divisão, declarou que fora o empregador o responsável pela sua assinatura no requerimento de fls. 2, em desacordo com seu verdadeiro nome, razão pela qual, se apossou de fazer novo requerimento, (fls. 3). Solicitados documentos comprovantes, declarou o interessado não os possuir, tendo o Sr. chefe desta Divisão aceito a declaração em virtude do estado de pobreza e ignorância do interessado. No intuito de não prejudicar o requerente, proponho que se proceda o confronto

das individuais datiloscópicas da ficha de declaração n. 61.038 (fls. 4) e as do signatário de fls. 2 e 3, procedendo-se em caso afirmativo, uma nova identificação nos termos do parágrafo único do artigo 9.º do decreto n. 22.035. A consideração superior.

Daniel Maria Jacob, solicitando emissão de carteira. (SIP-21.392/38). — Faça-se a identificação, de acordo com as normas adotadas.

Manuel Vieira, solicitando emissão de carteira. (SIP-21.197/38). — Faça-se a identificação de acordo com as normas adotadas.

Antônio Alves da Silva, solicitando entrega de carteira. (SIP-20.784/38). — Emita-se a carteira.

José Henriques Nunes, solicitando que lhe seja emitida uma carteira profissional. (SIP-20.600/38). — Faça-se a identificação, de acordo com as normas adotadas.

Mária Inês Rodrigues Ramos, solicitando que lhe seja emitida uma carteira profissional. (SIP-21.654/38). — Faça-se a identificação, de acordo com as normas adotadas.

Dia 16

F. Vacchiano S/A, solicitando registro de livros. (SIP-17.376/38). — Deferido, como proposto pelo chefe da 3.ª Divisão. Alude o despacho ao seguinte: Revendo o fichário desta 3.ª Divisão, constata-se que V. Vacchiano & Cia., estabelecidos com negócio de metais e artefatos elétricos à rua Regente Feijó n. 15, registraram livros para seus empregados, em 25/9/1936, sob o n. 3.155-E-3, pelo Talão número 3.287, tendo nesta ocasião vinte empregados. Ainda nesta mesma data 25-9-1936, registraram livros de seus empregados, pelo talão n. 2.268, sob o n. 3.155-E-3, para a filial sita à rua Visconde de Maranguape n. 33. Assim, proponho que a firma atual F. Vacchiano S/A, esclareça, também o caso da filial, devendo para isso, proceder a transferência da razão social para estabelecimento da rua Visconde de Maranguape n. 33, que ainda como o da rua Regente Feijó n. 15, está no nome de V. Vacchiano & Cia. Quanto ao pedido de F. Vacchiano S/A, para a transferência da razão social do estabelecimento da rua Regente Feijó 15, para seu nome, proponho que se conceda, de vez que apresentou o talão da Prefeitura do Distrito Federal, sob o n. 14.757, de 5 de outubro de 1938, estando o citado estabelecimento, já em nome da requerente. No entanto, não existindo livros, como alega a firma F. Vacchiano S/A, proponho que a mesma apresente os novos para o devido confronto com as relações dos 2/3 em anexo, assim de merecer despacho, após o que, cancelarei o anterior, em nome de V. Vacchiano & Cia e já transferido.

J. Henriques & Cia., solicitando transferência da razão social e novo registro de livros para seus empregados, por extravio dos anteriores e dos antecessores. (SIP-23.990/38). — Deferido, fazendo-se um termo de abertura dos novos livros de forma que fique perfeitamente esclarecido ter sido efetuado novo registro em virtude do extravio mencionado no requerimento.

Drogarias Brasileiras Ltda, solicitando transferência de firma. (SIP-22.588-38). — Deferido, em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Comprovando as suas alegações, apresentou o e Comércio, sob o n. 137.511, em 4/1/1937 constando no referido contrato social, registrado no Departamento Nacional da Indústria, na 2.ª cláusula, o seguinte: A sociedade girará sob a denominação, "Drogarias Brasileiras Ltda.", título esse devidamente registrado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, sob o número 46.273. Diante do exposto, proponho o deferimento do presente.

Sociedade Anônima Martinelli, solicitando transferência de local. (SIP-20.452/38). — Proceda-se como proposto pelo chefe da 3.ª Divisão. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido devidamente informado o pedido de transferência de local, conforme a fls. 4 verso, proponho deferimento; sendo que a continuação solicitado, deverá ser procedida com a apresentação dos livros acabados, pois, a petição de fls. 2, estando com a palavra - substituição - indevidamente empregada, seu margem ao retardamento da presente informação, de vez que na minha anterior de fls. 4, já havia esclarecido o fato.

Manuel Vieira da Costa, 2.ª, solicitando transferência de firma. (SIP-22.922/38). — Deferido, em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Comprovando as suas alegações apresentou a Declaração de Firma, registrada no Departamento Nacional da Indústria e Comércio sob o n. 83.238 em 5/10/38. — Nestas condições, proponho o deferimento do presente.

Marques Pomar & Cia Ltda, solicitando transferência de firma. (SIP-19.807/38). — Deferido.

Cohen & Rocha, solicitando transferência. (SIP-17.602/37). — Deferido, em face da informação retro. Alude o despacho ao seguinte: Comprovando as suas alegações a requerente apresentou como prova de transferência o Conhecimento da Sub-Diretoria do Imp. de Lic. da P. Municipal, n. 18.504, expedido em 7/11/1938, e já lançado pelo novo local. Nestas condições, proponho o deferimento do presente.

Aida do Carmo Ribeiro, requerendo devolução de documentos. (SIP. 23.896-38). — Junte-se ao principal e faça-se devolução mediante recibo.

Manuel Cândido Rodrigues, solicitando outra carteira profissional. (SIP. 13.452-38). — Restitua-se mediante recibo.

Manuel Ferreira Junior, requerendo certidão. (SIP. 23.06). — Preliminarmente, esclareça o local em que é estabelecida a firma que reteve a carteira profissional do requerente.

Maximilian Bosch, solicitando emissão de carteira. (SIP. 20.015-38). — Emita-se a carteira.

Egídio Papaléo, solicitando entrega de carteira. (SIP. 19.424-38). — Emita-se a carteira.

Augusto do Nascimento, solicitando emissão de carteira. (SIP. 20.467-38). — Faça-se a identificação, de acordo com as normas adotadas.

Frederico Dolabella Portela, solicitando registro como químico licenciado. (DNT. 14.648-38). — Emita-se a carteira.

Manuel Gomes, solicitando entrega de carteira. (SIP. 23.488-38). — Emita-se a carteira.

Osmira Teixeira, solicitando nova identificação. (SIP. 22.488-38). — Proceda-se na forma do proposto pela 1ª Divisão. Alude o despacho ao seguinte: Osmira Teixeira, identificada no Estado de Minas Gerais, solicita 2ª via de sua carteira profissional declarando ignorar o número da mesma. Compareceu hoje nesta Divisão a signatária de fls. 2 que interrogada, nada esclareceu acerca do número de sua identificação. Tendo o Sr. intendente em caso idêntico — SIP. 9.114-38, autorizada uma nova identificação para o interessado, proponho que se proceda da mesma forma no caso presente, fazendo-se no verso da ficha as necessárias anotações para quando for organizado o fichário alfabético, ser cancelada uma delas. A consideração superior.

Pierre Albert Rubiere, solicitando emissão de carteira. (SIP. 23.093-38). — Faça-se a identificação, de acordo com as normas adotadas.

13ª Inspeção Regional, fazendo uma comunicação. (SIP. 22.529-38). — Faça-se expediente ao inspetor da 13ª Inspeção Regional, de acordo com o parecer do sub-intendente. Alude o despacho ao seguinte: Segundo se depreende da leitura dos dispositivos que constituem o capítulo X do Regulamento anexo ao decreto n. 756, de 20 de abril de 1936, o inspetor regional deve ser o único intermediário entre os identificadores, nos Estados, e o S. I. P., toda a responsabilidade da identificação, efetuada nos Estados, o Regulamento procurou confiar aos inspetores regionais, aos quais compete intensificar o contacto com os identificadores que lhes são jurisdicionados justamente para evitar dispersão e outros inconvenientes prejudiciais ao serviço público. Assim é que o art. 27, letra "o", do aludido Regulamento, preceitua que "as carteiras preenchidas serão remetidas às Inspetorias Regionais", não facultando a remessa diretamente aos identificadores, no interior. Também no art. 7º, letra "a", do mesmo Regulamento, quando se definem os encargos e atribuições da 2ª Divisão, não se faz em remessa de carteiras aos identificadores, mas tão somente às Inspetorias Regionais. D'onde se conclue que as sugestões constantes das letras a, b e c do ofício de fls. 2 devem ser rejeitadas por não se adaptarem às exigências regulamentares em vigor.

Agostinho José Maurel, solicitando expedição de outra carteira (SIP 23.602-38). — Proceda-se na forma do proposto pela Primeira Divisão. Alude o despacho ao seguinte: Relativamente à solicitação de fls. 2, esta Divisão é de parecer que possa ser o seu signatário se identificar para obtenção de uma nova carteira profissional, nos termos do parágrafo único do art. 9º do decreto n. 22.035, uma vez provado pela ficha de declaração n. 6.966, série 1ª (fls. 5), que é o mesmo titular da respectiva carteira profissional, tendo ainda em vista o documento de fls. 3 a 4. A consideração superior.

7ª Inspeção Regional, solicitando retificação na carteira profissional n. 9.263, 11ª série. — Proceda-se na forma do proposto pela 1ª Divisão. Alude o despacho ao seguinte: Pela ficha de declaração n. 9.263-11ª (fls. 4) verifica-se que a carteira foi emitida de acordo com a mesma, não cabendo ao Serviço a responsabilidade do engano. Proponho pela razão exposta que seja a carteira 9.263/11ª devolvida à respectiva Inspeção, que deverá proceder, mediante a apresentação de documento idôneo, à retificação solicitada, remetendo a este Serviço, devidamente visada pelo Sr. inspetor, cópia do documento em que se basear para processá-la. Para melhores esclarecimentos, anexo ao presente uma cópia das instruções, expedidas pelo S. I. P., propondo sua remessa à 7ª Inspeção. A consideração superior.

Bento Augusto Marques Guerra, solicitando entrega de carteira (SIP 23.243/38). — Faça-se entrega da carteira, enviando-se à Polícia e ao Departamento Nacional de Povoamento as individuais da etilóspicas em anexo.

18ª Inspeção Regional, requerendo 2ª via de carteira (SIP 20.619/38). — Proceda-se na forma do proposto pela Primeira Divisão, comunicando-se ainda ao identificador Nelson Gomes de Oliveira que os pedidos de reconstituição de carteira devem ser feitos nos termos da O. S. 184.

18ª Inspeção Regional, remetendo 2ª via da guia de recolhimento n. 24, 2ª via da carteira profissional 02102/6ª série e 3 fotografias (SIP 20.234/38). — Proceda-se na forma do proposto pela Primeira Divisão, comunicando-se ainda ao Inspetor Regional em Belo Horizonte que os pedidos de reconstituição de carteiras devem ser feitos nos termos da O. S. 184. Alude o despacho ao seguinte: Proponho que seja processada a renovação da carteira n. 2.102, da 6ª série, providenciando-se em seguida o necessário expediente ao signatário de fls. 2, no sentido de ser devidamente observada a O. S. n. 184.

Notificações expedidas

Dia 14 de novembro de 1938

Ao Colégio São José:

N. 8.889 — Solicitando comparecimento às 12.30 horas do dia 21 de novembro, afim de custear uma nova carteira de seu empregado Antônio Alexandre de Sousa (SIP 23.820/38) (DNT 17.956/38).

A' firma Licht & Parcus:

N. 8.890 — Solicitando comparecimento às 15 horas do dia 18 de novembro, afim de custear uma nova carteira de seu empregado Alfredo Francisco dos Santos. (DNT 17.958/38) (SIP 23.824/38.)

— A' Exposição de Ferro Batido:

N. 8.891 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 21 de novembro, afim de custear uma nova carteira de seu empregado Osvaldo Nascimento. (DNT 17.955/38) (SIP 23.819/38.)

— A' firma Indústrias Químicas Aliadas Ltda.:

N. 8.892 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 21 de novembro, afim de custear uma nova carteira de seu empregado Valter Braga. (DNT 17.957/38) (SIP 23.825/38.)

— A' Companhia Paulista de Seguros:

N. 8.893 — Solicitando comparecimento às 13.30 horas do dia 23 de novembro, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Alfredo Hagueneur (SIP 18.556/38.)

— Ao Dr. Jarbas Peixoto, presidente da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento:

N. 8.894 — Remetendo o processo SIP 16.166/38.

— A' Sra. Helena Woolsey:

N. 8.895 — Solicitando comparecimento às 13.30 horas do dia 22 de novembro, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Carlos Nether. (SIP 24.378/38.)

— Ao Sr. Dr. João Maria de Lacerda, diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio:

N. 8.896 — Solicitando providências no sentido de ser esclarecida a relação existente entre a firma J. Vilarinho & Comp. e a que se encontra atualmente estabelecida no mesmo local. (SIP 16.183/38.)

Telegramas expedidos

Dia 28 de outubro de 1938

Ao Sr. inspetor regional em Belém-Pará:

N. 904 — Solicitando devolução da carteira profissional número 2.104-14ª série. (SIP. 20.166-37).

Dia 4 de novembro de 1938

Ao Sr. inspetor Regional em Paraíba do Norte:

N. 917 — Solicitando devolução da ficha n. 8.675 11ª série. (SIP. 20.462-38).

Dia 5

Ao Sr. inspetor regional em Pernambuco — Recife:

N. 919 — Solicitando devolução da carteira profissional número 58.735-10ª série. (SIP. 21.007-38).

— Ao Sr. inspetor regional em Maceió — Alagoas:

N. 920 — Solicitando devolução da carteira profissional número 83.516 19ª série. (SIP. 19.805-38).

— Ao Sr. inspetor regional em Natal — Rio Grande do Norte:

N. 921 — Solicitando devolução da carteira profissional número 5.235 17ª série. (SIP. 21.940-38).

— Ao Sr. inspetor regional em Niterói — Estado do Rio:

N. 922 — Solicitando devolução da carteira profissional número 51.523-26ª série. (SIP. 21.083-38).

— Ao Sr. inspetor regional em Niterói — Estado do Rio:

N. 923 — Solicitando devolução da carteira profissional número 51.534-26ª série. (SIP. 21.088-38).

Dia 9

Ao Sr. inspetor regional em Salvador — Bahia:

N. 930 — Solicitando devolução da carteira profissional número 39.044-9ª série. (SIP. 21.805-38).

— Ao Sr. inspetor regional em Maceió — Alagoas:

N. 931 — Informando que a carteira n. 65.588-19ª série, reclamada pelo telegrama 289, foi remetida àquela inspeção, relação 2.349 de agosto último. (SIP. 20.581-38).

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

DESPACHO DO SR. MINISTRO

Dia 14 de novembro de 1938

Proc. 961-34 — Natalino Mauá, recorrendo do ato da Junta Comercial de São Paulo que lhe cassou a matrícula de leiloeiro na praça de Santos — Dou provimento ao recurso, na forma dos pareceres.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de outubro de 1938

Offícios:

N. 2.594 — Ao Sr. chefe do Serviço de Fiscalização Bancária do Banco do Brasil — Agradecendo informações.

N. 2.595 — Ao Sr. chefe do Escritório de Informações do Brasil em Milão — Itália — Acusando o recebimento de um ofício comunicando o êxito obtido pelos pavilhões brasileiros na Feira de Levante em Bari.

N. 2.596 — Ao Sr. chefe do Escritório de Informações do Brasil em Berlim — Acusando o recebimento de um ofício.

N. 2.597 — Ao Sr. presidente da Associação Brasileira de Imprensa, agradecendo informações.

N. 2.598 — Ao Sr. secretário da Agricultura do Estado da Bahia — Enviando informações.

N. 2.599 — Ao Sr. presidente da Companhia de Navegação Costeira — Solicitando a concessão dos favores constantes do Decreto n. 24.163 de 24 de abril de 1934, à III Feira Nacional de Amostras da Capital da Baía, a inaugurar-se em dezembro do corrente ano.

N. 2.600 — Circular — Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e a diversos — Solicitando a remessa de informações aos escritórios de Propaganda Econômica do Brasil no Exterior.

N. 2.601 — Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial — Enviando um processo.

N. 2.602 — Ao Sr. inspetor regional do Trabalho em São Paulo — Enviando certificado de Registro Industrial.

N. 2.603 — Ao Sr. diretor do Serviço do Material — Enviando uma relação do material de expediente necessário a este Departamento.

N. 2.604 — Aos Srs. presidente do Tribunal de Contas e diretor geral de Contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Enviando segundas e terceiras vias de empenhos extraídos a favor de diversos.

Dia 25

N. 2.610 — Ao Sr. diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal — Enviando congratulações pelo êxito de organização da atual Feira Internacional de Amostras.

N. 2.611 — Ao Sr. presidente da S. A. Monitor Mercantil — Agradecendo a remessa de informações.

Dia 26

N. 2.672 — Ao Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro — Comunicando que o Sr. ministro do Trabalho deferiu o pedido do Sr. M. T. de Carvalho Brito, para importação de uma máquina.

Dia 27

Ns. 2.613-2.614 — Aos Srs. ministro da Fazenda e diretor do Serviço de Contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Enviando contas.

Dia 28

N. 2.615 — Ao Sr. presidente da Associação Comercial de Niterói — Agradecendo informações.

N. 2.616 — Ao Sr. presidente do Conselho Nacional do Petróleo — Agradecendo informações.

N. 2.617 — Circular — Ao Sr. presidente da Companhia de Navegação Baiana e outras — Solicitando a concessão dos favores constantes do Decreto n. 24.163, de 24 de abril de 1934, à III Feira de Amostras a realizar-se na Capital do Estado da Baía em dezembro do corrente ano.

S/n. — Ao Sr. secretário geral do Ministério das Relações Exteriores — Agradecendo informações.

N. 2.618 — Ao Sr. chefe do Escritório de Informações do Brasil em Praga — Solicitando informações.

N. 2.619 — Ao Sr. secretário da Agricultura da Baía — Solicitando esclarecimentos sobre o funcionamento da III Feira de Amostras desse Estado.

N. 2.620 — Ao Sr. secretário da Agricultura de São Paulo — Solicitando a remessa de um mostruário de algodão ao Consulado do Brasil em Bordeaux, acompanhado das classificações correspondentes.

N. 2.621 — Ao Sr. presidente do Departamento Nacional do Café — Idêntico, quanto ao café.

N. 2.622 — Ao Sr. diretor do Lloyd Brasileiro — Enviando informações.

N. 2.623 — Ao Sr. diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil — Solicitando a concessão dos favores constantes do Decreto n. 24.163, de 1934, à Feira de Amostras de Santo André, no município de São Bernardo, E. de São Paulo.

N. 2.624 — Ao Sr. Comissário Geral da Feira Industrial do Município de São Bernardo — São Paulo — Enviando informações.

Dia 31

Ns. 2.625, 2.626, 2.643 e 2.645 — Aos Srs. inspetores das Alfândegas de São Salvador, Rio de Janeiro, e administrador da Moeda e Rendas — Enviando exemplares de marcas de exportação depositadas neste Departamento.

N. 2.627 — Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial — Enviando um processo.

N. 2.628 — Ao Sr. presidente da Federação Odontológica Brasileira — Nesta — Comunicando que o Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizou a realização da exposição anexa ao Congresso Odontológico Brasileiro.

N. 2.629 — Ao Sr. presidente da Associação Comercial do Alto Paruruá — Acre — Agradecendo uma comunicação.

Ns. 2.630 e 2.632 — Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial — Enviando informações.

N. 2.631 — Ao Sr. chefe do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas — Enviando informações.

N. 2.633 — Ao Sr. presidente da Junta Comercial de São Paulo — Enviando uma tabela de emolumentos, para a cobrança de rubrica de livros comerciais.

N. 2.634 — Ao Sr. José Hughes de Oliveira — New York — Enviando informações.

N. 2.635 — Ao Sr. diretor do Instituto Araripe Júnior — Ceará — Enviando informações.

N. 2.636 — Ao Sr. diretor de "Actualis Publicito" — Paris — Enviando informações.

N. 2.637 — Ao Sr. Franz Messner — Viena — Enviando informações.

N. 2.638 — Ao Sr. chefe do Escritório de Informações do Brasil em Berlim — Agradecendo informações.

N. 2.639 — Ao Sr. presidente do Departamento Nacional do Café — Agradecendo informações.

N. 2.640 — Ao Sr. diretor Executivo do Conselho Federal do Comércio Exterior — Agradecendo informações.

N. 2.641 — Ao Sr. presidente da Comissão Construtora do Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Agradecendo a remessa de um mapa dos demonstrativos dos telefones e respectivos ramais, instalados nesse Ministério.

S/n. (2) — Ao Sr. secretário geral do Ministério das Relações Exteriores — Agradecendo informações.

N. 2.642 — Ao Sr. professor A. Martins da Rosa — Porto Alegre — Enviando informações.

N. 2.644 — Ao Sr. gerente da Companhia Telefônica Brasileira — Solicitando a transferência de aparelhos.

S/n. — Ao Sr. secretário do Ministério das Relações Exteriores — Agradecendo informações.

Ns. 2.646 e 2.647 — Aos Srs. inspetores das Alfândegas do Rio de Janeiro e Santos — Comunicando que o Sr. ministro do Trabalho Indústria e Comércio — Deferiu os requerimentos da Fábrica São Luiz Durão — S. A. e Irmãos Luffalla & Comp. — Solicitando permissão para importar maquinismos.

Dia 1 de novembro de 1938

N. 2.648 — Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho — Enviando um processo.

N. 2.649 — Ao Sr. chefe do Escritório de Informações do Brasil em Paris — Agradecendo informações.

S/n. — Ao Sr. secretário geral do Ministério das Relações Exteriores — Agradecendo informações.

N. 2.650 — Ao Sr. chefe do Serviço de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda — Enviando cópia de um documento.

N. 2.651 — Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Enviando informações.

Dia 3

N. 2.652 — Ao Sr. diretor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Enviando informações.

N. 2.653 — Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Solicitando a confecção de uma folha de pagamento do pessoal encarregado da elaboração de fichas para registro comercial.

N. 2.654 — Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal — Transmitindo o boletim de frequência dos funcionários deste Departamento no período de 21 a 31 de outubro find.

Dia 5

N. 2.655 — Ao Sr. comissário geral da Feira de New York — Nesta — Enviando informações.

N. 2.656 — Ao Sr. Friar Ltda. — Nesta — Enviando informações.

Ns. 2.657, 2.660, 2.659 e 2.661 — Aos Srs. inspetores das Alfândegas de Uruguaiana, Porto Alegre, Santos e Rio de Janeiro — Enviando exemplares de marcas de exportação depositadas neste Departamento.

N. 2.658 — Ao Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio — Submetendo a consideração de S. Ex. cópia de um ofício do chefe do Escritório de Informações do Brasil em Berlim, sobre a resolução do Ministério da Economia do Reich, referente a importação de produtos brasileiros, para a Alemanha.

N. 2.662 — Ao Sr. administrador do Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Apresentando serventes deste Departamento que vão servir sob sua direção.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

14 de novembro de 1938

Ao Sr. diretor da Diretoria de Fiscalização de Obras e Instalações:

N. 508-938 — Para fiel cumprimento dos dispositivos do Decreto 23.569, de 11 de dezembro de 1933, solicito vos dignéis determinar providências, no sentido de ser exigida, caso de legalizações de obras, a apresentação de levantamento das obras realizadas, tra-

balho esse, que se pode ser assinado por engenheiros, arquitetos e agrimensores diplomados.

Agradecendo antecipadamente a consideração que estou certo, dispensareis ao assunto do presente, aproveito a oportunidade para vos reiterar os protestos de elevada estima e subido apreço.

N. 509-938 — Com o presente, venho solicitar vos digneis determinar providências para qual seja exigida a assinatura de profissional legalmente habilitado nas plantas de situação apresentadas a essa diretoria, junto aos projetos.

Outros sim, levo ao vosso conhecimento que as referidas plantas só podem ser assinadas por engenheiros, arquitetos e agrimensores diplomados.

Agradecendo a vossa valiosa colaboração na defesa dos interesses gerais e da classe, reitro-vos os protestos da minha elevada estima e distinta consideração.

— Ao Sr. Manoel Vertullo:

N. 510-938 — Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que foi indeferido o pedido de registro da firma Vertullo & Cia., em virtude de estar em desacordo com a Lei, a cláusula 7ª do vosso contrato social, pois, a parte técnica dos sertões da aludida firma, só p de ser executada profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho Regional.

— Ao Sr. diretor das Rendas Internas:

N. 511-938 — Tenho o prazer de acusar o recebimento do vosso ofício n. 564, datado de 30 de setembro passado, comunicando que já foi recomendada à Recebedoria do Distrito Federal, a observância do disposto no artigo 16 do decreto 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Agradecendo a vossa valiosa colaboração na defesa dos interesses gerais e da classe, aproveito a oportunidade para vos reitro os meus protestos de elevada estima e subido apreço.

— Ao Sr. ministro de Estado da Fazenda:

N. 512-938 — Este Conselho Regional teve a grata satisfação de receber o ofício n. 564, datado de 30 de setembro do corrente ano, do D. D. diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, comunicando que atenção ao teor do ofício n. 397, deste CREA, dirigido a V. Ex. foi recomendada à Recebedoria do Distrito Federal, a observância do disposto no artigo n. 16 do decreto 23.569 de 11 de dezembro de 1933.

Agradecendo a consideração dispensada ao apelo deste CREA aproveito a oportunidade para reitro a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e subido apreço.

— Ao Sr. diretor de Obras da Prefeitura Municipal de Iguaçu Estado do Rio de Janeiro:

N. 513-938 — Solicito vos digneis mandar informar a este Conselho Regional qual a situação em que se encontra o funcionário dessa diretoria Sr. Herculano Fernandes Pereira, de vez que o Sr. Waldemar de Assis Ribeiro já foi de ha muito dispensado e o Sr. Menerval de Mello e Silva é agrimensor pelo Colegio Militar, e está com o seu processo neste Conselho Regional em vias de solução.

Departamento Nacional de Povoamento

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Requerimentos despachados

Dia 8 de novembro de 1938

Marco Daniel Adoni (DNP. 6.464-38), Mário Pereira Pinto (DNP. 6.468-38), Margarida Marques Cardoso (DNP. 6.470-38), Anselmo Maria Giudice (DNP. 1.992-38), Antônio Gonçalves da Cruz (DNP. 6.336-38). — Compareça.

Antônio Garcia (DNP. 7.212-38), Antônio Gonçalves Fraga (DNP. 7.213-38), Antônio dos Santos (DNP. 7.214-38), Cândido Monteiro Guimarães da Silva (DNP. 7.215-38), Fritz Wilhelm Sievers (DNP. 7.216-38), Francisco Dias de Carvalho (DNP. 7.217-38), Gustavo Pinto da Costa (DNP. 7.218-38), João Guimarães de Carvalho (DNP. 7.219-38), José Martins de Sousa Júnior (DNP. 7.220-38), Alfredo Diogo (DNP. 7.224-38), João Albertino Rodrigues (DNP. 7.221-38), Joaquim dos Santos (DNP. 7.222-38), Alfred e Charlotte Tichauer (DNP. 7.225-38), Aires Monteiro Sanches (DNP. 7.226-38), Aniello Pierri (DNP. 7.227-38), Bertold Loewenstein (DNP. 7.228-38), Heinrich Rader (DNP. 7.229-38), Isaak Gutmann (DNP. 7.230-38), Maria da Assunção Nunes Guerra (DNP. 7.231-38), Manuel Pereira de Sousa (DNP. 7.232-38), Moszek Trope (DNP. 7.234-38), Moszek Chemja Samet (DNP. 7.235-38), Max Meth (DNP. 7.236-38), Norbert Oppenheim (DNP. 7.237-38), Pedro (Piotz) Szydlowski (DNP. 7.238), Paolino Antônio (DNP. 7.239-38), Perec-Pinkus Przytyk (DNP. 7.240-38), Salvador Protá (DNP. 7.241-38), Vilor Augusto Távora (DNP. 7.242-38), Venâncio de Sousa (DNP. 7.243-38), Willy Schaller (DNP. 7.244-38). — Certifique-se.

Dia 9

Alberto da Costa Lopes (DNP. 6.504-38), José Antônio Gomez (DNP. 6.282-38). — Compareça.

Antônio da Costa (DNP. 7.245-38), Adele Louise Haes (DNP. 7.246-38), Angelo Rodrigues Valejo (DNP. 7.247-38), Boroch Martek Stocky (DNP. 7.248-38), Constantino Jorge da Silva Malheiro (DNP. 7.249-38), Carlos (Karl) Will (DNP. 7.250-38), Casemiro Gil Montecagudo (DNP. 7.251-38), Exposito Sívio (DNP. 7.252-38), Majer-Ber Rejgen (DNP. 7.253-38), Klara Korte (DNP. 7.254-38), Kurt Kamnitzer (DNP. 7.255-38), José dos Santos Ramos (DNP. 7.256-

38), Joaquim Sequeira Figueiredo (DNP. 7.260-38), Elfried Kamnitzer (DNP. 7.261-38), José Casais y Santaló (DNP. 7.262-38), José Vilan (DNP. 7.263-38), José Loureiro (DNP. 7.264-38), Ludwig Wolfsohn (DNP. 7.265-38), Mohamed Ali Atue (DNP. 7.266-38), Mário Gomes Gavina (DNP. 7.267-38), Manuel de Azevedo Neves (DNP. 7.268-38), Reginaldo Lemos de Sant'Ana (DNP. 7.269-38), Ana Kris (DNP. 7.292-38), Alfredo Cardoso (DNP. 7.293-38), Arturo Ambrosetti (DNP. 7.295-38), Georg Moritz Meyer (DNP. 7.296-38), Hermina Gil Monteagudo (DNP. 7.297-38), José Salomão Francisco (DNP. 7.298-38), Josef Margulies (DNP. 7.299-38), José Augusto Paulinha (DNP. 7.300-38), José Szlama Kleinberg (DNP. 7.301-38), Pinkas Lifschutz (DNP. 7.303-38), Pinkas Rosenbluth (DNP. 7.304-38), Willi Littaner (DNP. 7.305-38). — Certifique-se.

Conselho Nacional do Trabalho

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 13 de outubro de 1938

Amadeu Cipola, recorrendo do acórdão deste Conselho que, conhecendo do recurso interposto pela firma D. Mazzuca da decisão da Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo favorável ao referido empregado, reformou a citada decisão, julgando improcedente a reclamação do ora recorrente, por falta de provas (CNT. 8.106-936). — Preliminarmente: deixo de conhecer do recurso por interposto fora do prazo legal.

Dia 15

Cândido José Soares, em nome dos aposentados da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, representando ao Sr. ministro contra o ato deste Conselho que mandou proceder ao desconto de 20% sobre as respectivas aposentadorias, solicita a extinção do "serviço médico-hospitalar" (CNT. 561-933, objeto de acórdão deste Conselho, de 14 de julho deste ano, publicado no "Diário Oficial" de 22 de setembro, opinando pelo indeferimento da representação). — Como parece ao Conselho Nacional do Trabalho. — Transmítase.

Centro de Navegação Transatlântica, em nome das Companhias de Navegação suas associadas, solicitando reconsideração do despacho que negou provimento ao recurso interposto do acórdão deste Conselho confirmatório do da 1ª Câmara que manteve a decisão do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, considerando sujeitas ao pagamento da quota de previdência as faturas referentes a fornecimento de chata, aluguel de rebocadores e outras. (CNT. Rec. 1.178-934). — Preliminarmente: deixo de conhecer do pedido de fls. 50, por ter sido apresentado fora do prazo legal.

Dia 22

Bernardo Garcia, recorrendo da decisão deste Conselho que, recebendo os embargos orais pela Rede de Viação Paraná — Santa Catarina à da Segunda Câmara, que determinara a sua reintegração nos serviços da referida Estrada, com todas as vantagens legais, determinou fossem os autos submetidos à consideração e solução do Sr. ministro da Viação e Obras Públicas (CNT. 5.257-933). — Ao Conselho Nacional do Trabalho, à vista do parecer do Consultor Jurídico. (O parecer a que se refere o despacho supra é o seguinte: "Houve, evidentemente, equívoco no acórdão do Conselho Pleno, quando, quando submetido ao ministro da Viação e apreciação do caso, que lhe foi submetido a julgamento. Como bem acentuou, no seu luminoso parecer, o ilustrado Sr. Dr. procurador, a espécie jurídica não pode estar a coberto pela isenção do art. 18 das "Disposições Transitórias" da Constituição de 34, pois que estas só vedam a apreciação jurídica dos atos praticados pelos interventores e outros delegados do Governo e a autoridade que demitiu o recorrente não era delegado do Governo e simples funcionário da Estrada, agindo como diretor e subordinado ao Ministério da Viação. Nestas condições, não tendo sido o seu ato aprovado pelo ministro da Viação, não pode estar aos delegados do Governo e não a quaisquer funcionários da administração federal. Nestas condições, opino para que o processo baixe ao Conselho que profira o julgamento do recurso.

Rio, 6 de outubro de 1938. — Oliveira Vianna").

Instituto Nacional de Previdência

DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE

Expediente dos dias 7 e 8 de novembro de 1938

Processos hipotecários:

N. 723 — Requerente, Atila de Aguiar Maltez. — Mantenha-se o despacho de fls. 38.

N. 131 — Requerente, Arnaldo de Moraes. — Restitua-se.

N. 725 — Requerente, Otávio de Oliveira Pedrosa. — Cancele-se.

N. 715 — Requerente, Renê Brandão. — Concedo.

N. 699 — Requerente, Olavo Cruz Mascarenhas. — Mantenha-se o despacho de fls. 47.

Processos prediais:

N. 342 — Requerente, Arí Lopes. — Proceda-se de acordo com o parecer de fls. 158 verso, do Sr. chefe do S. E. G.

N. 462 — Requerente, Júlio Hauer. — Aprovo.

N. B-542 — Requerente, Henrique de Alencastro Guimarães. — Cancele-se.

- N. 384 — Requerente, Valdomiro Alves Petsch. — Retifique-se.
 N. 10.299 — Requerente, Bento Laert Ribeiro. — Autorizo a retificação.
 N. 364 — Requerente, Daniel Nunes de Brito. — A vista dos pareceres supra, indefiro o pedido de fls. 69 e 70.
 N. 28-N — Requerente, Otávio do Prado. — Aprovo.
 Processos comuns:
 N. 25.523-38 — Requerente, Hilda Sousa. — Defiro o pedido de gala. Retifique-se o nome da requerente, à vista da certidão de folhas a qual deverá ser anexada ao seu processo de inscrição a pecúlio.
 N. 16.190-38 — Requerente, Filocrato Soares Brasil. — Proceda-se de acordo com o parecer de folhas retro, do Sr. chefe da Secção Predial.
 N. B-253 — Requerente, Henrique Dias Coelho. — De acordo.
 N. 25.667-38 — Requerente, Cruzada Brasileira. — Pague-se.
 N. 25.691-38 — Requerente, Comissão de Compras. — Autorizo.
 N. 25.480-38 — Requerente, Afonso A. R. Milliet. — Justifique-se.
 N. 25.211-38 — Requerente, Hilda Regina Ribeiro. — Deferido.
 N. 24.788-38 — Requerente, Sabino Nilo de Moura. — Deferido.
 N. 25.592-38 — Requerente, Fernando Nunes Pereira. — Deferido.
 N. 25.613-38 — Requerente, Manuel de Siqueira Pinto. — Deferido.
 N. 25.693-38 — Requerente, Comissão de Compras.
 N. 25.699-38 — Requerente, Comissão de Compras. — Aprovo.
 N. 25.703-38 — Requerente, Comissão de Compras.
 N. 25.697-38 — Requerente, Comissão de Compras.
 N. 25.698-38 — Requerente, Comissão de Compras.
 N. 25.696-38 — Requerente, Comissão de Compras.
 N. 25.694-38 — Requerente, Comissão de Compras. — Aprovo.
 N. 25.616-38 — Requerente, Serviços Hollerith. — Autorizo o pagamento de acordo com o processo n. 20.017 e portaria n. 237-38, de 20 de setembro proximo passado.
 Funeral e luto:
 N. 629 — Paulo Santos Lobo. — Autorizo, nos termos do parecer supra.

Processos hipotecários:

- N. 676 — Rep. Plínio Doyle Silva. — Autorizo.
 N. 703 — Req. Alvaro de Alencar. — Cancele-se.
 N. 451 — Req. Inácia de Almeida Guimarães. — Aguarde-se, a regulamentação do assunto, conforme despacho de fls. 7, do processo n. 19.778/38.
 N. 717 — Req. Amélia Figueiró Bezerra. — Cancele-se.

Processos comuns:

- N. 25.867/38 — Req. Alufio Lobo de Moraes. — Deferido.
 N. 25.716/38 — Req. Léo Lopes de Rezende.
 N. 25.583/38 — Req. Olga Teixeira de Carvalho. — Deferido.
 N. 25.712/38 — Req. Severino Leite Mindelo. — Deferido.
 N. 25.578/38 — Req. Erna Schlagin. — Deferido.
 N. 20.035/38 — Representação sobre descontos de consignação. — Aprovo.
 N. 25.326/38 — Req. Comissão de Compras. — Aprovo.
 N. 25.443/38 — Req. Comissão de Compras. — Autorizo.
 N. 25.622/38 — Lux Jornal. — Pague-se.
 N. 25.586/38 — Req. Edméa Cruls de Macedo Soares. — Justifique-se.
 N. 11.228/37 — Req. Filemon Casais. — Autorizo o pagamento, tendo em vista o documento de fls. 41.
 N. 25.448/38 — Req. Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. — Pague-se.

Expediente do dia 9 de novembro de 1938

Processos prediais:

- N. 10/6.755 — Req. Marino Gomes Pereira. — Autorizo.
 N. 138 — Req. Manuel da Rocha Viana. — Deferido, nos termos do parecer do Dr. procurador, a fls. retro.
 N. 284 — Req. Alfredo Carlos Taveira de Melo. — Autorizo, nos termos do parecer supra, do Dr. procurador.

Processos comuns:

- N. 25.802-38 — Req. Fausto B. da G. Durão;
 N. 25.808-38 — Req. Adelaide dos Anjos. — Deferido.
 N. 25.589-38 — Req. Companhia AGA do Brasil S. A.;
 N. 24.769-38 — Req. Companhia Pinheiro;
 N. 23.756-38 — Req. Empresa Promotora Vendas Ltda.;
 N. 25.623-36 — Req. Fernando Magalhães. — Pague-se.
 N. 25.186-38 — Reqs. Santos & Gonçalves Ltda. — Inscricão-se.
 N. 20.492-38 — Req. Adamastor Dias Braga. — Autorizo.
 N. 25.747-38 — Req. José Candido de M. Soares Afonseca. — Deferido.
 N. 18.999-38 — Req. João Ribeiro Mendes;
 N. 15.195-38 — Req. Arnaud Pereira da Fonseca;
 N. 14.039-38 — Req. Antônio Tavares de Lima;
 N. 9.960-38 — Req. Ana Pinheiro Couto;
 N. 4.825-38 — Req. da Veiga Quas;
 N. 13.034-38 — Req. Demétrio Ribeiro;

- N. 8.945-38 — Req. Leopoldo Schimmelpfeng;
 N. 19.003-38 — Req. Eugênio Rodrigues de Sousa;
 N. 19.796-38 — Req. Everardo Adolfo Backheuser;
 N. 11.459-38 — Req. Lucio Ribas Mariano. — Concedo, nos termos do parecer supra.

Expediente dos dias 9 e 10 de novembro de 1938

Processos comuns:

- N. 24.841-38 — Req. Oscar Coelho de Sousa;
 N. 15.196-38 — Req. Aládio Andrade do Amaral;
 N. 19.900-38 — Req. Alberto Isaac Lasry;
 N. 8.494-38 — Req. Jorge Ernesto de Miranda Schnoor;
 N. 19.694-38 — Req. Maurício Barros Nunes;
 N. 21.375-38 — Req. Alfeu Palma Garcia. — Concedo, nos termos do parecer supra.
 N. 25.907-38 — Req. Casa Nunes Ltda.;
 N. 25.687-38 — Req. Mercedes do Brasil Ltda.;
 N. 25.728-38 — Req. Haroldo Meira;
 N. 25.632-38 — Req. Companhia Fornecedora de Materiais;
 N. 25.447-38 — Req. Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda.;
 N. 25.449-38 — Req. Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. — Pague-se.
 N. 25.829-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 25.825-38 — Req. Comissão de Compras. — Autorizo.
 N. 25.828-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 25.827-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 25.996-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 25.995-38 — Req. Comissão de Compras. — Aprovo.
 N. 25.901-38 — Req. Serviços Hollerith;
 N. 25.902-38 — Req. Serviços Hollerith. — Pague-se.
 N. 26.211-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 25.969-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 26.159-38 — Req. Comissão de Compras;
 N. 25.968-38 — Req. Comissão de Compras. — Autorizo.
 N. 25.904-38 — Req. Alexandre & Cia.;
 N. 24.254-38 — Req. J. Cunha Oliveira & Cia.;
 N. 25.149-38 — Req. Vitório Silvestre & Cia. — Pague-se.
 N. 20.522-38 — Req. Edjaime Assis Lima. — Deferido, nos termos do parecer supra.
 N. 23.104-38 — Req. Joaquim Antônio Leite de Castro. — Autorizo.
 Habilitação a pecúlio:
 N. 4.594 — Contr. Estela Bheringo. — Satisfaca a interessada, a exigência da Procuradoria.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

ATA DA 218ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1938

Aos dezoito dias do mês de outubro de 1938, às 14 horas, na sala respectiva da sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos presente o número regimental de conselheiros, realizou-se a 218ª sessão ordinária do Conselho Administrativo, sob a presidência do presidente interino, Sr. Homero Mesquita.

EXPEDIENTE DO DIA

- a) officio do Sr. superintendente, referente admissão de funcionários para serviços de fiscalização e levantamento do débito das empresas;
 b) idem, instruções do Sr. Atuário, Dr. Paulo Câmara, referente execução do censo marítimo, na região amazônica;
 c) officio do diretor dos Serviços Médicos pedindo providências para serem avisadas as empresas quanto à observância do art. 142 do decreto n. 22.872, quando da admissão dos seus empregados;
 d) cópia do acordão do C. T. N. proferido nos autos do processo n. 9.289/38 (ses. de 11/8/38, publicado no "Diário Oficial" de 29/9/38);
 e) officio do Sr. superintendente solicitando aquisição de um duplicador;
 f) cópia do acordão do C. N. do Trabalho, referente ao processo de aumento de vencimentos do presidente do I. A. P. M. e reforço de verba pagamento serviços extraordinários decreto-lei 65;
 g) despacho do Sr. ministro sobre cumprimento do decreto-lei 65 — (Diário Oficial de 15/10/38, pg. 20.789);
 h) comunicados ns. 402 e 403 da Secretaria do Conselho à Secretaria.

PROCESSOS JULGADOS

Pelo conselheiro Alcides José Dantas:

Processo n. 52.016 — Aposentadoria — Fernando José de Sousa — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Processo n. 78.792 — Aposentadoria — Joaquim Polônia Barreto — Deferida a pretensão do interessado, devendo ser cumprido o determinado no parecer do relator.

Processo n. 61.536 — Pensão — Emma Charlotte Milke — Foi mantida a decisão anterior, conforme parecer do relator.

Processo n. 68.794 — Serviço de Dívida Ativa — Serviço Na-
vegação Estado — Belem do Pará. — Aprovada a diligência solici-
tada pelo relator.

Processo n. 62.750 — Dívida Ativa — Generoso Francisco Alonsa
& Comp. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo n. 72.222 — Pagamento despesas intervenção cirúrgica
— Anibal dos Santos Pereira Filho. — Aprovada a diligência solici-
tada pelo relator.

Processo n. 20.225 — Inscrição — Alexandre Ferreira Tavares.
— Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do re-
lator.

Pelo conselheiro Pedro Cibrão:

Processo n. 73.205 — Consulta sobre descontos — A. Câmara
& Comp. — Quanto aos sócios componentes da firma A. Câmara
& Comp., são associados facultativos "ex-vi" do art. 10 do Decreto-
Lei n. 720 citado, a partir da vigência desse decreto e sujeitos à sa-
tisfação prévia do art. 112 do Dec. 22.872; Quanto aos empregados
da firma A. Câmara & Comp., são associados obrigatórios, estando
isentos do art. 112, na forma do parecer do relator.

Processo n. 72.934 — Reembolso — Augusto Manuel da Silva.
— Deferida a pretensão do interessado na importância de 51\$500, na
forma do parecer do relator.

Processo n. 25.456 — Retificação de nome — Frederico Runte.
— Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do re-
lator.

Processo n. 74.049 — Concorrência A. S. Levy — H. Portugal
e J. Thiers Pinto. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Pelo conselheiro Antônio Rodrigues Brandão:

Processo n. 40.243 — Pensão — Eudócia Santos Martins e Fi-
lhos. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo n. 71.153 — Pensão — Felipa Rosária Batista. — De-
ferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo n. 71.847 — Pensão — Dolores Mondego Quintela. —
Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo n. 74.204 — Aposentadoria — José Rodrigues Carvalho.
— Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo n. 73.885 — Aposentadoria — Leopoldo Raimundo
Gomes. — Concedida a aposentadoria requerida, na forma do parecer
do relator.

Processo n. 69.131 — Aposentadoria (Devolução de documentos)
— Francisco Pessoa de Melo. — Deferida a pretensão do interessado,
na forma do parecer do relator.

Processo n. 45.368 — Denúncia C/ Mala Ingleza. — Apro-
vada a diligência solicitada pelo relator.

Documento n. 72.229 — Acórdão do C. N. T. — Na forma do
parecer do relator, ficou resolvido que a Administração providencie
no sentido de serem transferidos para aqui os empregados das repar-
tições aludidas da Empresa "Serviços de Água, Esgotos, Luz, Tração
e Prensa de Algodão do Maranhão".

Documento S/Nº — Serviço do Censo. — Aprovada as instru-
ções, na forma sugerida pelo Sr. superintendente.

Processo n. 18.044 — Inscrição — Alvaro Correia Braga. —
Aprovada a inscrição do requerente e autorizado o cancelamento re-
querido, na forma do parecer do relator.

Processo n. 68.787 — Serviço da Dívida Ativa — M. L. Albu-
querque, Belem-Pará. — Deferido o pedido, desde que sejam pagos
os juros de mora estabelecidos em lei, na forma do parecer do re-
lator.

Processo n. 75.214 — Aplicações de ondas curtas — Antônio
Zambon — Deferida a pretensão do interessado, na forma do pare-
cer do relator.

Doc. s/n. — Admissão e comissão de funcionários para o Serviço
de Fiscalização — Autorizada, na forma sugerida pelo Sr. Superin-
tendente.

Pelo Conselheiro Fausto Werneck Corrêa e Castro:

Processos:

N. 66.295 — Pensão — Otacília Cláudio da Silva — Deferida a
pretensão da interessada, devendo ser cumprido o determinado no
final do parecer do relator.

N. 75.335 — Aplicações de ondas curtas — Antônio Feliciano
de Araujo — Deferida a pretensão do interessado, na forma do pa-
recer do relator.

N. 71.949 — Liquidação de despesas tratamento especializado
— Paulo Manuel dos Santos — Autorizado o pagamento na importân-
cia de 50\$, na forma do parecer do relator.

Doc. s/n. — Aquisição de um duplicador — Autorizada a aqusi-
ção, na forma do parecer do relator.

Pelo Conselheiro Aldemar Belafão:

Processos:

N. 73.884 — Pensão — Ana Leandra de Sousa — Indeferida a
pretensão da interessada pelas razões expostas no parecer do re-
lator.

N. 71.022 — Aposentadoria — Porfírio Ricardo da Silva — In-
deferida a pretensão do interessado, por não satisfazer o requerente
às exigências do artigo 47, na forma do parecer do relator.

N. 58.431 — Aposentadoria — Adriano Rocha — Aprovada a
diligência solicitada pelo relator.

N. 74.168 — Recurso de Gregório José da Cunha — Devolvido
ao Conselho Nacional do Trabalho, devidamente instruído.

N. 18.122 — Aposentadoria — Antônio Viriato de Lima —
Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do rela-
tor.

N. 75.339 — Aplicações de ondas curtas — Agnelo Pinto Tai-
xeira — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer
do relator.

Pelo Conselheiro Artur Padovani:

Processos:

N. 61.054 — Aposentadoria — Casemiro Lopes de Sousa — De-
ferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 74.915 — Aplicações de ondas curtas — Maria Aguiar Silva
— Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do re-
lator.

Pelo Conselheiro Gabriel Pereira de Sousa:

Processos:

N. 75.246 — Aplicações de diatermia — Luiz Francisco Fer-
reira — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do
relator.

N. 75.215 — Aplicações de diatermia — Manuel Galdino da Sil-
va — Deferida a pretensão do interessado na forma do parecer do
relator.

N. 75.265 — Aplicações de ondas curtas e raios ultra-violeta —
João Antônio da Costa — Deferida a pretensão do interessado, na
forma do parecer do relator.

N. 75.217 — Aplicações de radiografia superficial — José Alves
da Silva — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer
do relator. — Maria Zeny Neves, secretária do Conselho — Homero
Mesquita, presidente interino.

ATA DA 219.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRA- TIVO, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1938.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1938, às 14 horas, na
sala respectiva da sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões
dos Marítimos, presente o número regimental de conselheiros, reali-
zou-se a 219.ª sessão ordinária do Conselho Administrativo, sob a
presidência do presidente interino, Sr. Homero Mesquita.

EXPEDIENTE DO DIA

a) requerimento de Manuel Leal Cardoso solicitando 60 dias
de prazo para dar cumprimento ao que determina o artigo 112 do
Decreto 22.872;

b) memorandum do Ministério do Trabalho encaminhando o
telegrama do interventor de Pernambuco comunicando a instalação
da Caixa de Crédito Mobiliário Cooperativo de Estado e solici-
tando a este Instituto que faça depósito da mesma;

c) cópia do acórdão do Conselho Nacional do Trabalho C-1.557-
938, proferido nos autos do processo 2.427-38 ref. ao crédito de
500.000\$000 para criação de serviços de ambulatório nos Estados,
pela verba "despesas administrativas";

d) Doc. prot. 75.174 — requerimento de Alberto Marseli pe-
dindo inscrição como contribuinte deste Instituto.

PROCESSOS JULGADOS

Pelo conselheiro Fausto Werneck Correia e Castro:

Processo 71.494 — Pensão — Avelina dos Martires. — Deferi-
da a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo 71.050 — Pensão — Ermelinda da Silva Muniz. — De-
ferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo 60.498 — Pensão — Ana Maria Asseburg. — Deferida a
pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo 71.501 — Aposentadoria — Antônio Paraíba Galvão. —
Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Processo 44.390 — Aposentadoria — Horácio Francisco Coelho.
— Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do rela-
tor.

Processo 50.868 — Assistência médica especializada — Fran-
cisco Pinto da Silva. — Deferida a pretensão do interessado, na
forma do parecer do relator.

Processo 75.444 — Diferença de vencimentos e indenização de
férias — Julião F. Wanderley Lins. — Aprovada a diligência solici-
tada pelo relator.

Pelo conselheiro Antônio Rodrigues Brandão:

Processo 57.608 — Aposentadoria — Gastão Assouvil de Araujo
— Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo 57.852 — Aposentadoria — Francisco Maurício Dias
Leitão. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer
do relator.

Processo 65.180 — Aposentadoria — Silvito Augusto Pereira.
— Deferida a pretensão do interessado, na formado parecer do rela-
tor.

Processo 68.830 — Aposentadoria — José Fernandes de Olivei-
ra. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do
relator.

Processo 60.909 — Pedro Ferreira de Amorim. — Deferida a
pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Processo 68.342 — Pensão — Benedita Plácido Gomes. — Apro-
vada a diligência solicitada pelo relator.

Processo 64.831 — Dívida Ativa — Empresa Aurora de Arau-
jo Cunha — Mantida a decisão anterior.

Processo 66.863 — Seguros dos Associados do I. A. P. M. — Companhia Brasileira de Frutas — Deverá ser cumprido os dispositivos do Decreto Lei n. 65, a respeito.

Processo 73.925 — Exclusão de contribuinte — Antônio Vieira da Silva. — Encaminhado ao Conselho Nacional do Trabalho, na forma do parecer do relator.

Pelo conselheiro Pedro Cibrão:

Processo 66.374 — Pensão — Lucília Paiva Alves. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo 61.384 — Pensão — Jacilda Viana de Lima. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo 40.150 — Aposentadoria — Angélica Maria Gomes. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

Processo 72.732 — Restituição — Alcides Silveira Paim. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo 71.622 A. T. — Sinistro 253 — João Rodrigues da Silva. — Aprovado o pagamento da diferença de indenização e determinada a diligência solicitada.

Processo 66.161 — Pagamento de funeral — José Canuto Ferreira Cesar. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo 22.213 — Inscrição — Manuel da Silva Lima. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Pelo conselheiro Alcides José Dantas:

Processo 59.535 — Aposentadoria — Otávio Moreira da Silva. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Processo 75.573 — Aposentadoria — João Antônio Pereira. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Processo 68.871 — Recurso S.271-78 do C. N. T. — Manuel Sade Reis. — Devolvido ao Conselho Nacional do Trabalho devidamente instruído.

Processo 56.250 — Aposentadoria — Artur José da Silva — Recurso ao C. N. T. — Determinado o encaminhamento do referido recurso àquele Egrégio Conselho.

Processos:

N. 46.583 — Pensão. — Indeferida a pretensão de D. Paulina Labre e concedida a pensão a D. Filomena Pita Barbosa e a Conceição Pita, na forma do parecer do relator.

N. 61.570 — Pensão — Rosendo de Oliveira (Tutor). — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 54.463 — Pensão — Doralice de Souza Melo. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 73.078 — Pensão — Maria Amélia da Cruz. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. 71.685 — Pensão — Noêmia de Menezes Almeida Carneiro. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Pelo Conselho Aldemir Ealtrão:

Processos:

N. 61.914 — Pensão — Ana Martins. — Deferida a pretensão da interessada, devendo, entretanto, ser observado o determinado no parecer do relator.

N. 71.253 — Pensão — Margarida Spencer Medeiros. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. 65.002 — Pensão — Rosa Carnavan Tonessen. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. 69.001 — Pensão — Charlotte Margaret Templar. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. 28.843 — Pensão — Raimunda Felipe dos Santos. — Deferida a pretensão da interessada na forma do parecer do relator.

N. 57.925 — Aposentadoria — João Tomaz de Cantuária — Recorre para o Conselho Nacional do Trabalho, de acordo com o determinado na resolução anterior.

N. 61.671 — Aposentadoria — João Neves de Azevedo. — Deferida a pretensão do interessado, devendo, entretanto, ser observado o determinado no parecer do relator.

N. 72.494 — Pagamento de despesas médicas — Henrique Hansen. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

N. 76.211 — Aplicações especializadas — Américo Rodrigues da Silva. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Pelo Conselho Alvaro Dias da Rocha:

Processos:

N. 54.925 — Aposentadoria — Aduardo Ferreira Leite. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 58.366 — Aposentadoria — Antônio dos Santos. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 58.061 — Aposentadoria — Alfredo Antônio dos Santos. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 14.435 — Aposentadoria — Alcides Perira Soares. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 67.059 — Pensão — Jesuina, Caetano de Vasconcelos Santos. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. C.P.651-9 — Compra de terreno e construção de prédio classe C — Eduardo Figueiredo. — Deferida a pretensão do interessado, devendo, entretanto, ser observado o determinado no parecer do relator.

N. 75.340 — Radiografia superficial — Cássio Tamborindeguy. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 67.804 — Reembolso — Oscar Chaves. — Indeferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 67.966 — Relatório da Delegacia de Aracajú. — Determinado o arquivamento do processo, em vista da informação do Sr. Superintendente.

N. 37.908 — Pedido de verba — (Liquidação de despesas com tratamento Hospitalar do associado Manuel Santos Dantas). — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

N. C.E. 545-2.447 — Reforma — Carlos de Menezes Azêdo. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 66.026 — Denúncia — Vitor de Campos Belo. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 68.922 — Conta médica — Santino Mercoli. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Pelo Conselheiro Artur Padovani:

N. 71.100 — Pensão — Osvaldo Pereira de Carvalho. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. 54.749 — Pensão — Leontina da Silva Mendonça. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.

N. 76.162 — Ondas curtas — Raimonde Denise. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 75.893 — Ondas curtas — Luiz Remígio de Castro Filgueiras. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 67.516 — Conta médica — Albredo da Silva Lenziotti. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

N. 76.160 — Leopoldo Raimundo Gomes. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 65.611 — Internação — Manuel do Nascimento. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

Pelo Conselheiro Gabriel Pereira de Sousa:

Processos:

N. 75.521 — Aplicação de ondas curtas — Artur Tomé. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 73.204 — Pagamento de conta médica — Honório Pinheiro. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 71.914 — Conta médica — Oscar Santos Dias. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

N. 76.210 — Aplicações de ondas curtas. — Augusto Luiz Dias. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

N. 66.778 — Pagamento conta médica — Sebastião Batista do Andrade. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator. — Maria Zeny Neves, secretária do Conselho. — Homero Mesquita, presidente interino.

ATA DA 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 1938, às 14 horas, na sala respectiva da sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, presente o número regimental de conselheiros, realizou-se a 36ª sessão extraordinária do Conselho Administrativo, sob a presidência do presidente interino, Sr. Homero Mesquita.

EXPEDIENTE DO DIA

a) Telegrama de Sua Excelência o Sr. Ministro do Trabalho agradecendo a comunicação do Conselho Administrativo relativa à primeira concessão de empréstimo a associado deste Instituto, para construção de casa e congratulando-se por esse ato.

PROCESSOS JULGADOS

Pelo conselheiro Gabriel Pereira de Souza:

Proc. 68.832 — Aposentadoria — Manuel José Marcelino de Andrade. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Proc. 67.452 — Pensão — Florinda de Souza Fontes. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Proc. 66.715 — Pensão — Esmeraldina, Waldecir e Aliet de Carvalho Gonçalves. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Proc. 75.238 — Aplicações de radiografia superficial — Delfim de Souza Pais. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Proc. 75.817 — Aplicações de ondas curtas — José Pedro de Lima. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Proc. 76.399 — Aplicações de raios ultra-violeta — José Crua Branco. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Proc. 71.984 — Despesas de hospitalização e intervenção — Artur Teixeira Basto. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

Proc. 76.397 — Aplicações de diatermia coagulação — Rubens Alves da Silva. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Pelo conselheiro Alvaro Dias da Rocha:

Proc. 73.105 — Pensão — Osvaldina do Nascimento Almeida. — Deferida a pretensão da interessada, na forma do parecer do relator.
Proc. 60.940 — Pensão — Reginalda Mauro. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Pelo conselheiro Aldemar Beltrão:

Proc. 74.998 — (Recurso C. N. T. 3.123) — Aposentadoria — (Início de pagamento). — Determinado o encaminhamento do recurso ao Conselho Nacional do Trabalho.

Proc. 74.169 — (Recurso C. N. T. 3.111) — Aposentadoria — (Início de pagamento). — Determinado o encaminhamento do recurso ao Conselho Nacional do Trabalho.

Proc. 13.051 — Pensão — Cancelamento de pensão — Maria de Oliveira Alves. — Deferido o cancelamento do referido benefício, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 18 do decreto n. 22.872.

Proc. 75.655 — Ondas curtas — Rôualdo Pereira Fogos. — Deferida a pretensão do interessado na forma do parecer do relator.

Proc. 68.166 — Pagamento conta médica — Bruno Bangel. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Proc. 76.312 — Ondas curtas — Antônio de Oliveira Santos. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Proc. 75.524 — Raios ultra-violeta — Antônio Moreira Reis. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Pelo conselheiro Antônio Rodrigues Brandão:

Proc. 66.502 — Aposentadoria — Crisóstomo Filipe. — Concedida a aposentadoria, na forma do parecer do relator.

Proc. 45.429 — Contagem de tempo de serviço e revisão no cálculo da Aposentadoria — Francisco de Melo Prudente. — Autorizado o pagamento ao interessado da quantia de 1:452\$600, quantidade resultante da diferença do benefício de 18/1/37, até o presente mês.

Proc. sem número — Proposta orçamentária para 1939. — Aprovada, nos termos do parecer da comissão de orçamento, exarado na "proposta orçamentária para 1939" na forma do parecer do relator.

Proc. sem número — Alterações no quadro do Pessoal para 1939. — Aprovada, nos termos do parecer da comissão de orçamento, exarada na proposta orçamentária para 1939.

Proc. 75.653 — Diatermia — Franklin Francisco Fraga. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Proc. 75.522 — Ondas curtas — João Albertino Rodrigues. — Deferida a pretensão do interessado, na forma do parecer do relator.

Pelo conselheiro Alcides José Dantas:

Proc. 67.588 — Aposentadoria — Manuel Luiz dos Santos. — Aprovada a diligência solicitada pelo relator.

Proc. 46.291 — Aposentadoria (Recurso s/início do pagamento) — Eduardo da Silva. — Adotando as razões expostas no parecer do relator, foi determinado o arquivamento do presente processo.

Proc. 75.874 — Serviço de Dívida Ativa — Peixoto & Cia. (Estado de Alagoas). — Que se multe a empresa em 10 % sobre o total do débito apurado até o presente momento (2:194\$400), inscrevendo-se o mesmo e procedendo-se a seguir, como manda a lei; que o devedor não volte à presença deste Conselho a não ser em grau de recurso para o Egrégio Conselho Nacional do Trabalho, depositando Althoff. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

Proc. 54.885 — Liquidação despesas de internação — Francisco Althoff. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator.

Proc. 61.596 — Liquidação despesas tratamento especializado — Manuel Pinheiro Guedes. — Autorizado o pagamento, na forma do parecer do relator. — Maria Zeny Neves, secretária do Conselho. — Homero Mesquita, presidente, interino.

Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização

EXPEDIENTE DO SR. SECRETÁRIO GERAL

Dia 29 de outubro de 1938

Offícios:

Ao Sr. diretor gerente da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros:

S. G. n. 1.936 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência n. 3.812, de 12 de setembro último, relativa à lesão sofrida pelo operário Enéas Paulino de Sousa, empregado de João Basler, estabelecido no Rio Grande do Sul, deverá ser feito com o n. 34 (trinta e um) e o índice 4 (quatro).

Dia 1 de novembro de 1938

Ao Sr. inspetor de Seguros da 2ª Circunscrição:

S. G. n. 1.356 — Comunicando que deve ser notificada a Companhia Seguradora Indústria e Comércio sobre a ilegalidade da decisão da assembléia geral ordinária de 8 de abril de 1937, aumentando vencimentos de diretores e fiscais, visto que a remuneração fixada pelos atuais estatutos (arts. 12, 22 e 39), só poderá ser alterado em virtude de resolução da assembléia geral extraordinária, convocada para tal fim, e portanto não ser executada, bem como que as alterações de estatutos deliberada pela assembléia geral extraordinária, realizada a 20 de outubro de 1937 ainda não estão aprovadas pelo Governo consequentemente não podem também ser postas em prática, nos termos do art. 12 do vigente regulamento de seguros de acidentes.

Ao Sr. presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo:

S. G. n. 1.357 — Comunicando em resposta ao ofício n. 9.332, de 13 de outubro último, que a regulamentação vigente é a aprovada pelo Decreto n. 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, publicada no Diário Oficial de 14 do mesmo mês, com retificação no de 20, e que este Departamento não fornece publicação e folhetos.

Dia 3

Ao Sr. inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição:

S. G. n. 1.359 — Confirmando o telegrama n. 145, de 3 de novembro de 1938.

Ao Sr. diretor-gerente da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros:

S. G. n. 1.366 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência 4.117, de 29 de setembro último, relativa à lesão sofrida pelo operário Firmino Regis Lopes, empregado da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira deverá ser feito com o n. 82 (oitenta e dois) e o índice 24 (vinte e quatro).

Dia 4

Ao Sr. inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição:

S. G. n. 1.360 — Confirmando o telegrama 146, de 4 de novembro de 1938.

Ao Sr. diretor-gerente da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros:

S. G. n. 1.370 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência 4.199, de 4 de outubro próximo findo, relativa à lesão sofrida pelo operário Armando Prot, empregado nos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros, no Estado do Rio Grande do Sul, deverá ser feito com o n. 240 (duzentos e quarenta) e o índice 7 (sete).

Ao Sr. inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição:

S. G. n. 1.371 — Confirmando o telegrama n. 147, de 4 de novembro de 1938.

Dia 5

Ao Sr. diretor-gerente da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros:

S. G. n. 1.372 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência 4.281, de 10 de outubro último, relativa à lesão sofrida pelo operário José Domingos dos Santos, empregado da Companhia Carióca Industrial, deverá ser feita com o n. 256 (duzentos cinquenta e seis) e o índice 5 (cinco).

Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários:

S. G. n. 1.373 — Confirmando o telegrama n. 148, de 5 de novembro de 1938.

Ao Sr. inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição:

S. G. n. 1.374 — Confirmando o telegrama n. 149, de 5 de novembro de 1938.

S. G. n. 1.375 — Confirmando o telegrama n. 150, de 5 de novembro de 1938.

S. G. n. 1.377 — Confirmando o telegrama n. 151, de 5 de novembro de 1938.

Ao Sr. diretor-gerente da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros:

S. G. n. 1.376 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência 4.356, de 14 de outubro último, relativa à lesão sofrida pela operária Aurora Ribeiro, empregada da Cooperativa Sul-Riograndense de Banha Ltda., estabelecida nesse Estado, deverá ser feito com o n. 288 (duzentos oitenta e oito) e o índice 4 (quatro).

Dia 7

S. G. n. 1.381 — Solicitando informações se a anquilose do polegar acarreta imobilidade em extensão do mesmo dedo, ou quais os movimentos do polegar prejudicados.

Dia 9

S. G. n. 1.382 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência 3.788, de 9 de setembro último, relativa à lesão sofrida pelo operário Nelsi Rodrigues, empregado do Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros Ltda., do Rio Grande do Sul, deverá ser feito com o n. 286 (duzentos oitenta e seis) e o índice 4 (quatro).

Ao Sr. inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição:

S. G. n. 1.382 — Confirmando o telegrama n. 152, de 9 de novembro de 1938.

S. G. n. 1.384 — Confirmando o telegrama n. 153, de 9 de novembro de 1938.

Ao Sr. diretor-gerente da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros:

S. G. n. 1.385 — Comunicando que o cálculo do valor da indenização de que trata a consulta constante da petição referência n. 4.133, de 4 de outubro último, relativa à lesão sofrida pelo operário Antônio Palmini, empregado de Fick Irmãos, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, deve ser feito com o n. 22 (vinte e dois) da 1ª Divisão das Tabelas de Invalidez Permanente.

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição:
S. G. n. 1.386 — Confirmando o telegrama 154, de 9 de novembro de 1938.
S. G. n. 1.390 — Confirmando o telegrama 155, de 9 de novembro de 1938.
S. G. n. 1.391 — Confirmando o telegrama 156, de 16 de novembro de 1938.

Telegramas:

Traguros — Porto-Alegre — Rio Grande do Sul:

N. 141 — 29-10-938 — Referência pedido feito Segurança Industrial relativo consulta cálculo valor indenização lesão sofrida operário Antônio Detafano empregado de Irmãos Zanotto estabelecido nesse Estado comunico mesmo deve ser aplicado n. 106 índice 15.

N. 145 — 3-11-938 — Ordem diretor geral comunico portaria esta data e de acordo art. 85 regulamento aprovado Decreto número 23.567 8-12-933 foi suspenso 15 dias a partir de 9 outubro último servente Luiz Bueno e bem assim indeferido pedido licença tratamento interesse.

N. 146 — 4-11-938 — Referência pedido feito pela Segurança Industrial relativo consulta cálculo valor indenização lesão sofrida operário Armando Port empregado Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros estabelecido nesse Estado comunico mesmo deve ser feito número 240 índice 7.

N. 147 — 4-11-938 — Afim poder responder consulta vosso ofício 516 solicito ordem diretor geral informo qual lesão permanente dedos indicador e médio acidentes anteriores e no último acidente quais movimentos prejudicados permanentemente e que grão.

— Presidente Caixa de Aposentadoria Pensões Ferroviários — Fortaleza — Ceará:

N. 148 — 5-11-938 — Resposta vosso telegrama 103 informo ordem diretor geral Companhia Italo-Brasileira está autorizada operar seguros vida fogo e que tem aprovados planos seguros temporários a capital decrescente com quais poderá fazer seguros vida adquirentes casas carteira prediais institutos pensões aposentadorias se tais planos satisfizerem condições desejadas.

Traguros — Porto-Alegre — Rio Grande do Sul:

N. 149 — 5-11-938 — Resposta vosso ofício 561 comunico ordem diretor geral cálculo indenização deve ser feito número 285 índice 5.

N. 150 — 5-11-938 — Resposta vosso ofício 517 comunico ordem diretor geral cálculo indenização deve ser feito número lesão 294 índice 6.

N. 151 — 5-11-938 — Tendo Segurança Industrial feito consulta sobre lesão sofrida operária Aurora Ribeiro empregada Cooperativa Sul-Riograndense de Banha Ltda., comunico ordem diretor geral cálculo de indenização deverá ser feito número lesão 288 índice 4.

N. 152 — 9-11-938 — Referência pedido feito Segurança Industrial relativo consulta cálculo valor indenização lesão sofrida operário Nelsi Rodrigues empregado de Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros Ltda. estabelecidos nesse Estado comunico mesmo deve ser aplicado n. 286 índice 4.

N. 153 — 9-11-938 — Tendo Segurança Industrial feito consulta lesão sofrida operário pedreiro Antônio Palmini empregado Fick Irmãos de Porto-Alegre comunico ordem diretor geral cálculo indenização deverá ser feito n. 22 1ª Divisão Tabelas Invalidez Permanente.

N. 154 — 9-11-938 — Ordem diretor geral solicito informais urgente se fiscal Djalma Castilho Maia teve ponto integral meses setembro outubro e se recebeu Delegacia Fiscal esse Estado algum vencimento.

N. 155 — 16-11-938 — Resposta vosso 88 comunico ordem diretor geral cálculo indenização deverá ser feito número 124 índice 6.

N. 156 — 16-11-938 — Resposta vosso 85 comunico ordem diretor geral cálculo indenização deverá ser feito número lesão 288 índice 3.

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Serviço do Pessoal

Termo aditivo ao contrato celebrado, em dezanove de setembro de mil novecentos e trinta e oito, entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Sr. Alfredo Serra, para o desempenho da função de assistente-técnico de terceira classe da Imprensa Nacional, quadro III do mesmo Ministério.

Aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e oito, no Serviço do Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, perante o respectivo diretor, Dr. Luiz Augusto de Drummond Alves, compareceu o engenheiro electricista, Sr. Alfredo Serra, brasileiro, casado, natural do Distrito Federal, nascido a vinte e oito de fevereiro de mil oitocentos e noventa e dois, residente à rua Eduardo Ramos número vinte e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, que ele elege para o seu foro, o qual declarou que aceita o

cargo de assistente-técnico de terceira classe, do quadro III deste Ministério, de acordo com as cláusulas do contrato celebrado entre ele e o dito Ministério, em dezanove de setembro último, modificadas as suas cláusulas Segunda e Quarta, que ficam redigidas da seguinte forma: Segunda — Pelo desempenho desses serviços, perceberá o referido senhor a importância anual de dezoito contos de réis... (1:800\$000), a qual lhe será paga, mensalmente, na razão de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000), em moeda nacional, correndo a respectiva despesa por conta da verba deste Ministério, sob número um — Pessoal — Consignação dois — Pessoal extranumerário — Subconsignação onze — Imprensa Nacional — do orçamento para mil novecentos e trinta e oito, em cujo crédito foi empenhada a despesa de três contos de réis (3:000\$000), para pagamento da remuneração, a que se refere esta cláusula, da data da vigência do presente contrato, até trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta e oito. Quarta — O prazo de duração do presente contrato será contado da data em que entrar em vigor e terminará em trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta e oito. E, par estarem assim acordes, lavrou-se este termo aditivo, que vai assinado pelo senhor doutor Luiz Augusto de Drummond Alves, diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pelo contratante e pelas testemunhas. (Sobre três estampilhas, sendo uma de dez mil réis, uma de seiscentos réis e uma de 200 réis e um selo de Educação, num total de onze mil réis) — lia-se: Rio, de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — *Luiz Augusto de Drummond Alves.* — *Alfredo Serra.* — *Manoel Isidoro Vieira.* — *Ismael Cruvello Cavalcanti.* (As estampilhas estavam devidamente inutilizadas, bem como o selo de educação).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Departamento de Administração Geral

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Termo aditivo ao contrato em vigor entre o Governo Federal e a firma Dahne, Conceição & Comp., para execução das obras de adução do Ribeirão das Lages, mediante arrendamento e concessão dos respectivos serviços pelo prazo de vinte e cinco anos, na conformidade do decreto número vinte e quatro mil setecentos e trinta e três, de quatorze de julho de mil novecentos e trinta e quatro.

Aos nove dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e oito, presente na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde o respectivo Ministro, doutor Gustavo Capanema, por parte do Governo Federal, compareceram a firma Dahne, Conceição & Comp., com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, representada pelo seu diretor-gerente, doutor Frederico Dahne, e a "Adutora Ribeirão das Lages Sociedade Anônima", com sede nesta Capital, constituída pela citada firma Dahne, Conceição & Comp., e outros, representada pela sua diretoria composta do doutor Frederico Dahne, diretor-presidente; doutor Laury Antunes Conceição, diretor técnico; e doutor Vasco de Melo Feijó, diretor-secretário, e declararam que assinavam o presente termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal e Dahne, Conceição & Comp., em quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis, registado pelo Tribunal de Contas em sessão de cinco de outubro do mesmo ano, em virtude do decreto legislativo número vinte, de vinte e nove de setembro do mesmo ano, para execução das obras de adução do Ribeirão das Lages, mediante arrendamento e concessão dos respectivos serviços pelo prazo de vinte e cinco anos, na conformidade do decreto número vinte e quatro mil setecentos e trinta e três, de quatorze de julho de mil novecentos e trinta e quatro, sob as seguintes condições:

Primeira — A firma Dahne, Conceição & Comp., com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, usando do direito que lhe confere a cláusula vigésima do contrato celebrado em quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis, com o Governo Federal, para execução das obras de adução do Ribeirão das Lages e respectiva exploração, transfere o mesmo contrato à "Adutora Ribeirão das Lages, Sociedade Anônima", passando dora avante, à referida sociedade, todos os direitos e obrigações que lhe são atribuídos em virtude do contrato.

Segunda — A "Adutora Ribeirão das Lages Sociedade Anônima", com sede nesta Capital, constituída pela firma Dahne, Conceição & Companhia e outros, conforme escritura lavrada no cartório do décimo primeiro ofício da Capital Federal, em dezessete de janeiro de mil novecentos e trinta e oito, declara aceitar a transferência a que se refere a cláusula anterior, submetendo-se a todas as condições do contrato, fazendo suas todas as obrigações assumidas pela firma Dahne, Conceição & Comp., e, bem assim, reconhecendo como seus, só e unicamente, os direitos assegurados à mesma no termo assinado em quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis com o Governo Federal.

Terceira — Continuará em vigor o depósito de três mil quatrocentos e oitenta e quatro contos, cento e setenta e sete mil e quinhentos réis (3.484:177\$500), feito em virtude do estabelecido na cláusula terceira do contrato ora transferido, por parte da firma Dahne, Conceição & Comp., para garantia da execução dos serviços, podendo ser autorizado, a juízo do Governo Federal, o levantamento do depósito em apreço pela "Adutora Ribeirão das Lages Sociedade Anônima", uma vez provado que foram executadas obras no valor do dobro do

depósito, ou que existem em "stock" materiais a serem aplicados nas mesmas obras e que representem igualmente o dobro da quantia depositada, prevalecendo para o fim do levantamento, num e noutro caso, as obras já executadas ou os materiais já adquiridos pela primeira concessionária.

Quarta — A presente transferência de contrato foi aprovada pelo excellentíssimo senhor Presidente da República, conforme autorização constante do processo fichado no Ministério da Educação e Saúde sob número sete mil duzentos e oitenta e seis, de mil novecentos e trinta e oito, no seguinte teor: "Número 2.040 — Gabinete — Exmo. Senhor Presidente da República — A firma Dahne, Conceição & Comp., concessionária das obras de adução do Ribeirão das Lages e respectiva exploração, conforme contrato de 15 de junho de 1936, aprovado pelo decreto legislativo n. 20, de 29 de setembro do mesmo ano, declara, no requerimento de folhas, que no uso da autorização contida na cláusula 21ª, do referido contrato incorporou a Sociedade Anônima "Aduutora Ribeirão das Lages", transferindo-lhe a dita concessão e, bem assim, o contrato de financiamento de crédito realizado com o Banco do Brasil e o de fornecimento dos materiais para a execução das obras. Juntando as escrituras públicas de constituição daquela sociedade anônima, solicitou o Sr. Ministro da Educação o encaminhamento do processo a V. Ex., para o fim de ser aprovada a transferência do contrato e concessão. O Ministério da Educação emitiu parecer favorável à transferência do contrato, vindo depois o processo, por determinação de V. Ex., a este Gabinete. Informa o Banco do Brasil que a organização da sociedade anônima é uma consequência da escritura de crédito de 6 de agosto de 1937 (crédito de 78.000:000\$ aberto pelo Banco à firma Dahne, Conceição & Comp.) e acrescenta que o cumprimento dessa obrigação contratual é de grande importância para o Banco porque, como reforço das garantias já existentes,

receberá, ainda, da firma — em caução — ações a ela pertencentes, correspondentes a 80 % do capital. Em face das razões apresentadas pelo referido Banco, este Ministério nada tem a opor ao deferimento do pedido de transferência do contrato. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1938. — A. de Souza Costa. Deferido na forma dos pareceres. Em. 19-10-938. — G. Vargas".

Quinta — O presente termo só entrará em vigor depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma, no caso de haver recusa de registro por parte daquele instituto. E, por estarem acordes, lavrou-se o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo doutor Gustavo Capanema, Ministro de Estado da Educação e Saúde, por parte do Governo Federal, pela firma Dahne, Conceição & Comp., representada pelo seu diretor-gerente, doutor Frederico Dahne, pela "Aduutora Ribeirão das Lages, Sociedade Anônima", representada pela sua diretoria composta do doutor Frederico Dahne, diretor-presidente; doutor Laury Antunes Conceição, diretor-técnico; e doutor Vasco de Melo Feijó, diretor-secretário, pelas testemunhas abaixo e por mim, Isnard Garcia de Freitas, oficial administrativo da classe H, com exercício no Serviço de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde, que o lavrei. Sobre estampilhas federais no valor de trinta e cinco mil réis (35\$000) e mais o selo de educação e saúde, lia-se o seguinte: Gustavo Capanema — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938. Mais abaixo, as seguintes assinaturas: Dahne, Conceição & Comp. — Frederico Dahne. — Laury Antunes Conceição. — Vasco de Melo Feijó. Testemunhas: Luiz Arlindo Tavares de Lyra e Cecília Robbe de Almeida. — Isnard Garcia de Freitas. 1ª Seção do Serviço de Contabilidade, em 11 de novembro de 1938. Confere. — Isnard Freitas, oficial administrativo, classe H. Visto. — Affonso Costa, diretor de seção.

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA CIVIL

Boletim Diário da Divisão de Meteorologia — Sub-Divisão de Meteorologia Aplicada

RIO DE JANEIRO — E. U. DO BRASIL — EM 13 DE NOVEMBRO DE 1938

Previsões para o período das 18 horas de hoje às 18 horas de amanhã

Distrito Federal e Niterói — Tempo: Perturbado com chuvas. Temperatura: Noite fresca e estável de dia. Ventos: De sul a léste, sujeitos a rajadas bastante frescas.

Estado do Rio de Janeiro — Tempo: Perturbado com chuvas. Temperatura: Noite fresca e estável de dia.

Estados do sul — Tempo: Perturbado com chuvas até Paraná, e bom, com nebulosidade forte, nos demais Estados. Temperatura: Estável. Ventos: Predominarão os do quadrante sul, com rajadas bastante frescas em S. Paulo.

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de ontem

Estações	Vento		Pressão em Mb.	Temperatura do ar	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu encoberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido das 9 horas de ontem	(W)
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas									
(DD)	(F)	(PPP)	(TT)	(U)	(CL)	(CM)	(CH)	(N)	(WW)	(V)	(E ou S)	(T.T.)	(T.T.)	(RR)			
Manaus.....	C	0	1012.0	26	85	0	Ac	Cs	4	B	6	U'mido	30	26	0	V	
Bom Vista do Rio Branco (X).....	NE	2	10.8	23	75	St	0	0	4	B	7	Sêco	33	20	0	V	
São Gabriel do Rio Negro (X).....	C	0	11.4	23	92	Cu	0	0	4	N	7	Sêco	—	19	0	E	
Belem.....	E	4	10.2	30	45	0	As	0	3	B	6	Sêco	33	26	0	B	
Clevelandia.....	NE	1	11.0	25	92	Cu-sc	0	0	0	N	6	Calmo	32	24	0	B	
Sourê.....	C	0	10.6	23	75	0	Ac	0	2	B	5	Calmo	37	25	0	B	
São Luiz.....	S	6	—	29	75	—	—	—	—	B	5	Calmo	32	22	0	B	
Barra do Corda.....	SE	2	10.4	28	55	0	Ac	0	5	N	5	Sêco	26	24	0	Chvs	
Carolina.....	C	0	9.9	25	85	0	U	Cs	8	E	3	Sêco	33	23	0	VR	
Caxias.....																	
Grajaú.....																	
Impe ariz (X).....	C	0	10.2	29	65	Cb	0	0	1	N	7	Sêco	38	24	0	Chvs.	
Teresina.....	E	3	13.1	48	75	St	0	0	5	Civs.	8	Sêco	32	23	0	Chvs.	
Fortaleza (Porangaba).....	SE	2	12.3	40	42	St	Ac	0	5	N	6	U'mido	26	17	2	Chuva	
Guaramiranga.....	SE	1	10.3	30	65	Cu	0	0	4	N	6	Sêco	37	24	0	B	
Iguatu.....	SE	1	—	27	75	Cb	Ac	0	4	B	9	U'mido	35	23	0	V	
Quixadá.....	E	3	11.6	27	55	Cu	0	0	5	N	7	Sêco	35	25	0	B	
Quixeramobim.....	C	0	11.1	29	55	Cu	0	0	4	N	7	Sêco	34	23	0	V	
Sobral.....	SE	3	—	28	65	Cu-sc	Ac	0	5	N	6	Agiado	30	25	0.5	Chuva	
Natal.....	E	2	12.2	24	65	Cu-sc	U	0	4	B	7	U'mido	31	23	0	Chvs.	
João Pessoa.....	NE	3	12.0	23	75	Cb	0	0	5	N	7	Sêco	30	20	0	Chvs.	
Aracá.....	SE	3	12.0	24	75	Cu-sc	Ac	0	6	N	6	Agiado	32	20	0.3	Chvs.	
Campina Grande.....	SE	3	12.0	24	75	Cu-sc	Ac	0	5	N	7	Sêco	30	25	0	V	
Recife Olinda.....	SE	3	13.0	28	65	Cu	Ac	0	5	N	6	Agiado	30	24	0	V	
Fernando de Noronha.....	SE	2	12.2	23	65	Cu	0	0	5	N	6	Sêco	29	16	0.3	Chuva	
Garanhuns.....	E	2	—	24	65	Cu	0	0	8	N	8	U'mido	30	21	0	V	
Nazare.....	SE	2	12.2	23	65	Cb	0	0	5	N	6	Sêco	33	22	0	Chuva	
Pesqueira.....	NE	3	12.2	25	65	Cu	0	0	4	B	8	U'mido	30	20	0	V	
Maceio.....	E	2	12.0	29	65	Cu	0	0	5	N	7	Sêco	32	22	0	V	
Arua Branca.....	SE	2	—	24	75	Cu	0	7	4	B	8	P. agit.	—	—	0	Chuva	
Coratipe.....	NE	3	10.0	24	65	Cu	0	0	5	N	8	Sêco	35	20	0	V	
Pão de Açúcar.....	SE	2	11.9	29	65	St	0	0	4	N	7	Sêco	32	21	0	B	
Pilar.....	NE	3	12.3	28	75	Cb-sc	Ac	0	5	N	8	Sêco	29	19	0	V	
Atacama.....	NE	3	12.3	23	75	0	Ac	0	4	B	8	Sêco	29	24	0	B	
Truquia.....	SE	4	11.0	30	—	Cb-sc	U	0	6	N	6	—	35	—	0	B	

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de ontem

Estações

Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura		Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido às 9 horas de ontem
	Direção	Força				Altas	Médias	Baixas				(T.T.)	(T.T.)		
	(DD)	(F)	(PPP)	(TT)	(U)	(Cl)	(Cm)	(Ch)	(N)	(ww)	(V)	(E ou S)	(T.T.)	(RR)	(W)
Três Lagoas.....	SE	2	11.4	24	75	St	0	0	3	B	6	U'mido	26	0	B
Utiarati.....	C	0	11.7	23	92	0	Ac	0	7	E	4	P. agit.	29	28	Chuva
Vitória.....	NW	2	13.9	22	85	Nb	0	0	8	E	3	Calmo	20	17	Chuva
Conceição da Barra.....	SW	1	12.7	21	98	Nb	0	0	8	E	7	Ench.	24	31	Chuva
Cachoeiro de Itapemirim.....	N	0	14.0	20	92	St	Ac-as	0	8	N	7	Tranq.	21	21	Chuva
Rio de Janeiro.....	NC	2	14.0	20	92	Sc	Ac	0	5	N	6	P. agit.	22	0.1	E
Angra dos Reis.....	S	0	13.8	21	85	St	As	Cs	5	N	6	—	22	0	Chuva
Cabo Frio.....	CS	0	13.6	22	85	Nb	0	0	8	A	9	Ench.	22	4	V
Campos.....	CS	0	12.0	19	85	Nb	0	0	8	E	5	Ench.	21	0.4	Chuva
Friburgo.....	CS	0	12.7	20	92	Cb	Ac-as	0	8	A	5	P. agit.	22	0.1	E
Macaé.....	NE	1	12.7	21	75	Cu	Ac	0	6	N	8	U'mido	17	0.3	Chvs.
Petrópolis.....	NE	2	13.2	19	85	Nh	0	0	8	E	7	Ench.	18	0	Chuva
Sta. Maria Madalena.....	NE	0	13.0	20	85	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Teresópolis.....	NE	1	14.7	20	75	—	Ac-as	Cs	5	B	8	U'mido	25	2	Chvs.
Vassouras.....	NE	2	12.0	22	75	—	0	0	4	B	—	Ench.	21	0	Chuva
S. Paulo.....	NE	2	15.0	22	75	St	0	0	3	B	8	Sêco	28	0	E
Avaré.....	NE	0	13.1	22	75	Cu	0	0	5	N	7	Sêco	25	0	Chvs.
Campinas.....	NE	1	13.4	20	—	—	0	0	3	B	8	Sêco	25	0	Chvs.
Faxina.....	SE	1	11.5	22	—	—	0	0	6	N	—	Sêco	24	0.3	E
Iau.....	SE	1	10.8	23	85	Cu-sc	0	0	4	N	9	P. agit.	24	8	Chuva
Ribeirão Preto.....	S	2	13.8	22	—	St	0	0	5	N	7	U'mido	25	0.2	Chvs.
Santos.....	S	3	11.3	21	—	Cu	0	0	4	N	7	Tranq.	24	0	Chvs.
S. Carlos do Pinhal.....	SE	1	12.7	23	—	Cu-sc	0	0	5	B	7	Sêco	29	0	V
São Sebastião.....	SE	1	12.1	21	—	Cu	0	0	7	N	6	U'mido	23	0	V
Sorocaba.....	SE	2	13.6	21	98	St	0	0	8	N	7	Sêco	22	0	E
Taubaté.....	E	0	16.2	14	98	0	Ac	0	5	N	7	Sêco	23	0	E
Curitiba.....	E	0	16.1	14	98	0	0	0	6	N	6	Sêco	24	0	B
Castro.....	SW	2	19.1	17	98	Ac	0	0	4	N	8	Sêco	25	0	B
Guarapuava.....	SW	2	15.9	16	85	St	0	0	3	B	9	Sêco	27	0	V
Ivaí.....	SW	1	14.7	18	65	Cu	0	0	4	N	7	Sêco	25	0	V
Jaquariaíva.....	NW	3	15.0	22	55	Cu	0	0	4	N	7	Tranq.	25	0	E
Palmas.....	SW	2	14.7	17	75	Cu-sc	0	0	6	N	—	Sêco	25	0	E
Paranaguá.....	NW	1	14.7	15	86	St	0	0	8	N	9	Sêco	25	0.1	Chvs.
Ponta Grossa.....	E	0	16.7	15	93	0	Ac	0	4	N	7	Sêco	25	0	E
Rio Negro.....	E	0	15.0	21	75	Cu-sc	0	0	6	N	7	Sêco	25	0	E
Florianópolis.....	SW	2	15.2	19	55	0	Ac	0	4	N	7	Sêco	25	0	E
Araranguá.....	S	3	14.7	23	55	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Blumenau (X).....	SE	1	15.8	18	85	Cu	As	—	4	N	6	Sêco	17	0	V
Camboiú.....	N	1	16.2	19	75	0	As-as	0	8	E	8	Sêco	17	0	V
Campos Novos.....	SW	4	13.8	18	75	Cu	0	0	5	N	7	Tranq.	24	0	E
Laguna.....	N	2	13.8	18	75	St	0	0	8	E	7	Tranq.	25	0	E
Lages.....	N	2	15.5	21	85	—	0	0	8	E	7	Tranq.	25	0	E
São Francisco do Sul.....	C	0	15.5	21	85	—	0	0	8	E	7	Tranq.	25	0	E

Observações realizadas às 9 horas (12 horas T. C. G.) de ontem

Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido às 9 horas de ontem
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas							
	(DD)	(F)	(PPP)	(TT)	(U)	(CL)	(CM)	(CH)	(N)	(ww)	(V)	(E ou S)	(T ₁ T ₂) (T ₀ T _a)	(RR)	(W)
Urussanga.....	C	0	15.8	18	65	Sc	0	0	8	E	5	Sêco	26	0	E
Valões.....	NE	2	17.6	14	92	0	0	0	0	≡	5	Sêco	25	0	E
Xauaté.....	C	0	15.9	18	75	Cb-sc	0	0	0	LN	7	Sêco	24	0	B
Porto Alegre.....	S	2	17.2	16	75	0	Ac-25	0	6	N	7	Sêco	25	0	V
Alegrete.....	SSE	6	20.4	15	75	0	0	0	6	N	8	—	25	0	V
Bagé.....	SE	2	18.6	13	75	0	0	0	0	L	9	Sêco	24	0	B
Passo Fundo.....	S	1	—	13	85	0	0	0	0	L	9	Sêco	24	0	V
Rio Grande.....	SW	3	15.9	14	65	Cu	0	0	0	LB	7	Tranq.	22	0	V
Santa Maria.....	E	2	17.0	17	85	0	Ac-25	0	4	N	6	Sêco	26	0.2	V
Santa Vitória do Palmar.....	SW	4	16.3	13	65	Cu-sc	0	0	3	B	6	Sêco	20	0	V
São Luiz Gonzaga (X).....	SE	4	23.0	16	85	0	As	0	8	N	2	Sêco	27	0	B
Uruguaiana.....	SW	1	21.7	16	85	0	0	0	0	LN	6	—	—	—	E
Buenos Aires.....	WSW	2	20.7	15	65	Cu	0	0	6	N	8	—	—	—	B
Montevideo.....	SSW	1	16.8	11	85	—	0	—	—	≡	2	—	—	—	E
Santiago do Chile.....	SSE	1	17.4	18	92	St	0	0	8	Chvs.	3	—	—	0.2	E
Lima.....															
Assunção (X).....															

Observações — Área de céu encoberto: em decimos, sendo 0, totalmente limpo e 10 totalmente encoberto. Estado do tempo: B — Bom. N — Nublado. E — Encoberto; V Variável; Nevoeiro. C — Névoa seca. Chuva — Chuvas. Chvs. — Trovoadas com relâmpagos. R — Relampagos: J — Geada. Δ — Orvalho; Ventania; V — Granizo. h. s. halo solar. h. l. halo lunar. c. s. coroa solar. c. l. coroa lunar. Estado do mar ou do solo Estado do mar, estações costeiras. estado do solo, estações do interior. Os indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort. Nuvens: Ci — Cirrus. Cs — Cirrostratus. Cc — Cirrocumulus. Ac — Alfostratus; Sc — Stratocumulus. Ns — Nimbostratus. Cu — Cumulus. Fb — Fracionibus. Cb — Cumulonimbus. St — Stratus.

Nota — (X) Indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

Sinopse do tempo ocorrido no Distrito Federal, das 9 horas de ontem às 9 horas de hoje

O tempo decorreu bom com nebulosidade à tarde, instável à noite e ameaçador com chuvas após. A temperatura foi estável à noite e declinou de dia. As médias das temperaturas extremas observadas nos postos do Distrito Federal, foram: máxima 24,0 e mínima 19,8 e as temperaturas extremas registradas no Observatório Meteorológico da Avenida das Nações, foram: máxima 21,7 e mínima 19,0, respectivamente, às 0hs. e às 7 horas e 50 minutos. Os ventos predominaram de sul a leste frescos, por vezes.

Sinopse do tempo ocorrido em todo o País das 13 horas de ontem às 9 horas de hoje

Zona Centro — O tempo nas 24 horas decorreu em geral bom, salvo em Ilhéos e Caravellas, onde choveu. A's 9 horas, hoje, era bom uublado no litoral e encoberto no interior. Os ventos predominaram do quadrante leste.

Zona Norte — O tempo nas 24 horas decorreu instável com chuvas, salvo em M. Grosso onde foi bom. A's 9 horas, hoje, era ainda instável com chuvas esparsas, continuando bom em M. Grosso. Os ventos foram variáveis, com períodos de calma.

Zona Sul — O tempo na 24 horas decorreu instável com chuvas esparsas no litoral até S. Catarina e bom no Rio Grande do Sul. A's 9 horas, continuava instável ainda até S. Catarina e bom no Rio Grande do Sul. Os ventos foram variáveis, predominando os de sul a leste.

Nota — A presente sinopse foi elaborada com os dados da Rede Meteorológica recebidos até às 13 horas.

Descrição das Zonas — Zona Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía — Zona Centro: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal — Zona Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dados do Distrito Federal às 13 horas de hoje

Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação
Corcovado	—	—	—	Jardim Botânico	22.2	19.3	13.9	Taquara da Tijuca	21.8	15.0	—
Pão de Açúcar	19.9	17.3	—	Saenz Peña	23.4	18.6	22.8	Santa Cruz	25.9	21.3	14.6
Paqueta	24.4	17.0	14.4	Andaraí	—	—	—	Bangu	22.6	19.0	18.4
Ipanema	22.1	19.2	10.0	Observatório	21.7	19.0	—	Campo dos Afonsos	23.4	19.5	22.1

Nota — As temperaturas são lidas às 13 horas e a chuva às 9 horas

Sondagens aerológicas realizadas às 12 horas e 30 minutos (T. C. G.) de hontem

Altitude em metros sobre o nível médio do mar

Estações Aerológicas	Altitude em metros sobre o nível médio do mar										Altura máxima						
	200		500		1.000		1.500		2.000			3.000		4.000		5.000	
	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.		Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.
São Gabriel (X).....	SSE	10	SE	19	E	19	E	23	E	23	ENE	32	ENE	9	E	8	8.550 ms.
Manaus.....	E	22	ESE	19	ESE	23	SE	27	SE	27	ESE	42	ESE	—	—	—	3.650 ms.
Belém.....	ESE	15	S	3	ESE	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.000 ms.
São Luís (X).....	ESE	35	SE	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	800 ms.
Quixeramobim.....	SE	19	ESE	37	ESE	29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.050 ms.
Fernando de Noronha.....	ENE	16	ENE	19	ESE	45	SE	15	S	15	SSB	9	ENE	14	ENE	29	—
Natal.....	ENE	32	ENE	41	ENE	24	E	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió.....	ENE	10	NE	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	600 ms.
São Salvador.....	NW	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cuiabá (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goânia (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caravelas (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Viçoria (XX).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos.....	NW	6	NNE	7	ENE	19	ENE	19	NNE	19	NW	7	SE	9	W	18	4.950 ms.
Rio de Janeiro.....	NNE	7	S	7	WSW	11	WSW	4	NW	4	NW	18	WNW	14	—	—	5.300 ms.
Rio de Janeiro (15 horas T. C. G.).....	SSE	22	ESE	11	NNW	11	NNW	14	—	—	—	—	—	—	—	—	1.850 ms.
Santos.....	SSW	15	SSW	8	NW	9	NNW	10	NNW	10	24	—	—	—	—	—	2.250 ms.
Curitiba (XX).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Florianópolis.....	SSE	7	NE	7	WNW	14	W	32	W	32	36	—	—	—	—	—	2.400 ms.
Porto Alegre.....	S	16	S	10	WSW	13	WSW	32	—	—	—	—	—	—	—	—	1.600 ms.

Nota — (X) Indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

(X X) — Indica que não houve sondagem.

Previsões para o período das 18 horas de hoje às 18 horas de amanhã

Distrito Federal e Niterói — Tempo: Ameaçador com chuvas, devendo apresentar melhora de dia. Temperatura: Noite fresca e ligeira elevação de dia. Ventos: Do quadrante sul, sujeitos a rajadas frescas.

Estado do Rio de Janeiro — Tempo: Perturbado com chuvas. Temperatura: Estável.

Estados do Sul — Tempo: Perturbado com chuvas até Paraná, sobretudo no litoral e seria e bom nos demais Estados; muito nublado no litoral. Temperatura: Estável. Ventos: Em geral, de sul a leste, sujeitos a rajadas frescas.

Estações	Observações realizadas às 9 horas (12 horas T. G. G.) de ontem																		
	Ventos		Pressão Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu encoberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido 18 horas de ante-ontem	(W)		
	Direção	Força				(DD)	(F)	(PPP)										(TT)	(U)
Mãius.....	C		0	1013.9	28	85	Nb			8	Chuva	3	Ench.	33	23	42	Chuva		
Bóia Vista do R. Branco (X).....																			
S. Gabriel do R. Negro (X).....																			
Belém (X).....	C		0	11.4	25	92	Cu	As	As	4	N	7	Seco	33	20	0	B		
Clevelandia.....	NE		1	11.0	30	85	Cu	As	As	1	N	6	Seco	31	24	0	V		
Sourre.....	C		0	11.5	28	85	Cb-sc	0	Ac	6	N	4	Calmo	35	22	0	B		
Bairro do Corda.....	C		0	12.1	26	85	0			2	Chuva	5	Calmo	36	23	0	V		
Carolina.....					24														
Caxias (X).....																			
Graiaú.....	C		0	11.1	24	85		As					Seco	34	28	12	V		
Imperatriz (X).....																			
Terezina.....	C		0	11.2	29	65	Cu-sc			3	N	7	Seco	37	24	0			
Fortaleza (Purangaba).....	SE		2	12.6	20	65	Cu			4	N	8	Seco	32	18	0.2			
Guaramiranga.....	NE		2	10.7	29	55	Cu-sc			5	N	6	Seco	25	25	0			
Iguatu.....	SE		2		27	75	Cu			4	N	6	Seco	28	22	0			
Quixadá.....	NE		1	11.1	27	55	Cu	As		5	N	9	U'mido	35	25	0			
Quixeramobim.....	E		4	11.2	30	55	Cu			4	N	7	Seco	37	25	0			
Sobral.....	SE		2	11.2	29	65	Cu			4	N	6	Seco	30	24	0			
Natal.....	ESE		5	13.1	29	65	Cu			4	N	7	Seco	29	22	0			
João Pessoa.....	NE		2	11.9	29	65	Cu-sc			4	N	6	Seco	29	19	0			
Areia.....	SE		2	12.3	24	65	Cb			5	N	8	Seco	31	23	0			
Campina Grande.....	SE		3	11.5	25	65	Cu-sc			6	N	7	Agitado	28	24	0			
Recife (Olinda).....	NE		3	12.6	28	65	Cu	Ac		4	N	6	Seco	29	17	0			
Fernando de Noronha.....	SE		4	12.4	27	75	Cu			6	N	8	Seco	31	20	0			
Guahyuns.....										2	N	7	Seco	34	20	0			
Nazare.....				10.4	24	65	Cu			3	N	8	Seco	32	22	0			
Pesqueira.....	C		0	11.8	23	65	Cb			3	N	7	Seco	29	19	0			
Macelo.....	C		0	12.0	25	65	Cu			3	N	8	Seco	30	21	0			
Agua Branca.....	NE		3	12.8	29	65	Cu			3	N	7	Seco	35	21	0			
Coruripe.....	SE		3		23	75	Cu			5	N	6	Seco	31	22	0			
Pão de Açúcar.....	S		3	12.2	20	65	Cu-sc			0	N	7	Seco	29	17	0			
Pilar.....	NE		3	10.2	30	55				0	N	7	Seco	30	20	0			
Aracaju.....	NE		4	11.4	28	55	Cb-sc	Ac		4	N	6	Seco	31	22	0			
Propria.....	SE		4	12.3	26	93	St			4	N	6	Seco	29	17	0			
				10.8	26														

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de ontem																	
Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu encoberto	Estado de tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido às 9 horas de ontem	(W)
	Direção	Força				(PPP)	(TT)	(U)									
Bão Salvador	NW	2	12.4	26	85	Nb	0	0	8	A	6	U'mido Tranq.	26 34	23	6	E V	
Barra do Rio Grande	N	2	0.0	28	98	St	As	0	7	N	7			23	0	0	
Barreiras (X)	C	0	7.2	24	85	Nb	—	—	—	≡	5	U'mido Tranq.	29	19	0.4	Chuva	
Caselle	SW	3	12.3	22	92	Nb	0	0	8	A	5	Tranq. Sêco	25 30	21	22	Chuva	
Caravelas	NE	3	11.8	24	98	Cu	0	0	3	B	6		38	22	0	B V	
Ilheus	C	0	—	26	45	St	0	0	4	Chvs.	6	U'mido	33	13	9	B V	
Remauro	N	2	9.2	28	65	Cu	0	0	3	B	8	U'mido	24	16	0	B V	
Rio Branco	NW	1	11.0	23	65	Cu	0	0	4	N	7	U'mido	—	15	20	B	
Belo Horizonte	SE	2	10.9	22	85	Cb-sc	0	0	—		—		27	16	27	B	
Araxá	E	1	21.1	19	85	—	—	—	—		—						
Cambuquira																	
Caxambu (X)	C	0	11.3	18	92	—	Ac-as	0	8	E	3	U'mido Ench.	27	—	22	E	
Caratinga	SE	4	29.9	17	92	Cu-sc	0	0	8	A	4	U'mido	22	15	4	Chuva	
Fortaleza	S	2	11.3	22	85	St	0	0	8	B	4		30	20	63	Chuva	
Diamantina	C	0	7.3	26	92	St	0	0	5	N	9		31	22	27	Chvs.	
Januária	NNE	1	13.4	21	85	Cb	As	0	8	Chvs.	6	U'mido Ench.	27	17	0	Chvs.	
Juiz de Fora	NE	1	11.5	20	85	U	Ac-as	0	7	N	—		26	15	26	Chuva	
Lavras	C	0	8.9	24	85	Sc	0	0	4	N	—	U'mido	27	17	0	E	
Monte Alegre	NE	2	16.8	16	92	Cu	Ac	0	4	N	2	Sêco	25	16	0	E	
Montes Claros (X)																	
Muzambinho	NE	2	13.4	23	85	Nb	Ac-as	0	6	A	7	Sêco	23	18	0	Chvs.	
Ouro Fino (X)	NE	3	11.3	24	85	Cu	Ac	0	5	N	9	Onch.	26	19	0.5	Chvs.	
Paracatu	C	0	6.9	22	75	Cu	0	0	4	B	7	Sêco	25	15	0	V	
Pirapora	E	1	13.4	20	85	St	0	0	8	E	6	U'mido	23	17	0	E	
Poços de Caldas	NE	1	8.3	18	92	Cb-sc	0	0	8	Chvs.	7	Ench.	26	16	40	Chvs.	
Santos Dumont	NE	0	9.4	18	92	Cb	As	0	7	N	7	U'mido	27	17	27	Chuva	
S. João del Rei	C	0	11.9	23	85	Cu	0	0	8	E	4	U'mido	23	20	1	Chvs.	
S. Lourenço	E	1	7.8	25	75	Cu	0	0	4	N	—	Sêco	29	18	0	E	
Teófilo Otoni	C	0															
Viçosa (X)																	
Uberaba (X)																	
Ubatuba (X)																	
Colônia (X)	C	0	10.4	24	75	Cu	Ac	0	4	N	8	U'mido	24	18	0	V	
Catalão	SW	2	6.2	24	75	Cb-nb	Ac	0	6	N	8	U'mido	25	17	1	E S	
Formosa	SW	1	10.8	28	75	Cu-sc	Ac	0	4	N	8	U'mido	—	14	0	V R	
Porto Nacional	C	0	1010.3	23	75	Cu	U	0	4	Chvs.	7	Sêco	26	17	0	V	
Pirenópolis	C	0	7.8	20	98	St	0	0	8	E	7	Ench.	23	11	27	Chuva	
Santa Luzia																	
Cuiabá (X)																	
Aquidauana	S	2	14.4	24	65	0	0	0	0	L	7	Sêco	33	17	0	B	
Bela Vista	SE	2	16.3	23	65	0	0	0	0	L	7	Sêco	32	—	0	B	
Campo Grande	—	—	14.3	28	85	0	0	0	0	L	8	Sêco	29	18	0	B	
Curumbá	SSE	2	14.4	28	45	0	Ac	0	3	B	9	Sêco	31	20	0	B	
Presidente Murtinho (Sangradouro) (X)	S	2	11.4	20	75	0	0	0	1	B	—	U'mido	30	17	0	B S	
Luz de Cáceres	C	0	11.8	28	55	0	0	0	0	L	7	Sêco	34	20	0	B S	

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de ontem

Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu encoberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	(T.T.) (TnTn)		Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido	18 horas de ante-onhem às 9 horas de ontem
	Direção	Força				(F)	(PPP)	(TT)					(U)	(CT)			
Tres Lagoas (X).....	W	1	7.7	24	92	0 Cu	Ac	0 Cs	4	B	4	U'mido Tranq.	31	21	0.1	Chuva	Chuva
Utiarid.....	C	0	12.6	25	75	St	Ac	0	6	N	6	Calmo U'mido	22	20	3	Chuva	Chuva
Vitoria.....	C	0	11.8	23	98	Cu	0	0	8	B	8	Tranq. P. agit.	25	20	6	Chuva	Chuva
Conceição da Barra.....	C	0	12.0	24	75	Cu	0	0	4	N	4	Tranq. P. agit.	27	18	0	Chuva	Chuva
Cachoeiro de Itapemirim.....	C	0	14.0	19	92	Nb	0	0	3	N	3	U'mido Tranq.	25	19	20	Chuva	Chuva
Rio de Janeiro.....	C	0	13.4	23	75	Sc	0	0	5	N	5	U'mido Tranq.	24	20	0	Chuva	Chuva
Angra dos Reis.....	C	0	13.6	22	98	St	Ac	0	6	N	6	U'mido Tranq.	25	21	0	Chuva	Chuva
Cabo Frio.....	C	1	12.3	25	75	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	26	17	0.4	Chuva	Chuva
Pinheiro.....	C	0	8.8	19	85	Nb	0	0	6	N	6	U'mido Tranq.	24	16	0	Chuva	Chuva
Macae.....	C	1	13.1	23	92	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	25	21	0	Chuva	Chuva
Petropolis.....	C	0	14.2	16	98	Nb	0	0	6	N	6	U'mido Tranq.	22	15	0	Chuva	Chuva
Resende.....	C	0	12.8	19	98	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	25	17	20	Chuva	Chuva
Sa. Maria Madalena.....	C	0	11.9	21	85	St	0	0	5	N	5	U'mido Tranq.	24	16	0.6	Chuva	Chuva
Terezopolis.....	C	0	13.2	18	92	Cb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	27	13	16	Chuva	Chuva
Vassouras.....	C	0	13.1	18	98	St	0	0	4	N	4	U'mido Tranq.	27	13	0	Chuva	Chuva
S. Paulo.....	SE	2	14.2	18	—	St	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	33	15	0	Chuva	Chuva
Avare.....	SE	1	16.0	26	—	St	0	0	4	N	4	U'mido Tranq.	27	15	0	Chuva	Chuva
Campinas.....	SE	2	14.2	20	75	St	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	31	14	0	Chuva	Chuva
Faxina.....	SE	1	13.5	20	—	St	0	0	0	N	0	U'mido Tranq.	36	12	0	Chuva	Chuva
Jai.....	SE	2	12.2	19	—	St	0	0	0	N	0	U'mido Tranq.	29	19	0	Chuva	Chuva
Ribeirão Preto.....	SE	1	9.8	25	—	Nb	0	0	0	N	0	U'mido Tranq.	26	18	14	Chuva	Chuva
Santos.....	SE	3	15.4	19	92	0	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	28	17	0.1	Chuva	Chuva
S. Carlos do P'nhai.....	SE	2	11.3	20	75	St	As	0	7	N	7	U'mido Tranq.	26	17	0	Chuva	Chuva
S. Sebastião.....	SE	2	13.5	23	—	Cb	0	0	5	N	5	U'mido Tranq.	28	13	0.4	Chuva	Chuva
Sorocaba.....	SE	3	13.0	20	45	Cu	0	0	6	N	6	U'mido Tranq.	26	17	0	Chuva	Chuva
Itaubate.....	W	3	17.4	13	85	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	23	11	0	Chuva	Chuva
Curitiba.....	E	3	16.3	14	98	St	0	0	5	N	5	U'mido Tranq.	27	13	0	Chuva	Chuva
Unatapuava.....	SE	2	19.3	16	75	Cb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	26	17	0	Chuva	Chuva
Ivati.....	SE	1	15.3	16	85	St	0	0	5	N	5	U'mido Tranq.	23	13	0	Chuva	Chuva
Aguafria.....	SE	3	16.7	17	85	St	0	0	6	N	6	U'mido Tranq.	26	17	0	Chuva	Chuva
Palmas.....	SE	2	18.6	15	65	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	23	16	0	Chuva	Chuva
Paranaíba.....	SE	2	15.9	17	98	St	0	0	4	N	4	U'mido Tranq.	28	13	0	Chuva	Chuva
Ponta Grossa.....	S	2	18.2	13	85	St	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	25	10	0	Chuva	Chuva
Rio Negro.....	E	2	18.2	13	98	St	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	22	10	0	Chuva	Chuva
Florianópolis.....	SW	3	17.8	19	55	Cu	Ac	0	3	N	3	U'mido Tranq.	22	10	0	Chuva	Chuva
Araçuaia.....	S	5	19.0	15	65	0	Ac-as	0	8	N	8	U'mido Tranq.	25	14	6	Chuva	Chuva
Blum nau (X).....	C	0	18.2	13	85	Sc	0	0	6	N	6	U'mido Tranq.	22	14	0	Chuva	Chuva
Campanha.....	C	1	16.1	18	65	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	20	14	0	Chuva	Chuva
Campes Novos.....	SW	5	20.2	17	75	0	0	0	0	N	0	U'mido Tranq.	21	5	9	Chuva	Chuva
La una.....	SW	3	18.0	13	55	0	0	0	0	N	0	U'mido Tranq.	24	15	2	Chuva	Chuva
Lige.....	SW	0	19.0	16	92	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	24	15	2	Chuva	Chuva
S. Francisco do Sul.....	C	0	19.0	16	92	Nb	0	0	8	N	8	U'mido Tranq.	24	15	2	Chuva	Chuva

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de ontem

Estações

Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu encoberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido às 9 horas de ontem	(W)
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas									
(DD)	(F)	(PPP)	(TT)	(U)	(Ca)	(C)	(M)	(Ca)	(%)	(w w)	(V)	(E ou S)	(T. T.)	(T. M.)	(RR)		
Urussanga	ENE	2	19.6	75	0	0	0	0	0	0	0	Umid	21	10	0	0	0
Valões	S	2	17.1	75	0	0	0	0	0	0	0	Saco	27	12	0	0	0
Xanxerê	S	2	17.8	85	0	0	0	0	0	0	0	Saco	24	13	0	0	0
Porto Alegre	SW	2	20.4	55	0	0	0	0	0	0	0	Saco	22	12	0	0	0
Alegrete	SE	4	22.3	65	0	0	0	0	0	0	0	Saco	21	12	0	0	0
Bagé	SE	2	20.8	75	0	0	0	0	0	0	0	Saco	20	9	0	0	0
Passo Fundo	SE	3	20.7	75	0	0	0	0	0	0	0	Saco	20	9	0	0	0
Rio Grande (X)																	
Santa Maria (X)																	
Santa Vitória do Palmar																	
São Luiz Gonzaga																	
Uruguatana																	
Buenos Aires																	
Montevideo																	
Santiago do Chile (X)																	
Lima (X)																	
Assunção (X)																	

Observações — Área do céu encoberto: em décimos, sendo 0 — totalmente limpo e 10 — totalmente encoberto. Estado do tempo: B — Bom; N — Nublado; E — Encoberto; V — Variável; Nevoeiro; O — Neve; Chuv. — Chuvisco; C — Chuva; Chv. — Chuv. com relâmpagos; R — Trovada com relâmpagos; U — Geadas; G — Graizo; V — Ventania; A — (Ténio); — Arco-íris; h.s. — halo solar; h.l. — halo lunar; c.s. — coroa solar. Estado do mar ou do solo. Estado do mar. Estações costeiras. Estado do solo. Estações do interior. Os indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort. — Nuvens. Ci — Cirrus. — Ci — Cirrostratus. Ce — Cirrocumulus. Ac — Alcumulus. As — Altostratus. Sc — Stratocumulus. Cu — Cumulus. Fb — Fractonimbus. Cb — Cumulonimbus. St — Stratus.

Os indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort.

Nota — (X) Indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

Sinopse do tempo ocorrido no Distrito Federal, das 18 horas de ontem às 9 horas de hoje.

O tempo decorreu ameaçador com chuvas. A temperatura sofreu ligeiro declínio à noite e foi estável de dia. As médias das temperaturas extremas verificadas nos postos do Distrito Federal foram: máxima 21.9 e mínima 17.4 e as temperaturas extremas registradas no Observatório Meteorológico, foram: máxima 21.4 e mínima 17.9, respectivamente, às 10 horas e 45 minutos e às 4 horas e 10 minutos. Os ventos sopraram de sul a leste, com rajadas, fortes por vezes, tendo a máxima atingido 19ms05, de SB, às 18 horas e 45 minutos.

Sinopse do tempo ocorrido em todo o País das 9 horas de ontem às 9 horas de hoje

Zona Norte — O tempo nas 24 horas decorreu bom no litoral, com chuvas esparsas no interior e assim continuava às 9 horas de hoje. Os ventos sopraram do quadrante leste, frescos.

Zona Centro — O tempo nas 24 horas decorreu perturbado com chuvas esparsas, salvo em M. Grosso, onde foi bom. A's 9 horas, hoje, era perturbado com chuvas. Os ventos sopraram de sul a leste, com rajadas frescas.

Zona Sul — O tempo nas 24 horas decorreu em geral, encoberto, tendo chovido em São Paulo e Santos. A's 9 horas, hoje, era encoberto, tendo apresentado melhora em toda região. Sopraram os ventos do quadrante sul, frescos.

Nota — A presente sinopse foi elaborada com os dados da Rede Meteorológica recebidos até às 18 horas.

Descrição das Zonas — Zona Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía — Zona Centro: Minas-Gerais, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal — Zona Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dados do Distrito Federal até às 13 horas de hoje

Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação
Corcovado.....	—	—	—	Jardim Botânico.....	21.2	18.0	51.2	Taquara da Tijuca.....	18.9	13.8	—
pão de Açúcar.....	20.7	15.8	—	Saenz Peña.....	22.1	17.5	39.6	Santa Cruz.....	22.7	19.7	9.2
Paqueta.....	23.7	16.5	8.0	Andaraí.....	—	—	—	Bangu.....	—	—	—
Ipauema.....	20.4	18.4	46.8	Observatório.....	21.4	17.9	—	Campo dos Afonsos.....	20.9	19.2	7.5

Nota — As temperaturas são lidas às 13 horas e a chuva às 9 horas.

Sondagens aerológicas realizadas às 12 e 30 minutos (T. C. G.) de ontem

Altitude em metros sobre o nível médio do mar

Estações Aerológicas	Altitude em metros sobre o nível médio do mar												Altura máxima
	200	500	1.000	1.500	2.000	3.000	4.000	5.000	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	
S. Gabriel (X)	ENE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	450 ms.
Manaus (XX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.300 ms.
Belém.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.300 ms.
S. Luiz (X)	SE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	—	—	—	—	1.350 ms.
Quixeramobim.....	ESE	ESE	ESE	ESE	ESE	ESE	ESE	ESE	—	—	—	—	1.000 ms.
F. de Noronha.....	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	—	—	—	—	2.550 ms.
Natal.....	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	ENE	—	—	—	—	3.700 ms.
Olinda.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Salvador (XX)	S	SSW	SE	SSW	SE	SE	SE	SE	—	—	—	—	—
Cuiabá.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiania (X)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caravelas (XX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte (X)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vitoria (XX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio de Janeiro (XX)	NNE	NNE	N	NNE	N	N	N	N	—	—	—	—	1.950 ms.
Rio de Janeiro (16 horas T. C. G.)	NNW	SW	—	SW	—	—	—	—	—	—	—	—	750 ms.
Santos (XX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Curitiba (XX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Florianópolis.....	S	S	SSW	WNW	WNW	WNW	WNW	WNW	—	—	—	—	2.400 ms.
Porto Alegre.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.100 ms.

Nota — (X) Indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

(X X) — Indica que não houve sondagem.

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Curso de Câmbio e Moeda Metálica

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938

Praças

	Oficial	A vista
Londres	—	73\$767
Paris	—	\$469
Itália	—	\$941
Alemanha:		
Reichsmark	—	—
Reisemark	—	\$9937
Verrechnungsmark	—	\$5980
Unterstützungsmark	—	\$9941
Portugal	—	\$812
Bélgica:		
Papel	—	—
Ouro	—	\$3009
Espanha	—	—
Suíça	—	\$4015
Suécia	—	\$500
Noruega	—	—
Dinamarca	—	\$8900
Tcheco-Slováquia	—	\$630
Nova-York	—	\$17\$696
Montevideu	—	\$7500
Buenos Aires (pêso-papel)	—	\$3179
Holanda	—	\$9681
Japão	—	\$9114
Rumânia	—	—
Canadá	—	\$17\$600
Austria	—	—
Chile	—	—

Moedas

Libras	\$7\$789
Dollar	\$20\$568
Franc	\$568
Franco-suíço	\$5700
Franco-belga	\$658
Escudo	\$908
Pêso-argentino	\$5978
Pêso-uruguáio	\$7\$931
Reichsmark	\$8000
Lira	\$806
Yen	\$857
Corôa-dinamarquesa	\$8350

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — Juvenal de Queiroz Vieira, síndico.

Cotações oficiais de títulos

Apólices da União:

Uniformizadas de 1:000\$, 5 %	815\$000
Diversas emissões de 5 %, miúdas, nom.	750\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, nom.	809\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port.	805\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port. (cauteladas)	765\$000
Reajustamento econômico de 500\$, 5 %, port.	380\$000

Obrigações da União:

Tesouro Nacional de 500\$, 7 % (1930)	497\$000
Tesouro Nacional de 1:000\$, 7 % (1932)	1:075\$000

Apólices Municipais:

Empréstimo de 1904, port.	465\$000
Empréstimo de 1917, port.	156\$000
Empréstimo de 7 %, port. (decreto 1.535)	182\$000
Empréstimo de 1934, port.	175\$500

Apólices Municipais dos Estados:

Pref. de Porto Alegre de 50\$, 3 1/2 %, port.	35\$000
---	---------

Apólices Estaduais:

Espírito Santo de 1:000\$, 6 %, nom.	600\$000
Minas Gerais de 1:000\$, 5 %, nom.	600\$000
Minas Gerais de 1:000\$, 7 %, port. (9.716)	754\$000
Minas Gerais de 1:000\$, 7 %, port. (10.246)	75\$000
Minas Gerais de 200\$, 5 %, port. (1934)	144\$000
Minas Gerais de 200\$, 9 %, port. (1934) 2ª série	170\$000
Minas Gerais de 200\$, 7 %, port. (1944) 3ª série	170\$000
Pernambuco de 100\$, 5 %, port.	85\$000
São Paulo de 200\$, 5 %, port.	18\$000
Uniformizadas de São Paulo de 1:000\$, 8 %, port.	95\$000

Ações de bancos:

Funcionários Públicos	39\$000
Brasil	400\$000

Ações de Companhias:

Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	112\$000
América Fabril	305\$000

Debentures:

Companhia Docas de Santos	194\$000
Banco Hipotecário "Lar Brasileiro" S. A. de Crédito Real	201\$500

Vendas judiciais:

Apólices:

5 uniformizadas de 1:000\$, 5 %	815\$000
16 diversas emissões de 1:000\$, 5 %, nom.	805\$000

Ações:

125 Companhia América Fabril	305\$000
--	----------

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — Juvenal de Queiroz Vieira, síndico.

RENDAS PUBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

	Comparação da renda	
	Geral	Exclusive depósitos
Arrecadada de 1 a 16 de novembro de 1938	19.947:553\$600	19.686:202\$200
Em 17 de novembro de 1938	2.357:294\$300	2.335:685\$000
Total	22.304:847\$900	22.031:888\$100
Em igual período de 1937	20.011:083\$200	19.643:178\$000
Diferença para mais em 1938	2.293:764\$700	2.388:710\$100
Arrecadada de 2 de janeiro a 17 de novembro de 1938	426.921:003\$100	421.055:257\$200
Em igual período de 1937	322.528:607\$200	314.402:653\$800
Diferença para mais em 1938	104.392:395\$900	106.652:603\$400

EDITAIS E AVISOS

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

CONCURSO DE "METEOROLOGISTA"

São chamados a comparecer na próxima segunda-feira, dia 21, às 20 horas, no Instituto de Educação, à rua Mariz e Barros, afim de prestar a 2ª parte da prova de Matemática, os seguintes candidatos:

1. Wilson do Vale Fernandes.
2. Nelson Nascimento Santos.
3. Ricardo Greenhalgh Barreto Filho.
4. João Batista de Sousa.
5. Douglas Strang.
6. Reinaldo Rodrigues de Carvalho.
7. Armando José Sampaio de Sousa.
8. Jessé Cortines Peixoto.
9. Achilles Luiz de Oliveira.
10. Inaro de Albuquerque Lima.
11. Mário Ancora da Luz.
12. Irenêo Joffily Neto.
13. Antônio Augusto Rogério Teixeira Mendes.
14. Darci da Costa Muller de Campos.
15. Manoel Rená da Silva Leal.
16. José Sarmiento de Almeida Bela.
17. Camillo Pais de Azevedo.
18. Paulo Armando Ferreira Ballar.
19. Aluizio Garcia Moreira.
20. João de Miranda Rheingantz.
21. Leopoldo Rodolfo Folló Bittencourt.

28. Valdemar José Moreira.
29. Ivo Pereira Oliveira.
30. Nícia Vera de Alvarenga.
31. Jorge Bittencourt.
32. Afonso Mariano de Sousa.
33. Vitor José Castel Ruiz de Azevedo.
34. Manuel de Sena Araújo.
35. Vitor Ribeiro Gomes.
36. Darci Vieira Mayer.
37. José Fernandes dos Santos Filho.
38. Francisco Mariano Sá Ribeiro.
39. Jaime Barbedo de Cerveira Botelho.
40. Hélio da Veiga Martins.
41. Mauro Gomes Ribeiro.
42. Carlos Renato Faria Vanotti.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1938. — *Trafano Luiz Lemos*, secretário do concurso.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

CONCURSO DE "CALCULISTA"

São chamados a comparecer na próxima segunda-feira, dia 21, às 20 horas, no Instituto de Educação, à rua Mariz e Barros, a fim de prestar a 2ª parte da prova de Matemática, os seguintes candidatos:

1. Wilson do Vale Fernandes.
2. José Lima de Carvalho.
3. Waldecy Duque Estrada.
4. Jaime Fonseca.
5. Ricardo Greenhalgh Barreto Filho.
6. José Durão Gil.
7. José Ribamar Silva.
8. João Batista de Sousa.
9. Douglas Strang.
10. Elias Hibrain Zidan.
11. Eloisa Silveira Lobo.
12. Reinaldo Rodrigues de Carvalho.
13. Benedito Pinto de Siqueira.
14. Jarbas Pinto Ribeiro.
15. Emanuel Vitor Pereira.
16. Paulo Martins de Abranches.
17. Diwa Ieda Guimarães da Veiga.
18. Homero N. Medeiros.
19. Sebastião Cavalcanti Madeira.
20. Jorge Alves Pimenta.
21. Gabriel de Oliveira Ferreira.
22. Margarida Batista Teixeira.
23. Ynaro de Albuquerque Lima.
24. Arlete Leão Miranda.
25. Paulo Teixeira Sarmiento.
26. Mário Ancora da Luz.
27. Antônio Augusto Rogério Teixeira Leite.
28. Zedir Joaquim da Silva.
29. José Lira Madeira.
30. Roosevelt Barroso Seccadão.
31. Sílvio Siqueira.
32. Darci da Costa Muller de Campos.
33. Manuel René da Silva Leal.
34. Helius Muniz Barreto.
35. Cândido Pais de Azevedo.
36. Zulmira Meireles.
37. José Alcides Junqueira.
38. Eloisa Beatriz da Cunha Cruz.
39. Agenor Monteiro.
40. João da Rocha Lima.
41. Alberto José Arese.
42. Valdir Caldas.
43. Pedro F. Bezerra.
44. Moacir Serio Santana.
45. Murilo Garcia Moreira.
46. João de Miranda Rheingantz.
47. Leopoldo Rodolfo Feijó Bittencourt.
48. Augusto Pena Filho.
49. Ivo Pereira Oliveira.
50. Joaquim Coelho Dias Cherem.
51. Orlando Figueiró.
52. Lia de Aquino Prado.
53. Irenêo Chaves.
54. Helena Noronha Brito.
55. Newton Eiras Cavalcanti.
56. Manuel Rombo Galvão.
57. Nícia Vera de Alvarenga.
58. Jorge Bittencourt.
59. Walter Rebelo Pessoa da Costa.

103. Vitor José Castel Ruiz de Azevedo.
105. Osvaldo do Nascimento Lopes.
107. Dager de Sousa Serra.
108. João Paulo Macedo Fragoso.
109. Francisco Serrão Júnior.
110. Marina de Sousa Martins.
111. Antônio Pedro Cerqueira Leite.
113. Darci Vieira Mayer.
114. João Batista Moore.
115. Gríméa Rocha Oliveira Xavier.
116. Flávio Sacramento.
120. Alceu de Azevedo Fonseca Pinto.
120. Jaime Barbedo de Cerveira Botelho.
122. Guilherme Moreira Guimarães.
127. Humberto Leite Altamiro L. Conrado.
124. Carlos Renato Faria Vanotti.
128. Hélio Mazza do Amaral.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1938. — *Trafano Luiz Lemos*, secretário do concurso.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Imprensa Nacional

SECÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Acham-se nesta Secção, aguardando pagamento:

- Decreto-lei n. 622, de 18 de agosto de 1938 em que é interessada a Cruzada Pró-Alfabetização e Assistência Popular.
- Decreto n. 2.938, de 4 de agosto de 1938, em que é interessada a Associação Comercial de Boa Vista do Erechim.
- Decreto n. 3.132, de 6 de outubro de 1938, em que é interessado Lauro de Santana Nelo.
- Decreto n. 3.144, de 11 de outubro de 1938 em que é interessado o Círculo de Estudos Bandeirantes.
- Decreto n. 3.145, de 11 de outubro de 1938, em que é interessado o Colégio Santo Antônio.
- Decreto n. 3.146, de 11 de outubro de 1938, em que é interessado o Ginásio Professor Pinheiro Campos.
- Decreto n. 3.148, de 11 de outubro de 1938 em que é interessado o Ginásio S. Salvador.
- Decreto n. 3.150, de 11 de outubro de 1938, em que é interessado o Colégio Santo André.
- Decreto n. 3.184, de 18 de outubro de 1938, em que é interessado o Colégio N. S. Auxiliadora.
- Decreto n. 3.201, de 26 de outubro de 1938, em que é interessado o Banco Popular de Nazaré.
- Decreto n. 3.240, de 5 de novembro de 1938, em que é interessada a Rádio Sociedade Gaúcha.
- Decreto n. 3.252, de 11 de novembro de 1938, em que é interessado Antônio dos Reis.
- Decreto n. 3.253, de 11 de novembro de 1938, em que é interessado Argemiro Ferreira.
- Decreto n. 3.254, de 11 de novembro de 1938, em que é interessado Pedro Martins de Moraes.
- Decreto n. 3.255, de 11 de novembro de 1938, em que é interessado Francisco Gonçalves de Matos.
- Decreto n. 3.256, de 11 de novembro de 1938, em que é interessado Antônio de Sousa Santa.
- Decreto n. 3.257, de 11 de novembro de 1938, em que é interessado Usinas Francisco Vasconcelos, S. A.
- Decreto n. 3.259, de 12 de novembro de 1938, em que é interessada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.
- Decreto n. 3.262, de 12 de novembro de 1938, em que é interessada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.
- Decreto n. 3.263, de 12 de novembro de 1938, em que é interessada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.
- Decreto n. 3.264, de 12 de novembro de 1938, em que é interessada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.
- Decreto n. 3.266, de 12 de novembro de 1938, em que é interessada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.
- Decreto n. 3.270, de 16 de novembro de 1938, em que é interessado Ginásio Diocesano de Lins.
- Decreto n. 3.272, de 16 de novembro de 1938, em que é interessado Ginásio Puríssimo Coração de Maria.
- Decreto n. 3.275, de 17 de novembro de 1938, em que é interessado Café Nacional, Sociedade Anônima.
- Decreto n. 3.276, de 17 de novembro de 1938, em que é interessado Nelson Santos.
- Decreto n. 3.277, de 17 de novembro de 1938, em que é interessado Ginásio Gonzaga (Pelotas).
- Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — *Jayme de Alencar Araripe*, encarregado da Secção de Publicações.

Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa permanente durante o 1º semestre do ano de 1939, publicado no *Diário Oficial* de 18 do corrente, a página 23.025.

Polícia do Distrito Federal**INSPETORIA DO TRÁFEGO****EXAME DE MOTORISTAS**

Resultado dos exames efetuados no dia 18 do corrente:

Aprovados: João Aldo Italo Atanazio, George Kurt Metzner, Mário Martins, Antônio Xavier, Euclides Luiz Alves, Orlando Maciel, Luiz Dutra d'Ávila, William Calil El-Abras, Manuel Rodrigues Bastos, Valdemar Guimarães, Lino José Gago Pereira, Benjamim Rodrigues Izidoro, Homero Landim do Nascimento.

Reprovados: 13.

Inspetoria do Tráfego, em 18 de novembro de 1938. — O inspetor geral de Polícia, Cap. *Riograndino Krusl*.

Polícia do Distrito Federal

PARA COMPARECIMENTO DO GUARDA DA INSPETORIA DO TRÁFEGO, N. 199, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, A 3ª DELEGACIA AUXILIAR

Pelo presente edital, para sua ciência e cumprimento, fica chamado a comparecer, a esta 3ª Delegacia Auxiliar, da Polícia Civil do Distrito Federal, no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação deste, o guarda n. 199, da Inspetoria do Tráfego desta Capital, Carlos Roberto de Oliveira, afim de, como preceitua o art. 156, letra "C", da Constituição da República, defender-se no inquérito administrativo instaurado por motivo de sua falta ao serviço por mais de 60 dias, sem motivo conhecido, incidindo, assim, no que dispõe o art. 571, *in-fine*, do vigente Regulamento da Polícia Civil do Distrito Federal (Dec. 24.531, de 2 de julho de 1934).

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938. — O 3º delegado auxiliar, *Linneu Chagas de Almeida Cotta*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil****CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR CATEDRÁTICO DE MEDICINA LEGAL**

De ordem do Sr. Dr. Alvaro Fróes da Fonseca, diretor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, faço público, pelo presente edital, que se aham abertas, nesta secretaria, as inscrições para o concurso de professor catedrático de medicina legal desta Faculdade (classe L, quadro I, do Ministério da Educação e Saúde), pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da presente data, até 9 de maio do ano de 1939, em que serão encerradas, às 14 horas.

De acordo com a legislação vigente (decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, lei n. 444, de 4 de junho de 1937, e decreto-lei n. 271, de 12 de fevereiro do corrente ano), os candidatos deverão satisfazer as seguintes exigências:

Da inscrição:

A inscrição será feita mediante requerimento do interessado ao diretor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, constando o nome por extenso, data do nascimento, naturalidade, filiação e por onde é diplomado, devendo o candidato apresentar, no ato da mesma, os seguintes documentos:

- diploma profissional ou científico de instituto onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe, além de outros títulos complementares referidos nos regulamentos de cada instituto;
- prova de que é brasileiro nato ou naturalizado;
- provas de sanidade e de idoneidade moral;
- documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso;
- ser docente livre ou ter concluído o curso médico pelo menos 5 (seis) anos antes;
- prova de quitação com o serviço militar;
- tese sobre assunto da disciplina respectiva;
- prova de pagamento da taxa de inscrição (300\$000).

Do concurso de títulos:

O concurso de títulos constará da apreciação dos seguintes elementos comprobatórios do mérito do candidato:

- diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas apresentadas pelo candidato;
- de estudos e trabalhos científicos especialmente daqueles que assinalem pesquisas originais ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;
- de atividades didáticas exercidas pelo candidato;
- de realizações práticas de natureza técnica ou profissional, particularmente daquelas de interesse coletivo.

O simples desempenho de funções públicas, técnicas ou não, a apresentação de trabalhos cuja autoria não possa ser autenticada e a exibição de atestados graciosos, não constituem documentos idôneos.

Do concurso de provas:

- defesa de tese;
- prova escrita;
- prova prática ou experimental;
- prova didática.

Notas:

1. Serão isentos de selo a tese e os trabalhos impressos apresentados pelo candidato como títulos, devendo os demais documentos ser estampilhados na forma da lei;

2. O requerimento de inscrição será entregue no protocolo da Secretaria, devendo o candidato nessa ocasião assinar o livro de inscrição sobre estampilha federal do valor de 20\$000 e selo de Educação e Saúde;

3. O candidato deverá apresentar no ato da inscrição 50 exemplares da tese que haja escrito.

Secretaria da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938. — Dr. *Martinho Lima Guimarães*, secretário.

Universidade de São Paulo**FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA****CONCURSO PARA DOCÊNCIA LIVRE**

De ordem do Sr. diretor e de acordo com a legislação vigente, faço público, para conhecimento dos interessados que, de 1 a 31 de janeiro de 1939, estarão abertas, na Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, sita à rua Três Rios n. 579, as inscrições ao concurso para a Docência Livre das cadeiras Farmácia Química, Química Industrial Farmacêutica, Higiene e Legislação Farmacêutica e Química Biológica (10ª, 11ª, 12ª e 13ª cadeiras do curso de Farmácia) e Prótese Buco-Facial, Patologia e Terapêutica aplicada e Ortodontia e Odontopediatria (10ª, 11ª e 12ª cadeiras do curso de odontologia.)

São as seguintes as exigências legais:

Só poderão inscrever-se em concurso, os brasileiros natos ou naturalizados, portadores, pelo menos, ha cinco anos, de diploma profissional ou científico de instituto oficialmente reconhecido pelo Governo Federal, onde se ministre ensino da disciplina a cujo curso se propõem.

Os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição:

1º, um requerimento com firma reconhecida, dirigido ao diretor da Faculdade, no qual será indicado o nome, filiação, naturalidade, estado civil, idade, residência, profissão, tempo decorrido de sua formatura, fazendo-o acompanhar das provas competentes;

2º, diploma profissional em original, devidamente registrado no Departamento Nacional de Educação, Saúde Pública e no Departamento de Saúde do Estado;

3º, prova de que é brasileiro nato ou naturalizado;

4º, prova de quitação com o Serviço Militar;

5º, prova de sanidade e idoneidade moral;

6º, memorial, com documentação da atividade profissional ou científica, que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso;

7º, 50 exemplares de uma tese original, ainda não publicada, com 50 páginas, no mínimo sobre assunto de livre escolha do candidato e pertinente à matéria em concurso.

O memorial acima citado dirá respeito a tudo que se relaciona com a formação intelectual do candidato e com a sua vida e atividade profissional ou científica e será dividido nas seguintes partes:

a) indicação pormenorizada de sua educação secundária, precisando as datas, lugares e instituições em que estudou e prêmios ou outras distinções conseguidas; descrição minuciosa do seu curso superior com a indicação da época e lugar em que foi feito o relação das notas obtidas em exame;

b) relatório de toda sua atividade científica, reportando-se às memórias e trabalhos de qualquer forma divulgados e que versem exclusivamente sobre a disciplina em concurso;

c) relação dos trabalhos científicos outros que haja divulgado não diretamente relacionados com a cadeira em concurso;

d) relação minuciosa de todas as funções públicas ou particulares, de exclusivo interesse profissional, que tenha exercido.

Todas essas informações deverão ser acompanhadas de certidões originais ou reproduções devidamente autenticadas.

O concurso constará de:

- defesa de tese;
- prova escrita;
- prova prática;
- prova didática.

São isentos de selo a tese e os trabalhos impressos apresentados como títulos, devendo os demais documentos serem estampilhados na forma da lei.

Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, em 1 de outubro de 1938. — O secretário, prof. *Archimedes Baillet*.

Reconheço a firma supra do prof. Archimedes Baillet.

São Paulo — Tabelionato Veiga, 6 de outubro de 1938. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — *Luiz Mendes Rodrigues*, escrevente autorizado.

Universidade de São Paulo

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

CONCURSOS PARA PREENCHIMENTO DOS CARGOS DE PROFESSOR CATEDRÁTICO DE ETNOGRAFIA BRASILEIRA E LÍNGUA TUPÍ-GUARANI, E DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

De ordem do Exmo. Sr. diretor Dr. Alexandre Correia e de acordo com o Regulamento desta Faculdade, faço público para conhecimento dos interessados que, a partir desta data até o dia 30 do corrente, das 15 às 16 horas, na Secretaria da Faculdade (prédio da Escola Normal Modelo, praça da República, 3º andar), serão recebidos os pedidos de transferência de catedráticos de Faculdades oficiais para a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani e para a de História da Civilização Brasileira, conforme o § 1º do artigo 60 do mencionado Regulamento. Decorrido o prazo supra de dez dias e verificada a ausência ou recusa de transferência, pelo prazo de noventa dias, fica aberta a inscrição de candidatos nesta Secretaria, das 15 às 16 horas, dos dias úteis, ao referido concurso, de acordo com o art. 61 do Regulamento.

Ao inscrever-se, o candidato entregará ao secretário 100 (cem) exemplares impressos de uma monografia original, ainda não publicada com 50 (cincoenta) páginas no mínimo, sobre assunto de livre escolha, pertinente à matéria em concurso, instruindo o requerimento com: a) caderneta de reservista do Exército ou certidão de quitação com o serviço militar; b) diploma profissional ou científico de instituição oficialmente reconhecido ou obras de indiscutível valor técnico ou científico, versando a matéria da cadeira; c) prova de cidadania brasileira ou de naturalização; d) prova de sanidade e idoneidade moral; e) documentação de atividade profissional ou científica que tenha exercido ou que se relacione com a disciplina em concurso; f) título de eleitor.

As provas de concurso consistem sucessivamente em: a) prova escrita; b) arguição sobre a monografia apresentada; c) prova didática.

A inscrição para os presentes concursos será encerrada no dia 28 de novembro de 1938, às 16 horas da tarde.

Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 20 de agosto de 1938. — O secretário, *Ruy Bloem*.

(C-6.268-27-8-936-449\$800-7 v.)

Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano

INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO DE HABILITAÇÃO

(Exame Vestibular)

De acordo com a circular n. 1.200, de 1 de junho de 1937, acham-se abertas, na Secretaria desta Escola, de 20 a 30 de dezembro, as inscrições para o concurso de Habilitação (Exame Vestibular), sob as seguintes condições:

- a) o número de vagas fixado pelo Conselho Técnico-Administrativo é de 100 (cem);
- b) os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:
 - 1) prova de conclusão do curso secundário de acordo com o artigo 3º, alíneas a, b, c, d, e, f;
 - 2) certidão que prove a idade mínima de 17 anos;
 - 3) carteira de identidade;
 - 4) atestado de idoneidade moral;
 - 5) atestado de sanidade física e mental;
 - 6) atestado de vacina (pelo Departamento Nacional de Saúde Pública);
 - 7) recibo de pagamento da taxa de inscrição.
- c) não será aceita a inscrição do candidato que apresentar documentação incompleta;
- d) não serão aceitos certificados com assinaturas ilegíveis, nem certidão da existência de certificados de exames em outros institutos, nem pública forma de quaisquer documentos;
- e) as inscrições serão abertas às 16 horas do dia 20 de dezembro e encerradas às 19 horas do dia 30 de dezembro;
- f) o horário do expediente é de 16 às 19 horas.

Em 18 de novembro de 1938. — Dr. José Mercaldo Neder, secretário.

(C-7.650-18-11-33-36\$700.)

Escola Superior de Agricultura de Lavras

Concurso de títulos e provas para provimento dos cargos de professores catedráticos das cadeiras: 10ª, Agronomia e Genética Especializadas; 13ª, Horticultura, pomicultura e silvicultura; 9ª, Microbiologia agrícola e fitopatologia.

Por determinação do senhor diretor da Escola Superior de Agricultura de Lavras, faço público que a Secretaria desta Escola, receberá em todos os dias úteis, das 12 (doze) às 16 (dezesseis) horas, inscrições ao concurso de títulos e provas para provimento dos cargos de professores catedráticos das cadeiras: 10ª, Agronomia e Genética Especializadas; 13ª, Horticultura, pomicultura, silvicultura; 9ª, Microbiologia agrícola e fitopatologia, durante o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital.

De acordo com o art. 65 do Regulamento, só poderão concorrer agrônomos ou engenheiros agrônomos.

Para inscrever-se, o candidato deverá apresentar requerimento dirigido ao senhor diretor desta Escola, no qual indicará o nome, idade, filiação, nacionalidade, estado civil e residência, fazendo-o acompanhar dos seguintes documentos devidamente autenticados:

- a) prova de ser cidadão brasileiro;
- b) prova de identidade;
- c) documentos que comprovem sua idoneidade moral (currículum vitae);
- d) diploma de sua profissão, assim como títulos abonadores de seus méritos, em original;
- e) certidão de idade (40 anos no máximo);
- f) breve memorial sobre sua atividade profissional e científica acompanhada da relação de seus trabalhos publicados, que deverão ser anexados em três vias;
- g) prova de haver concluído o curso profissional, pelo menos dois anos antes ou de ter lecionado um ano ou mais em Escola Superior de Agronomia;
- h) caderneta de reservista do Exército ou certidão de quitação com o serviço militar;
- i) atestado médico que comprove não sofrer de moléstias contagiosas e não ter defeito físico que prejudique o ensino ou moléstia mental;
- j) prova de ter pago a taxa de 300\$000 (trezentos mil réis);
- k) uma tese em original com 7.000 (sete mil) palavras no mínimo sobre o assunto relacionado com a matéria em concurso.

Conforme estatuem os arts. 69, 70 e 71 do Regulamento da Escola Superior de Agricultura de Lavras, o concurso terá início oito dias após o encerramento da inscrição e consistirá da apreciação por uma comissão examinadora nomeada pelo Sr. diretor desta Escola, por proposta do Conselho Técnico, de prova escrita, prova oral didática, uma prova prática e defesa da tese.

Secretaria da Escola Superior de Agricultura de Lavras, 14 de novembro de 1938. — *Luiz Mendes Carvalho*, secretário.

(C. 7.651 — 18-11-38 — 67\$300)

Inspetoria dos Centros de Saúde

De acordo com o art. n. 1.091, do Regulamento Sanitário vigente, fica pelo presente edital, o Sr. Angelo Martins, responsável pela casa n. 4, da rua Senador Pompeu n. 14 (ou seu representante legal), convidado a comparecer, dentro de cinco dias, a contar da data da primeira publicação deste, na sede do Centro de Saúde n. 4, à rua Camerino n. 33, das 11 às 16 horas, afim de tomar ciência do segundo termo de intimação n. 47.407, e do auto de multa n. 485.

Inspetoria dos Centros de Saúde, em 16 de novembro de 1938. — *Celso Cicero Gonçalves*, escrivão.

Inspetoria dos Centros de Saúde

De acordo com o art. n. 1.091, do Regulamento Sanitário vigente, fica pelo presente edital o Sr. responsável pelos prédios da rua Leandro Martins ns. 27 e 25 (ou seu representante legal), convidado a comparecer na sede do Centro de Saúde n. 4, à rua Camerino n. 33, das 11 às 16 horas, dentro de oito dias a contar da data da primeira publicação deste, afim de tomar ciência dos termos de intimação números 43.222 e 43.221.

Inspetoria dos Centros de Saúde, em 16 de novembro de 1938. — *Celso Cicero Gonçalves*, escrivão.

Inspetoria dos Centros de Saúde

De acordo com o art. n. 1.091, do Regulamento Sanitário vigente, fica pelo presente edital, o Sr. Dr. Manuel Maria Moniz Freire, responsável pelo prédio da rua Barão de Angra n. 12, (ou seu representante legal), convidado a comparecer na sede do Centro de Saúde n. 4, à rua Camerino n. 33, das 11 às 16 horas, dentro de cinco dias a contar da data da primeira publicação deste, afim de tomar ciência do auto de infração n. 769, e do termo de intimação n. 47.229.

Inspetoria dos Centros de Saúde, em 16 de novembro de 1938. — *Celso Cicero Gonçalves*, escrivão.

Serviço de Febre Amarela

DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 41-38

Pelo presente faço público para conhecimento geral e principalmente para ciência do interessado que o Sr. Carlos Brandão Camacho, encontrado em Petrópolis, à Avenida 15 de Novembro n. 342, na agência do Moinho Inglês, responsável pelo terreno sito à rua Ja

água junto e antes do n. 62 (lote 22 da quadra 6), está sendo intimado pelo termo de intimação número 9.912, incidente sobre o terreno acima mencionado, de acordo com o termo de intimação que vai adiante transcrito:

TERMO DE INTIMAÇÃO

De conformidade com o artigo 42 do Regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela no Brasil, aprovado pelo decreto número 21.434, de 23 de maio de 1932, fica por este instrumento intimado o responsável pelo terreno sito à rua Jaraguá junto e antes do n. 62 (lote 22 da quadra 6) e na falta de cumprimento desta intimação, sujeito às penalidades da lei, a executar no prazo de 30 dias o seguinte: Aterrar o terreno, afim de ser evitada a estagnação de águas.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1938. — Dr. *Sylvio Cardoso*.

Serviço de Febre Amarela

DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 42/38

Pelo presente faço público para conhecimento geral e principalmente para ciência do interessado, que o Sr. Henrique de Sousa, encontrado na avenida Atiantica n. 940, responsável pelo prédio de n. 52 da Praça Padre Séve, está sendo intimado pelo termo de intimação de n. 9.959, incidente sobre o prédio acima referido, de acordo com o termo de intimação que vai adiante transcrito

TÉRMO DE INTIMAÇÃO

De conformidade com o art. 3º, letra C, § único do Regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela no Brasil, aprovado pelo decreto n. 21.434, de 23 de maio de 1932, fica por este instrumento intimado o responsável pelo prédio sito à Praça Padre Séve n. 52 e, na falta do cumprimento desta intimação, sujeito às penalidades da lei, a executar, no prazo de 15 dias, o seguinte: ligar o lavatório situado na sala de jantar à rede de esgoto afim de ser evitada a estagnação de águas no quintal.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938. — Dr. *Sylvio Cardoso*.

Serviço de Febre Amarela

DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 43-38

Pelo presente faço público para conhecimento geral e principalmente para ciência do interessado que a Máquina Amaral Ltda., encontrada à Avenida Florêncio de Abreu n. 27, São Paulo, responsável por uma caldeira depositada no quintal do prédio da rua Paraíba n. 45, está intimada pelo termo de intimação de 9.461 incidente sobre a caldeira acima referida, de acordo com o termo de intimação que vai adiante transcrito:

TERMO DE INTIMAÇÃO

De conformidade com o artigo 41 do Regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela no Brasil, aprovado pelo decreto n. 21.434, de 23 de maio de 1932, fica por este instrumento intimado a Máquina Amaral Ltda., responsável por uma caldeira depositada no quintal do prédio de n. 45 da rua Paraíba e na falta do cumprimento desta intimação, sujeito às penalidades da lei, a executar no prazo de 15 dias o seguinte: Abrigar perfeitamente das chuvas a caldeira em apreço ou remove-la para local onde a mesma fique completamente abrigada.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1938. — Dr. *Sylvio Cardoso*.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para os editais publicáveis:

- a) no *Diário Oficial* de 12 do corrente, à página 22.621;
- b) no *Diário Oficial* de 12 do corrente, à página 22.621;
- c) no *Diário Oficial* de 16 do corrente, à página 22.841;
- d) no *Diário Oficial* de 18 do corrente, à página 23.053.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria do Domínio da União

De ordem do senhor chefe do Serviço Regional, chamo a atenção dos interessados para o aforamento do lote n. 21/A, desmembrado do de n. 24, sito à rua Primeira, na Fazenda Nacional de Santa Cruz, requerido por Manuel Alexandre de Vasconcelos, conforme publicação feita no "Diário Oficial" de 12 de novembro de 1938 (processo n. 50.413/37).

Serviço Regional no Distrito Federal, em 11 de novembro de 1938. — O escrivão, *Arnaldo Fé Pinto*, escrivão, classe K.

(C 7.396 — 11/11/1938 — 355\$000, 29 vezes)

Caixa de Amortização

EDITAL N. 12.

Faço público que, tendo-se extraviado seis (6) apólices nominativas "uniformizadas", de 1:000\$000, ns. 186.698 a 186.700 e 273.877 a 273.879, inscritas em nome de Antonieta da Cunha Bueno, brasileira, viúva, serão expedidos novos títulos, em substituição, si, no prazo de cinco (5) dias, contados da data da publicação deste edital, nenhuma reclamação for apresentada.

Em 16 de novembro de 1938. — O diretor, *Gladstone Rodrigues Flores*.

Comissão Central de Compras

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência (gêneros alimentícios), publicado no *Diário Oficial* de 17 do corrente, à página 22.945.

Comissão Central de Compras

RETIFICAÇÃO

Na relação das próximas coletas de preços para gêneros alimentícios, publicada no *Diário Oficial* de 17 do corrente, à página 22.945, onde se lê:

- 8º grupo — Café.
5. Café em grão, tipo 7;

Leia-se:

- 8º grupo — Café.
5. Café em grão torrado, tipo 1.
- 15º grupo — Ferragens.
1. Alfafa nacional de 1ª qualidade, fardos com (ilegível).
- 16º grupo — Molhados finos, condimentos e miudesas.
37. Fósforas de pau, caixa grande, Olho, Ipiranga e Sul.
- 19º grupo — Molhados grossos.
18. Toucinho salgado, superior, com 110 por cento de sal, no máximo.

Leia-se:

- 15º grupo — 5. Alfafa nacional de 1ª qualidade, fardos com média de 50 kgs.
- 16º grupo — 37. Fósforo de pau, caixa grande, Olho, Ipiranga e Sol.
- 19º grupo — 18. Toucinho salgado, superior, com 10 % de sal, no máximo.

Em 18 de novembro de 1938. — *Alberto de Faria Filho*, diretor.

Comissão Central de Compras

RETIFICAÇÃO

Na relação das requisições com ofertas de coleções para o dia 23 de novembro, publicada no *Diário Oficial* de 17 do corrente, à página 22.945, onde se lê:

- "151.131-2-B — Capa para cadeira, etc
- 421.059 — Material elétrico

Leia-se:

- 251.181-2-B — Capa para cadeira e
- 421.059 — Ferragem, etc."

Em 18 de novembro de 1938. — *Alberto de Faria Filho*, diretor.

Comissão Central de Compras

AVISO AOS SRS. FORNECEDORES

Pela presente ficam os Srs. interessados cientificados de que os fornecimentos de móveis de aço para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, deverão, desta data em diante, obedecer rigorosamente aos desenhos arquivados nesta Comissão Central de Compras e às especificações que se seguem:

Especificações

e métodos de ensaio de arquivo e fichários de aço.

A) Disposições Gerais.

A1) Para que os arquivos ou fichários possam ser aceitos deverão satisfazer integralmente a estas especificações.

A2) Os arquivos e fichários deverão ser construídos de chapas de aço de espessura de acordo com o art. B2 devidamente contraventadas para que tenham rigidez conveniente ao trabalho e uso diários.

A3) Os puxadores serão de latão cromado, obedecendo aos desenhos correspondentes conforme o tipo.

A4) Os arquivos e fichários serão construídos para arquivamento de papéis e fichas com as seguintes dimensões:

- Ofício 330 x 220 mms.
- Cartão 165 x 110 mms.
- Ficha 125 x 75 mms.

15) Os arquivos (Av) e fichários (F) construídos em blocos obedecerão às seguintes dimensões externas:

Profundidade, 71,5 cms.

Largura, 47,5 cms.

Altura, 133,5 cms.

A6) O tipo Av terá 2 gavetas inferiores serão sempre para escritório.

As gavetas superiores poderão ser de acordo com os desenhos gavetas para escritório, cartões ou fichas.

O tipo F (com suporte) será para cartões, fichas ou para ambos.

Especificações:

B1) Rolamentos — Deverão ser sobre esferas;

B2) Chapas de aço — Deverão ser n. 20;

B3) Cor — Verde oliva;

B4) Pintura — Todas as chapas deverão ser lixadas antes de serem pintadas. A pintura externa e interna será formada de camadas sucessivas, perfeitamente lisas e isentas de granulações;

B5) Gaveta escritório, dimensões internas:

Largura, 39,5 cms.

Altura, 29,5 cms.

Profundidade mínima, 63,5 cms.

a) esforço máximo para abrir a gaveta:

a1) no início do movimento 5,0 kgs.

a2) até o final do movimento 10,0 kgs.

b) esforço máximo para fechar a gaveta:

b1) no início do movimento 12,0 kgs.

B6) Gaveta para cartões, dimensões internas:

Largura: 2 divisões de 17,5 cms. cada uma;

Altura: 13,7 cms.

Profundidade mínima: 63,5 cms.

B7) Gaveta para fichas, dimensões internas:

Largura: 3 divisões de 13,0 cms.

Altura: 9,0 cms.

Profundidade mínima, 63,5 cms.

c) métodos de ensaio:

c1) O esforço para abrir ou fechar o arquivo será determinado por um dinamômetro de sensibilidade mínima de 250 grs.

c2) O esforço será aplicado suavemente sobre o arquivo, interpondo-se o diâmetro, carregando-se a gaveta com 50 kgs. uniformemente distribuídos.

c3) O esforço para começar a abrir o arquivo será o referido em B5 — a1 das especificações. O maior esforço até abertura final será o referido em B5 — a2 das especificações. O maior esforço até fechar inteiramente a gaveta será o referido em B5 — b1 das especificações.

d) amostragem:

d1) Os arquivos serão individualmente examinados.

Complemento das especificações:

Os arquivos e fichários serão montados por meio de moldes respectivos. A pintura deve preceder o trabalho de limpeza completa afim de tirar a ferrugem, óleos, etc., devendo também ser aplicada a tinta contra ferrugem e em seguida pintado a duco. As gavetas devem fechar automaticamente a 5 cms. antes do ponto terminal. Os cursores devem ser feitos em cremalheira e apoiados em trilhos laterais.

As gavetas quando abertas devem ter o fundo na mesma linha da parte de frente do arquivo.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o art. 1º, do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 22 de novembro de 1938, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixados no local devido, na sede da comissão, à avenida Graça Aranha n. 62.

Requisição — Material

118.073 — Reativos.

Rio, 18 de novembro de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o art. 1º, do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 25 de novembro de 1938, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixados no local devido, na sede da comissão, à avenida Graça Aranha n. 62.

Requisição — Material

107.175 — Material elétrico.

107.178 — Alimentadores para apiário.

112.067 — Material de expediente.

115.206 — Livros escolares.

115.207 — Tinta a óleo.

115.210 — Cuba de vidro.

116.114 — Máquinas agrícolas.

116.115 — Ventilador.

116.116 — Máquinas plantadoras.

118-074/5 — Arreios, etc.

120.080 — Filtro Fiel.

122.125 — Material para veterinária.

128.098-A — Livros.

128.106 — Fio para grampeador.

128.107 — Lâmpadas Titus.

128.111 — Galeria de madeira.

128.114 — Sola tipo mexicano.

128.119 — Mola para porta.

128.120 — Bomba centrífuga.

128.121 — Chapa panatômica.

129.037 — Macaco "Weaver".

129.035 — Pneus e câmaras de ar.

202.003/06 — Ferramentas.

204.028 — Máquinas de grampear.

204.031 — Método de solfejo.

Rio, 18 de novembro de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o art. 1º, do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 23 de novembro de 1938, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixados no local devido, na sede da comissão, à avenida Graça Aranha n. 62.

Requisição — Material

211.012 — Cesta para papeis.

211.013 — Ventilador.

220.095 — Refrigerador.

220.096 — Arquivo de aço.

231.027-A — Tinta Geha.

232.015 — Válvulas, ventiladores, etc.

232.016 — Chapas Victor, Pathé, etc.

232.017 — Chapas Victor, Pathé, etc.

232.018 — Músicas.

234.320/1 — Electroduto Krompiz, etc.

236.153 — Chicaras.

237.176 — Refrigerador elétrico.

237.182 — Aparelho Birtcher, etc.

240.142 — Móveis de aço, etc.

241.076 — Caixa água.

241.078 — Cápsulas de porcelana.

241.079 — Drogas, etc.

241.080 — Termômetro para refratômetro.

242.362-B — Medicamentos, etc.

243.095-A — Vergalhão.

244.012 — Drogas, etc.

249.017 — Ventilador.

249.019 — Giz branco.

249.020 — Depósito de vidro para goma arábica.

250.033-C — Escovas.

251.208/214-C — Lâmpadas para ultra microscopia, etc.

252.145/6-B — Tijolos.

252.178-A — Estanho, arco de serra, etc.

256.070 — Livros, publicações, etc.

256.074 — Cópias films educativos, etc.

256.075 — Baterias.

256.076 — Ventilador, etc.

264.009 — Arquivo de aço, etc.

404.013 — Material de expediente.

411.015 — Máquina de somar "Allen".

411.023 — Cadeira modelo Kastrop.

413.325 — Tinta para impressão.

413.329 — Pinho do Paraná.

413.334 — Acessórios para automóveis.

415.064 — Máquina de escrever.

415.065 — Ventiladores.

416.045 — Pneumáticos e câmaras de ar.

602.042 — Relógio de parede.

611.027/8-A — Material de expediente.

615.250 — Aventais, colchas.

615.287 — Lâmpada nitrazot.

623.044 — Rodízios American Standart.

801.057 — Máquina de escrever.

801.058 — Máquina hidráulica.

801.060 — Móveis de aço.

801.062 — Máquina de contabilidade.

801.152 — Máquina de escrever.

801.161 — Máquinas receptoras, reproduções, etc.

803.051 — Máquinas de escrever.

805.041 — Armário de aço.

807.028 — Máquina de impressão.

809.147 — Motor-Tuner.

809.149 — Armário de aço.

810.036 — Material tipográfico, etc.

811.053 — Material de expediente, etc.

Rio, 18 de novembro de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Alfândega do Rio de Janeiro

De ordem do Sr. inspetor, fica intimado o Sr. Augusto Mendes Netto, na qualidade de procurador da Câmara Municipal de Anápolis, a comparecer nesta Alfândega no dia 7 de novembro corrente, segunda-feira, às 15 horas, afim de depor num processo de verificação de despachos com isenção de direitos da mesma Câmara. (Representação n. 48.359, de 1938.)

Secretaria da Alfândega do Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1938. — Armando Guedes de Mello, oficial administrativo K.

Alfândega do Rio de Janeiro

COM O PRAZO DE 30 DIAS

De ordem do Sr. inspetor, convida o dono ou interessado em um quimão de seda, apreendido em 9 de novembro de 1938, no Cais do Porto, pelo guarda aduaneiro Patrocínio C. Ramos, a vir alegar o que entender a bem do seu direito, no prazo de 30 dias úteis, contados da publicação deste, sob pena de revelia. (Apreensão n. 48.084/38.)

Alfândega do Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — João Alves de Moura, escrivão.

Alfândega do Rio de Janeiro

COM O PRAZO DE 30 DIAS

De ordem do Sr. inspetor, convida o dono ou interessado em oito chapéus "Panamá", nove pares de luvas para trabalho e quatrocentas laminas "Mariposa" para gillete, apreendidos em 18 de agosto de 1938, a bordo do vapor nacional "Poconé", pelo sargento aduaneiro G. Menas Presa, guardas Pascoal Lanzelotti, B. L. da Costa e sargento A. Rego Barros, a vir alegar o que entender a bem do seu direito, no prazo de 30 dias úteis, contados da publicação deste, sob pena de revelia. (Apreensão processo n. 35.074/38.)

Alfândega do Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — João Alves de Moura, escrivão.

Alfândega do Rio de Janeiro

Primeira Seção

Pela Inspeção desta Alfândega se faz público, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados, com sinais de avaria e de falta, devendo seus donos ou consignatários apresentar-se no prazo de 15 dias, para providenciarem a respeito.

Armazem n. 1 — Navio "Schlaud Manarch", atracado em 7 de novembro de 1938.

2 caixas, Colombo, ns. 17-26, pesando 24-24 quilos, repregadas.

- 1 dita, FIC, n. 144, pesando 23 quilos, idem.
- 1 dita, F. C., n. 19, pesando 14 quilos, idem.
- 1 dita, F. n. 30, pesando 12 quilos, idem.
- 1 dita, FBC, n. 2, pesando 183 quilos, avariada.
- 2 ditas, J & E A, ns. 38-40, pesando 80-83 quilos, idem.
- 2 ditas, idem, ns. 39-41, pesando 85-89 quilos, idem.
- 1 dita PA & C, n. 148, pesando 14 quilos, repregada.
- 1 dita, PERAL, n. 31, pesando 16 quilos, idem.
- 2 ditas, PBC, ns. 168-135, pesando 13-14 quilos, idem.
- 2 ditas, idem, ns. 146-155, pesando 14-15 quilos, idem.
- 2 ditas, idem, ns. 172-141, pesando 14-14 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 140, pesando 14 quilos, idem.
- 1 dita, VM & C, n. 70, pesando 16 quilos, idem.

Armazem n. 1 — Navio italiano "Augustus", atracado em 31 de outubro de 1938:

- 1 caixa, AL, n. 115, pesando 19 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 137, pesando 23 quilos, avariada.
- 1 dita, CI, n. 2.524, pesando 335 quilos, idem.
- 1 dita, Globo, n. 1, pesando 181 quilos, repregada.
- 1 saco, MPC, n. 69, pesando 40 quilos, roto.
- 1 caixa, RA, n. 384, pesando 480 quilos, avariada.

Armazem n. 1 — Navio "Yamazuki Maru", atracado em 29 de outubro de 1938:

- 1 caixa, Firestone, n. 3.840, pesando 198 quilos, avariada.

Armazem n. 2 — Navio inglês "Arda Star", atracado em 7 de novembro de 1938:

- 1 caixa, D. A. C., n. 92, pesando 17 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 76, pesando 17 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 116, pesando 15 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 5, pesando 14 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 50, pesando 14 quilos, idem.
- 1 caixa, DAC, n. 175, pesando 12 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 127, pesando 13 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 39, pesando 32 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 21, pesando 32 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 62, pesando 22 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 53, pesando 12 quilos, idem.
- 1 dita, FERRAZ, n. 74, pesando 19 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 1, pesando 22 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 69, pesando 32 quilos, idem.

- 1 dita, idem, n. 29, pesando 33 quilos, idem.
- 1 caixa, idem, n. 48, pesando 19 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 26, pesando 23 quilos, idem.
- 1 dita, PBC, n. 88, pesando 33 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 25, pesando 23 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 32, pesando 22 quilos, idem.
- 1 caixa, PENA FIEL, n. 12, pesando 22 quilos, idem.
- 1 caixa, PERAL, n. 35, pesando 19 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 11, pesando 20 quilos, idem.
- 1 dita, idem, n. 37, pesando 24 quilos, idem.
- 1 caixa, SERAVATA, n. 52, pesando 9 quilos, idem.
- 2 caixas, VERMELHO, n. 233.40, vasando.

Armazem n. 5 — Navio nacional, *Almirante Alexandrino*, atracado em 3 de novembro de 1938:

- 1 caixa, ARADA, n. 76, pesando 15 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 130, pesando 12 quilos, idem.
- 38 Amarrados de chapas, DIANA, avariados.
- 1 caixa, JB, n. 123.283, pesando 390 quilos, avariada.
- 70 amarrados de chapas, 175, idem.
- 1 caixa, P, n. 98.416, pesando 161 quilos, repregada.
- 1 caixa, RS, n. 4.845, pesando 151, idem.
- 1 saco, SIRIUS, n. 124, pesando 48 quilos, roto.
- 74 amarrados de chapas, TOURO, avariados.

Armazem n. 7 — Navio alemão, *Rio de Janeiro*, atracado em 7 de novembro de 1938:

- 1 garrafa, JTC, n. 61, pesando 2 quilos, quebrada.
- 1 dita, MATTOS, n. 48, pesando 4½, avariada.
- 2 ditas, PC, n. 31 325, pesando 2 2, quebradas.
- 1 dita, PATRIA, n. 177, pesando 2 quilos, idem.
- 1 caixa, ESSER, n. 710, pesando 108 quilos, avariada.

Armazem n. 18 — Navio, vapor nacional "Arapá", atracado em 6 de novembro de 1938:

- 3 sacos, B, s-número, pesando 45.60-50, rôtos.
- 2 ditas, idem, idem, pesando 44-51, idem.

Primeira Seção, 16 de novembro de 1938. — Oseas Costa, chefe.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Diretoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro**

COMPARECIMENTO DENTRO DO PRAZO DE OITO (8) DIAS À SECRETARIA DESTA ARSENAL, DO "OPERÁRIO DE ARSENAL" — CLASSE "A" — QUADRO "I", DESTA MINISTÉRIO, VALTER DA SILVA PEIXOTO.

Por estar faltando ao serviço, sem causa justificada, desde 19 de outubro do corrente, de ordem do Sr. almirante, diretor geral deste Arsenal, faço ciente ao "operário de Arsenal", classe "A", quadro "I", deste Ministério — Valter da Silva Peixoto, que deverá comparecer à Secretaria deste Arsenal, dentro do prazo máximo de oito (8) dias, e que, si não comparecer, lhe será aplicada a pena prevista no artigo 14, § 2º, da lei n. 14.633, de 1 de fevereiro de 1921, que rege o assunto.

Em 11 de novembro de 1938. — Luiz Felipe Pinto da Luz, capitão de corveta, assistente.

Diretoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

COMPARECIMENTO DENTRO DO PRAZO DE OITO (8) DIAS À SECRETARIA DESTA ARSENAL, DO "OPERÁRIO DE ARSENAL" — CLASSE "A" — QUADRO "I", DESTA MINISTÉRIO, HOEL PINHEIRO.

Por estar faltando ao serviço desde 23 de setembro do corrente ano, sem causa justificada, de ordem do Sr. almirante, diretor geral deste Arsenal, faço ciente ao "operário de Arsenal", classe "A", quadro "I", deste Ministério, Hoel Pinheiro, que deverá comparecer à Secretaria deste Arsenal, dentro do prazo máximo de oito (8) dias, a contar desta data, e que, si não comparecer, lhe será aplicada a pena prevista no artigo 14, § 2º, da lei n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, que rege o assunto.

Em 11 de novembro de 1938. — Luiz Felipe Pinto da Luz, capitão de corveta, assistente.

MINISTÉRIO DA GUERRA**Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro**

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no *Diário Oficial* de 27 do corrente, à página número 21.664.

Serviço Central de Transportes

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no *Diário Oficial* de 11 do corrente, à página 22.549.

Segundo Batalhão de Caçadores**PINHEIRO ESTADO DO RIO**

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no *Diário Oficial* de 17 do corrente, à página número 22.950.

Escola de Veterinária do Exército

Pelo presente edital, avisa-se aos interessados que se acham em hasta pública duas eguas de números 512 e 732, da extinta Diretoria de Remonta e encostadas a esta Escola. Os animais em questão ficam à disposição dos que pretenderem adquiri-los pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação do presente edital, na sede desta Escola, avenida Bartolomeu de Gusmão.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938.—*José Timotheo Wanderley*, 1º tenente Adm. Terº.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Departamento dos Correios e Telégrafos****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Faço público para conhecimento geral e principalmente para ciência do interessado senhor comandante Salomão de Campos Ribeiro, do vapor "Pará", que tendo sido multado na importância de duzentos mil réis (200\$000), de acordo com o artigo n. 311, do regulamento que baixou com o decreto n. 14.722, de 16 de março de 1921, e como até a presente data não tenha sido recolhida a importância do seu débito, intimo-o a que faça dentro do prazo de quinze dias sob pena de ser levantada a sua conta de débito e levada a cobrança executiva.

Seção dos Serviços Econômicos, em 11 de novembro de 1938.
— *Arnaldo C. de Azevedo*, diretor regional.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**Departamento Nacional da Produção Animal**

Por ter deixado de se apresentar ao serviço, no termo das férias regulamentares em cujo gozo se achava, e já vir faltando, sem causa justificada, há mais de 30 dias, é o veterinário, classe I, do Quadro Único do Ministério da Agricultura, Iria de Abreu Martins, convidado a regularizar, dentro de 30 dias, contados desta data, sua situação na Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, sob pena de demissão por abandono de emprego, na forma da lei.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938. — *Mário Telles da Silva*, no impedimento do diretor geral.

Serviço de Caça e Pesca**CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA VENDA DE 501 CESTOS APREENDIDOS PELO SERVIÇO DE CAÇA E PESCA**

Devidamente autorizado pelo Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal e de acordo com o que preceitua o art. 14 do decreto n. 24.519, de 30 de junho de 1934, faço público, para conhecimento dos interessados, que, até o dia 29 de novembro próximo futuro, às 14 horas, na sede do Serviço de Caça e Pesca, à rua Mata Machado sem número, nesta Capital, serão recebidas, abertas e julgadas as propostas de preço para compra de quinhentos e um (501) cestos de bambu de 40 (quarenta), 54 (cincoenta e quatro) e 70 (setenta) centímetros de diâmetro, todos em bom estado de conservação, que este Serviço avalia em oitocentos mil réis (800\$000) e que foram apreendidos pelo Serviço de Caça e Pesca por contrariarem os dispositivos do decreto n. 24.519, de 30 de junho de 1934, podendo ser examinados pelos interessados no local acima indicado.

Os interessados deverão satisfazer às seguintes condições:

Primeira — Os proponentes apresentarão preço para a compra dos cestos acima referidos, devendo as propostas ser apresentadas em quatro vias, em envólucro fechado, sendo a primeira devidamente selada, contendo o preço oferecido, que não poderá ser inferior à estimativa deste Serviço, por extenso e em algarismos.

Segunda — No ato da abertura das propostas, o proponente preferido deverá depositar no Serviço de Caça e Pesca importância igual a 20 % da oferta, que servirá de sinal e será levado em conta no ato da liquidação da importância da proposta.

Terceira — A importância do sinal reverterá aos cofres públicos se o concorrente preferido não retirar os cestos a que se refere este edital, dentro de 10 (dez) dias a contar da data da aceitação da proposta.

Quarta — Será dada a preferência ao concorrente que maior vantagem oferecer em preço, por mínima que seja a diferença. A

absoluta igualdade de preço entre dois ou mais concorrentes dará motivo a desempate que será feito imediatamente, por sorteio, na presença de todos os interessados.

Quinta — As propostas deverão conter a declaração de completa submissão a todas as condições deste edital e às disposições do Código de Contabilidade Pública, não sendo tomadas em consideração as que delas se afastarem ou oferecerem aumento de preço sobre a proposta que mais vantagem oferecer na compra dos cestos.

Sexta — No ato da abertura, as propostas serão lidas em voz alta na presença dos interessados que comparecerem e logo após por estes rubricadas em todas as vias.

Sétima — O produto resultante desta concorrência será recolhido ao Tesouro Nacional, observadas as normas em vigor.

Oitava — A concorrência poderá ser anulada, se assim convier ao Governo, sem que assista aos concorrentes qualquer direito a indenização ou reclamação judicial ou extra-judicial.

Diretoria do Serviço de Caça e Pesca, em 28 de outubro de 1938.
Ascanio Faria, no impedimento do diretor.

Departamento Nacional da Produção Mineral**DIRETORIA DO SERVIÇO DE AGUAS**

Tendo o decreto-lei n. 852, de 11 de novembro de 1938, estabelecido o prazo de 60 dias, a contar do dia 12 do mesmo mês e ano (data da sua publicação no "Diário Oficial"), para que as empresas, coletivas ou individuais, que já apresentaram ao Governo Federal, dentro do prazo legal, documentos em cumprimento das exigências contidas no artigo 149 do Código de Aguas (decreto n. 24.613, de 10 de julho de 1934), e cujos processos não se ultimaram por deficiência dos documentos apresentados, possam completá-los, sem penalidade, são convidados todos os interessados a apresentar, dentro do referido prazo ao Serviço de Aguas, na avenida Pasteur n. 404, Praia Vermelha, a documentação necessária ao complemento dos manifestos apresentados.

Os que não o fizerem, dentro do dito prazo, incorrerão nas penalidades previstas nos artigos 13, 15 e 16 do decreto-lei n. 852.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — *Antonio José Alves de Souza*, diretor do Serviço de Aguas.

Departamento Nacional da Produção Animal**CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO DESTINADO A LAVAGEM DE VAGÕES, EM SANTA CRUZ, DO POSTO DE DESINFECÇÃO DE VAGÕES QUE FUNCIONA NAQUELA LOCALIDADE, SOB A DIREÇÃO DO SERVIÇO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL DESTA DEPARTAMENTO.**

De ordem do Sr. ministro faço público, para conhecimento dos interessados, que, tendo o Sr. Presidente da República, em despacho exarado na exposição de motivos n. G. M. 652, de 11 de outubro de 1938, autorizado a execução das obras de construção de um galpão destinado a lavagem de vagões, em Santa Cruz, do Posto de Desinfecção de Vagões do Serviço de Defesa Sanitária Animal, deste Departamento, mediante concorrência administrativa, dentro de quinze dias, a contar da data da publicação do presente edital, às 14 horas, serão recebidas na Seção de Expediente e Contabilidade do D. N. P. A., à rua Mata Machado s/n., nesta capital, pela comissão designada para fiscalizar as mesmas obras, propostas para a construção acima referida, as quais obedecerão às seguintes condições:

1 — As firmas que desejarem concorrer deverão solicitar, da Seção de Expediente e Contabilidade do D. N. P. A., até dois dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, guia para recolhimento ao Tesouro Nacional ou à Caixa Econômica, da importância de 4:000\$000 (quatro contos de réis) em apólices da dívida pública, ao portador, ou em moeda corrente, para garantia das propostas que apresentarem, ficando estabelecido que o proponente preferido deverá elevar aquela caução a uma quantia correspondente a 10 % do custo do volume provável da obra, para garantia da sua boa execução dentro do prazo estipulado.

II — No dia e hora mencionados acima, deverão os concorrentes apresentar, em envelope lacrado, com a inscrição da firma respectiva na sobrecarta:

a) prova de quitação de todos os impostos federais e municipais, inclusive o de renda;

b) certidão a que se refere o decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931;

c) documentos a que se refere o decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933;

d) provas de execuções satisfatórias, por si ou seus engenheiros responsáveis, de obras públicas de valor superior a 50:000\$000 (cinquenta contos de réis);

e) prova de capacidade financeira fornecida por estabelecimentos bancários;

f) contrato social devidamente legalizado ou matrícula no caso de firma individual;

g) conhecimento provando ter efetuado o depósito de que trata a cláusula I deste edital.

III — Em outro envelope, lacrado, com a indicação na sobre-carta do nome da firma e conteúdo do mesmo, apresentarão as propostas em quatro vias, selada a primeira, dactilografadas ou manuscritas, datadas e assinadas, mencionado sem emendas, rasuras ou entrelinhas que se comprometem a executar as obras a que se refere este edital, de conformidade com as especificações que acompanham e fazem parte integrante da proposta e indicando por extenso e em algarismos os preços unitários ou globais do trabalho e bem assim o prazo, em dias consecutivos, dentro do qual serão entregues as obras, inteiramente prontas.

IV — Os documentos de idoneidade serão julgados antes da abertura das propostas.

V — As propostas dos concorrentes julgados idôneos serão imediatamente abertas, lidas em voz alta, rubricadas pelos proponentes.

VI — As propostas não poderão conter uma fórmula de completa submissão a todas as cláusulas deste edital e as disposições do Código de Contabilidade Pública da União. Não serão tomadas igualmente em consideração as que delas se afastarem ou oferecerem redução de preços sobre a proposta mais barata.

VII — Será escolhida a proposta que mais vantagem oferecer em preço global ou unitário em cada item da presente concorrência no caso de absoluta igualdade de preços entre dois ou mais concorrentes, proceder-se-á o desempate, de acordo com o disposto no Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União.

VIII — Os pagamentos serão feitos quinzenal ou mensalmente, de acordo com os trabalhos executados, mediante faturas, em quatro vias seladas na forma da lei, e atestados pela Comissão de Fiscalização de Obras.

IX — Fica reservado o direito de anulação, por motivo justificado, da presente concorrência, sem que caiba aos proponentes qualquer reclamação ou indenização.

X — As plantas e demais detalhes das obras a que se refere o presente edital serão fornecidas a expensas dos interessados.

Especificações para construção de um galpão para lavagem de vagões em Santa Cruz

1. Escavações, alicerces e pisos:

- a) Escavações e soca das valas para alicerces — 20 metros cúbicos;
- b) Alicerces de alvenaria de pedra rejuntada com argamassa de cimento e areia, traço 1:4 — 20 metros cúbicos.
- c) Piso e passeio proteto com argamassa de cimento, areia e pedra, traço 1:35 — 180 metros quadrados.

2. Alvenaria de tijolo e revestimento:

- a) Paredes e pilstras de alvenaria de tijolos rejuntados com argamassa de cimento, cal e areia, traço 1:1:6 — 37 metros cúbicos.
- b) Paredes de frontal — 11 metros quadrados.
- c) Revestimento externo e interno com argamassa de cimento e areia traço 1:4 e tanque 1:4 alisado com argamassa de 1:1 de cimento e areia — 314 metros quadrados.

3. Cobertura e forro:

- a) Telhado e madeiramento — 198 metros quadrados.
- b) Forro e pintura — 12,50 metros quadrados.

4. Concreto armado:

- a) Vergas sobre portas e janelas — 0,300 metros cúbicos.

5. Esquadria:

- a) Portas externas com ferragens e pinturas — 2,70 metros quadrados.
- b) Janela com ferragem, pintura e vidros — 3,60 metros quadrados.

6. Diversos:

- a) Instalação e mudança de transformadores e instalações diversas.

Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, em 16 de novembro de 1938. — *Bellisario Alves Fernandes Tavora*, no impedimento do diretor geral.

Departamento Nacional da Produção Animal

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA

O diretor do Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, faz público, para conhecimento de quem interessar, que, pela Diretoria do Domínio da União, foi cedido ao referido Serviço de Caça e Pesca um terreno de marinha situado na praia de São Bento, entre o rio do Choro e o morro de São Bento, em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1938. — *Ascanio Faria*, no impedimento do diretor.

Departamento Nacional da Produção Vegetal

SERVIÇO DE IRRIGAÇÃO, REFLORESTAMENTO E COLONIZAÇÃO SEÇÃO DE COLONIZAÇÃO

Condições para distribuição de lotes no núcleo colonial "São Bento"

Achando-se prontos para distribuição os lotes rurais da 2ª Gleba do Núcleo Colonial São Bento, convindo, de ordem do Sr. diretor do S. I. R. C., os requerentes constantes da relação abaixo, para dentro do prazo máximo de 15 dias, a contar da data da publicação do presente edital comparecerem à sede do S. I. R. C. (Ministério da Agricultura, 1ª Seção de Colonização, 4º andar), afim de declararem se se submetem às seguintes condições:

- a) os lotes são entregues exaguados, demarcados, com picadas abertas e marcos de angulo;
- b) o preço do lote consistirá no valor das terras, mais o das benfeitorias existentes;
- c) o valor das terras será calculado na base de 150 réis o metro quadrado;
- d) a distribuição dos lotes se fará aos requerentes que se pronunciarem ao pagamento prévio da primeira prestação;
- e) o colono obriga-se:

1º, a cultivar no prazo máximo de dois anos uma área mínima de 50 % da concedida, sendo 20 % nos primeiros seis meses e 10 %, dentro de cada semestre seguinte;

2º, a conservar à sua custa as estradas e valas que passem nos terrenos, bem como a praticar todas as medidas necessárias à boa conservação de estado sanitário do seu lote, que sejam exigidas pelo Serviço de Saneamento do Núcleo;

3º, a só construir casa de residência, poço para captação d'água, instalação sanitária, fossas, etc., quando obedecendo ao Regulamento da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social;

4º, a só se localizar no lote após a verificação pelo Serviço Sanitário do Núcleo de que não sofre de moléstias infecto-contagiosas. Esta obrigação é extensiva a toda a família do colono e trabalhadores admitidos;

5º, a não efetuar nenhum desmatamento que não seja para o estabelecimento imediato de uma cultura;

f) pelo não cumprimento de qualquer das exigências destas instruções, a administração do Núcleo notificará o colono e concederá o prazo de um mês, prorrogável, somente, por mais 30 dias para o mesmo regularizar a sua situação.

Nomes dos requerentes chamados

- N. 181 — Manuel de Sousa Galvão.
- N. 182 — Alfredo Augusto Borges.
- N. 183 — Luiz Donato.
- N. 184 — Grécio de Sena Ribeiro.
- N. 185 — Carlos Borsos.
- N. 186 — José Veríssimo de Oliveira.
- N. 187 — Durval Olímpio Pinto de Azevedo.
- N. 188 — Luiz René Desbrosses.
- N. 189 — Joaquim Ribeiro Vitória.
- N. 190 — Heirich Kramer.
- N. 191 — Leopoldina Kramer.
- N. 192 — Sebastião Celerino dos Santos.
- N. 193 — Florisbello Lopes.
- N. 194 — Djalma de Lemos Vasco.
- N. 195 — Caio Antônio Carlos Bardy.
- N. 196 — Hernani Bastos.
- N. 197 — Odilon Primo Fonseca.
- N. 198 — Ivan Santana.
- N. 199 — José Augusto da Rocha.
- N. 200 — Augusto de Carvalho Neto.
- N. 201 — Frederico de Castro Menezes.
- N. 202 — José Ferreira das Neves.
- N. 203 — João Barreto de Sousa.
- N. 204 — Guaraci Barreto de Sousa.
- N. 205 — Josina Barreto de Sousa.
- N. 206 — Estevam Nagy.
- N. 207 — Manuel Maria Teixeira.
- N. 208 — Francisco Giusepponi.
- N. 209 — Antônio Joaquim Pacheco.
- N. 210 — Otávio Siqueira Melo.
- N. 211 — Ameliano Falcão Filho.
- N. 212 — Leôncio Januário.
- N. 213 — Edson Cavalcante.
- N. 214 — Suhy Cavalcante.
- N. 215 — Zaira Carneiro da Fontoura.
- N. 216 — Arbacez Carneiro da Fontoura.
- N. 217 — Clovis Correia de Sousa.
- N. 218 — Rita Carnauba Correia de Sousa.
- N. 219 — Antônio de Barros Carvalho.
- N. 220 — Antônio Cesar Jacobina Vieira.
- N. 221 — Dideret Batista Fernandes.
- N. 222 — João Batista Fernandes.
- N. 223 — Aguiinaldo Batista Fernandes.

- N. 224 — Osear Gonçalves de Albuquerque.
 N. 225 — Agripa Toraz Padre de Faria.
 N. 226 — Pedro Cesar de Carvalho.
 N. 227 — Iracema de Sousa.
 N. 228 — Eugênio Januário.
 N. 229 — José Cesar de Carvalho.
 N. 230 — Guilherme Sauer.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938. — Está conforme o original, *Maria de Lourdes Caldeira de Barros*, auxiliar de escrita de 1ª classe. — Visto, *Paschoal Villaboim*, assistente-chefe. — Visto, *Francisco Fernandes Leite*, sub-assistente engenheiro.

Aprovo. — *José de Oliveira Marques*, diretor do S. I. R. C.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento Nacional do Trabalho

TERCEIRA SECÇÃO

Processo n. 3.382/1935.

Sr. Castelar de Oliveira Barbosa, Ltd.:

Fica essa firma notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo D.N.T. n. 3.382/1935, e nos termos do art. 229, do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, foi multada em 100\$000, importância essa que, acrescida da quantia de cento e setenta e cinco mil réis (175\$000), correspondente à indenização de férias a que tem direito o reclamante Lisandro Menezes, deverá ser recolhida à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guias deste Departamento, conforme o estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

No caso de interposição de recurso, dentro do prazo que a lei faculta, deverão ser depositadas as importâncias acima mencionadas, ainda mediante guias deste Departamento, o que, também, não se realizando, importará na inscrição da dívida para cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Laerte Machado*, diretor da Secção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

TERCEIRA SECÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE MULTA

Processo n. 26.907-1935.

Senhores J. Pinheiro Irmão & Comp.:

Fica essa firma notificada de que de acordo com a decisão proferida no processo n. 26.907-1935, e nos termos do art. 29, do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, foi multada em 100\$000, importância essa que, acrescida da quantia de trezentos e sessenta mil réis (360\$000), correspondente à indenização de férias a que tem direito o reclamante João Luiz Guedes, deverá ser recolhida à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guias deste Departamento, conforme o estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

No caso de interposição de recurso, dentro do prazo que a lei faculta, deverão ser depositadas as importâncias acima mencionadas, ainda, mediante guias deste Departamento, o que, também, não se realizando, importará na inscrição da dívida para cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Laerte Machado*, diretor da secção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

TERCEIRA SECÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE MULTA

Processo n. 8.032-1936.

Senhor Francisco Brandão:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo D. N. T. 8.032-1936, que lhe impôs a multa de cem mil réis (100\$000), prevista no art. 29 do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, bem como o pagamento da importância de férias a que tem direito o reclamante Moacir Delmiro de Farias, fica notificada a recolher as quantias acima discriminadas à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guias deste Departamento, no prazo de dez (10) dias, sob pena de cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Laerte Machado*, diretor da secção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

TERCEIRA SECÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE MULTA

Processo n. 9.796/1936.

Srs. Ventura & Moura:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo 9.796/1936, que lhe impôs a multa de cem mil réis (100\$), prevista no artigo 29 do decreto 23.768, de 18 de janeiro de 1934, bem como o pagamento da importância de duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e noventa e cinco réis (228\$495), correspondente à indenização de férias a que tem direito o reclamante José Braz de Sousa, fica notificada a recolher as quantias acima discriminadas à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guias deste Departamento, no prazo de dez (10) dias, sob pena de cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Laerte Machado*, diretor da Secção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

TERCEIRA SECÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE MULTA

Processo n. 18.791/1936.

Srs. Papa & Ferretti:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo D. N. T. 18.791/1936, que lhe impôs a multa de cem mil réis (100\$), prevista no artigo 29 do decreto 23.768, de 18 de janeiro de 1934, bem como o pagamento da importância de trinta mil réis (30\$), correspondente à indenização de férias a que tem direito o reclamante Pedro Lois Santiago, fica essa firma notificada a recolher as quantias acima discriminadas à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guias deste Departamento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Laerte Machado*, diretor da Secção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

TERCEIRA SECÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE MULTA

Processo n. 52.484/1936.

Sr. Chaim Wamstock:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo D. N. T. 52.484-1936, que lhe impôs a multa de cem mil réis (100\$), prevista no artigo 29 do decreto 23.768, de 18 de janeiro de 1934, bem como o pagamento da importância de seiscentos e setenta e cinco mil réis (675\$), correspondente à indenização de férias a que tem direito o reclamante José de Sousa, fica notificada a recolher as quantias acima discriminadas à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guias deste Departamento, no prazo de dez (10) dias, sob pena de cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Laerte Machado*, diretor da Secção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com a decisão proferida no processo SIP 14.926-38, foi a firma Maximino Pereira, estabelecida com empresa de construções à rua Visconde de Itaúna n. 149, 1º andar, multada em 200\$000 (duzentos mil réis), nos termos do art. 10 do decreto número 22.035, de 29 de outubro de 1932, por haver a mesma se negado a anotar a carteira profissional n. 54.779, da 29ª série, pertencente a José Manuel de Araujo, conforme ficou apurado no aludido processo, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, devendo interpor recurso, dentro do prazo de dez (10) dias, para o diretor do Departamento Nacional do Trabalho.

Em 17 de novembro de 1938. — *Antonio Bento*, intendente, em comissão.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho do senhor diretor geral exarado no requerimento de "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, Comércio de Carnes Verdes" em 14 de novembro de 1938, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob o n. 14.042, os seguintes documentos: a), ata da assembléia geral ordinária realizada em 17 de dezembro de 1937, que elegeu a diretoria e membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para 1938 e tratou de interesses gerais; b), pública forma de um certificado relativo ao imposto de renda. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. — Primeira Secção. Eu, Luiz Valtier Barbosa, secretário da classe E, passei a

presente certidão. Rio de Janeiro, dezoito de novembro de mil novecentos e trinta e oito. — *Luis Walter Barbosa*. Visto. — *Mario Soares Pinto*, Oficial administrativo-K, no impedimento do diretor da Secção. (Coladas e devidamente inutilizadas estampilhas federais no valor de vinte mil réis e um selo de duzentos réis da taxa da Educação e Saúde). Reconheço a firma Mário Soares Pinto, Rio de Janeiro, dezoito de novembro de mil novecentos e trinta e oito. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Antonio Ascenção*. Em Cartão: Segundo Offício. Dr. Alvaro Fonseca da Cunha. Tabelião. — Antônio Ascenção, substituto. Rua do Rosário, cento e trinta e oito. Rio de Janeiro. Carimbo do Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Nada mais se continha em o documento aqui bem e fielmente transcrito do próprio original, do qual fiz extrair a presente pública forma, que subscrevo e assino, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, aos dezoito (18) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e trinta e oito (1938). Eu, Alvaro Fonseca da Cunha, subscrevo e assino em público e razo.

Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Alvaro Fonseca da Cunha*.

(C. 4.012 — 18-11-38 — 43\$900.)

SOCIEDADES ANONIMAS

FINANCIADORA S. A. — CASA BANCÁRIA

BALANCETE EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

Ativo

Caixa:		
Numerário existente	21:843\$200	
A n/ disposição no B. do Brasil	46:500\$000	
Idem em outros bancos	9:550\$000	47:893\$100

Títulos descontados:		
Existentes em carteira	85:041\$700	
Redescontados com terceiros	252:713\$100	337:725\$100

Títulos e valores:		
Apólices de nossa propriedade	14:300\$000	
Prestações a receber	15:070\$000	29:370\$000

Empréstimos sob caução de títulos	10:000\$000	
Móveis e utensílios	20:350\$000	
Instalações	20:180\$000	

Diversas contas, despesas gerais, impostos, juros e descontos, prejuízos, ordenados, comissões, propagação, etc.	63:073\$500	
---	-------------	--

528:793\$800

Contas compensadas:

Caução da directoria	2:000\$000	
Títulos em cobrança	32:525\$000	
Títulos em caução	23:928\$000	
Apólices estaduais em caução	13:000\$000	71:553\$000

600:349\$800

Passivo

Capital	10:000\$000	
Aumento autorizado pela assembleia de 6/10/38	90:000\$000	100:000\$000

Títulos redescontados	252:713\$100	
Credores diversos:		
Por apólices estaduais	30:030\$000	
Por obrigações a pagar	40:449\$800	70:479\$800

Letras a prêmio	40:000\$000	
Diversas contas, juros e descontos, comissões, lucros em apólices, corretagens, etc.	65:603\$600	

528:796\$900

Contas compensadas:

Ações caucionadas	2:000\$000	
Credores por títulos em cobrança	32:525\$000	
Credores por títulos em caução	23:928\$000	
Caução de apólices estaduais	13:100\$000	71:553\$000

600:349\$800

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1938. — Financiadora S. A. (Casa Bancária). — *C. N. Bachur*, diretor-gerente. — *Luiz Wellish*, contador.

(C. 1.004 — 18-11-38 — 100\$000)

BANCO SUL DO BRASIL

Rio de Janeiro

BALANCETE DAS OPERAÇÕES NAS PRAÇAS DO RIO DE JANEIRO E EXUMENAU EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

Ativo

Capital a realizar	2.229:200\$000
Letras descontadas	424:510\$575
Empréstimos em contas correntes	5.151:667\$330
Letras a receber de conta alheia e em cobrança (interior)	175:029\$600
Valores caucionados	1.859:048\$058
Valores depositados	4.171:801\$000
Agências e filiais no interior	138:562\$398
Correspondentes do exterior	267\$100
Correspondentes do interior	419:259\$696
Títulos e propriedades do Banco	153:623\$240
Caixa em moeda corrente	106:821\$720
Caixa em depósito no Banco do Brasil	37:342\$000
Caixa em depósito em outros bancos	36:097\$600
Diversas contas	664:604\$803
Ações em caução	14:000\$000
Agências conta suprimimento	1:000:000\$000

Total do ativo 16:581:835\$120

Passivo

Capital	4.000:000\$000
Depósitos em c/c com juros	188:625\$484
Depósitos em c/c popular	693:856\$930
Depósitos com aviso prévio	151:441\$399
Depósitos a prazo fixo	205:026\$270
Depósitos em c/cobrança no interior	175:029\$600
Títulos em calução e em depósitos	6.030:849\$058
Correspondentes do interior	137:872\$568
Lucros e perdas	3.262:893\$350
Diversas contas	1.722:240\$470
Depósito da directoria	14:000\$000

Total do passivo 16.581:835\$120

F. W. C. e Castro, presidente. — *Gilberto K. Werneck*, pelo contador.

(C 7.659 — 18-11-1938 — 79\$600)

AGÊNCIA FINANCIAL DE PORTUGAL

BALANCETE EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

Ativo

Correspondentes no estrangeiro	887:071\$600
Valores à cobrança	12:788\$100
Títulos depositados	50:920\$000
Mobiliário e utensílios	17:162\$900
Tesouro Brasileiro — C/ depósito de apólices	106:183\$000
Diversas contas	2.360:781\$200

Caixa:

Em moeda corrente	32:937\$150
Em outras espécies	19:532\$400
No Banco do Brasil	3.100:459\$000
Noutros bancos	174:785\$000

3.327:713\$550

6.762:620\$350

Passivo

Governo Português	4.144:023\$522
Contas correntes (sem juros)	79:102\$800
Credores por valores à cobrança	12:788\$100
Credores por títulos depositados	50:920\$000
Diversas contas	2.475:7

6.762:620\$350

S. E. ou O.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — *José B. Costa*, diretor. — *A. S. Moreira*, contador.

(C 7.746 — 18-11-1938 — 64\$000)

CASA BANCARIA "AO MUNDO LOTÉRICO"

Amâncio Rodrigues dos Santos

Rua do Ouvidor n. 139

BALANCETE DE OUTUBRO DE 1938

Ativo

Caixa	13.107\$400
Despesas gerais	3.267\$400
Selos e estampilhas	237\$200
Banco Com. Ind. São Paulo — São Paulo	952\$500
Caixa Econômica	100\$000
Títulos a receber	73.186\$000
Contas correntes	19.029\$460
Banco Com. Ind. São Paulo — Rio	3.530\$400
Impostos	1.900\$800
Empréstimos c/ garantia	9.101\$700
Apólices em stock	124.000\$000
Apólices de n/ propriedade	150.683\$000
Amâncio Rodrigues dos Santos, c/ lucros	7.669\$700
Banco Boavista	151\$500
Banco Com. Ind. Minas Gerais	1.495\$300
Banco do Brasil	5.000\$000
Prestamistas de apólices	31.821\$700
Banco H. e A. Minas Gerais	401\$300
Apólices em custódia	68.432\$000

514.067\$960

Passivo

Capital	100.000\$000
Juros de descontos	24\$200
Saldo de prestamistas de apólices	216\$100
Caixa de pensões	72\$000
Obrigações a pagar	27.552\$000
Apólices integralizadas	282.567\$000
Amâncio Rodrigues dos Santos & Comp., c/ sup.	102.039\$360
Amâncio Rodrigues dos Santos, c/ part.	1.597\$300

514.067\$960

Gerente, p. p. de Amâncio Rodrigues dos Santos, Arthur Rodrigues dos Santos. — Guarda-livros, José Novaes Varzea.

(C. 7.738 — 18-11-38 — 81\$600)

CASA BANCARIA RIBEIRO JUNQUEIRA, IRMÃO & BOTELHO — RIO

BALANCETE EXTRAÍDO EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

Ativo

Letras descontadas	6.344.987\$300
Empréstimos em contas correntes	6.400.631\$100
Títulos e valores de nossa conta	783.421\$400
Efeitos a receber	1.042.308\$600
Efeitos em caução	261.957\$100
Cobrança no interior	266.515\$400
Valores caucionados	698.400\$000
Valores depositados	8.018.978\$200
Móveis & utensílios	97.245\$400
Corta predial	1.164.739\$600
Diversas contas	1.575.564\$800

Caixa:	
Em dinheiro	616.185\$300
Em depósito	1.092.507\$000

1.708.692\$300

Total do ativo 28.363.441\$200

Passivo

Capital	500.000\$000
Fundo para aumento de capital	500.000\$000
Fundo de reserva	400.000\$000
Lucros suspensos	90.752\$000
Contas correntes de movimento	3.835.001\$400
Contas correntes sem juros	971.830\$700
Contas correntes de aviso	742.033\$000
Contas correntes limitadas	1.280.814\$700
Contas a prazo fixo	5.222.836\$500
Letras a prêmio	208.892\$600
Contas de cobrança	1.241.953\$900
Cobrança caucionada	307.452\$200
Depositantes de títulos e valores	8.767.432\$200
Diversas contas	4.294.392\$000

Total do passivo 28.363.441\$200

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1938. — Ribeiro Junqueira, Irmão & Botelho — Rio. — R. Monteiro Junqueira, gerente. — Affonso Art. Soares, contador.

(C. 7.743 — 18-11-38 — 86\$700)

THE YOKOHAMA SPECIE BANK, LIMITED

Capital	Yen 100.000.000,00
Capital realizado	Yen 100.000.000,00
Fundo de reservas	Yen 137.150.000,00

BALANCETE DAS OPERAÇÕES NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, EM 31 DE OUTUBRO DE 1938

Ativo

Letras e efeitos a receber por conta própria do exterior	7.564.084\$340
Letras e efeitos a receber em cobrança do exterior	21.538.451\$839
Letras e efeitos a receber em cobrança do interior	699.016\$100
Empréstimos hipotecários	1.129.705\$502
Empréstimos em contas correntes	1.405.363\$900
Valores caucionados	635.487\$000
Agências e filiais no exterior	19.692.464\$533
Correspondentes do interior	668.892\$800
Hipotecas	7.046.500\$000
Caixa: em moeda corrente no banco	28.887\$200
Caixa: no Banco do Brasil	2.620.826\$704
Diversas contas	847.236\$430
Móveis e utensílios	20.347\$800
Depósito especial no Banco do Brasil p/c de cobranças do exterior	8.605.245\$800

Total do ativo 103.102.509\$154

Passivo

Capital	1.000.000\$000
Depósitos em conta corrente com juros	777.659\$000
Depósitos em conta corrente sem juros	559.364\$000
Depósitos a prazo fixo	987.119\$700
Depósitos em conta de cobrança, do exterior	21.538.451\$839
Depósitos em conta de cobrança, do interior	699.016\$100
Títulos em caução e em depósito	635.487\$000
Caixa matriz	18.294.840\$753
Agências e filiais no exterior	37.804.268\$509
Valores hipotecários	7.046.500\$000
Letras a pagar	7.147.039\$395
Diversas contas	6.012.755\$154

Total do passivo 103.102.509\$154

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938. — F. Shiigi, gerente. — Octavio Pacheco Coelho, guarda-livros.

(C. 7.656 — 18-11-38 — 87\$700)

CIBA, S. A.

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA PRODUTOS QUÍMICOS CIBA, SOCIEDADE ANÔNIMA.

Aos cinco dias do mês de novembro de 1938, reunidos, às 16 horas, na sede social, à rua Camerino 130, dez acionistas, representando mais de dois terços do capital social, conforme se verificou de suas assinaturas lançadas no livro de presença, foi indicado para presidir aos trabalhos o acionista Sr. Dr. Hans C. Kiefer, que para secretário convidou o acionista Sr. Eduardo Ulup. Declarando instalada a assembléia geral extraordinária, disse o presidente que, nos termos dos anúncios de convocação no "Diário Oficial de 25 e 28 de outubro e 3 de novembro do corrente ano, a Assembléia devia deliberar sobre uma proposta de aumento do capital social, da diretoria, com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Determinou-me que precedesse à leitura dos documentos relativos, o que fiz, como secretário, e que são do seguinte teor: Proposta de aumento de capital. Exposição justificativa: — Srs. acionistas. A necessidade de ampliar os serviços e as operações sociais, afim de permitir a sociedade realizar o mais breve possível, os seus objetivos, fez com que a diretoria pensasse no aumento de mil e quinhentos contos de réis do capital social, e na possibilidade de ser ele subscrito e realizado logo em dinheiro, pela "Société pour l'Industrie Chimique à Bale", Basileia, Suíça, cuja colaboração parece excusável encarecer. Tendo encaminhado as negociações nesse sentido, conforme do conhecimento dos Srs. acionistas, conseguiu a diretoria pleno êxito, pelo que propõe seja o capital aumentado de mil contos de réis para dois mil e quinhentos contos de réis, devendo, consequentemente, o artigo 5 dos Estatutos ficar, aprovado que seja o aumento, assim redigido: — O capital social é de dois mil e quinhentos contos de réis, todo ele integralizado e dividido em duas mil e quinhentas ações de um conto de réis cada uma, ao portador. A Diretoria. — Kiefer. — Barroso. — G. A. Lima Torres. Proposta do aumento do capital social. — O Conselho Fiscal da Produtos Químicos Ciba S. A., tendo estudado proposta de aumento do capital social, que a diretoria pretende apresentar à Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade, chegou à conclusão de que a mesma consulta os interesses sociais, o que, aliás, está demonstrado na exposição justificativa da Diretoria, pelo que é de parecer que a referida proposta seja aprovada. O Conselho Fiscal. — H. Kane. — Thomas Bristowe Hobson. — Carlos de Francisco Mo-

Acta Filho. Finda a leitura, esclareceu o presidente que o referido aumento de capital, nos próprios termos da exposição feita pela diretoria, havia sido já subscrito e realizado pela "Société pour l'Industrie Chimique à Bale", nesta assembléa representada por seu bastante procurador, o Dr. Trajano de Miranda Valverde, que confirmou as declarações do presidente, dependendo, entretanto, na forma da lei, a efetivação do aumento, da aprovação dos Srs. acionistas. Dava a palavra a quem lhe solicitasse, Ninguém tendo usado da palavra, o presidente submeteu a proposta de aumento de capital com a modificação feita no artigo 5 dos Estatutos, à votação, verificando-se ter sido aprovada, unanimemente. Determinou, em seguida, a leitura do recibo de depósito da décima parte do aumento de capital, feito no National City Bank of New York, o que fiz, como secretário, recibo que é do teor seguinte: Rs. 150:000\$000 -- Recebemos da Produtos Químicos Ciba S. A. com sede nesta capital o depósito provisório, na quantia de rs. 150:000\$000 (cento e cinco mil e quinhentos contos de réis) correspondente a décima parte de 1.500:000\$000 (um mil e quinhentos contos de réis), o aumento de capital, em dinheiro, da mesma sociedade. Rio de Janeiro, três de novembro de mil novecentos e trinta e oito. — The National City Bank of New York. — *Walter T. Moss*, sub-contador. — *A. Ferreira*, pro-gerente. Asinaturas reconhecidas no tabelião Fernando de Azevedo Milanez, rua Buenos Aires, quarenta e sete. Estando, assim, preenchidos os requisitos legais relativos ao aumento do capital social, competia agora à diretoria, disse o presidente, na forma do artigo 96 do decreto 434 de 1894, cumprir as formalidades complementares. Nada mais havendo a tratar, lavrei, como secretário, no livro competente, esta ata, a qual, depois de lida e aprovada é por todos assinada, inclusive, duas cópias autênticas, dactilografadas, para os fins de direito. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938. — *Ulup*. — *Kiefer*. — *Barroso*. — *G. A. de Lima Torres*. — *Trajano de Miranda Valverde*, por si e como procurador da Société pour l'Industrie Chimique à Bale. — *E. Salathé*. — *Dr. H. Kaepfelo*. — *Dr. H. Mezzner*. — *Dr. G.* (sobrenome ilegível) — *Dr. J. Brodbeck* (ilegível). — Estavam devidamente reconhecidas pelo Tabelião Antônio Ascensão, as seguintes firmas: *Ulup*, *Kiefer*, *Barroso*, *G. A. de Lima Torres* e *Trajano de Miranda Valverde*. — Um carimbo com os seguintes dizeres: Seção de Fiscalização do Exercício Profissional. Visto. Rio, onze de novembro de mil novecentos e trinta e oito. — O diretor (uma assinatura ilegível). Estavam colados e devidamente inutilizados estampilhas federais no valor total de dois mil e duzentos réis, inclusive o de Educação e Saúde. Visto — *Mario Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da seção.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉCIO

Primeira seção.

Certidão — Em cumprimento ao despacho exarado pelo senhor Diretor Geral no requerimento de "Produtos Químicos Ciba S. A." em 18 de novembro de 1938, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob o n. 14.046, os seguintes documentos: a) ata da primeira assembléa geral extraordinária realizada em 5 de novembro de 1938, que aprovou o aumento do capital e consequente modificação do artigo 5.º dos estatutos, contendo a transcrição da proposta da diretoria e do parecer do conselho fiscal sobre esse aumento; b) pública forma do recibo do depósito feito no The National City Bank of New York de 10 % sobre o aumento do capital; c) guia com o pagamento do selo proporcional ao aumento do capital, efetuado na Reprehedoria do Distrito Federal; d) pública forma de um certificado relativo ao imposto de renda. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Seção. Eu, Luiz Valter Barbosa, escrivão da classe E, passei a presente certidão. (Selado com 100\$200). Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — *Luiz Valter Barbosa*, esc. "E". Visto — *Mario Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do Diretor da Seção. Carimbo: Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

Visto — *Mario Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da seção.

(C-7.747 — 18-11-938 — 141\$800).

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO DE MOSSORÓ

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO DE MOSSORÓ, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1938.

Em terceira convocação

Às 14 e meia horas do dia 24 de outubro de 1938, reunidos no escritório desta companhia à rua Buenos Aires n. 50, 1.º andar, 14 senhores acionistas da Companhia Estrada de Ferro de Mossoró, representando 26.450 ações, como foi verificado pelo livro de presença, números estes suficientes para se realizar a presente assembléa geral extraordinária em sua terceira convocação, o Sr. José Luiz Batista, diretor-presidente da companhia, assume, de acordo com o art. 14 dos estatutos, a presidência da assembléa e convida para completar a mesa que dirigirá os trabalhos, os acionistas doutor Virgílio A. de Melo Franco e Osvaldo Soares de Almeida, respectivamente para 1.º e 2.º secretários.

O Sr. presidente, a seguir, declara que não se tendo reunido, em 1.ª e 2.ª convocação, o número legal de acionistas exigido por lei para que esta assembléa possa deliberar validamente, foi feita a 3.ª convocação, conforme anúncios regularmente publicados no "Diário Oficial", pelo que, a assembléa ora reunida deliberará, de acordo com a lei, sobre os seguintes pontos constantes das referidas convocações:

1.º Reforma dos estatutos sociais;

2.º Eleição da Diretoria para o próximo período administrativo, e

3.º Exame e aprovação do convênio de tráfego mútuo de cargas com as Companhias Comércio e Navegação e Carbonífera Rio Grandense.

Assim, declarou que ia passar à exposição e exame dos assuntos da presente assembléa.

Reforma dos estatutos — Esta Diretoria julga de bom alvitre e mesmo de uma necessidade imperiosa, a reforma dos estatutos no capítulo da "Administração", não só por considerar conveniente o desdobramento do cargo de "Diretor-Presidente", como também, por ser indispensável fixar as atribuições dos diversos diretores, principalmente do diretor-gerente, que tem sua ação muito limitada pelos atuais estatutos e precisa ter mais autoridade porque, agindo diretamente na administração da nossa estrada de ferro, sem ter a colaboração de outro diretor, necessita, em muitos casos desempenhar funções até agora atribuída ou ao diretor-presidente ou ao diretor-tesoureiro, pelo que esta diretoria, tendo em vista estas considerações, resolveu submeter à apreciação e deliberação dos Srs. acionistas, a seguinte proposta de reforma do capítulo "Administração" dos estatutos, pedindo então ao Sr. 1.º secretário que lesse a proposta referida. Nessa ocasião o acionista Sr. Dr. Rubens de Campos Farrula propoz que, à vista de existirem sobre a mesa diversos exemplares dessa proposta, fosse dispensada a sua leitura, o que foi aprovado.

Passou-se então, à discussão da proposta da Diretoria, dando o presidente da assembléa, a palavra a qualquer dos Srs. acionistas que quisesse tratar do assunto.

O acionista Sr. Vicente Saboya de Albuquerque, pedindo a palavra, disse que achava perfeitamente justificada e razoável a proposta de reforma dos estatutos apresentada pela Diretoria, pelo que propunha que ela fosse aceita como está redigida, com uma modificação porém, no artigo 11, porque, não é razoável que os diretores venham prestando a esta companhia todos os seus esforços com a tão reduzida remuneração estabelecida nos estatutos em vigor no seu artigo 7.º, letra "b" e assim, propunha que o referido artigo ficasse modificado da seguinte forma:

Art. 11. Os diretores perceberão como honorários, além dos percentagens fixadas no artigo 7.º, letra "b", a importância mensal de um conto de réis (1:000\$000) cada um deles, quando em efetivo exercício de seus cargos.

§ 1.º Ao diretor-gerente, com sede em Mossoró, será concedido a título de "pro-labore", mais um conto de réis (1:000\$000), mensalmente, além dos honorários.

§ 2.º Quando a algum dos diretores for cometido um mandato especial, poderá a diretoria abonar-lhe uma gratificação extraordinária.

O Sr. presidente declarou que, a proposta do acionista Sr. Vicente Saboya de Albuquerque, seria submetida ao exame e aprovação da assembléa geral, juntamente com a proposta da Diretoria.

Não tendo mais nenhum outro acionista desejado usar da palavra, o Sr. presidente submeteu ao exame e aprovação da assembléa a proposta da diretoria e a do acionista Sr. Vicente Saboya de Albuquerque, e, como todos os Srs. acionistas presentes fossem acordes em que elas fossem aprovadas apresentou a redação final da reforma dos estatutos, nos seguintes termos:

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 9.º A companhia será administrada por uma diretoria composta de quatro membros, sendo um presidente, um técnico, um tesoureiro e um gerente, eleitos para cada um desses cargos em assembléa geral ordinária, por maioria de votos, com mandato de cinco anos.

§ 1.º O mandato da diretoria terminará em 30 de junho de cada quinquênio, sendo permitida a reeleição dos diretores.

§ 2.º Os diretores exercerão as suas funções na sede da Companhia, com exceção do diretor-gerente que as exercerá no Estado do Rio Grande do Norte, com residência obrigatória em Mossoró, sede dos serviços da Estrada.

§ 3.º No caso de renúncia ou falecimento de um diretor, a diretoria, de acordo com o Conselho Fiscal, convidará um acionista para substituí-lo, até que outro seja eleito pela primeira assembléa geral ordinária ou extraordinária que se reunir. O substituto completará o mandato do diretor substituído.

§ 4.º No caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor por mais de trinta dias, sem licença da diretoria, a substituição se operará na forma do parágrafo anterior. Se tiver havido licença, o diretor será substituído pelo acionista que a diretoria, da mesma forma designar.

Art. 10. Os diretores eleitos deverão, dentro dos quinze dias imediatos à eleição, pagar, por e caucionar sua gestão com cinquenta ações, que serão depositadas na Companhia e ficarão inalien-

náveis até que a assembléia geral lhes aprove as contas, depois de expirados os mandatos.

Art. 11. Os diretores perceberão como honorários, além das percentagens fixadas no art. 7 letra "b", a importância mensal de um conto de réis (1:000\$000) cada um deles, quando em efetivo exercício dos seus cargos.

§ 1.º Ao diretor-gerente, com sede em Mossoró, será concedido o título de "pró-labore", mais um conto de réis (1:000\$000), mensalmente, além dos honorários.

§ 2.º Quando a algum dos diretores for cometido um mandato especial, poderá a diretoria abonar-lhe uma gratificação extraordinária.

Art. 12. Por via de regra só constituirão a companhia em obrigação, os documentos assinados por dois diretores, na conformidade das atribuições respectivas.

Art. 13. A diretoria compete:

a) a prática de todos os atos gerais de gestão e administração da sociedade, a representação da companhia em juízo ou fora dele diretamente ou pelos advogados e procuradores que constituir;

b) proceder a estudos para prolongamento da via férrea, promover modificações no traçado, contratar os trabalhos de construção da estrada, por administração ou empreitada, estabelecer estações de acordo com as conveniências do tráfego, organizar as tarifas e serviços de fiscalização;

c) nomear, demitir e suspender empregados, fixar-lhes os vencimentos e fiança quando for o caso;

d) expedir os regulamentos e instruções necessários ao serviço da estrada;

e) convocar as assembléias gerais extraordinárias que forem precisas.

Parágrafo único. No caso de divergência entre os diretores, mesmo no exercício das funções que por estes estatutos lhes são atribuídas, prevalecerá sempre a decisão da maioria deles.

Art. 14. Ao diretor-presidente compete:

a) superintender de um modo geral os negócios da companhia;

b) representar a companhia em juízo ou fora dele;

c) assinar juntamente com o diretor-técnico todos os atos e contratos que a companhia realizar com particulares ou com os governos federal, estadual ou municipal;

d) assinar juntamente com o diretor-tesoureiro todos os cheques, saques, ordens de pagamento e títulos de dívida;

e) assinar conjuntamente com o diretor-tesoureiro os balanços, balanços e demais documentos que devem ser submetidos à assembléia geral;

f) convocar as assembléias gerais ordinárias presidindo-as bem como as reuniões de diretoria;

g) executar e fazer executar os estatutos e as deliberações da assembléia geral.

Art. 15. Ao diretor-técnico compete:

a) dirigir e orientar a parte técnica dos serviços da companhia;

b) mandar fazer e dirigir os orçamentos, plantas e projetos que devam ser apresentados às repartições públicas;

c) representar a companhia perante as repartições técnicas federais, estaduais ou municipais, promovendo o andamento dos processos naquelas repartições e assinando os requerimentos e atos de ordem técnica.

Art. 16. Ao diretor-tesoureiro compete, exceto no Estado do Rio Grande do Norte:

a) ter sob sua guarda e responsabilidade todos os haveres da companhia;

b) dirigir o serviço de contabilidade da companhia, os de correspondência e arquivo da sociedade.

c) organizar os balanços e balanços para sua apresentação à assembléia;

d) receber quaisquer somas devidas à companhia, inclusive das repartições públicas federais, estaduais e municipais, podendo para esse fim constituir os procuradores necessários;

e) movimentar juntamente com o diretor-presidente contas em banco, assinando em conjunto com ele ordens de pagamento, recibos e cheques dentro das forças das mesmas contas;

f) firmar juntamente com o diretor-presidente todos os contratos e documentos e títulos que importem em responsabilidade para a companhia.

Art. 17. Ao diretor-gerente, com jurisdição somente no Estado do Rio Grande do Norte, compete nesse Estado:

a) gerir os serviços e negócios da Companhia, e representá-la perante terceiros em juízo ou fora dele, por si ou por procuradores ou advogados que constituir;

b) superintender os estudos, a construção e o serviço da estrada e correlatos, tendo sob sua chefia o pessoal técnico respectivo;

c) receber nas repartições federais, estaduais ou municipais, ou de particulares, as quantias que sejam devidas à companhia a qualquer título, podendo constituir os procuradores que forem necessários para tais fins;

d) movimentar contas-correntes em bancos, dentro das forças das mesmas contas, assinar cheques, recibos e ordens de pagamento;

e) ter sob sua guarda e responsabilidade pessoal todos os haveres da Companhia;

f) nomear, designar, admitir, suspender e demitir empregados ou auxiliares, de qualquer categoria, fixando-lhes as atribuições, ordenados, vantagens e fianças quando for o caso;

g) designar um dos seus auxiliares para responder pelo expediente no caso de ausência a serviço da companhia, podendo conceder ao mesmo os poderes necessários.

Submetida esta redação à apreciação da assembléia, foi ela aprovada por unanimidade, abstendo-se de votar os membros da diretoria.

Declarou o Sr. presidente que ia passar ao segundo ponto da convocação, ou seja: eleição da diretoria para o quinquênio a terminar em 30 de junho de 1934, eleição esta que se procederá de acordo com a alteração dos estatutos que acabava de ser aprovado.

Assim, suspendia a sessão por alguns minutos, para que os Srs. acionistas se munissem das respectivas cédulas.

Reaberta a sessão, o Sr. presidente fez a chamada pelo livro de presença, tendo votado todos os Srs. acionistas.

Procedendo-se em seguida à apuração e contagem de votos, verificou-se o seguinte resultado:

Para diretor-presidente — Antônio Ferraz; para diretor-técnico — José Luiz Batista; para diretor-tesoureiro — Ernesto Esperidião Saboia de Albuquerque; para diretor-gerente — Vicente Carlos de Saboia Filho, além de outros menos votados.

A vista do resultado apurado, o Sr. presidente da assembléia proclamou eleitos e empossados nos cargos de diretores presidente, técnico, tesoureiro e gerente, respectivamente os Srs. Antônio Ferraz, José Luiz Batista, Ernesto Esperidião Saboia de Albuquerque e Vicente Carlos de Saboia Filho, os quais exercerão os respectivos cargos até o dia 30 de junho de 1934.

O Sr. presidente da assembléia agradece a sua eleição para o cargo de diretor-técnico, ao qual procurará prestar o mesmo concurso que vinha prestando desde muitos anos na qualidade de diretor-presidente da companhia, cujo cargo a diretoria julgou acertado desdobrar; declaro mais que é com a máxima satisfação que viu eleito para o cargo de diretor-presidente, o Sr. Antônio Ferraz, que representa os novos acionistas, Companhia Comércio e Navegação, cuja entrada para o rol dos acionistas desta companhia, só poderá trazer vantagens, como todos reconhecem, por se tratar de uma empresa progressista, a qual muito deve a cabotagem nacional, sobretudo o porte de Areia Branca e a vasta zona servida pela nossa estrada.

O Sr. Ernesto Esperidião Saboia de Albuquerque, em seguida pedindo a palavra, agradece a sua reeleição para o cargo de diretor-tesoureiro, ao qual prestará todo o seu concurso, como vem fazendo desde que, em 1937, foi para ele indicado interinamente, em substituição a seu saudoso antecessor, o Dr. Antônio Nogueira Penido e já vinha fazendo, desde longos anos, em serviços gerais para a companhia.

O Dr. Virgílio A. de Melo Franco, pede a palavra, na qualidade de representante do acionista, Sr. Vicente Carlos de Saboia Filho, para explicar que, achando-se o mesmo ausente da sede da estrada, desde abril, por motivo de moléstia em pessoas da família, teve necessidade de regressar ao su posto; no entanto, acreditando interpretar os seus sentimentos, agradecia a sua reeleição, estando certo de que esta companhia pode contar com o seu sempre dedicado e leal concurso, como vem fazendo desde a organização da companhia, e mesmo antes, com os antecessores, como superintendente da Estrada de Ferro de Mossoró.

O acionista Sr. Vicente Saboia de Albuquerque pedindo a palavra, congratula-se com os demais pelo resultado da eleição, pedindo um voto de louvor à diretoria cujo mandato terminou, tendo em vista os relevantes serviços prestados, dos quais redundou uma apreciável melhoria para o estado econômico da companhia, cujo resultado foi apreciado na assembléia ordinária, realizada em 10 de junho do corrente e como todos os presentes estivessem de acordo com o seu pensamento, foi resolvido que este voto constasse da presente ata.

Como mais nenhum acionista pedisse a palavra, o Sr. presidente da assembléia declarou que ia passar ao terceiro ponto da convocação, ou seja: exame e aprovação de convênio de tráfego mútuo de cargas com as Companhias Comércio e Navegação, e Companhia Carbonífera Rio Grandense.

Tráfego mútuo de cargas. — Pediu ao Sr. 1.º secretário para proceder a leitura do convênio de tráfego mútuo de cargas, firmado em 24 de setembro último, com as Companhias Comércio e Navegação e Carbonífera Rio Grandense; cuja leitura foi dispensada por proposta do acionista Sr. Vicente Saboia de Albuquerque, de vez que, existindo sobre a mesma uma via autenticada e diversas cópias do referido contrato, esta leitura tornava-se dispensável.

Ofereceu a palavra a qualquer dos Srs. acionistas que quisessem tratar do assunto.

O acionista Sr. admirante Alvaro R. de Vasconcelos pediu a palavra para se congratular não só com os demais acionistas, como com o comércio que tem interesses ligados à prospera zona servida pela nossa estrada, porque este convênio virá beneficiar ao referido comércio, proporcionando-lhe um ótimo serviço de transporte, do que é uma garantia a perfeita organização das companhias de navegação signatárias do referido convênio. Assim, propõe que o mesmo convênio seja aprovado, proposta esta que, submetida à deliberação dos Srs. acionistas presentes, teve unânime assentimento, abstendo-se de votar os membros da diretoria e a Companhia Comércio e Navegação, pelo seu representante, visto, ser parte interessada no convênio.

Esgotados os assuntos, motivos da presente assembléia, o senhor presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, pedindo, no entanto, aos Srs. acionistas que se encontrassem no recinto, até que a mesma ficasse concluída.

Lavrada esta, o Sr. presidente declarou reaberta a sessão, submetendo a sua redação aos Srs. acionistas presentes, e como nenhum deles alguma coisa tivesse a dizer, foi posta em votação, sendo aprovada por unanimidade de votos.

E eu, 1.º secretário, mandei lavrar a presente e dactilografar em duas vias, e depois de lidas, conferidas e aprovadas, as assino com os demais membros da mesa e Srs. acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1938. — Virgílio A. de Mello Franco, 1.º secretário. — José Luiz Baptista, presidente. — Oswaldo Soares de Almeida, 2.º secretário. — P. p. de Vicente Carlos de Saboia Filho, Virgílio A. de Mello Franco. — Mario d'Almeida, pela Companhia Comércio e Navegação. — Vicente Saboya de Albuquerque. — Saboya de Albuquerque & Comp. — Vicente Saboya de Albuquerque Filho. — Ernesto Esperidião Saboya de Albuquerque. — Glodomir Cardoso. — Alvaro Rodrigues de Vasconcellos. — Dr. Rubens de Campos Farrula. — José Figueira Saboya de Albuquerque. — Ernesto Vicente Saboya de Albuquerque. — Dr. Massillon Saboya de Albuquerque.

(C-7.652 — 18-11-38 — 428\$400).

ADDUCTORA RIBEIRÃO DAS LAGES, S. A.

Certidão

Fernando de Azevedo Milanez, bacharel em ciências jurídicas e sociais, tabelião do 11.º office de notas da Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil.

Certifica que revendo em seu cartório o livro de notas sob o número duzentos e setenta e cinco, nele às folhas oitenta e oito verso, encontrou a escritura que lhe foi pedida por certidão, a qual é do teor seguinte:

"N. 3.795-A — Escritura preliminar de constituição da Sociedade Anônima "Adductora Ribeirão das Lages S. A.", que entre si fazem, Dahne, Conceição & Comp., e outros.

Saibam quantos esta virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e trinta e sete, aos trinta e um dias do mês de dezembro, nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu cartório, à rua Buenos Aires, número quarenta e sete, em virtude de distribuição que me foi feita, conforme bilhete que fica arquivado, perante mim, tabelião, Fernando de Azevedo Milanez, compareceram, partes entre si contratantes, outorgantes e reciprocamente outorgados, 1.º) — Dahne, Conceição & Comp., firma domiciliada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com filial nesta cidade, representada pelos seus sócios, doutores Frederico Dahne e Lauri Antunes Conceição, brasileiros, casados, engenheiros e industriais, ali domiciliados e de presente nesta cidade, agindo também no exercício daquela representação com os poderes que expressamente lhes conferiram os demais sócios da referida firma, doutores Jorge de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Vasco de Melo Feijó, brasileiros, casados, engenheiros e industriais, domiciliados naquela cidade, conforme procuração por estes outorgada em notas do tabelião Mário Gilberto Mariat, de Porto Alegre, aos 29 de dezembro de 1937, livro 257, folhas 42 verso, 2.º) — D. Dahne & Comp., firma também domiciliada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, representada pelo seu sócio, o mesmo doutor Frederico Dahne, agindo nessa representação também em virtude dos poderes expressamente conferidos pelos demais componentes da dita firma, doutores Jorge de Melo Feijó e Ildo Meneghetti, já acima individualizados, conforme procuração passada em notas do citado tabelião Mário Gilberto Mariat, de Porto Alegre, referido livro 257, folhas quarenta e três verso, em 29 de dezembro de 1937; 3.º) — Doutor Frederico Dahne, presente, e já acima individualizado; 4.º) — Doutor Lauri Antunes Conceição, presente e também já acima individualizado; 5.º) — Doutor Vasco de Melo Feijó; 6.º) — Ildo Meneghetti; 7.º) — Doutor Jorge de Melo Feijó, igualmente acima individualizados, em caráter pessoal e representados por seu bastante procurador e subscritor, doutor Mário de Magalhães Porto, brasileiro, casado, advogado, domiciliado nesta cidade, conforme procuração passada em notas do referido tabelião, Mário Gilberto Mariat, de Porto Alegre, aos 29 de dezembro de 1937, livro 257, fls. 45, ao doutor Lauri Antunes Conceição e por este substabelecida, em trinta do corrente, em notas deste meu cartório, livro 279 fls. 13, e sem reserva de poderes ao mesmo outorgado; 8.º) — Diego Gonzales Blanco; 9.º) — Celestino Duran; 10.º) — Ernesto Rezende Waiek, brasileiros, casados, do comércio, domiciliados em Porto Alegre, e representados por seu bastante procurador e subscritor, doutor Nelson de Magalhães Porto, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, segundo procuração passada em notas do mesmo tabelião Mário Gilberto Mariat, de Porto Alegre, aos 29 de dezembro de 1937, ao referido doutor Laury Antunes Conceição, e por este substabelecida em notas deste meu cartório, livro 279, fls. 13, sem reserva de poderes ao mesmo outorgado; 11.º) — Carlos Cardoso; 12.º) — Luiz Sousa Neves; 13.º) — Admar Kieling; 14.º) — Germano Knoll; 15.º) — Gabriel Pedro Moacir; 16.º) — Erwin Brandt, este, alemão, e os demais, brasileiros, os dois últimos, solteiros e os demais casados, do comércio, também domiciliados em Porto Alegre, representados por seu bastante procurador e subscritor, doutor João Pedro Gouveia Vieira, conforme procuração outorgada e substabelecida, em trinta do corrente, em notas deste meu cartório, livro 279, fls. 13, sem reserva de poderes, ao mesmo outorgado;

17.º) — Fausto Brandão de Melo, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, também domiciliado em Porto Alegre, representado por seu bastante procurador e subscritor doutor José Augusto de Carvalho Cesário Alvim, nos termos da procuração outorgada em notas do tabelião Demócrito Rodrigues da Silva, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, aos 24 de dezembro de 1937, livro 147, fls. 69, ao citado doutor Laury Antunes Conceição, em trinta do corrente, substabelecida em notas deste meu cartório, livro 279, fls. 13, sem reserva de poderes ao mesmo outorgado; 18.º) — Doutor Mário de Magalhães Porto, presente e já acima individualizado; 19.º) — Doutor Nelson de Magalhães Porto, presente e também acima individualizado; 20.º) — Doutor João Pedro Gouveia Vieira, presente e igualmente acima individualizado; e 21.º) — Doutor José Augusto de Carvalho Cesário Alvim, presente e também acima individualizado, sendo que todas as procurações aqui referidas, ficam registradas no livro competente deste meu cartório, número trinta e cinco; os presentes meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, que também conheço, do que dou fé. E, na presença das mesmas testemunhas, disseram todos os outorgantes e reciprocamente outorgados, cada um de sua vez, sendo que os ausentes pelos seus representantes, na forma dos poderes expressos que lhes foram conferidos e acima mencionados, que, de acordo com o decreto número quatrocentos e trinta e quatro, de quatro de julho de mil oitocentos e noventa e um, e mais legislação aplicável, haviam entre si convenicionado constituir uma sociedade anônima denominada "Adductora Ribeirão das Lages S. A.", tendo sede, fóro jurídico e administração nesta cidade, para os fins definidos em seus estatutos, entre os quais o de "Realizar as obras de construção das linhas adutoras do Ribeirão das Lages e explorar as mesmas obras por concessão do Governo da União Federal", com o capital de trinta mil contos de réis, representado por trinta mil ações do valor nominal de um conto de réis cada uma, regulando-se a sociedade, no geral, pelas leis que regem as sociedades anônimas e em particular, pelos estatutos que abaixo são transcritos, em os quais, estatutos, os contratantes plenamente se acordaram e me foram apresentados em nove folhas dactilografadas, devidamente rubricadas, compondo-se de cinco títulos e trinta e nove artigos, além de mais três artigos correspondentes ao capítulo único do título V, denominado "Disposições transitórias", assinados por todos os contratantes, ficando o original arquivado neste meu cartório. Declararam mais que a subscrição total do dito capital, de trinta mil contos de réis, representado em ações do valor nominal de um conto de réis cada uma, foi feita como abaixo se menciona: Dahne, Conceição & Comp. — 24.000 ações, no valor total de 24.000:000\$000; F. Dahne & Comp. — 2.660 ações, no total de 2.660:000\$000; dr. Frederico Dahne — 420 ações, formando um total de 420:000\$000; dr. Lauri Antunes Conceição — 420 ações, formando um total de 420:000\$000; dr. Vasco de Melo Feijó — 420 ações, perfazendo um total de 420:000\$000; Ildo Meneghetti — 420 ações, formando um total de 420:000\$000; dr. Jorge de Melo Feijó — 420 ações, formando um total de 420:000\$000; Diego Gonzales Blanco — 150 ações, formando um total de 150:000\$000; Celestino Duran — 250 ações, no valor de 250:000\$000; Ernesto Rezende Waiek — 250 ações, perfazendo o total de 50:000\$000; Carlos Cardoso — 50 ações, no total de 50:000\$000; Luiz Sousa Neves — 200 ações, no valor de 200:000\$000; Admar Kieling — 50 ações, no total de 50:000\$000; Germano Knoll — 50 ações, formando o total de 50:000\$000; Gabriel Pedro Moacir — 100 ações, no valor total de 100:000\$000; Erwin Brandt — 50 ações, no valor total de 50:000\$000; Fausto Brandão de Melo — 50 ações, no valor de 50:000\$000; dr. Mário de Magalhães Porto — 10 ações, no valor de 10:000\$000; dr. Nelson de Magalhães Porto — 10 ações, no valor de 10:000\$000; dr. João Pedro Gouveia Vieira — 10 ações, no total de 10:000\$000; e dr. José Augusto de Carvalho Cesário Alvim — 10 ações, no valor de 10:000\$000; tudo que perfaz o valor integral do capital subscrito de trinta mil contos de réis, declararam também que o dito capital será realizado parte em dinheiro, seis mil contos de réis de que dez por cento se depositarão oportunamente, na forma da lei, e parte, vinte e quatro mil contos de réis, representados no valor distribuído, digo no valor atribuído a concessão, bens e direitos, inclusive créditos que a subscritora e fundadora, Dahne, Conceição & Comp. oferece, entre eles, o seu contrato de crédito, realizado com o Banco do Brasil, para financiamento das obras, já em execução e também o contrato de fornecimento de materiais necessários para estas obras realizado com as seguintes empresas: "Société Anonyme des Hauts Fourneaux et Fonderies de Pont à Mousson", Société des Tuyaux Bonna, Sociedade Anônima e Sociedade Industrial de Tubos, Sociedade Anônima, tudo nos termos da mesma subscrição. Declararam ainda que, consoante o citado decreto número quatrocentos e trinta e quatro, visto que parte do capital terá de ser realizado em bens, direitos e créditos como acima mencionado, ter-se-á de proceder à respectiva verificação e avaliação, preenchidas, para isso, as formalidades legais. Em tais condições, outorgantes e reciprocamente outorgados deliberaram entre si que fica adiada a constituição definitiva da Sociedade Anônima Adutora do Ribeirão das Lages S.A., até que se procedam as ditas verificação e avaliação e, uma assembléia dos subscritores a realizar-se no dia três de janeiro próximo vindouro de mil novecentos e trinta e oito, à rua Alcindo Guanabara número dezessete, nesta cidade, pelas dez horas da manhã, afim de fazer-se a nomeação dos peritos que procederão à mesma verificação e avaliação dos bens, direitos e créditos, oferecidos em conferência do capital-ações, pela firma subscritora, Dahne, Conceição & Comp., seguindo-se a assembléia que deliberará sobre a aprovação do laudo dos peritos, a qual assembléia se realizará em dia

que por oportunamente designado, de tudo o que o que todos os outorgantes e reciprocamente outorgados se declaram avisados e cientes. Estatutos da Adutora Ribeirão das Lages. S. A. Da constituição da sociedade. Título I. Capítulo I. Denominação, sede e foro jurídico, objeto da sociedade e sua duração. Artigo primeiro — Sob a denominação de Adutora Ribeirão das Lages S. A. fica constituída uma sociedade anônima, com sede nesta cidade, onde terá seu foro jurídico e sua administração. Artigo segundo — Os fins e operações da sociedade são os seguintes: a) realizar as obras de construção das linhas adutoras do Ribeirão das Lages e explorar as mesmas obras por concessão do Governo da União Federal, conforme o contrato de dezesseis de junho de mil novecentos e trinta e seis, assinado com a firma, Dahne, Conceição & Comp., e que se transfere à Sociedade; b) realizar, depois de terminadas as obras de construção das linhas adutoras do Ribeirão das Lages, todo e qualquer outro empreendimento, de caráter industrial, seja de serviço público, seja de empresa privada. Artigo terceiro — O prazo de duração da sociedade é de trinta anos, prorrogável por deliberação da assembleia geral, e se contará da data em que a sociedade inicie a atividade, após publicação e arquivamento dos seus atos de constituição. Artigo quarto — O ano social será de janeiro a dezembro, encerrando-se o primeiro período de atividade social em trinta e um de dezembro. Capítulo II. Do capital social e sua realização. Artigo quinto — O capital social é de trinta mil contos de réis, dividido em ações do valor nominal de um conto de réis cada uma. Artigo sexto — As ações serão nominativas, podendo tornar-se em ações ao portador logo que realizadas ou vice-versa, requerendo os interessados à diretoria a respectiva conversão. Artigo sétimo — Em princípio, uma ação não poderá pertencer a mais de um acionista, não sendo permitidas frações de ação. Em casos especiais, onde haja mais de um possuidor de ação, como na sucessão *causa-mortis*, seguir-se-á o que for prescrito nas leis das sociedades anônimas. Título II. Capítulo I. Da administração. Artigo oitavo — A sociedade será administrada por três diretores, com as funções, respectivamente, do diretor-presidente, diretor-técnico e diretor-secretário, eleitos por assembleia geral, podendo ser reeleitos. Artigo nono — Além dos diretores, efetivos, serão eleitos dois diretores substitutos a qualquer ou a ambos os quais pôde o presidente convocar para colaborar nos interesses sociais, inclusive nas deliberações da diretoria. Compete-lhes substituírem os diretores efetivos, como abaixo disposto. Parágrafo único — Os diretores serão substituídos pelos diretores efetivos ou diretores substitutos, conforme resolver a diretoria. Artigo décimo — O mandato de diretor será de seis anos. Artigo décimo primeiro — Cada diretor perceberá um *pro-labore* mensal de três contos e quinhentos mil réis, competindo à assembleia geral, por ocasião da aprovação dos balanços, estabelecer os seus honorários, tudo o que será levado à conta de despesas gerais. Parágrafo primeiro — Os honorários que a assembleia estabelecer, somente serão devidos, depois de começada a arrecadação das taxas de fornecimento d'água, objeto da concessão a que se refere o artigo segundo, letra a, dos presentes estatutos. Parágrafo segundo — Os diretores substitutos só vencerão *pro-labore* e honorários quando exercerem funções de colaboração ou substituírem os diretores efetivos. Artigo décimo segundo — Em caso de falecimento ou renúncia de qualquer diretor, continuará a administração com os demais até que se realize a primeira assembleia geral ordinária e seja eleito seu substituto, salvo a convocação da assembleia geral extraordinária para proceder a sua substituição em definitivo. Se, porém, se verificar mais de duas vagas, procederá o Conselho Fiscal à respectiva substituição ou substituições até a eleição dos substitutos definitivos. Artigo décimo terceiro — As pessoas jurídicas, ainda que acionistas, não podem ser eleitas para os cargos de administração da sociedade. Artigo décimo quarto — Compete à diretoria, em geral: 1) — a administração da sociedade, com poderes para transigir sobre os negócios sociais e que lhe são plenamente outorgados, respeitadas, entretanto, as atribuições de gestão social que, na constituição da primeira Diretoria, serão obrigatoriamente conferidas ao diretor-presidente e pelo mesmo prazo de duração do mandato deste cargo; 2) — Convocar as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; 3) — Elaborar e submeter ao Conselho Fiscal, com a antecedência de, no mínimo, sessenta dias da data da assembleia geral ordinária, as contas anuais e relatório que têm de ser apresentados à mesma assembleia; 4) — Deliberar e resolver sobre quaisquer assuntos que, pela lei ou pelos estatutos, não sejam da competência privativa da assembleia geral ou de qualquer dos diretores; 5) — Fiscalizar, em geral, todos os serviços da Sociedade. Artigo décimo quinto — A Diretoria só poderá funcionar e deliberar, validamente, quando se acharem presentes, pelo menos dois diretores em exercício. Artigo décimo sexto — Cada diretor, antes de assumir o exercício, caucionará nos cofres sociais, em garantia de sua gestão, vinte ações próprias, que serão consideradas impenhoráveis e inalienáveis até trinta dias após a aprovação de suas contas pela assembleia geral. Poderá qualquer acionista prestar caução pelo diretor não acionista ou portador de menos de vinte ações. Artigo décimo sétimo — Concedida-se ter renunciado a sua eleição o diretor que deixar de prestar, oportunamente, a caução a que é obrigado, ou que não assumir o exercício do cargo dentro de quinze dias após a data, fixada para início de suas funções. Artigo décimo oitavo — Compete ao diretor-presidente: 1) — Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por si ou por mandatário que constituir, e bem assim nos atos e contratos que emanarem de deliberações da diretoria ou da

assembleia geral e, no geral, em todos os atos ou contratos em que a sociedade for parte; 2) — Presidir as reuniões da diretoria, exercer o voto de qualidade e o de desempate, quando este se fizer preciso nas respectivas deliberações; 3) — Tomar efetivas as resoluções da assembleia e da diretoria e zelar pelo fiel cumprimento dos estatutos; 4) — Dirimir, por si ou por arbitro que indicar, as divergências suscitadas com ou entre os outros membros da Diretoria; 5) Convocar a reunião dos diretores e do Conselho Fiscal, toda vez que se fizer necessário; 6) — Assinar, conjuntamente com o diretor-secretário, as ações da Sociedade e os títulos de obrigações ao portador (debentures), quando a sociedade os emitir. Artigo décimo nono — Quando o diretor-presidente, investido das funções de gerente social, são-lhe atribuídos, nesta última qualidade, os poderes necessários para praticar todos os atos de gestão da Sociedade, inclusive os de demitir e nomear o pessoal técnico, auxiliar e empregados em geral, salvo o que adiante se reserva ao diretor-técnico. Parágrafo primeiro — Entre os poderes de gerência social, se incluem os seguintes e os que lhes forem consequentes ou conexos: transigir, assignar, emitir, aceitar, endossar, avalizar, descontar e caucionar, conforme for o caso, ordens, cheques, conhecimentos de transporte, letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias e quaisquer outros títulos de comércio ou de crédito, como realizar quaisquer operações financeiras, tudo exclusivamente no interesse da sociedade. Parágrafo segundo. Quando as funções de gerente social, forem exercidas permanentemente por qualquer outro diretor ou terceiro, os atos respectivos, como os compreendidos nos poderes acima nomeados, deverão ter a assistência do diretor-presidente. Artigo vigésimo. As funções de gerência social, quando exercidas por qualquer dos diretores, não terão outra remuneração além da prevista no artigo décimo primeiro destes estatutos, mas, se exercidas por terceiro, a remuneração deste será equivalente à que, pelo citado artigo décimo primeiro, compete a cada diretor. Artigo vigésimo primeiro. Compete ao diretor técnico: 1) A gestão técnica da sociedade, propriamente dita, fiscalização e administração dos serviços de campo, máquinas e instalações, bem como todos os serviços acessórios ligados à exploração; 2) indicar a nomeação e demissão de auxiliares, operários e técnicos, a seu imediato serviço. Artigo vigésimo segundo. Compete ao diretor-secretário: 1) substituir a qualquer dos diretores, na forma dos presentes estatutos e assinar com o diretor-presidente os documentos e papéis a que estiver autorizado por estes estatutos; 2) redigir e assinar o expediente da diretoria e a correspondência da sociedade, quando não o faça o diretor-presidente; 3) fornecer as notas necessárias à elaboração do relatório anual, que tem de ser apresentado à assembleia geral; 4) decidir, em geral, sobre o expediente dos negócios da sociedade; 5) abrir, numerar, rubricar e encerrar o livro de atas das reuniões da diretoria, do conselho fiscal e das assembleias gerais, assinando os respectivos termos com o diretor-presidente; 6) ter sob sua guarda o arquivo da sociedade; 7) cooperar com os demais diretores na administração social. Capítulo II — Do conselho fiscal. Artigo vigésimo terceiro. A sociedade terá um conselho fiscal, composto de três membros e três, digo de três fiscais e três suplentes, eleitos conjuntamente pela assembleia geral, em sua reunião ordinária, com mandato por um ano, podendo ser reeleitos. Parágrafo único. Os fiscais e suplentes podem ser pessoas estranhas à sociedade, servindo os últimos de acordo com a precedência de idade. Artigo vigésimo quarto. Os membros do conselho fiscal perceberão o honorário anual de um conto de réis cada um. Artigo vigésimo quinto. Além das atribuições que por lei lhe competem, incumba ao conselho fiscal: 1) comparecer a reuniões da diretoria, quando por esta convocado; 2) com a antecedência de vinte dias, no mínimo, da data da assembleia geral ordinária, apresentar parecer, para estudo e consultas dos acionistas, sobre os negócios e operações sociais, relatório e contas da diretoria; 3) emitir parecer sobre a exposição da diretoria, propondo aumento ou redução do capital social e nos demais assuntos em que deva ser ouvido; 4) dar substitutos à diretoria, na forma destes estatutos e da lei. Capítulo III — Da assembleia geral. Artigo vigésimo sexto. A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente, no dia trinta de março em sua sede social, convocada com antecedência de quinze dias, pelo menos, por anúncio no *Diário Oficial*, para os fins que em lei lhe são cometidos, inclusive os de tomar conhecimento do inventário, balanço e contas anuais dos administradores, eleger os membros do conselho fiscal, bem como os membros da diretoria, quando oportuno. Parágrafo único. As assembleias gerais extraordinárias reunir-se-ão toda vez que houver convocação especial da diretoria, conselho fiscal ou de acionistas, nos casos e pela forma previstos em lei e nestes estatutos, e serão convocadas por anúncios motivados com antecedência de cinco dias, pelo menos. Artigo vigésimo sétimo. A assembleia geral ordinária só poderá funcionar, em primeira convocação, estando presentes acionistas com direito de voto que representem, no mínimo, metade do capital social; em segunda e em terceira convocação a assembleia funcionará qualquer que seja a parcela do capital representado pelos acionistas que comparecerem. Parágrafo único. A mesma disposição prevalecerá a respeito das assembleias gerais extraordinárias, desde que a lei não estabeleça para o caso preceitos especiais. Artigo vigésimo oitavo. As reuniões da assembleia geral, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por um acionista, para esse fim aclamado, o qual convidará para secretário um dos acionistas presentes. Artigo vigésimo nono. A assembleia geral deliberará sempre por maioria de votos, contando-se um voto para cada grupo de dez ações e, no caso de empate, decidirá o presidente. Artigo trigésimo. Sendo o acionista representante de outro os votos serão contados na

proporção dos grupos de ações próprias, de cada um dos seus representantes. Artigo trigésimo primeiro. Os acionistas ausentes poderão ser representados por outros acionistas que não sejam diretores, nem fiscais em exercício, por meio de procuração, carta ou telegrama dirigido ao presidente da assembléia, indicando o seu mandatário, observadas, quanto à ultima forma de constituição do mandato, as formalidades legais que lhe são próprias. Artigo trigésimo segundo. Os acionistas pessoalmente interessados em um assunto, sobre o qual não poderão votar, sendo-lhes facultado, entretanto, tomar parte na discussão. Artigo trigésimo terceiro. Proceder-se-á em regra a votação pelo modo simbólico, levantando-se os que aprovarem as propostas submetidas a voto, salvo se for requerida votação nominal e a assembléia o deliberar pela maioria dos presentes. Parágrafo único. Nas eleições para membros da diretoria e do conselho fiscal, a votação será feita por escrutínio secreto, designando o presidente um ou mais escrutinadores. Artigo trigésimo quarto. Verificado o preenchimento das condições exigidas para a assembléia funcionar e deliberar, aprovada a ata da sessão anterior, se houver, será submetida à discussão e votação a matéria da ordem do dia. Parágrafo único. Uma vez encerrada a sessão, o secretário lavrará uma ata, com a exposição sucinta e clara dos assuntos discutidos, assinando-a o presidente, o secretário e os acionistas presentes à reunião, podendo, entretanto, a assembléia designar, dentre os presentes os que devam fazer com representação dos que se ausentarem. A ata poderá ser aprovada na mesma ou na reunião de assembléia seguinte. Artigo trigésimo quinto. Poderá deliberar e votar nas assembléias gerais: os representantes legais pelos absoluta ou relativamente incapazes; o inventariante pelo acervo "pro-indiviso"; o síndico pela massa falida; pelas firmas ou sociedades comerciais e outras pessoas jurídicas, os gerentes, diretores ou administradores, desde que os representados sejam acionistas. Artigo trigésimo sexto. Uma vez convocada a assembléia geral, ordinária ou extraordinária, ficam suspensas as transferências de ações, podendo, quanto às ações ao portador a diretoria determinar, nos anúncios de convocação de assembléia geral ordinária, como extraordinária o depósito na Caixa Social ou em bancos, das mesmas ações, com a antecedência nunca inferior a três dias da data das respectivas reuniões. Artigo trigésimo sétimo — Compete à assembléia geral, além do que em lei lhe for assegurado: 1) — Eleger a Diretoria, o Conselho Fiscal e os suplentes deste; 2) — Tomar as contas da gestão da Diretoria, conhecendo, igualmente, o parecer que, sobre elas emitir o Conselho Fiscal; 3) — Transferir, renunciar direitos, hipotecar, alienar bens imóveis, resolvendo a respeito em reunião extraordinária devidamente convocada; 4) — Conferir a diretoria o necessário consentimento para os atos que esta não puder praticar sem a sua autorização; 5) — Deliberar sobre a mudança da sede da sociedade; 6) — Suprimir ou substituir por outros, os fundos sociais instituídos nos presentes estatutos, ou reduzir as percentagens para os mesmos estabelecidas; 7) — Alterar ou reformar os presentes estatutos; 8) — Resolver, no geral, sobre o aumento ou redução do capital, ampliação dos fins sociais, participação da sociedade em sociedades idênticas, congêneres ou similares, casos e modo de dissolução e liquidação da sociedade, em reunião extraordinária, desde que a respectiva deliberação seja tomada por acionistas representando dois terços do capital social, salvo se se tratar de assembléia em terceira convocação, caso em que a deliberação será tomada validamente pelo número que comparecer nos termos do artigo vinte e sete e parágrafo único destes estatutos. Título III. Capítulo único. Dos lucros sociais e sua aplicação. Artigo trigésimo oitavo — Em trinta e um de dezembro, de cada ano, proceder-se-á ao balanço geral do ativo e passivo da sociedade. Do, lucro líquido, apurado anualmente, serão retiradas as seguintes percentagens: 1º) — dez (10) por cento para fundo de renovação de material e reversão ao Governo, findo o serviço da exploração; 2º) — cinco (5) por cento para fundo de Resgate; 3º) — cinco (5) por cento para Fundo de Depreciação e Renovação; 4º) — cinco (5) por cento para Fundo de proteção aos salarizados da sociedade, a juízo da diretoria; 5º) — cinco (5) por cento para Fundo de Reserva. Parágrafo primeiro — Deduzidas as percentagens acima previstas, o saldo do lucro líquido será distribuído como dividendo aos acionistas na proporção das ações de cada um, não podendo exceder de dez por cento. Parágrafo segundo — Os dividendos que não forem reclamados no prazo de cinco anos, contados do primeiro dia fixado em publicação para o seu pagamento, prescrevem em benefício da Companhia. Título IV. Capítulo único. Disposição Geral. Artigo trigésimo nono — Os casos omissos nestes estatutos, não previstos em lei, serão resolvidos pela diretoria e Conselho Fiscal, em conjunto, até realização da primeira assembléia geral. Título V. Capítulo único — Disposições transitórias. Artigo primeiro — O objeto social definido na letra "a" do artigo segundo, dependerá da prévia aprovação do Governo Federal à transferência da concessão do serviço de construção e exploração, objeto do contrato de quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis, assinado entre o mesmo Governo Federal e a firma Dahne, Conceição & Cia., na forma do que dispõe a cláusula vigésima primeira desse contrato. Artigo segundo — A sociedade assumirá todas as obrigações até aqui contraídas pela firma Dahne, Conceição & Cia., no objeto do contrato de concessão assinado com o Governo Federal, especialmente as contraídas com o Banco do Brasil por escritura pública de seis de agosto do corrente ano, subscritas nos respectivos direitos. Artigo terceiro — Fica a Diretoria expressamente autorizada a lançar um em-

préstimo por "debentures" até a importância de trinta mil contos de réis, sob a garantia de todo o ativo da sociedade, ressalvados os privilégios ou preferências existentes, podendo praticar todos os atos necessários e caucionar os títulos que por ventura não forem subscritos. Rio de Janeiro, trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta e sete. Dahne, Conceição & Cia. — Frederico Dahne. — Dahne, Conceição & Cia. — Laury Antunes Conceição. — F. Dahne & Cia. — Frederico Dahne. — Laury Antunes Conceição. — Mario de Magalhães Porto, por si e pp. de Vasco de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Jorge de Melo Feijó. — Nelson de Magalhães Porto, por si e pp. de Diogo Gonzales Blanco, Celestino Duran e Ernesto Rezende Waick. — João Pedro Gouvêa Vieira, por si e pp. de Carlos Cardoso, Luiz Souza Neves, Admar Kielling, Germano Knoll, Gabriel Pedro Moacir e Erwin Brandt. — José Augusto de Carvalho Cesarino Alvim, por si e pp. de Fausto Brandão de Mello. (Os estatutos acima constam de nove folhas datilografadas, a última assinada e as demais devidamente rubricadas por todos os contratantes). E como se acham assim de pleno e recíproco acordo, aceitaram entre si que, após realizadas as assembléias para os fins acima mencionados e satisfeitas as exigências legais necessárias, fariam passar a escritura de constituição definitiva da sociedade em dia de que todos os outorgantes e reciprocamente outorgados teriam ciência. Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente estipularam, pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura que sendo lida às partes e às testemunhas e achada conforme, aceitaram e assinaram com as mesmas testemunhas a ludo presentes, Paschoal Garofalo e Godofredo Marques. Eu, Antônio Ferreira Leite, escrevente juramentado, a escrevi. E eu, Fernando de Azevedo Milanez, tabelião, a subscrevo. — Dahne, Conceição & Cia. — Frederico Dahne. — Dahne, Conceição & Cia. — Laury Antunes Conceição. — F. Dahne & Cia. — Frederico Dahne. — Laury Antunes Conceição. — Mario de Magalhães Porto. — Nelson de Magalhães Porto. — João Pedro Gouvêa Vieira. — José Augusto de Carvalho Cesarino Alvim. — Paschoal Garofalo. — Godofredo Marques. Nada mais se continha em a transcrita escritura, que, para aqui, bem e fielmente, fiz passar por certidão, do próprio livro, ao qual me reporto, em meu poder e cartório. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938. — E eu, Antonio Ferreira Leite, escrevente juramentado, no impedimento ocasional do tabelião, a subscrevo e assino. — Antonio Ferreira Leite.

CERTIDÃO

Fernando de Azevedo Milanez, bacharel em ciências jurídicas e sociais, tabelião do 11º Ofício de Notas da Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil:

Certifica que, revendo em seu cartório o livro de notas sob o número duzentos e oitenta e um, nele, às folhas nove, encontrou a escritura que lhe foi pedida por certidão, a qual é do teor seguinte:

"N. 3.834 — Escritura de constituição definitiva da sociedade anônima "Adutora Ribeira das Lages S. A." que entre si fazem Dahne, Conceição & Comp. e outros, na forma abaixo:

Saibam quantos esta virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e trinta e oito, aos dezessete dias do mês de Janeiro, nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu cartório, à rua Buenos Aires número quarenta e sete, em virtude de distribuição que me foi feita, conforme bilhete que fica arquivado, perante mim, Antônio Ferreira Leite, escrevente juramentado, no impedimento ocasional do tabelião, Fernando de Azevedo Milanez, compareceram partes entre si contratantes, outorgantes e reciprocamente outorgados: Primeiro — Dahne, Conceição & Comp., firma domiciliada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com filial nesta cidade, representada pelos seus sócios, Drs. Frederico Dahne e Laury Antunes Conceição, brasileiros, casados, engenheiros e industriais, ali domiciliados e de presente nesta cidade, agindo também no exercício daquela representação com os poderes que expressamente lhes conferiram os demais sócios da referida firma, Drs. Jorge de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Vasco de Melo Feijó, brasileiros, casados, engenheiros e industriais, domiciliados naquela cidade, conforme procuração por estes outorgada em notas do tabelião Mário Gilberto Mariá, de Porto Alegre, aos vinte e nove de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, livro duzentos e cinquenta e sete, folhas quarenta e duas, verso. Segundo — F. Dahne & Comp., firma também domiciliada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, representada pelo seu sócio, o mesmo Dr. Frederico Dahne, agindo nessa representação também em virtude dos poderes expressamente conferidos pelos demais componentes da dita firma, Drs. Jorge de Melo Feijó e Ildo Meneghetti, já acima individuados, conforme procuração passada em notas do citado tabelião Mário Gilberto Mariá, de Porto Alegre, referido livro duzentos e cinquenta e sete, folhas quarenta e três, verso, em vinte e nove de dezembro de mil novecentos e trinta e sete; Terceiro — Dr. Frederico Dahne, presente, e já acima individualizado; Quarto — Dr. Laury Antunes Conceição, presente e também já acima individualizado; Quinto — Dr. Vasco de Melo Feijó. Sexto — Ildo Meneghetti. Sétimo — Dr. Jorge de Melo Feijó, igualmente acima individualizados, em caráter pessoal e representados por seu bastante procurador e subscritor, Dr. Mário Magalhães Porto, brasileiro, casado, advogado, domiciliado nesta cidade, conforme procuração passada em notas do referido tabelião Mário Gilberto Mariá, de Porto Alegre, aos vinte e nove de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, livro duzentos e cinquenta e sete, folhas que

enta e cinco, ao doutor Laury Antunes Conceição e por este sub-
tabeleceda, em trinta do dito mês de dezembro, em notas deste meu
cartório, livro duzentos e setenta e nove, folhas treze, sem reserva,
de poderes ao mesmo outorgado; *oitavo* — Diogo Gonzales Blanco,
nono — Celestino Duran, *décimo* — Ernesto Rezende Waick, brasi-
leiros, casados, do comércio, domiciliados em Porto Alegre, e repre-
sentados por seu bastante procurador e subscritor, doutor Nelson de
Magalhães Porto, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade,
segundo procuração passada em notas do mesmo tabelião Mário Gil-
berto Mariath, de Porto Alegre, aos vinte e nove de dezembro de
mil novecentos e trinta e sete, ao referido doutor Laury Antunes
Conceição e por este subestabelecida, em notas deste meu cartório,
livro duzentos e setenta e nove, folhas treze, sem reserva de poderes
ao mesmo outorgado; *décimo primeiro* — Carlos Cardoso, *décimo se-
gundo* — Luiz Sousa Neves, *décimo terceiro* — Admar Kieling, *décimo qua-
rto* — Germano Knoll, *décimo quinto* — Gabriel Pedro Moacir,
décimo sexto — Erwin Brandt, este alemão e os demais brasileiros,
os dois últimos solteiros e os demais casados, do comércio, também
domiciliados em Porto Alegre, representados por seu bastante pro-
curador e subscritor, doutor João Pedro Gouveia Vieira, conforme
procuração outorgada ainda ao mesmo doutor Laury Antunes Con-
ceição, em notas do citado cartório, livro e folhas citados, aos vinte
e nove de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, e subestabele-
cida, em trinta do dito mês de dezembro, em notas deste meu car-
tório, livro duzentos e setenta e nove, folhas treze, sem reserva de
poderes ao mesmo outorgado; *décimo sétimo* — Fausto Brandão de
Melo, brasileiro, solteiro, maior, do comércio, também domiciliado em
Porto Alegre, representado por seu bastante procurador e subscritor,
doutor José Augusto de Carvalho Cesário Alvim, nos termos da pro-
curação outorgada em notas do tabelião Demócrito Rodrigues da Silva,
de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, aos vinte e quatro de de-
zembro de mil novecentos e trinta e sete, livro cento e quarenta e
sete, folhas sessenta e nove, ao citado doutor Laury Antunes Concei-
ção, em trinta do dito mês de dezembro subestabelecida em notas deste
meu cartório, livro duzentos e setenta e nove, folhas treze, sem re-
serva de poderes, ao mesmo outorgado; *décimo oitavo* — doutor Mário
de Magalhães Porto, presente e já acima individuado; *décimo nono* —
doutor Nelson de Magalhães Porto, presente e também acima indi-
viduado; *vigésimo* — doutor João Pedro Gouveia Vieira, presente e
igualmente acima individuado; e *vigésimo primeiro* — doutor José
Augusto de Carvalho Cesário Alvim, presente e também acima indi-
viduado; sendo que todas as procurações aqui referidas, já se acham
registradas no livro competente deste meu cartório, número trinta e
cinco; os presentes meus conhecidos e das testemunhas adiante no-
meadas e assinadas, que também conheço, do que dou fé. E, na pre-
sença das mesmas testemunhas, todos os outorgantes e reciprocamente
outorgados uniformemente disseram e cada um de sua vez que, re-
presentando a totalidade dos subscritores e fundadores da sociedade
anônima "Adutora Ribeirão das Lages S. A.", nos termos da escritura
preliminar lavrada em notas deste meu cartório, em trinta e um de
dezembro de mil novecentos e trinta e sete, livro duzentos e setenta e
cinco, folhas oitenta e oito verso, de que a presente é aditamento e con-
clusão e de acordo com o que fora estabelecido na referida escritura
preliminar, realizarem eles a assembleia dos subscritores para no-
meação e aprovação dos peritos que procederam ao exame e avalia-
ção dos bens e direitos com que a firma subscritora e incorporadora
Dahne, Conceição & Companhia, oferecia conferir o seu capital-ações,
de vinte e quatro mil contos de réis (24.000:000\$000), parte do total
do capital subscrito de trinta mil contos de réis (30.000:000\$000),
assembleia essa que teve lugar no dia tres do andante, conforme pré-
via convocação, constante da citada escritura, e a que compareceu a
totalidade dos mesmos subscritores. Que, em continuação da mesma
assembleia, no dia quinze do andante, foi realizada a segunda assem-
bléia, para o fim de conhecer o laudo apresentado pelos peritos e de-
liberar sobre ele, aprovando-o ou não, assembleia essa precedida de
convocação feita por anúncio no "Diário Oficial" de dez do andante,
à página quinhentos e sessenta e cinco (Seção primeira), o qual me
foi apresentado e fica arquivado neste cartório, transcrevendo-se no
final desta escritura os termos da mesma convocação. A seguir, dis-
seram, ainda os mesmos outorgantes e reciprocamente outorgados que
tendo o laudo dos peritos concluído por considerar justa a oferta da
mesma subscritora e incorporadora, Dahne, Conceição & Companhia,
de conferir e assim realizar o seu capital-ações de vinte e quatro
mil contos de réis em bens e direitos que ofereceu, deliberou a as-
sembleia aprovar o mesmo laudo, aceitar a dita conferência e, em
seguida, fazer lavrar a presente escritura de constituição definitiva
da referida sociedade anônima "Adutora Ribeirão das Lages S. A.". Que, afinal, eles outorgantes e reciprocamente outorgados, tendo de-
positado dez por cento (10 %) correspondente à parte em dinheiro
do capital subscrito, ou seja, a importância de seiscentos contos de
réis, equivalente àquela parte, depósito este efetuado no Banco do
Comércio, desta cidade, pela primeira dos outorgantes e reciproca-
mente outorgados, na qualidade de incorporadora desta sociedade, con-
forme documentos respectivo, firmado pelo mesmo Banco, que abaixo
se transcreve, tinham por preenchidas as formalidades legais neces-
sárias para constituição da mesma sociedade anônima, havendo, as-
sim, esta por definitivamente constituída, na forma do decreto nú-
mero quatrocentos e trinta e quatro, de quatro de julho de mil oito-
centos e noventa e um, e mais legislação aplicável, por que se regu-
lará, conjuntamente aos seus estatutos, com o capital de trinta mil
contos de réis (30.000:000\$000), sendo, parte, ou sejam vinte e qua-
tro mil contos de réis (24.000:000\$000), representados nos bens e

direitos objeto da subscrição da firma conferente Dahne, Conceição
& Companhia, e os restantes seis mil contos de réis (6.000:000\$000),
em dinheiro, de que se fez o depósito legal de dez por cento, acima
referido, devendo o restante do mesmo capital, em dinheiro, se reali-
zar por quotas não inferiores a dez por cento (10 %) e segundo o de-
terminar a diretoria da sociedade. Responderão os seus fundadores
pelas responsabilidades previstas no artigo oitenta e sete do citado
decreto número quatrocentos e trinta e quatro. Declararam, outros-
sim, que, entre si e de comum e reciproco acordo, ratificavam a es-
critura preliminar anterior, a qual é parte integrante da pre-
sente, e, ainda nos termos daquele decreto, resolveram nomear
a primeira diretoria, Conselho Fiscal e seus suplentes, como se
segue: diretor-presidente, doutor Frederico Dahne, que nos ter-
mos do artigo décimo quarto dos Estatutos, acumulará as funções
de gerente social, usando dos poderes que ali, nessa quali-
dade, lhe são conferidos; diretor-técnico, doutor Laury Antunes
Conceição; diretor-secretário — doutor Vasco de Melo Feijó; dire-
tores substitutos — doutores Jorge de Melo Feijó e Ildo Meneghetti;
Conselho Fiscal — João Daudt de Oliveira, doutor Francisco Negrão
de Lima e Dr. Durval Cruz; suplentes: Dr. Mário de Magalhães Porto,
Dr. João Pedro Gouveia Vieira e Ernesto Rezende Waick. Declararam,
finalmente, que se consideravam empossados nos seus cargos os no-
meados presentes a este ato, devendo os ausentes fazê-lo posteri-
ormente, e cada um deles proceder à caução de ações a que, pelos es-
tatutos, é obrigado, ficando o diretor-presidente encarregado de rea-
lizar o arquivamento desta e da escritura anterior, que representam
título de constituição da mesma sociedade anônima, requerendo, po-
rém, previamente, naquela qualidade e na de representante da firma
conferente Dahne, Conceição & Companhia, ao Governo da União Fe-
deral a aprovação para transferência que faz a firma Dahne, Con-
ceição & Companhia, da concessão conferida, a título de capital-
ações, à sociedade anônima ora constituída, nos termos da cláusula
vigésima primeira do contrato que a mesma conferente realizou com
a União Federal, aos quinze de junho de mil novecentos e trinta e
seis, por termo celebrado na Secretaria do Ministério da Educação e
Saúde Pública, ficando assim dita transferência dependente da mes-
ma aprovação, preenchendo-se, a seguir a mesma aprovação, caso ela
se dê, as demais formalidades legais, para funcionamento da socie-
dade, sendo, afinal, entregues, a cada um dos acionistas, as ações
que lhes competem na forma da respectiva subscrição e dos estat-
utos sociais. Pediram, finalmente, a mim, tabelião, transcrevesse nes-
tas minhas notas a ata de cada uma das assembleias acima mencio-
nadas, do que apresentaram as respectivas cópias, devidamente au-
tentificadas. Ata da assembleia dos subscritores da Adutora Ribe-
irão das Lages, S. A. para louvação e aprovação de peritos, para os
fins e nos termos que adiante se seguem. Aos três dias do mês de
janeiro de mil novecentos e trinta e oito, pelas dez horas da manhã,
presentes Dahne, Conceição & Companhia, representados pelos seus
sócios doutores Frederico Dahne e Laury Antunes Conceição, agindo
também no exercício daquela representação com os poderes que ex-
pressamente lhes conferiram os demais sócios da referida firma,
doutores Jorge de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Vasco de Melo Feijó;
F. Dahne & Companhia, representados pelo sócio, o mesmo, digo re-
presentados pelo seu sócio, o mesmo doutor Frederico Dahne, agindo
nessa representação também em virtude dos poderes expressamente
conferidos pelos demais componentes da dita firma, doutores Jorge
de Melo Feijó e Ildo Meneghetti; doutor Frederico Dahne, em seu
nome individual; doutor Laury Antunes Conceição, em seu nome
individual; doutor Mário de Magalhães Porto, em seu nome indivi-
dual e representando os subscritores doutores Vasco de Melo Feijó,
Ildo Meneghetti e Jorge de Melo Feijó; doutor Nelson de Magalhães
Porto, em seu nome individual e representando os subscritores Diogo
Gonzalez Blanco, Celestino Duran, Ernesto Rezende Waick; doutor
João Pedro Gouveia Vieira, em seu nome individual e representando
os subscritores Carlos Cardoso, Luiz Sousa Neves, Admar Kieling, Ger-
mano Knoll, Gabriel Pedro Moacir e Erwin Brandt; doutor José Au-
gusto de Carvalho Cesário Alvim, em seu nome individual e repre-
sentando o subscritor Fausto Brandão de Melo, presente assim a
totalidade dos subscritores do capital da sociedade anônima Ad-
utora Ribeirão das Lages, S. A., regularmente convocados, por cien-
tificação que cada um deles teve da presente reunião, nos termos
da escritura preliminar de constituição da mesma sociedade, lavrada
em trinta e um de dezembro último, de mil novecentos e trinta e sete,
em notas do tabelião do décimo primeiro ofício desta cidade, livro
duzentos e setenta e cinco, folhas oitenta e oito verso. Por indicação
dos presentes, assumiu a presidência o subscritor doutor Nelson de
Magalhães Porto, que chamou para secretário da mesa o também sub-
scritor doutor João Pedro Gouveia Vieira; em seguida, declarou o
presidente que a presente reunião fora convocada no ato daquela
escritura e logo mencionado o seu fim, que era o de louvar e aprovar
os peritos que procedam ao exame e avaliação dos bens e direitos
com que a subscritora e incorporadora Dahne, Conceição & Companhia
conferirá seu capital-ações de vinte e quatro mil contos de réis,
parte do capital projetado para a mesma sociedade, no total de trinta
mil contos de réis. A proposta de subscrição se achava em mesa,
acompanhada dos documentos nela mencionados, oferecendo a firma
subscritora os livros e documentos de sua escrituração comercial e
quaisquer esclarecimentos, que para aquele fim se façam precisos.
Mandou o presidente que se procedesse à leitura da proposta e dos
documentos que a acompanhavam, o que foi dispensado, pelo con-
hecimento que todos os presentes alegaram ter da mesma proposta
e dos documentos. Após, consultou o presidente a assembleia sobre

os nomes a indicar, para a função de peritos, declarando nesta ocasião a subscritora e incorporadora Dahne, Conceição & Companhia, pelos seus felizes doutores Frederico Dahne e Laury Antunes Conceição, como estes próprios, em seu nome individual e ainda o primeiro na qualidade de representante dos subscritores F. Dahne & Companhia, que se abstiveram de opinar a respeito, e tomar parte na nomeação dos ditos peritos, por se considerarem e aos representados pessoalmente interessados ao assunto, declaração que igualmente fez o subscritor doutor Mário de Magalhães Porto, em nome dos seus representados, doutores Jorge de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Vasco de Melo Feijó, pedindo todos que esta declaração ficasse constando da presente ata, o que determinou o presidente fôsse feito. Em seguida, por acordo unânime entre os presentes à assembléia, salvante os subscritores acima nomeados, que se abstiveram de tomar parte na escolha e aprovação de peritos, foram aprovados os seguintes nomes: engenheiro doutor Rodolfo Ortenblad, advogado, doutor Edmundo Luz Pinto e contador Cícero Ferreira, residentes nesta cidade, aos quais mandou o presidente fizesse o secretário as devidas comunicações, remetendo-lhes cópia da presente ata, proposta e documentos que a acompanham, encarecendo-lhes a necessidade de que o laudo da perícia não excedesse do dia quatorze do andante, se isto lhes fôsse possível, e caso aceitassem a designação. Em seguida, por acordo entre os presentes, unanimemente, ficou deliberado que a assembléia, que terá de conhecer do laudo dos peritos, para aprová-lo ou não, deverá realizar-se no mesmo edifício onde se realiza a presente reunião, à rua Alcindo Guanabara, número dezessete, oitavo andar, nesta cidade, em dia e hora previamente anunciados no *Diário Oficial*. E, como nada mais houvesse a tratar, mandou o presidente que se lavrasse a presente ata, o que foi feito, sendo em seguida submetida à discussão e votação, sendo unanimemente aprovada. E eu, João Pedro Gouveia Vieira, secretário da assembléia, fiz escrever a presente que assino com o presidente e os demais subscritores e acionistas. — Nelson de Magalhães Porto, presidente. — João Pedro Gouveia Vieira, secretário. — Dahne, Conceição & Companhia. — Frederico Dahne. — Dahne, Conceição & Companhia. — Laury Antunes Conceição. — F. Dahne & Companhia. — Frederico Dahne. — Laury Antunes Conceição. — Mário de Magalhães Porto. — José Augusto de Carvalho Cesarino Alvim. Conforme o original. — João Pedro Gouveia Vieira, secretário. — "Anúncios. — Adutora Ribeirão das Lages S. A. — Assembléia geral extraordinária. — São convidados os subscritores do capital da sociedade anônima Adutora Ribeirão das Lages S. A., a se reunirem no prédio número dezessete, oitavo andar, à rua Alcindo Guanabara, nesta cidade, no dia quinze do andante, pelas dez horas da manhã, para o fim de, em cumprimento de deliberações da escritura preliminar de constituição da mesma sociedade e em continuação da assembléia anterior, tomar conhecimento e deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens e direitos com que a firma Dahne, Conceição & Companhia conferirá seu capital-ações, e tudo mais que interessar às deliberações finais de constituição da mesma sociedade. Rio de Janeiro, oito de janeiro de mil novecentos e trinta e oito. — Dahne, Conceição & Companhia (incorporadores)". — "Ata da assembléia geral da Adutora Ribeirão das Lages S. A., que aprova o laudo dos peritos e resolve a constituição definitiva da mesma sociedade anônima. Aos quinze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e oito, pelas dez horas da manhã, presentes Dahne, Conceição & Companhia, representados pelos seus sócios doutores Frederico Dahne e Laury Antunes Conceição, agindo também no exercício daquela representação com os poderes que expressamente lhes conferiram os demais sócios da referida firma, doutores Jorge de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Vasco de Melo Feijó; F. Dahne & Companhia, representados pelo seu sócio, o mesmo doutor Frederico Dahne, agindo nessa representação também em virtude dos poderes expressamente conferidos pelos demais componentes da dita firma, doutores Jorge de Melo Feijó e Ildo Meneghetti; doutor Frederico Dahne, em seu nome individual; doutor Laury Antunes Conceição, em seu nome individual; doutor Nelson de Magalhães Porto, em seu nome individual e representando Diego Gonzales Blanco, Celestino Duran, Ernesto Rezende Waick; doutor Mário de Magalhães Porto, em seu nome individual e representando os subscritores doutores Vasco de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Jorge de Melo Feijó; doutor João Pedro Gouveia Vieira em seu nome individual e representando os subscritores Carlos Cardoso, Luiz Sousa Neves, Admar Kieling, Germano Knoll, Gabriel Pedro Moacir e Erwin Brandt; doutor José Augusto de Carvalho Cesarino Alvim em seu nome individual e representando o subscritor Fausto Brandão de Melo, presente, assim, a totalidade dos subscritores do capital e fundadores da sociedade anônima "Adutora Ribeirão das Lages S. A.", assumiu a presidência, por indicação dos demais, o subscritor doutor Nelson de Magalhães Porto, que convidou para secretário o também subscritor doutor João Pedro Gouveia Vieira, declarando a seguir o presidente que esta assembléia tinha por fim deliberar sobre a aprovação ou não do laudo dos peritos nomeados na assembléia anterior e, conforme declarando na respectiva ata, que fez ler, para proceder à verificação e avaliação dos bens e direitos com que a firma incorporadora e subscritora Dahne, Conceição & Companhia, conferia o seu capital-ações de vinte e quatro mil contos de réis, nos termos da respectiva subscrição, já conhecida de todos os presentes. Declarou o presidente que fosse lida a convocação desta assembléia, feita no "Diário Oficial" de dez do andante, página quinhentas e sessenta e cinco. — Seção primeira, o que fiz, atestando que a presente assembléia, como a anterior, representa o conjunto da escritura preliminar de constituição da "Adutora Ribeirão

das Lages S. A.", lavrada em notas do tabelião do décimo primeiro ofício desta cidade, livro duzentos e setenta e cinco, folhas oitenta e oito verso, aos trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta e sete e assinada por todos os subscritores e fundadores dessa Sociedade. Após, declarou que estava sobre a mesa o laudo daqueles peritos, a cuja leitura mandava proceder, o que igualmente foi feito. A seguir, disse o presidente que, como os presentes acabavam de ouvir, o laudo examinando a proposta da subscritora e incorporadora Dahne, Conceição & Companhia, de conferência do seu capital-ações em bens e direitos, concluiu por achar que a oferta corresponde a um justo valor. Desse laudo se vê que, calculados todos os encargos do empreendimento e sua exploração, estará assegurado o resgate do capital, além do remanescente de trinta mil setenta e sete contos, quatrocentos e setenta e seis mil e quatrocentos réis que, de sua parte, permitirá o serviço de dividendos e os fundos previstos nos estatutos, pelo que punha em discussão o mesmo laudo. Não tendo havido impugnação alguma, sujeitou-o à votação. Com a palavra o doutor Frederico Dahne, declarou que, como sucedera na assembléia anterior, relativamente à lavração e aprovação dos peritos, do mesmo modo se abstinha de votar por si, pela firma incorporadora Dahne, Conceição & Companhia e F. Dahne & Companhia, que representa, o que também declararam os subscritores doutor Laury Antunes Conceição este por si e também como representante de Dahne, Conceição & Companhia e doutor Mário de Magalhães Porto, em nome dos seus representados, doutores Jorge de Melo Feijó, Ildo Meneghetti e Vasco de Melo Feijó. O presidente ordenou que constasse desta ata as ditas declarações. Procedendo-se, afinal, à votação entre os subscritores desimpedidos, foi o laudo unanimemente aprovado. Após, declarou o presidente que o principal objeto da presente assembléia estava atingido: todavia, qualquer outro assunto, atinente aos interesses da constituição definitiva da Sociedade, poderia ser ali tratado, pelo que dava a palavra a quem dela quizesse usar. Como nenhum dos presentes fizesse uso da palavra, disse o presidente que, na forma das combinações anteriores, se podia agora fazer lavrar a escritura de constituição definitiva da sociedade, a ela se incorporando a ata da assembléia anterior e a presente, em que são transcritos a proposta de subscrição de capital da incorporadora Dahne, Conceição & Companhia, e o laudo da respectiva avaliação, a primeira constando de duas folhas de papel e o segundo de seis folhas de papel todas dactilografadas, rubricadas e assinadas pelos peritos rubricando-as o presidente e mandando que o fizessem também os acionistas votantes, o que foi feito. Deste modo, concluiu o presidente, resta fazer lavrar a escritura de aditamento à escritura preliminar, acima mencionada, operando-se, assim, a dita constituição definitiva da Adutora Ribeirão das Lages S. A., com o capital de trinta mil contos de réis (30.000:000\$000), parte, ou sejam, vinte e quatro mil contos de réis (24.000:000\$000), representados em bens e direitos conferidos pela firma incorporadora Dahne, Conceição & Companhia e os restantes seis mil contos de réis (6.000:000\$000), em dinheiro, de que será feito previamente o depósito legal de dez por cento, realizando-se o restante mediante chamadas não inferiores a dez por cento e segundo o resolver a diretoria, passando a Sociedade a reger-se pelos seus estatutos e legislação aplicável, ao que se declararam de pleno acordo todos os presentes. Pelo presidente foram então convidados todos os presentes a comparecer ao Cartório do tabelião Fernando de Azevedo Milauze, citado décimo primeiro ofício desta cidade, à rua Buenos Aires, número quarenta e sete, pelas onze e meia horas da manhã do dia dezessete do corrente mês, afim de fazerem lavrar a mesma escritura, ouvirem sua leitura e assinarem-na, concluindo-se, por tal maneira, as formalidades legais de constituição da sociedade, ressalvadas as que ali se devam prover e as que, a seguir, à celebração da mesma escritura definitiva hajam de ser cometidas. Entre as últimas especialmente o que se refere à necessária aprovação do Governo da União Federal a transferência da concessão, o jeto da conferência de capital-ações, à sociedade constituída, de que dependerá a efetividade da mesma transferência. Transcrição — I — Proposta de subscrição de capital-ações, que faz a firma Dahne, Conceição & Comp., nos termos abaixo, para realização do capital da projetada sociedade anônima "Adutora Ribeirão das Lages S. A.". A firma Dahne, Conceição & Companhia, por seus sócios Frederico Dahne e Laury Antunes Conceição, agindo, no exercício dessa representação, também com os poderes que lhes outorgaram os demais componentes de sua firma, declara: a) que subscrive vinte e quatro mil contos de réis de capital-ações sobre o capital projetado de trinta mil contos de réis da sociedade anônima a se fundar, e que se denominará "Adutora Ribeirão das Lages S. A.", para os fins constantes dos seus estatutos, já elaborados; b) que se propõe a realizar imediatamente o dito capital subscrito, transferindo à sociedade: 1º) o seu contrato de construção de obras do Ribeirão das Lages e respectiva exploração, tal como convenção no mesmo contrato, realizado com o Governo da União Federal, pr termo celebrado da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, aos quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis, (*Diário Oficial*, documento número um) aprovado pela Câmara dos Deputados, por deliberação de vinte e quatro de setembro de mil novecentos e trinta e seis ("Diário do Poder Legislativo" — documento número dois) e conforme decreto legislativo número vinte e três (*Diário Oficial* — documento número três), e afinal mandado registrar pelo Tri-

bunal de Contas (*Diário Oficial* — documento número quatro). Automaticamente com o contrato de concessão, se subrogará ainda à nova entidade social; 2º) no seu contrato de crédito para financiamento das obras, realizado com o Banco do Brasil, mediante escritura pública de seis de agosto de mil novecentos e trinta e sete, lavrada em notas do décimo primeiro officio desta cidade, livro duzentos e sessenta e nove, folhas oito, no qual é expressa a cláusula dessa subrogação (documento número cinco); 3º) do mesmo modo e sob igual cláusula, no contrato realizado com a Société Anonyme des Hauts Fourneaux et Fonderies de Pont a Mousson, Société des Tuyaux Bonna e Sociedade Industrial de Tubos, sociedade anônima, por escritura particular de dezesseis de outubro também de mil novecentos e trinta e sete (documento número seis); 4º) em todos os direitos consequentes aos mesmos contratos, com as obras no estado de progresso em que se acham e respectivas sub-empresadas, sendo a subscritora oportunamente indenizada dos créditos que forem verificados em seu favor, inclusive o que se refere a estudos preliminares, projetos e despesas de contratos. A caução de três mil e quinhentos contos de réis prestada pela subscritora e depositada na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, como garantia da execução das obras, que lhe será devolvida, logo que levantada, se antes a sociedade não o quizer fazer, substituindo o dito depósito; e) dado que a avaliação procedida pelos peritos, não cubra a estimativa atribuída aos ditos valores, a subscritora se obriga a entrar, em espécie, com o que faltar, renunciando, porém, ao que, na avaliação, exceder dita estimativa; d) a subscritora oferece, além dos documentos incluídos e acima mencionados, a sua escrituração comercial e o mais que se faça preciso ao exame dos peritos e respectiva avaliação. Rio, trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta e sete. — Dahne, Conceição & Companhia. — Frederico Dahne. — Dahne, Conceição & Companhia. — Laury Antunes Conceição. — Laudo de exame e avaliação dos peritos. Os abaixo assinados, peritos nomeados em assembléa geral, pelos subscritores de capital e fundadores da sociedade anônima Adutora Ribeirão das Lages S. A., para avaliarem os bens e direitos que a firma Dahne, Conceição & Companhia, com sede em Porto Alegre, e filial nesta cidade, à rua Alcindo Guanabara, número dezessete, oferece, em conferência das ações, que subscreeveu para constituição de parte do capital da mesma sociedade anônima, dirigiram-se à sede da filial da mesma firma, acima mencionada, e, aí presentes, após conferenciarem entre si, procederam a minucioso exame nos livros comerciais, contratos e documentos que para o dito fim lhes foram oferecidos, resultando o laudo abaixo, por eles unanimemente adotado. I) A firma Dahne, Conceição & Companhia, segundo os termos de sua subscrição, oferece em conferência das ações que subscreeveu, no valor de vinte e quatro mil contos de réis o seu contrato com o Governo da União Federal, de quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis, para execução e exploração, pelo prazo de vinte e cinco anos, das obras de adução do Ribeirão das Lages e, bem assim, todos os direitos conexos ao mesmo contrato, inclusive o que se refere ao financiamento de créditos, destinados à execução das mesmas obras, contratado com o Banco do Brasil, por escritura de seis de agosto de mil novecentos e trinta e sete, lavrada em notas do décimo primeiro officio desta cidade, e, igualmente, no que se refere a fornecimento de materiais do mesmo modo destinado àquela obra e contratados com a Société Anonyme des Hauts Fourneaux et Fonderies de Pont a Mousson, Société des Tuyaux Bonna e Sociedade Industrial de Tubos, por escritura particular de dezesseis de outubro, também de mil novecentos e trinta e sete. E tudo visto e bem examinado, passam os peritos a considerar o seguinte: II) O contrato celebrado pela firma Dahne, Conceição & Companhia com o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, em quinze de junho de mil novecentos e trinta e seis, aprovado pela Câmara dos Deputados, por deliberação de vinte e quatro de setembro de mil novecentos e trinta e seis (*"Diário do Poder Legislativo"* de vinte e cinco de setembro do mesmo ano, página dezessete mil setecentos e oitenta) e decreto legislativo número vinte e três, de vinte e nove de setembro, ainda do mesmo ano (*Diário Oficial* de trinta de setembro de mil novecentos e trinta e seis, página vinte e um mil trezentos e setenta e seis), e registrado pelo Tribunal de Contas em sua sessão ordinária de cinco de outubro, igualmente de mil novecentos e trinta e seis (*Diário Oficial* de vinte e dois de outubro de mil novecentos e trinta e seis, página vinte e duas mil novecentas e noventa), tem por fim a execução das obras de adução do Ribeirão das Lages, à custa da mesma firma, para suprimimento d'água a esta cidade, (cláusulas primeira e quarta), mediante concessão dos respectivos serviços (cláusula segunda). Dita concessão é a título exclusivo e durará pelo espaço de vinte e cinco anos, contados da data da conclusão das obras (cláusula décima sexta). E assegurado, desde logo, o consumo mínimo de cento e cinquenta mil metros cúbicos diários (cláusula vigésima sexta) estabelecendo-se o preço aquisitivo de duzentos réis por metro cúbico (cláusula vigésima sexta citada), preço este, entretanto, que se reduzirá de logo de dez por cento, para os fins previstos na cláusula décima sétima e ainda conforme o progresso do consumo, como a respeito dispõe ainda a citada cláusula vigésima sexta. Para garantia da assinatura do contrato a concessionária depositou na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, inicialmente e na conformidade dos editais publicados, a importância de quatrocentos e trinta e cinco contos quinhentos e vinte e dois mil e duzentos réis. Para garantia da execução das obras, objeto do mesmo contrato, foi feito, também na Caixa Econômica, o depósito em apólices correspondente a impor-

tância de três mil e quinhentos contos de réis, nos termos e condições constantes da cláusula terceira do mesmo contrato. As obras a serem construídas são mencionadas na cláusula quarta do contrato consistindo na execução do projeto de piezo-adução do Ribeirão das Lages, de acordo com o projeto official por etapas, divididas em cinco seções, na conformidade do que antes estabelecia a cláusula segunda do edital de concorrência como abaixo: — Primeira Seção — Fontes do Guandú — quatorze mil novecentos sessenta e nove metros cúbicos; segunda seção — sifão do Guandú — dezoito mil cento e cinquenta e seis metros; terceira seção — Marapicú — Capim Melado — trezentos e sessenta e cinco metros; quarta seção — sifão do Capim Melado — dezoito mil duzentos e setenta e sete metros; quinta seção — Misericórdia e Inhauma — quatro mil quatrocentos e noventa e cinco metros. A importância do orçamento geral, e suas ulteriores modificações, facultadas na cláusula oitava do contrato, de acordo com as plantas e detalhes officiais, presentes a exame, se eleva, quanto à primeira etapa, a oitenta e dois mil contos de réis, calculando-se o valor das obras da segunda e última etapa em cerca de quarenta e oito mil contos de réis ditas modificações reduziram a duas as etapas anteriormente projetadas, permitindo, entretanto, a mesma eficiência que se obteria com a construção das três etapas, ou seja, o fornecimento médio diário de quatrocentos e cinquenta mil metros cúbicos, o que foi expressamente facultado na citada escritura, citada cláusula oitava do contrato. III) — Cálculo do consumo e Renda Líquida. De acordo com as estipulações da cláusula vigésima sexta, e na vigência do contrato, o Governo assegura, desde logo, consumo mínimo diário de cento e cinquenta mil metros cúbicos d'água, aos preços fixados na tabela previamente organizada e descrita na referida cláusula vigésima sexta. Para avaliar o contrato e direitos consequentes procurou-se calcular o valor provável de sua produção bem como o valor dos encargos e despesas a que essa produção tem de atender. No cálculo da receita, foram computados os preços da tabela de fornecimento em relação aos algarismos estimativos do desenvolvimento da população e das necessidades urbanas, durante o período contratual. Assim se obtiveram as cifras indicativas do consumo médio diário, abrangendo as quotas do atual fornecimento do Governo e as por que se obriga a firma concessionária, a saber: no primeiro quinquênio — Governo — trezentos mil metros cúbicos; Concessionária — cento e oitenta mil e seiscentos metros cúbicos, no segundo quinquênio, Governo, trezentos mil metros cúbicos; concessionária, duzentos e vinte e três mil metros cúbicos; no terceiro quinquênio — Governo — trezentos mil metros cúbicos. Concessionária, duzentos e setenta e quatro mil metros cúbicos; no quarto quinquênio — Governo — trezentos mil metros cúbicos. Concessionária, trezentos e trinta e um mil metros cúbicos; no quinto quinquênio — Governo — trezentos mil metros cúbicos. Concessionária — trezentos e nove e três mil metros cúbicos. Os algarismos de consumo mencionados na 2ª coluna correspondem, na ordem em que estão colocados, às seguintes quantias, das quais já se acha deduzida a percentagem favor do Governo de dez por cento sobre os preços estipulados, destinado ao fundo de renovação do material absoluto, nos termos que dispõe a cláusula sétima do contrato: Períodos — Rendimento por ano: primeiro quinquênio — onze mil setecentos e vinte e cinco contos quatrocentos e cinquenta mil réis; segundo quinquênio — quatorze mil quatrocentos e onze contos, duzentos e noventa e cinco mil réis; terceiro quinquênio — dezessete mil trezentos e cinquenta e dois contos quatrocentos e sessenta e cinco mil réis; quarto quinquênio — dezenove mil oitocentos e cinquenta e sete contos e cento e vinte e cinco mil réis; quinto quinquênio — vinte e três mil trezentos e oitenta e oito contos cento e cinco mil réis. No — oitenta e seis mil setecentos e trinta e sete contos cento e quarenta mil réis, que multiplicados pelo respectivo índice, produzirão, ao termo do prazo contratual, a importância de quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e oitenta e cinco contos e setecentos e trinta e três mil réis. Essa renda bruta global e provável do contrato para a firma concessionária, a qual deverá atender à amortização dos capitais investidos, juros e dividendos, inclusive o valor de aquisição dos materiais e mão de obra para a construção e administração das despesas exigidas pelos serviços e sua exploração. IV) Capital para os serviços contratados. Os subscritores obrigam-se por um capital, em ações, no valor de trinta mil contos de réis. Os grandes investimentos de capital serão feitos, sendo o inicial oitenta e dois mil contos de réis, ao qual se adiciona, a título de juros, a importância de oito mil contos de réis, o segundo, no ano de mil novecentos e quarenta e três, na importância de quarenta e dois mil contos de réis. Amortização e juros. Os dois investimentos acima citados vencerão juros de oito por cento ao ano, destacando um do outro, a proporção de suas entradas, para efeito do cálculo das amortizações anuais. Isto posto, teremos o primeiro investimento, abrangendo o principal de oitenta e dois mil contos de réis mais os juros iniciais de oito mil contos de réis — noventa e dois mil contos de réis, divididos em vinte e cinco anualidades de oito mil quatrocentos e trinta e um contos e nove mil réis, a partir do ano mil novecentos e trinta e nove — data em que deve ser iniciado o serviço de exploração — produzirá duzentos e dez mil setecentos e sete e sete contos duzentos e cinquenta e cinco mil réis. O segundo investimento, em mil novecentos e quarenta e três de quarenta e dois mil contos de réis, produzirá em vinte anualidades de quatro mil quatrocentos e oitenta e oito contos novecentos e cinco mil seiscentos e oitenta e seis mil e sete mil setecentos e setenta e oito contos e treze mil e seiscentos réis; Total ao fim do prazo do contrato — trezentos e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco contos, trezentos

sessenta e oito mil e seiscentos réis, sendo: capitais — cento e mil contos de réis; Juros — cento e setenta e oito mil quinhentos e cinco contos trezentos e sessenta e oito mil e seiscentos réis. Considerando as disponibilidades e os encargos da empresa no período do contrato, teremos o seguinte: disponibilidade, primeiro e segundo investimentos — cento e trinta mil contos de réis, renda provável em vinte e cinco anos — quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e oitenta e cinco contos e sessenta mil réis—quinhentos e sessenta e três mil seiscentos e cinco contos e setecentos mil réis. Encargos e despesas: a) substituição dos investimentos—cento e trinta mil contos de réis; b) os sobre os mesmos—cento e setenta e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco contos trezentos e sessenta e oito mil e seiscentos réis transporte—trezentos e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco contos trezentos e sessenta e oito mil e seiscentos réis—quinhentos e sessenta e três mil seiscentos e oitenta e cinco contos e setecentos mil réis; c) encargos técnicos. Orçamento das obras: primeira etapa—oitenta e dois mil contos de réis; segunda etapa—quarenta e cinco mil contos de réis—cento e trinta mil contos de réis; d) encargos administrativos: Despesas de administração, despesas gerais e eventuais, previstas a razão de quinze por cento sobre a renda provável—cento e cinco mil e cinquenta e dois contos oitocentos e cinquenta e cinco mil réis; e) resgate do capital—trinta mil contos de réis—quinhentos e trinta e três mil seiscentos e oito contos duzentos e vinte e cinco mil e seiscentos réis. Saldo—trinta mil setenta e sete contos trezentos e setenta e seis mil e quatrocentos réis, para fundos diversos e lucro líquido provável. Do confronto entre as disponibilidades e os encargos, resulta uma diferença de trinta mil setenta e cinco contos quatrocentos e setenta e seis mil e quatrocentos réis, por ainda atribuído ao contrato, por ser função deste e que, por isso mesmo deve ser levado à conta de lucros, deduzidas as percentagens para fundos diversos a que se refere o artigo trigésimo oitavo, estatutos da sociedade, dividendos, etc. IV)—Além da subscrição pela firma Dahne, Conceição & Companhia, nos termos já acima examinados, há, para completo do capital projetado, a subscrição que se realizará em dinheiro e a que se obrigam os respectivos subscritores, de seis mil contos de réis, formando, assim, o total do dito capital de trinta mil contos de réis. Esta soma, reunida ao saldo acima, de trinta mil setenta e sete contos quatrocentos e setenta e seis mil e quatrocentos réis, assegurará, perfeitamente os dos previstos nos estatutos e o dividendo que devem ter as ações representativas do capital. Cumpre, outrossim, salientar que, no que acima, (item quatro) não contemplamos os créditos da firma Dahne, Conceição & Companhia, consequentes as despesas preliminares realizadas, como as referentes a estudos e projetos, bem assim as que dizem respeito às obras e serviços já efetuados, tudo o que, nos termos de subscrição do capital da mesma firma, representa crédito a liquidado pela companhia, se constituída, depois de por esta vedada a sua exatidão. Também, o depósito de três mil e quinhentos contos de réis, em apólices, realizado pela firma conferente na Caixa Econômica desta cidade, para o fim de assegurar a execução dos serviços contratados e que ainda subsiste e só será levantado nos termos da cláusula quarta do contrato da firma com a União Federal, continuará a pertencer à conferente, a quem será restituído, quando levantado, ressalvada a indenização do mesmo depósito, antes do levantamento deste, se assim o resolverem as partes interessadas. V) — O contrato de financiamento feito com o Banco do Brasil e os recursos de capital da companhia, asseguram perfeitamente a aquisição de todos os materiais, mão de obra e serviços necessários à execução das obras e sua exploração, além do que pelo contrato, pelo qual a mesma firma é concedida a abertura de crédito de setenta e oito mil contos de réis, provê sobre o respectivo financiamento, em condições de assegurar dita construção materiais precisos para ela e respectivos serviços. VI) — Por outro lado, o contrato firmado com a Société Anonyme des Hauts Fourneaux et Fonderies de Pont a Mousson, Société des Tuyaux Bonna e Sieded Industrial de Tubis, acima mencionado e já em função, assegura o fornecimento dos materiais necessários à construção da primeira etapa das obras, tudo possibilitando a inauguração do respectivo serviço na época contratual, a que os concessionários se obrigaram, bem, os fornecedores estão seguros do pagamento do material contratado, de que farão entrega em face da expressa finalidade a que se destina o contrato efetuado com o Banco do Brasil. Conclusão. De-se afirmar que a transferência do contrato e concessão, objeto do presente laudo, a sociedade, se esta constituída, importando, automaticamente, na transferência dos contratos de financiamento de crédito e fornecimento de materiais, nesses contratos, aliás, já presta e convencionada, e, pois, na subrogação que naturalmente se verificará, significa outorga de bens e direitos, tornando perfeita e inexequível o empreendimento a que se propõe naqueles seus vellos e obrigações. Isto posto: Os peritos pelo presente laudo, animadamente acordes, declaram que o referido contrato de concessão de bens e direitos que lhe são conexos, oferecidos em conferência de capital-ações, tal como o fez a subscritora Dahne, Conceição & Companhia, correspondem a um justo valor, podendo assim ser aceito no valor por que se propõem. Rio de Janeiro, quatorze de janeiro de mil novecentos e trinta e oito. Rodolfo Ortenblad. Edmundo Luz. Cícero Ferreira. E nada mais havendo a tratar, mandou o presente que se lavrasse a presente ata, levantando a sessão pelo tempo para isto necessário. Reaberta a sessão, lida a presente ata e submetida a discussão e aprovação, foi unanimemente aprovada. E eu, João Pedro Gouveia Vieira, secretário da assembléia, fiz escrever a

presente, que assino com o presidente e demais subscritores e acionistas. — Nelson de Magalhães Porto, presidente. — João Pedro Gouveia Vieira, secretário. — Dahne, Conceição & Companhia. — Frederico Dahne. — Conceição, digo: Dahne. — Dahne, Conceição & Companhia. — Laury Antunes Conceição. — F. Dahne & Companhia. — Frederico Dahne. — Laury Antunes Conceição. — Mario de Magalhães Porto. — José Augusto de Carvalho Cesário Alvim. Está conforme o original. João Pedro Gouveia Vieira, secretário. O selo devido por esta escritura, na importância de cento e oito contos de réis, foi pago por verba, como consta das anotações do teor seguinte, feitas na guia que fica arquivada neste cartório, cuja guia se acha selada com uma estampilha federal de Educação e Saúde, devidamente inutilizada com o carimbo da Recebedoria do Distrito Federal: "Verba número cento e oito. Réis — cento e oito contos de réis. Pagou de selo cento e oito contos de réis. Recebedoria do Distrito Federal, dezessete de um de mil novecentos e trinta e oito. O ajudante do tesoureiro, Bethencourt. O escrivão do selo, Cordovil. Recebido por cheque série A número cento e trinta e dois". "Banco do Comércio. Seiscentos contos de réis. Recebemos dos senhores Dahne, Conceição & Companhia, incorporadores da "Adutora Ribeirão das Lages S. A.", com sede nesta Capital, a quantia de seiscentos contos de réis que dizem representar dez por cento sobre seis mil contos de réis (réis 6.000:000\$000), parte em dinheiro do capital de trinta mil contos de réis (30.000:000\$000) com que vai ser fundada a dita sociedade anônima, de acordo com as exigências legais. E, para clareza, firmo o presente selado com vinte mil e duzentos réis. Rio de Janeiro, dezessete de janeiro de mil novecentos e trinta e oito. Banco do Comércio. O tesoureiro — Osvaldo Costa, diretor. G. Araujo Maia, tesoureiro. Estão coladas e inutilizadas duas estampilhas federais no valor total de vinte mil e duzentos réis, sendo uma delas da Educação e Saúde). Reconheço as firmas de Osvaldo Costa e G. Araujo Maia. Rio, dezessete de janeiro de mil novecentos e trinta e oito. Em testemunho (sinal público) da verdade — Antônio Ferreira Leite. (Carimbo respectivo)". Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente estimularam, pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura, que sendo lida às partes e às testemunhas e achada conforme, aceitaram e assinam com as mesmas testemunhas a tudo presentes. — Pascoal Garófalo e Godofredo Marques. Eu, Antônio Ferreira Leite, escrevente juramentado, a escrevi e subscrevo, no impedimento ocasional do tabelião. — Dahne, Conceição & Comp. — Frederico Dahne. — Dahne, Conceição & Comp. — Laury Antunes Conceição. — F. Dahne & Companhia. — Frederico Dahne. — Laury Antunes Conceição. — Mario de Magalhães Porto. — Nelson de Magalhães Porto. — João Pedro Gouveia Vieira. — José Augusto de Carvalho Cesário Alvim. — Pascoal Garófalo. — Godofredo Marques. — Nada mais se continha em a transcrita escritura, que, para aqui, bem e fielmente, fiz passar por certidão, do próprio livro, ao qual me reporto, em meu poder e cartório. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938. E eu, Antonio Ferreira Leite, escrevente juramentado, no impedimento ocasional do tabelião, a subscrevo e assino — Antonio Ferreira Leite.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Primeira Seção

Certidão

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr. diretor geral no requerimento de "Adutora Ribeirão das Lages S. A.", em 18 de novembro de 1938, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob o n. 14.045, os seguintes documentos: a) certidão da escritura pública de constituição preliminar lavrada em notas do tabelião do 11.º Ofício desta Capital em 31 de dezembro de 1937, contendo a transcrição dos estatutos e da lista dos subscritores do capital, pela qual foi marcada a data para a realização da assembléia que nomeou louvados; b) certidão da escritura pública de constituição definitiva lavrada em notas do mesmo tabelião acima citado, em 17 de janeiro de 1938, contendo a transcrição do recibo do depósito feito no Banco do Comércio desta Capital da décima parte do capital subscrito em dinheiro, da nomeação da primeira diretoria, conselho fiscal e suplentes; da ata da assembléia dos subscritores do capital realizado em 3 de janeiro de 1938, que nomeou louvados; da ata da assembléia dos subscritores realizada em 15 de janeiro de 1938, que aprovou o laudo de avaliação, contendo esta ata a transcrição do referido laudo de avaliação e da proposta de subscrição de capital-ações que faz a firma Dahne, Conceição & Companhia; e da guia com o pagamento do selo proporcional ao capital efetuado na Recebedoria do Distrito Federal; c) quatro procurações e um subestabelecimento de poderes de procuração; d) folha do "Diário Oficial", de 7 de novembro de 1938, com a publicação do parecer do Sr. ministro da Fazenda, com o despacho favorável do Emx. Sr. Presidente da República, sobre o pedido de transferência do contrato de Dahne, Conceição & Companhia para a Adutora Ribeirão das Lages S. A. — Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Seção. — Eu, Luis Valter Barbosa, escrivão classe E, passei a presente certidão. (Selado com 100\$200). Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — Luis Valter Barbosa, escrivão classe E. — Visto. Mario Soares Pinto, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da Seção. — Carimbo: Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

SOCIEDADES CIVIS

ANÚNCIOS

CAIXA BENEFICENTE DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE ESTATUTOS

Fundada nesta Capital, sua sede e fóro jurídico, por tempo indeterminado, composta de ilimitado número de sócios, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, são seus fins: manter caixa funeral, caixa beneficente, Assistência Judiciária, Assistência Médica e Carteira Predial. Será administrada por uma diretoria composta de: presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, 1º procurador (que é seu representante legal em juízo e fora dele) e 2º procurador jurídico. Em caso de dissolução da Caixa serão liquidadas todas as dívidas e o capital restante dividido entre os associados, de acordo com as mensalidades pagas, dissolução esta que só pode ser de comum acordo com a diretoria. A diretoria tem direitos exclusivos de reformar seus estatutos quando julgar necessário.

(C. 7.661 — 18-11-38 — 22\$400)

TRIANGULO FOOTBALL CLUB

EXTRATO DOS ESTATUTOS

Fundado em 15 de novembro de 1936, nesta Capital, sua sede e fóro, por tempo indeterminado e ilimitado número de sócios, que não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais são seus fins: incentivar a prática do football e todos os jogos esportivos de objetivo eugênico. Patrimônio a constituir-se. Será administrado por uma diretoria, composta de: presidente, que representará o clube em atos oficiais; vice-presidente; 1º e 2º secretários; 1º e 2º tesoureiros; procurador, que representará o clube em juízo; diretor esportivo; representante e representante-substituto, junto à Liga que o clube filiar-se, e um Conselho Administrativo, composto de cinco membros, todos eleitos anualmente. Os presentes Estatutos só poderão ser revistos após dois anos da data de sua aprovação, sendo para isso necessário votos favoráveis de 2/3 do número total de sócios efetivos e quites. O clube poderá ser dissolvido por motivos de dificuldades insuperáveis e por aprovação da maioria absoluta de sócios. e neste caso, o saldo do patrimônio será rateado entre os sócios quites e a mais de três anos de contribuição. — A diretoria atual consta dos Estatutos.

(C. 7.654 — 18-11-38 — 30\$600)

TENDA ESPÍRITA FILHOS DA VERDADE

EXTRATO DOS ESTATUTOS

Sociedade civil, fundada em 23 de novembro de 1935, nesta Capital, seu fóro, onde tem sede, à rua Odilon Araújo n. 13, por tempo indeterminado; constituir-se-á de ilimitado número de sócios que não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, sem distinções de raça, sexo ou nacionalidade. São seus fins: prestar assistência e assistência material e espiritual e propagar a moral e a doutrina evangélica tendo por base o espiritismo, sendo-lhe defesas as questões políticas e de controversias religiosas e outras que não digam respeito à doutrina espírita, e criar um Asilo para a criança desvalida, e anexo a ele uma Escola Profissional, onde a par de uma educação racionalmente cristã, possam os seus abrigados ou os filhos dos associados, receber o preparo necessário para enfrentar dignamente o seu futuro, perfeitamente integrado na doutrina do Mestre Jesus. Patrimônio a constituir. Será administrada por um Conselho Fiscal composto de 20 membros e uma diretoria composta de: presidente, que representará a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; vice-presidente; 1º, 2º secretários; 1º e 2º tesoureiros e zeladora-bibliotecária, todos eleitos anualmente. A reforma dos presentes estatutos, a dissolução da Sociedade e o destino de seu patrimônio neste caso, serão resolvidos em assembleia geral.

(C. 7.655 — 18-11-38 — 30\$600)

INSTITUTO TEUTO-BRASILEIRO DE ALTA CULTURA

EXTRATO DOS ESTATUTOS

Fundado nesta Capital, onde tem sede e fóro, por tempo indeterminado, com seu fundo social a constituir-se e ilimitado número de sócios (os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações) e tem por fim promover, manter e desenvolver o intercâmbio cultural entre o Brasil e os países de língua alemã. O Instituto será administrado por uma diretoria composta de presidente (que será o seu representante, em juízo e fora dele), três vice-presidentes, secretário geral, tesoureiro e um Conselho Administrativo. A dissolução do Instituto só se dará quando o mesmo não puder preencher os fins a que se destina, sendo neste caso convocada uma assembleia geral, que designará os seus bens para a Universidade do Rio de Janeiro. Os presentes estatutos só poderão ser reformados ou alterados pela assembleia geral convocada para este fim. A diretoria atual consta dos Estatutos. — A diretoria.

(C. 7.660 — 18-11-38 — 24\$500)

Bhering, Companhia S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidam-se aos senhores acionistas de Bhering, Companhia S. A., a se reunirem em assembleia geral extraordinária, que se realizará a 22 do corrente mês de novembro, às 10 horas da manhã, na sede social, à rua Sete de Setembro n. 113, 1º andar, afim de deliberarem sobre uma proposta da diretoria para eleição de mais um diretor.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938. — A diretoria.

(C 7.814 — 14-11-1938 — 39\$800 — 3 vezes)

Companhia de Anúncios Luminosos Lux, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Tendo sido feriado o dia 10 do corrente mês, de novo se convocam os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 25 de novembro do corrente ano, às 16 horas, na sede social, afim de deliberar sobre as contas e atos da diretoria até 31 de dezembro de 1937, e sobre a eleição dos novos diretores e membros do conselho fiscal.

Desde já encontram-se no escritório da companhia, à disposição dos senhores acionistas o balanço encerrado naquela data e os demais documentos exigidos por lei.

As ações ao portador devem ser depositadas na caixa da companhia, pelo menos com 3 (três) dias de antecedência, afim de seu possuidores poderem tomar parte na assembleia.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1938. — A diretoria.

(C 7.831 — 17-11-1938 — 64\$300 — 3 vezes)

Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Acroviários

SRS. CONSTRUTORES

Pela presente convidamos os interessados a comparecerem à Secretaria da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Acroviários, no Edifício da A Noite, sala 1.313, todos os dias úteis, das 12 às 14 horas, salvo nos sábados, afim de se habilitarem às concorrências de construções de casa destinadas aos associados. — Sylvio Moraes Rego, gerente.

(C 7.827 — 17-11-1938 — 42\$800 — 3 vezes)

S. A. Granjas Reunidas Rio Petrópolis

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente são convidados os Srs. acionistas para se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se em 30 do corrente, às 16 horas, na sede da sociedade, afim de tomarem conhecimento do relatório, balanço e contas do exercício findo em 30 de junho p.p. e leitura do parecer do conselho fiscal.

Rio, 12 de novembro de 1938. — A Diretoria.

(C. 7.635 — 12-11-938 — 36\$700 — 3 vezes)

Companhia Carris Pôrto Alegre

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Primeira convocação

Convidam-se os senhores acionistas a comparecer à assembleia geral extraordinária desta companhia, que se realizará na sua sede, avenida Rio Branco n. 137, 13º andar, nesta Capital, no dia 26 do corrente, às 13 horas, para tratar dos seguintes assuntos:

- a) tomar conhecimento de uma proposta da diretoria para a reforma dos estatutos sociais, e deliberar a respeito;
- b) eleger nova diretoria;
- c) tomar quaisquer outras medidas ou deliberação de sua competência, que se tornem necessárias em face das disposições estatutárias que forem adotadas.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — A diretoria.

(C 7.744 — 18-11-1938 — 24\$400)

"Mar" Sociedade Anônima**CONVOCAÇÃO**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 22 deste mês, às 16 horas, na sede social, à rua General Câmara n. 71, 1º andar, afim de resolverem sobre conversão das ações, de nominais ao portador, de acordo com o art. 24 do decreto n. 434, de 1891.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1938. — Dr. Sylvio Terra, presidente.

(C 7.643 — 16-11-1938 — 36\$700 — 3 vezes)

Companhia Brasileira de Energia Elétrica**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Primeira convocação**

Convidam-se os senhores acionistas a comparecer à assembléia geral extraordinária desta companhia, que se realizará na sua sede, à avenida Rio Branco n. 137, 13º andar, nesta Capital, no dia 29 do corrente, às 15 horas, para tratar dos seguintes assuntos:

- a) tomar conhecimento de uma proposta da diretoria para a reforma dos estatutos sociais, e deliberar a respeito;
- b) eleger nova diretoria;
- c) tomar quaisquer outras medidas ou deliberação de sua competência, que se tornem necessárias em face das disposições estatutárias que forem adotadas.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — A diretoria.

(C 7.745 — 18-11-1938 — 21\$400)

Panair do Brasil, S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Convocação**

Ficam convidados os senhores acionistas para uma assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 23 do corrente, às 15 horas, na sede social, à Ponta do Calabouço, para o fim de tomar conhecimento e deliberar sobre uma proposta da diretoria, relativa à modificação dos estatutos, assim como para o preenchimento de vagas na diretoria.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — A diretoria.

(C 7.658 — 18-11-1938 — 14\$300)

Sociedade em comandita por ações Barbosa de Oliveira & Comp.**FABRICA DE CHAPÉUS BOTAFOGO****ASSEMBLÉIA DE PORTADORES DE "DEBENTURES" EMITIDAS PELA SOCIEDADE EM 1931**

Não se tendo reunido número legal, convocam-se os portadores de debentures emitidas de acordo com a escritura lavrada nas notas de 6º ofício, L. 207, fls. 47, em 27 de abril de 1931, para uma assembléia que se realizará no dia 14 de dezembro do corrente ano, às 14 horas, na sede da sociedade, à rua da Carioca n. 66, em que, de conformidade com o decreto n. 22.431, de 6 de fevereiro de 1933, deverão deliberar sobre o seguinte:

- 1º. de acordo com o decreto n. 23.501, de 17 de novembro de 1933, a transformação do débito em libras para moeda nacional;
- 2º. suspender a amortização das obrigações da sociedade, bem como os pagamentos dos cupões, que serão liquidados de acordo com uma proposta a ser apresentada;
- 3º. redução da taxa de juros;
- 4º. qualquer outra medida tendente a salvaguardar os seus interesses.

Nos termos da última parte do art. 4º do decreto n. 22.431, de 1933, para legitimar a sua qualidade e ser admitido a tomar parte nas deliberações, deverá o obrigacionista, até dois dias antes, depositar em qualquer banco desta praça ou na sede da sociedade os seus títulos.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — Sociedade em Comandita por Ações Barbosa de Oliveira & Comp.

(C 7.649 — 18-11-1938 — 77\$500 — 2 vezes)

Sindicato dos Industriais de Panificação e Confeitarias do Distrito Federal**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Terceira convocação**

São convidados os senhores associados para a reunião a realizar-se quarta-feira, dia 23, às 14 1/2 horas, em nossa sede, à praça Tiradentes n. 73, 1º andar, afim de resolverem, de conformidade com o art. 24 de nossos estatutos, sobre a seguinte ordem do dia:

I, dissolução do sindicato pelo sua incorporação ao Sindicato dos Proprietários de Padarias e Confeitarias do Rio de Janeiro;

II, Interesses gerais.

Sendo essa a terceira convocação, e para que possamos deliberar em definitivo sobre a Unificação, solicitamos o comparecimento de todos os consócios, em vista das exigências estatutárias. — Benito Lopes de Castro, presidente.

(C 7.742 — 18-11-1938 — 55\$100 — 3 vezes)

Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA****Segunda convocação**

Não tendo comparecido número legal para a assembléia convocada para o dia 17 do corrente mês, são novamente convidados os senhores acionistas da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas a se reunirem em assembléia geral ordinária, no próximo dia 29 de novembro corrente, na sede social da companhia, à rua Teófilo Otoni n. 72, às quatorze horas, afim de tomarem conhecimento do relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, referente ao ano de 1937, procedendo-se, em seguida, à eleição dos membros do conselho fiscal e respectivos suplentes.

As ações ao portador deverão ser depositadas na sede da companhia, três dias antes da reunião.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. — Alvaro de Oliveira Castro, presidente.

(C 7.741 — 18-11-1938 — 49\$000 — 2 vezes)

Associação Beneficente Cooperativa

De ordem do senhor presidente, convoco os senhores sócios quitos para a assembléia geral de 22 do corrente mês, às 17 horas, na sede social, avenida Almirante Barroso n. 12, para deliberar sobre o último balanço e enviar o relatório do Sr. presidente. — Edgard de Mello Cintra, tesoureiro.

(C 7.739 — 18-11-1938 — 5\$200)

Brasil Atlântico S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Convidam-se os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 25 do corrente, às 14 horas, em sua sede social, à rua Buenos Aires n. 104, sala 65, para o fim de autorizar a diretoria a efetuar uma operação financeira, afim de poder dar maior desenvolvimento aos seus negócios.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938. — A diretoria.

(C 7.740 — 18-11-1938 — 12\$200)

Empresa Industrial de Saltos S. A.**E. I. S. S. A.****ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Terceira e última convocação**

Devidamente autorizada pelo conselho fiscal e conforme a letra C do art. 11 dos estatutos, a diretoria convoca os senhores acionistas para uma assembléia geral extraordinária, a realizar-se em 1 de dezembro próximo futuro, às 20 horas, à rua da Constituição n. 6, 2º andar, afim de tratar da capacidade industrial, aumento do capital necessário a esse fim e interesses gerais.

Sendo esta a terceira e última convocação a assembléia deliberará com qualquer número.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938.

(C 7.599 — 17-11-1938 — 31\$200 — 2 vezes)

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Novembro de 1938

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E MARCAS DE INDÚSTRIA E DE COMÉRCIO

Boletim n.º 261

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Dia 17 de novembro de 1938

Portaria n.º 19

O diretor geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, usando da atribuição que lhe confere o art. 4º, XII, do decreto n.º 22.989, de 26 de julho de 1933, resolve designar o oficial administrativo da classe "H", Gioconda Huggiero, para inspecionar os serviços das Inspetorias Regionais relativos à Propriedade Industrial, no sentido de sugerir as providências que se tornarem necessárias para a execução desses trabalhos, bem como o desenvolvimento dos registros de marcas e pedidos de privilégios de invenção, nos Estados.

Departamento Nacional da Propriedade Industrial, em 17 de novembro de 1938. — Francisco Antonio Costa, diretor geral.

Expediente

Expediente do diretor geral

Dia 17 de novembro de 1938

Privilégios de invenção

Marcelo Enderle — Mesa de abrir e fechar automática (termo 206 de São Paulo). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Gregor H. Rakowitzky — Processo para fechar caixas de folha especialmente latas de conserva, e tampas destas caixas, segundo aplicação do referido processo (termo 20.674). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Ilio Martinelli — Cantoneiras para adaptação e fixação de estrados de camas (termo 20.687). — Indeferido por falta do requisito essencial da novidade.

Domingos Avalone — Novo tipo de embalagem para acondicionamento de artigos em pó e respectivo processo de fabricação (termo 20.691). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

Formeta Beton S.A. — Melhoramentos em divisões entre andares, pisos de concreto e tetos e partes semelhantes de construção de edifícios (termo 20.734). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

Hans Reichert — Instalação pública para aviso, alarme e sinalização para chamadas diretas de assistência, em casos de acidentes e semelhantes (termo 20.750). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

(*) Bandean Corporation, Sociedade Anônima — Aperfeiçoamentos em vasilhas (termo 21.190). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

João Cantieri — Máquina para beneficiar mamona (termo 21.194). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Epeda-Werke Rudolf Platte — Processo e dispositivo para fixar as voltas de arames das molas, espirais, nas chamadas armações flexíveis (termo 21.220). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Société Anonyme des Hauts Fourneaux et Fonderis de Pont à Mousson — Processo, instalação e aparelhagem para aplicação de um revestimento de cimento ou material análogo sobre um tubo ou outra peça percintada, e o produto assim obtido (termo 21.251). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Homero d'Avila Castro — Novo plano de propaganda ligada à economia (termo 21.291). — Indeferido por não se tratar de matéria privilegiável.

Modelo industrial

J. G. Penteado & Comp. — Desenho ornamental em fogões de qualquer tipo (termo 21.138). — Deferido nos termos do art. 1º do decreto n.º 24.507, de 1934.

Melhoramentos

Rio Eletro Indústria S.A. — Aparelho adaptável a qualquer canalização de água e qualquer circuito elétrico afim de obter banho de chuva com água aquecida ou quente, que faz objeto da patent. n.º 2.461 (termo 19.381). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

Título de estabelecimento

Haenssger, Irmãos & Comp. — Fábrica Natal — Classe 41 (termo 55.448). — Registre-se de acordo com o art. 32 do decreto n.º 24.507, de 1934.

Registro de marcas

Almeida Porto & Comp. Ltda. — SERRARIA ALLIANÇA — Classe 4 (termo 51.274). — Renove-se o registro.

Dr. Armin Niemeyer — Hervanal — Classe 48 (termo 51.442). — Registre-se.

Associação dos Suboficiais da Armada — A ANCORA — Classe 60 (termo 56.467). — Registre-se.

(*) Laboratório Campineiro Ltda. — INJEÇÃO ROA — Classe 3 (termo 57.240). — Registre-se.

Melimpica Fracalanza S.A. — Emblemática — Classe 14 (termo 57.700). — Registre-se, excluída qualquer reivindicação de uso exclusivo do número 96.

S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo — SOL RADIANTE — Classe 41 (termo 57.777). — Registre-se.

Laboratório Vita S.A., VITAPHOSIL — Classe 3 (termo 58.036). — Registre-se.

João C. Hartenstein — F.A.M.A. — Classe 36 (termo 58.184). — Indeferido de acordo com o art. 80 n.º 6 do decreto n.º 16.264 de 1923.

Refinaria Tupi S.A. — JATY — Classe 41 (termo 58.259). — Indeferido de acordo com o art. 80 do decreto n.º 16.264 de 1923.

Wendental Ltda. — ROSAS — Classe 13 (termo 58.268). — Indeferido de acordo com o art. 80 n.º 6 do decreto n.º 16.264 de 1923.

Almeida Cardoso & Comp. — CARDIONORMAL — Classe 3 (termo 58.272). — Registre-se.

J. G. Stuehling — AUTOMATON — Classe 10 (termo 58.355). — Registre-se.

Deere & Company — JOHN DEERE-MOLINE, ILL — Classe 1 (termo 58.362). — Registre-se.

Carlos Dreher Filho & Companhia — DREHER — Classe 12 (termo 58.363). — Registre-se.

Companhia Lopes Sá — PETIGRI — Classe 44 (termo 58.366). — Registre-se.

H. Sacchi Sobrinho — X.I.K. — Classe 41 (termo 58.393). — Registre-se.

Indústrias Químicas Brasileiras Duperial S.A. — DEOXIDIN — Classe 1 (termo 58.413). — Registre-se.

Indústrias Químicas Brasileiras Duperial S.A. — LITHOFORI — Classe 1 (termo 58.414). — Registre-se.

Indústrias Químicas Brasileiras Duperial S.A. — KEMICK — Classe 1 (termo 58.416). — Registre-se.

Indústrias Químicas Brasileiras Duperial S.A. — VELAN — Classe 1 (termo 58.417). — Registre-se.

Laboratório Rofer, Limitada — DORNIL — Classe 3 (termo 58.420). — Indeferido por colidir com a marca nacional n.º 90.444.

Mencarini & Filhos Ltda. — CELLOPAC — Classe 41 (termo 58.423). — Registre-se.

Mencarini & Filhos Ltda. — BLINDADO — Classe 41 (termo 58.424). — Registre-se.

Mencarini & Filhos Ltda. — BLINDADO — Classe 44 (termo 58.425). — Indeferido de acordo com o art. 80 n.º 6 do decreto n.º 16.264 de 1923.

Moncarini & Filhos Ltda. — CELLOPAG — Classe 44 (termo 62.504). — Registre-se.

João J. Sans — SANS — Classe 7 (termo 58.429). — Registre-se.

Airtemp, Incorporated — AIRTEMP — Classe 8 (termo 58.439). — Registre-se.

E. Daltroff & Comp. — CARON — Classe 48 (termo 58.446). Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto n. 16.264, 1923.

E. Daltroff & Comp. — FRENCH CANCAN — Classe 48 (termo 58.447). — Registre-se.

Alves de Brito & Comp. — AÇORES — Classe 26 (termo 58.807). — Renove-se o registro.

Alves de Brito & Comp. — AÇORES — Classe 29 (termo 58.810). — Renove-se o registro.

Alves de Brito & Comp. — AÇORES — Classe 32 (termo 58.811). — Renove-se o registro.

Magalhães, Ferreira & Comp. — ANIL CHINEZ — Classe 46 (termo 60.346). — Renove-se o registro.

Sherwin Williams Company — OLD DUTCH ENAMEL — Classe 11 (termo 61.000). — Renove-se o registro.

Sherwin Williams Company — NATTAR — Classe 1 (termo 61.001). — Renove-se o registro.

Oliveira Júnior & Comp. Ltda. — ARISTOLINO — Classe 43 (termo 61.070). — Renove-se o registro.

Oliveira Júnior & Comp. Ltda. — ARISTOLINO — Classe 43 (termo 61.071). — Renove-se o registro.

Oliveira Júnior & Comp. Ltda. — ARISTOLINO — Classe 43 (termo 61.072). — Renove-se o registro.

Companhia Petropolitana — Emblemática — Classe 23 (termo 62.504). — Renove-se o registro.

Companhia Petropolitana — Emblemática — Classe 23 (termo 62.505). — Renove-se o registro.

Companhia Petropolitana — T — Classe 23 (termo 62.506). — Renove-se o registro.

Joaquim Teixeira da Silva Júnior — MAGESTIC — Classe 55 (termo 62.572). — Renove-se o registro.

Irmãos Azevedo — MENAGE — Classe 48 (termo 62.660). — Renove-se o registro.

Irmãos Azevedo — LEADER — Classe 48 (termo 62.661). — Renove-se o registro.

Irmãos Azevedo — ASTOR — Classe 48 (termo 62.662). — Renove-se o registro.

Dejanira de Noronha Rego Lopes — GOTTAS IODO ARRHENICAS DE SILVEIRA — Classe 3 (termo 62.663). — Renove-se o registro.

Ribeiro Simões & Companhia — SANTA CRUZ — Classe 55 (termo 62.771). — Renove-se o registro.

Ribeiro Simões & Companhia — ADAMASTOR — Classe 55 (termo 62.772). — Renove-se o registro.

José Brautigam — Emblemática — Classe 11 (termo 62.821). — Renove-se o registro.

José Brautigam — Emblemática — Classe 12 (termo 62.822). — Renove-se o registro.

José Brautigam — Emblemática — Classe 12 (termo 62.823). — Renove-se o registro.

Exigência

Antônio Lage (termo 58.286). — Apresente documento habilitando o estabelecimento está funcionando regularmente.

1000000
(b)

1356

•

• • •

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

•

1. **Introduction**

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

419

• • • 199

2015

[illegible]

100

1. 1. 1.

• • • • •

[illegible]

• • • • •

[illegible]

6-1194-

$$x_1, \dots, x_n \in \mathbb{R}^n$$

10. 11. 2011

Preço do número de hoje \$400

IMPRESA NACIONAL — INDUSTRIA DO JORNAL
PRAÇA MARECHAL ANCORÁ — PONTA DO GALABOUÇO
